

LIMITES E DESAFIOS AOS MILITARES BRASILEIROS EM
RELAÇÃO À QUESTÃO AMBIENTAL

por

Hermes de Andrade Júnior

Tese apresentada à ENSP/FIOCRUZ

como exigência ao título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública

Orientadora: Prof. Dra. Brani Rozemberg

*Sabes tu as ordenanças dos céus, podes estabelecer a sua influência sobre
a terra?*

*Quem pôs sabedoria nas camadas de nuvens? Ou quem deu entendimento
ao meteoro?*

(Jó 38: 33, 36)

Agradecimentos

À Deus, pela empreitada. Sem Ele, dificilmente concluiria a contento esta obra.

À minha amada esposa, Tamar, pela compreensão, apoio e dedicação a este trabalho.

À Prof Dra. Brani Rozemberg, minha orientadora, que soube valorizar este trabalho desde o início. Suas preciosas, atentas e pacientes orientações foram extremamente valiosas.

Ao Prof. Me. Paulo Sabroza, pelo apoio, inspiração, orientação e troca de idéias.

À Prof. Dra. Bertha Becker, pela pronta resposta em ajudar-me na exploração da problemática do tema escolhido, tendo reservado suas contadas horas para isso.

Ao Prof. Dr. Carlos Saldanha Machado, pelo esmero em rever esta obra.

Ao Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas, pelo incentivo para a realização da obra.

Ao Prof Dr. André Moyses Gaio, pelas substanciais discussões no âmbito no segmento militar.

À Pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública, pelo apoio nos acertos finais do curso.

Ao Comando da Escola Superior de Guerra e ao Comando do Exército, pelo acesso às suas fontes de pesquisa.

Ao Clube Militar, representado pela bibliotecária Miriam, pelo apoio em relação aos artigos selecionados e outras obras que foram consultadas para este trabalho.

Aos funcionários da ENSP, em especial, a Pedro e Lúcia pela amizade conquistada no processo e pelo suporte, quando necessário.

Aos meus colegas alunos da ENSP, pelas felizes trocas na discussão de temas afins.

Enfim, a todos quanto colaboraram nesta obra e que jamais poderia deixar de mencionar.

Resumo

Neste trabalho, nos dedicamos a investigar a relação entre a instituição militar brasileira e a questão ambiental no Brasil, mediante pesquisa exploratória e avaliativa, onde optamos por metodologias qualitativas variadas para a verificação e ampliação do entendimento do pensamento militar. Usamos a triangulação metodológica compondo a partir das técnicas do estudo de caso, entrevista exploratória e análise de conteúdo dos documentos coletados. Analisamos os currículos da Academia Militar das Agulhas Negras, do Centro de Instrução de Guerra na Selva à busca de evidências ambientais. Escolhemos o Clube Militar e a Escola Superior de Guerra para apreender o pensamento militar sobre as questões ambientais, com ênfase do olhar para a Amazônia. No Clube Militar, foram analisados 62 artigos existentes na Revista do Clube Militar no período de 1980-2000 em que vários articulistas gerais, coronéis, sócios e convidados escreveram sobre o tema Amazônia, com a finalidade de: (1) ampliar a compreensão sobre o pensamento militar como um todo; (2) identificar a que tendência ambiental se associaria cada artigo (antropocêntrica ou ecocêntrica) e (3) ver como se comportaria a tese majoritária, observada preliminarmente dentro o segmento militar, de que há ameaças deliberadas de internacionalização da Amazônia. Posteriormente, procurando fazer uma análise temática, selecionamos mais de 40 monografias e publicações da Escola Superior de Guerra. Mantivemos o corte temporal de 1980-2000, que coincide com os primórdios das discussões ambientais no Brasil e procuramos dialogar com a literatura o emitido pela fonte.

Em geral, grande parte da coletividade militar expressa a idéia de um meio ambiente exclusivamente brasileiro, revelando incompleta formação de seus quadros quanto à problemática ambiental e uma postura de afirmação da soberania nacional nos moldes da doutrina de segurança nacional aplicada aos tratos ambientais, que é materializada pela crença hegemônica na ameaça da internacionalização da Amazônia.

Em face dos valores e de sua cultura organizacional, as manifestações do segmento militar em prol de ações ecológicas estão orientadas por uma racionalidade distinta daquela na qual se apóia o pensamento ambiental. A cultura organizacional militar tende a influir negativamente no desempenho militar em relação ao meio ambiente. As conseqüências disso são o cumprimento de missões que tendem a

menosprezar os delicados meandros da prática de conservação e de preservação ambientais.

A mínima inclusão de assuntos ambientais em currículos de escolas militares e a falta de prática em assuntos ambientais trazem dificuldades para que militares conheçam, interpretem e decidam acertadamente sobre aspectos ambientais dos seus papéis e lides profissionais.

Ainda assim, organizações militares podem apresentar contribuições aos interesses ambientais, mesmo que por motivações e pressupostos distintos, em razão de que as táticas militares empregadas na área de floresta úmida incentivam um cuidado com a liberação de resíduos e um bom relacionamento com a população regional. Alguns casos de adestramento de militares, como o do Centro de Instrução de Guerra na Selva, oferecem contribuições originais à educação ambiental. Isso se faz importante para a interlocução com outras entidades científicas e organizações sociais que já desenvolvem trabalhos na temática ambiental e que provavelmente interagirão em qualquer projeto de monitoramento e de manejo em que militares venham a participar.

O pensamento militar brasileiro tende a articular-se dentro do conceito de “segurança ambiental” e de afastar-se do da “segurança ecológica”. Isso poderá afetar as complexas relações ecossistêmicas e sociais e comprometer com ações antrópicas e profissionais a biodiversidade no Brasil.

Além de provocarem significativos impactos ambientais nos tempos de guerra, as atividades militares nos períodos sem guerra também são ambientalmente degradantes. Se os militares não estão lutando nas guerras, estão qualificando-se e adestrando-se para a próxima guerra. Teremos, ao aceitar a força armada, um estado de continuidade dos conflitos de baixa intensidade com impactos ambientais cumulativos, que incluem o uso e a degradação da terra, a poluição e o uso do espaço aéreo e marítimo, o uso da energia e recursos materiais e a geração de resíduos tóxicos. Como vimos, os militares, em suas atividades específicas, algumas vezes podem trazer vantagens para a conservação e restauração ambientais. Algumas porções de terra sob jurisdição militar são mais bem cuidadas pela contenção do cinturão de isolamento como área militar do que pela devolução ao poder público quando não sensibilizado com as questões ambientais em seus procedimentos diários.

No caso do Brasil, a ocupação do território possui marcas da presença do exército por toda a parte e em algumas localidades é o “quartel” o maior provedor de oportunidades diretas e indiretas, até hoje. Como não estamos em guerra, os efeitos nocivos observados pela longa permanência de unidades americanas no exterior, usando terras de outros países não se aplicaria ao Brasil e da mesma forma o impacto social recorrente a isso.

Recomendando que as instituições militares tenham cuidado com seus próprios impactos ambientais, existem outros nichos de atuação para os militares. Os militares podem ajudar no reforço de atividades ambientais padronizadas, podem colaborar com suas agências de inteligência no monitoramento e na coleta de informações sobre degradação ambiental e podem ajudar em papéis não violentos de conservação e restauração. Sabemos que o problema de utilizar os militares nessa atividade é que isso possibilita que eles venham a “colonizar” sob o propósito de cooperação. Por outro lado, é potencialmente benigna a idéia de envolver militares e as suas agências de inteligência para monitorar e processar problemas ambientais.

Uma melhor formulação (e isso já de forma inicial acontece no Brasil através do SIVAM/SIPAM) é a de uma condição de responsabilidade coletiva e partilhada pela capacidade técnica e instalada da instituição militar em atuar com múltiplos propósitos na coordenação e na vigilância, monitorando sistemas complexos de natureza ambiental. Como trabalhos desta forma poderiam integrar civis e militares (com comunicação, transporte, infra-estrutura viária e aérea) na comunidade local, pensa-se que os sinais de danos ambientais seriam mais eficazmente identificados e abordados. Propõe-se o envolvimento militar nas questões ambientais como estratégia, encorajando e sensibilizando os militares a participarem desta nova proposta, assim conduzida de forma moral e praticamente aceitável, o que significaria não somente dar um passo na direção da proteção e restauração ambiental, mas também de outro para a segurança ecológica e para a modificação estrutural dessas instituições totais modeladas na visão hegemônica da segurança nacional.

Palavras-chave: pensamento militar, meio ambiente, cultura organizacional, segurança ambiental, segurança ecológica

Abstract

In this work, we dedicate to investigate which is the relation between the Brazilian military institution and the environmental question in Brazil, by means of exploratory and evaluative research, where qualitative methodologies varied for the verification and magnifying of the agreement of the military thought. We use the methodologic triangulation composing from the techniques of the case study, the exploratory interview and analysis of content of collected documents. We analyze the resumes of the Military Academy of the Black Needles (AMAN), the Center of Instruction of War in the forest (CIGS) to search for environmental evidences. We choose the Military Club (Clube Militar) and the Superior School of War to apprehend the military thought on environmental questions, with emphasis of Amazonia. In the Military Club, 62 existing articles in the Magazine of the Military Club in the period of 1980-2000 had been analyzed where some general contributors, colonels, partners and guests had written on the subject Amazonia, with the purpose of: (1) to extend the understanding on the military thought as a whole; (2) to identify the one that ambient trend if would associate each article (anthropocentric or ecocentric) and (3) to see as if it would hold the majoritarian thesis, observed preliminarily amongst the military segment, of that it has deliberate threats of internationalization of the Amazonia. Later, looking for to make a thematic analysis, we more than select 40 monographs and publications of the Superior School of War. We kept the secular cut of 1980-2000, that it coincides with the beginnings of the environmental quarrels in Brazil and we look for to dialogue with literature the emitted one for the source.

In general, great part of the military collectivity express the idea of an exclusively Brazilian environment, disclosing incomplete formation about the environmental problems and a position of affirmation of the national sovereignty in the shape of the national security doctrine applied to the environmental treatments, that are materialized by the hegemonic belief in the threat of the internationalization of the Amazonia.

In face of the values and its organizational culture, the manifestations of the military segment in favor of ecological actions are guided by a very distinct rationality of the environmental thought. The organizacional culture to militate tends to influence negative in the military performance in relation to the environment. The consequences

are the fulfilment of missions which disturb the delicate faces of environmental conservation and preservation.

The minimum inclusion of environment subjects in military schools brings difficulties so that military knows, interprets and decides correctly on environment aspects of its papers and professionals deals. Still thus, military organizations can present contributions to the environment interests, even thou for distinct motivations, in reason of that the used military tactics in the area of humid forest stimulate a care with the release of residues and a good relationship with the regional population. Some cases of military training offer original contributions to environmental education. This makes importance for the interlocution with other scientific entities and social organizations that already develop works in thematic the environment and probably they will interact in any project of surveillance and handling where military come to participate.

Also, the Brazilian military thought tends to articulate itself inside of the concept of environmental security and to move away itself from the ecological security. This will be able to affect the complex ecosystemics network and social relations which can compromise, with its professional actions, the biodiversity in Brazil.

Besides provoking significant environmental impacts in the war times, the military activities in the periods without war also are environmentally degradatives. If the military are not fighting in the wars, he is training itself for the next war. We will have, when accepting the seted force, a state of continuity of the conflicts of low intensity with cumulative environmental impacts, that include the use and the degradation of the land, the pollution and the use of the airspace and maritime, the use of the energy and material resources and the generation of toxical material. How we saw, the military, in its specific activities, sometimes can bring advantages for the environmental conservation and restoration. Some portions of land under military jurisdiction are most well-taken care of the containment of the military area than devolution to the public power when not sensetized with the environmental questions in its daily procedures.

In the case of Brazil, the occupation of the territory possesss marks of the presence of the army for all the part and in some localities the biggest supplier of direct and indirect chances is the "barracks", until today. As we are not in war, the harmful effect observed by the long permanence of American units in the exterior, using lands of other

countries the recurrent social impact to this would not be applied to Brazil and in the same way.

Recommending that the military institutions have care with its proper environmental impacts, other niches of performance for the military exist. The military can help in the reinforcement of standardized environmental activities, they can collaborate with its agencies of intelligence in the surveillance and the collection of information on environmental degradation and can help in not violent papers of conservation and restoration. We know that the problem to use the military in this activity is that this makes possible that they come "to colonize" under the cooperation intention. On the other hand, she is potentially benign the idea to involve military and its agencies of intelligence to monitor and to process environmental problems.

One better formularization (and this already of initial form it happens in Brazil through the SIVAM/SIPAM) is a condition of responsibility collective share by the capacity technique and installed of the military institution in acting with multiple intentions in the coordination and the monitoring, monitoring complex systems of environmental nature. As works of this form they could integrate civilians and military (with communication, transport, road and aerial infrastructure) in the local community, think that the signals of environmental damages more efficiently would be identified and boarded. The military involvement in the environmental questions is considered as strategy, encouraging and sensetizing the military to participate of this new proposal, thus lead of moral and practically acceptable form, what it would not only mean to give to a step in the direction of the protection and environmental restoration, but also of another one for the ecological security and the structural modification of these shaped total institutions in the hegemonic vision of the national security.

Key-words: military thought, environment, organizacional culture, environmental security, ecological security.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	15
Capítulo I: METODOLOGIA.....	28
1.1. Técnicas de Pesquisa.....	29
1.1.1. Pesquisa Documental.....	29
1.1.2. Estudos de Caso.....	32
1.1.3. Entrevista.....	32
Capítulo II: CONCEITOS E CORRENTES NA QUESTÃO AMBIENTAL.....	33
2.1. Sobre a Questão Ambiental.....	34
2.2. Impacto Ambiental.....	41
2.3. Ecologia e Crise	42
2.4. Ecodesenvolvimento	45
2.5. Desenvolvimento sustentável.....	45
2.6. Meio Ambiente	46
2.7. Ecodesenvolvimento e a conservação dos bens naturais.....	47
2.8. Ecologia Profunda	50
2.9. Ecologia Social.....	51
2.10. Eco-socialismo.....	51
2.11. Ambientalismo(s) e ecologismo(s).....	53
Capítulo III: PENSAMENTO POLÍTICO, CULTURA E INSTITUIÇÃO MILITARES.....	55
3.1. Militares em busca de uma identidade: da organização para a instituição.....	56
3.2. A visão de dois mundos: a socialização dos militares.....	62
3.3. A Profissão Militar e os oficiais das Forças Armadas.....	63
3.4. A Especificidade da Instituição Militar: uma Cultura Complexa.....	70
3.5. A Instituição Total envolve completamente a vida dos militares: a EsPCEX e a AMAN.....	75
Capítulo IV: ENSINO MILITAR e QUESTÃO AMBIENTAL.....	82
4.1. O conceito de Educação Ambiental	83
4.2. A indissociabilidade das temáticas entre educação ambiental e saúde coletiva.....	86
4.3. Educação ou adestramento ambiental?.....	89
4.4. Mais elementos dissonantes para uma educação ambiental.....	90
4.5. Adestramento militar e dilemas da educação ambiental.....	92
4.6. Efeitos da modernidade sobre o ensino militar	94
4.7. O currículo da Academia Militar das Agulhas Negras	98
4.7.1. Análise do currículo de 1810.....	99
4.7.2. Análise do currículo de 1874.....	100
4.7.3. Análise do currículo de 1942-1944.....	101
4.7.4. Análise do currículo de 1960.....	102
4.7.5. Análise do currículo de 1980.....	103
4.7.6. Análise do currículo de 2000.....	104
4.7.7. Breve síntese dos currículos de 1980 e 2000	106
4.8. O Centro de Instrução de Guerra na Selva e a proposta pedagógica	106

4.8.1. As evidências de práticas ambientais nas atividades do CIGS	107
4.8.2. Procedimentos adotados nas Bases de Instrução de Selva (BI).....	107
4.8.3. Participação em grupo de pesquisa	108
4.8.4. Criação de uma comissão de ética para experimentação animal.....	109
4.9. Síntese analítica dos dados coletados	109
Capítulo V: QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA e O CLUBE MILITAR	115
5.1. O Clube Militar e seu papel	116
5.2. Análise dos dados selecionados.....	118
Capítulo VI: A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA e A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.....	124
6.1. A Doutrina da Escola Superior de Guerra	125
6.2. O Meio ambiente na Doutrina da ESG	130
6.3. O pensamento militar através das monografias de estagiários da ESG e de outros trabalhos da ESG	139
6.4. Análise temática dos trabalhos selecionados.....	140
6.5. Grupo 1- Dos que mais apregoam do que formulam propostas.....	140
6.5.1. Análises dos trabalhos 01-06	140
6.5.2. Sobre as conseqüências de desenvolvimentismo	143
6.5.3. Análise dos trabalhos 07-08.....	148
6.5.4. Sobre as Relações Internacionais e a Guerra.....	148
6.5.5. Análise do trabalho 09.....	150
6.5.6. Análise dos trabalhos 10 e 11.....	152
6.6. Grupo 2- Dos que acentuam o poder e controle	154
6.6.1. Análise dos trabalhos 12, 13 e 14.....	154
6.6.2. Sobre a História da Amazônia	157
6.6.3. Análise dos trabalhos 15, 16, 17 e 18.....	159
6.6.4. Sobre aspectos da geografia política dos militares	164
6.6.5. Análise do trabalho 19.....	168
6.6.6. Análises dos trabalhos 20 e 21.....	169
6.6.7. Sobre as diferentes correntes militares ou de civis assemelhados quanto à Amazônia.....	170
6.6.8. Análise do trabalho 22.....	173
6.6.9. Sobre as diferentes organizações na Amazônia : agentes e seus partidos ...	174
6.6.10. Sobre a ocupação do território e o uso do espaço.....	176
6.6.11. Análises dos trabalhos 23 e 24.....	177
6.6.12. Sobre os indígenas.....	178
6.6.13. Análise dos trabalhos 25 e 26	180
6.7. Grupo 3- Dos que formulam propostas.....	182
6.7.1. Análise do trabalho 28	182
6.7.2. Análise do trabalho 29	184
6.7.3. Análise do trabalho 30.....	185
6.7.4. Análise do trabalho 31.....	186
6.7.5. Análise do trabalho 32.....	187
6.7.6. Análise do trabalho 33.....	188
6.7.7. Análise do trabalho 34.....	190
6.7.8. Análise dos trabalhos 35 e 36.....	191

6.7.9. Sobre o desenvolvimento regional sustentável da Amazônia.....	192
6.7.10. Análise do trabalho 37.....	193
6.7.11. Análise do trabalho 38.....	194
6.7.12. Análise do trabalho 39.....	196
6.7.13. Análise dos trabalhos 40, 41 e 42.....	197
6.8. Síntese analítica dos dados empíricos escolhidos.....	200
Capítulo VII: SEGURANÇA AMBIENTAL e SEGURANÇA ECOLÓGICA: O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA e O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	208
7.1. O conceito de Segurança Ambiental.....	209
7.2. O conceito de Segurança Ecológica.....	224
7.3. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS e ATIVIDADES MILITARES EM ANDAMENTO.....	240
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261

APRESENTAÇÃO

Os objetivos desta tese são (1) aprofundar o conhecimento sobre o pensamento militar brasileiro, através do exame da cultura organizacional e dos currículos de escolas militares do Exército Brasileiro; (2) verificar como é o pensamento ambiental das forças armadas brasileiras, com ênfase para o Exército Brasileiro; (3) identificar as ações ambientais do Exército Brasileiro e (4) servir de guia para organizações e instituições interessadas em parcerias com as organizações militares, em especial no tocante aos assuntos ambientais.

As perspectivas dessa proposta são a de analisar dimensões que se cruzam para mostrar se a sociedade militar articula-se (em sua lógica e dinâmica própria) para apropriar e submeter a natureza. Essa discussão que sustentamos se define como objeto de trabalhos interdisciplinares, inicialmente, mas, ousamos transpor o pensamento militar em termos transdisciplinares, considerando que as ciências sociais trafegam na complexidade e que o comportamento da instituição é um reflexo dessa condição.

Dessa forma, para apreender a expressão do pensamento militar, o plano de trabalho da tese buscou o cruzamento de três dimensões, nas leituras da (1) geografia, ciência política e história para a composição da *dimensão política*; (2) educação ambiental, ciência política e história para a composição da *dimensão ambiental*; (3) sociologia, antropologia e administração para a composição da *dimensão sócio-cultural*.

Na introdução, mostramos a visão da obra e a nossa crença de que é necessário saber mais do segmento militar para que ações ambientais tenham melhores resultados no Brasil, em especial na Amazônia.

O primeiro capítulo é metodológico, onde procuramos mostrar nosso esforço em cruzar fontes e de triangular metodologias, pois duvidamos de uma ou outra técnica para melhor compreender a verdade de fatos.

O segundo capítulo apresenta correntes e conceitos ambientais que estarão visíveis nos dados coletados e que poderão ser discutidos ao longo do trabalho, excetuando-se os de educação ambiental, segurança ambiental e segurança ecológica, que serão tratados em capítulos especiais.

O terceiro capítulo aborda questões como a cultura organizacional militar e a peculiaridade da profissão militar, recorrendo-se até a episódios da História do Brasil para melhor visualizar o comportamento do segmento militar no Brasil.

O quarto capítulo aborda o ensino militar em sua peculiaridade. Diante da discussão sobre educação ambiental, examinamos os currículos da Academia Militar das Agulhas Negras e do Centro de Instrução de Guerra na Selva na busca por neles evidenciar assuntos de interesse ambiental, inclusão de ciências naturais ou das ciências sociais ou atividades ali exercidas que tenham nexos ambientais.

O quinto capítulo é para verificar o pensamento militar sobre os assuntos ambientais através do Clube Militar, uma organização que se mobiliza para discutir temas nacionais de interesse militar.

O sexto capítulo é sobre a Escola Superior de Guerra, buscando-se a forma como seus estagiários e membros do corpo permanente vêem a questão ambiental e a Amazônia.

No sétimo capítulo, discutimos os conceitos de Segurança Ambiental e Ecológica diante do pensamento militar e os associamos ao Sistema de Proteção da Amazônia e Sistema de Vigilância da Amazônia.

Concluimos apresentando a síntese dos capítulos anteriores, a nossa interpretação sobre o atual pensamento militar brasileiro no tocante à questão ambiental, algumas possibilidades em relação à participação militar na Amazônia, sugestões para aprimoramento do conhecimento sobre o planejamento e as ações orientadas pelo exército brasileiro voltadas para o meio ambiente.

INTRODUÇÃO

A chamada questão ambiental, assim como se tem compreendido desde a sua emergência ao primeiro plano da pauta das prioridades globais, parece dizer respeito ao intenso processo de degradação do meio ambiente e dos recursos naturais, provocada pela intensificação do crescimento econômico e populacional no Século XX (Souza, 2000).

Sabe-se que a relação entre crescimento econômico e o meio ambiente apresenta conflitos desde tempos remotos. Ocorre, porém, que apenas recentemente, basicamente durante o Século XX, esses conflitos atingiram dimensões que poderiam pôr em risco a sustentabilidade da vida na Terra nesse ângulo de interferência endógena¹. São muitas as razões para que o século XX tenha manifestado, de forma tão contundente, o processo endêmico da degradação ambiental ao sistema econômico: intensificação da industrialização; explosão demográfica; produção e consumo de massa; urbanização; modernização agrícola, dentre outras.

Estas relações conflitivas entre o processo de crescimento econômico e o meio ambiente manifestam-se, basicamente, por meio da degradação de recursos naturais renováveis e não renováveis, pela geração de poluição (na água, solo, ar e produtos a serem consumidos) e pela produção de situações de risco de desastres ambientais.

Apresentamos resumidamente os principais problemas ambientais e seus agentes causadores (Quadro 1).

¹ Do ponto de vista exterior ao planeta Terra, impactos cósmicos também trariam conseqüências catastróficas, apesar de seu baixíssimo risco. Se considerarmos impactos de projéteis vindo do espaço com dimensões menores que 15 km (o caso da cratera Chicxulub, no México), teremos resultados significativos para o clima global, suficientes para reduzir safras e precipitar a fome em massa, mas não a extinção em massa. Ver a discussão de Morrison, D., op. Cit.

Quadro 1: Principais problemas ambientais e seus agentes causadores

PROBLEMA	ABRANGÊNCIA	PRINCIPAL AGENTE
1. Poluição		
1.1 Efeito estufa/mudança climática	Global	Emissão de CO ₂ , N ₂ O ₂ , CH ₄ , CFCs, (e HFCs), O ₃ , (baixo nível)
1.2 Destruição da camada de ozônio	Global	Emissão de CFCs
1.3 Acidificação	Continental	Emissão de SO ₂ , NO _x , NH ₃ , O ₃ (baixo nível)
1.4 Poluição tóxica	Continental	Emissão de SO ₂ , NO _x , particulados, metais pesados, hidrocarbonetos, monóxido de carbono, agroquímicos, organoclorados eutróficos, radiação, ruído
2. Degradação dos recursos naturais renováveis		
2.1 Extinção de espécies	Global	Mudança no uso da terra (modernização, desmatamento) Pressão populacional. Produção insustentável (superpastejo, caça e pesca)
2.2 Desmatamento	Global e Regional	Mudança climática (possível) Destruição da camada de Ozônio (no futuro) Mudança no uso da terra Pressão Insustentável por produção de madeira
2.3 Degradação do solo/perda de fertilidade do solo	Regional e Nacional	Mudança Climática (possível no futuro) Chuva ácida Pressão populacional, desmatamento, superpastejo, agricultura insustentável, urbanização, mudança climática (possível no futuro)
2.4 Degradação da água	Regional e Nacional	Uso insustentável Mudança Climática (possível no futuro)
2.5 Degradação dos recursos pesqueiros	Nacional e local	Superexploração pesqueira Poluição Destruição do <i>habitat</i> aquático
3 Esgotamento dos recursos naturais não renováveis		
3.1 Esgotamento de vários recursos (combustíveis fósseis, minerais etc.)	Global, Nacional	Alto Nível de consumo
4 Outros problemas ambientais		
4.1 Congestionamento	Nacional e Local	Disposição dos resíduos Tráfego

FONTE: Adaptado por SOUZA (2000, *Op. Cit*) de Ekins & Jacobs (1993).

Como a atividade humana no comprometimento ambiental é notória, a temática sócio-ambiental tem adquirido importância cada vez maior em todo o mundo. Trata-se de um desafio para a comunidade científica, para os agentes do setor público e para a sociedade civil organizada. Esta temática tem sido focalizada sob dois ângulos principais: por um lado, existem teóricos que defendem uma posição de preservação ambiental, sem assumir como prioritária a questão das desigualdades sociais; por outro, aqueles que propõem estratégias de conservação dos recursos naturais através dos princípios do ecodesenvolvimento (que vai conceituado adiante). Este último estabelece rupturas no modo de representar o mundo em que vivemos, de fazer ciência e de organizar sistemas educacionais, estabelecendo ainda um novo modelo de desenvolvimento social, econômico e político para todos os povos, deixando clara a importância dos processos pedagógicos na sua efetivação.

Muito avanço se tem observado neste sentido a partir do surgimento de atividades voltadas para a preservação ambiental, para a formação e capacitação em atividades que envolvam o meio ambiente e a educação ambiental, bem como das atividades de pesquisa e extensão que têm em seu campo temático a questão ambiental.

É a partir dessas preocupações com a temática ambiental que ações de pesquisa e ensino nas universidades têm sido orientadas, com a conseqüente incorporação de atividades, disciplinas ou modelos de análise, com o adjetivo ambiental. Ora, a simples adjetivação dessas práticas acadêmicas não define ao certo de que “ambiente” se está falando, que tipo de ação se pretende e que tipo de desenvolvimento é desejado.

A presente tese pretende tangencialmente abordar estas questões, buscando ainda dedicar-se à nada simples tarefa de interrelacionar a abordagem de dois grandes campos: dos estudos ambientais e militares. Procuraremos mostrar como o segmento militar transita também no terreno das relações internacionais, por fazer do uso da sua força o seu motivo profissional e por depender da política externa para atuar. Ambos os campos de estudo caracterizam-se, individualmente, por uma profunda interdisciplinaridade, o que exige do pesquisador um esforço rigoroso exemplificado tanto da definição como na delimitação do escopo do trabalho quanto nas considerações teóricas e no estabelecimento dos níveis de análise.

Este interesse, no entanto, vê-se fragmentado nas diversas formas de abordar a questão e de explorar pedagogicamente o tema. Apesar da existência de doutorados interdisciplinares, muitas outras linhas e disciplinas desenvolvem atividades paralelas com enfoques diferenciados sobre a questão ambiental. A geografia por seu turno, aborda a questão do ponto de vista do impacto ambiental de ações de urbanização e empreendimentos tecnológicos; a pedagogia, no uso da geografia para a introdução de conceitos ecológicos com o intuito de atender aos Parâmetros Curriculares Nacionais e aos temas transversais do Ministério da Educação. A psicologia tem um outro tipo de enfoque sobre a questão, muitas vezes ficando no nível subliminar das representações sobre o meio ambiente, repetindo-se o tipo de trabalho que vem sendo realizado pela psicologia social. Nas ciências sociais, ainda que exista uma vasta produção em temas ambientais, segundo Noal *et alii* (1998), observa-se a existência de pelo menos duas correntes de análise das questões ambientais: (1) a da tecnologia ecológica, que têm como ponto de análise a discussão das inovações tecnológicas a fim de otimizar a utilização dos recursos e uma outra, que se (2) norteia pelo trato da questão pelo enfoque do ecodesenvolvimento, na expectativa de novas formas de “ataque” às questões ambientais e sociais.

A discussão não se esgota no meio acadêmico. Também a sociedade em geral tem discutido calorosamente a questão, como se vê em matérias veiculadas nos meios de comunicação de massa, nas ações de educação popular realizadas pelas Organizações Não Governamentais (ONG's), no âmbito das discussões da comunidade em geral (sociedade civil organizada) e até entre as forças de segurança pública. Esta questão suscita muitas interpretações do que seja Meio Ambiente, Educação Ambiental, Ecologia, Preservação, Desenvolvimento Sustentável e Crise Ambiental. Surgem culpados e não-culpados, vítimas e algozes dos *desastres* ecológicos e da destruição dos ecossistemas.

Além disso, a exígua produção científica no Brasil sobre o pensamento militar, quando apreendido sob dimensões variadas, por si só, justifica a realização desta tese. Este trabalho está no caminho pioneiro do interesse pelo estudo do segmento militar, alvo de poucas análises científicas no país, a julgar pela incidência de publicações. Por outro lado, o tema da crise ambiental e do desenvolvimento permite inúmeras formas de abordagens, observadas diante da quantidade de trabalhos que se tem produzido no meio acadêmico e pela sociedade em geral, justificando-se duplamente a escolha do tema.

Esta tese teve como ponto de partida a dissertação de mestrado do autor, que é relacionada ao pensamento militar. Na ocasião, havíamos observado nos documentos da Escola Superior de Guerra uma ênfase da tecnificação do manejo do solo com a finalidade de maior produtividade agrícola, mas um afastamento das questões sociais e ambientais que implicavam na modernização da grande lavoura e da grande empresa agrícola (Andrade Jr, 1998).

Aqui, reunimos uma bibliografia relativa a estudos particulares de natureza sócio-ambiental que pressupõem o olhar sobre a Amazônia como foco de análise escolhido para melhor observar os cruzamentos das dimensões política, social, educacional, cultural e ambiental relacionadas ao segmento militar.

A importância de estudar o segmento militar também está relacionada à sua participação na multiplicidade de associações possíveis em temas diversos como saúde das populações ribeirinhas, autodeterminação de nações indígenas, biossegurança aplicada às experiências bélicas, violência em meios urbanos e outras questões de máximo interesse ao campo da Saúde Pública, onde se inscreve.

Neste trabalho, pretendemos dar visibilidade ao fato de que o segmento militar não é um todo coeso, homogêneo, apesar das tentativas de socialização. Ao longo da história, foram identificados partidos militares dentro do Exército, segundo a interpretação de alguns autores pensando sob prismas eleitorais e coligações partidárias (Oliveira, 1976; Coelho, 1978; Rouquié, 1980). Outros pensam as diversidades do pensamento militar quando canalizado por correntes militares, que constituem uma forma de expressar convicções diante de crenças específicas que levam a exercícios ideológicos diversos (Castro, 1990). É o caso tradicional do conflito entre nacionalistas militares e “entreguistas” que antecipam o papel de instituições como o extinto Instituto Superior de

Estudos Brasileiros, o Clube Militar e a Escola Superior de Guerra (Gaio, 1997; Andrade Jr, 2001).

Para nós, e na continuidade do estudo do segmento militar, efetivamente a heterogeneidade da instituição militar sofre um processo contínuo de adaptação. Por ora, existe uma crise de identidade institucional, já que esta se encontrava antes preparada para uma condição de conflito gerada no mundo bipolar. Isto permitia o exercício prático de “exércitos vermelhos contra azuis” de forma linear e doutrinariamente mais simples de conceber quanto à projeção de cenários². Hoje, o mundo globalizado e o terror generalizado trazem dificuldades para o planejador e comandante das ações militares, quiçá de seus subordinados, pelas inovações e pelas imponderabilidades das variáveis que compõem os cenários das hostilidades, as quais provocam casualidades de ordem diversas, como as da dimensão ambiental: pela guerra biológica, química e nuclear que intensificam as armas do terror e que inviabilizam o paradigma anterior.

A grande questão a ser respondida é **como e o que pensam os militares brasileiros sobre o meio ambiente?** Como outras questões, pretende-se verificar se (1) o exército possui projetos, atividades e regulamentações que mencionam a questão ambiental; (2) como entidade que vela pelo patrimônio e pela soberania, a organização militar tende a incutir em seus militares a idéia de responsabilidade e proteção pelos recursos naturais da nação e de que formas; (3) normatizações recentes da Instituição militar estão relacionadas às pressões externas que sofre para atuar mais em prol do meio ambiente, como entidade de abrangência nacional de reconhecida credibilidade pública e (4) de que forma o debate das questões ambientais é apresentado para os militares em suas escolas ou em outras oportunidades formais.

As hipóteses adotadas pela pesquisa foram as seguintes: (1) correntes militares valem-se da idéia central da internacionalização da Amazônia; (2) a cultura organizacional influi negativamente no desempenho militar em relação ao meio ambiente, em função de que enfatiza o uso da força e a socialização em um sistema rígido, com reflexos para o cumprimento de missões de treinamento e de combate que trazem

² Esse ainda é o método que a Escola Superior de Guerra dispõe para antecipar-se ao futuro. A brochura “O Método de Planejamento Estratégico”, classificada como LS 107-DPD, de 2002 e elaborada pelo Prof. Gustavo Heck e pelo CMG Adalberto Souza Filho, do departamento de estudos, nas páginas de 35 a 42 enfatiza a construção de cenários com a principal ferramenta para a tomada de decisão, mas no mesmo panfleto fala da especificidade de sistemas abertos e do comportamento incerto dos ecossistemas, não dizendo como antecipar-se a tais “incertezas prospectivas”.

impactos ambientais e que podem menosprezar os delicados meandros da prática de conservação e de preservação ambientais; (3) determinadas estratégias e táticas militares podem apresentar contribuições aos interesses ambientais, ainda que por motivações e pressupostos distintos.

Entendendo a importância que as questões acima têm para a sobrevivência da instituição militar, pretendemos ainda contribuir para que as forças armadas sejam estimuladas e mobilizadas para o esforço de construção democrática, trazendo polêmicos temas como este para a sua cartilha, ao contrário dos que apregoam o seu isolamento.

Trabalhamos com a perspectiva de que é bastante pertinente, em tempos de democracia, uma nova série de estudos sobre o que pensam os militares. Conhecendo um pouco mais de sua cultura e de sua postura política e social, tende-se a culminar com o esforço pedagógico de novos rumos de planilhas educacionais militares aplicáveis ao novo momento político, que nega a atuação do segmento militar sob uma concepção autoritária de poder. Este trabalho está concebido acreditando que militares devam ser sensibilizados para o exercício da cidadania e que a percepção de seu conflito interno seja fator da própria mudança.

Aceitamos o desafio de pensar que o mapeamento da instituição militar, quanto ao típico de seu cerne, possa servir de guia depreendendo atitudes calcadas em normas relativas, pelo menos como indícios, para desvendar os aspectos do “adestramento ambiental militar” que sejam favoráveis à conservação ambiental. Acreditamos que alguns casos de adestramento ambiental de militares do Exército possam oferecer contribuições originais à educação ambiental, bem como beneficiarem-se dela, tanto pela geração de conceitos como na agudização da percepção. Isso se faz importante para a interlocução com outras entidades científicas e organizações sociais que já desenvolvem trabalhos na temática ambiental e que provavelmente interagirão operativamente entre si em qualquer projeto de monitoramento e de manejo em que o Exército tome parte.

Sabe-se que essa instituição normatizou a inserção transversal de temas ambientais em suas escolas. Porém, em face dos valores nacionalistas militares, de seus ritos e de sua cultura organizacional, as manifestações em prol de ações ecológicas parecem orientadas por uma racionalidade muito distinta daquela na qual se apóia o pensamento ambiental.

Sondagens preliminares nos permitiram identificar através da análise de impressos militares, que grande parte da coletividade militar expressa a idéia de um meio ambiente exclusivamente brasileiro, podendo revelar incompleta formação de seus quadros quanto à problemática ambiental e uma postura de afirmação da soberania aplicada aos tratos ambientais, exemplificada pela crença hegemônica da “ameaça da internacionalização da Amazônia” (Andrade Jr, 2001b).

Sem dúvida, achamos instigante a possibilidade de trabalhar na contracultura institucional, verificando, adaptando e reorientando ações militares, já instauradas e em andamento, voltadas sistematicamente para a conservação, preservação e defesa de áreas ambientais em suas tarefas ou para a redução de danos biológicos à população. Essa iniciativa é passível de trazer alocações mais bem orientadas e sustentáveis para militares profissionais e conscritos, socializados sob ritos de proteção da terra e dos recursos naturais brasileiros das ameaças alienígenas, mas provavelmente desprovidos de formação ecológica.

De forma a não abordar a Questão Amazônica diretamente, pensou-se em mencioná-la em poucos aspectos político-militares, relacionando-a como sede de abundantes recursos e de expansão de fronteira internacional, que é importante para localizar o segmento militar em sua esfera de atuação primordial, quer seja no controle do território ou na afirmação da soberania.

Isso, porque o excesso de controle pode levar ao desvio dos objetivos para integrar a Amazônia, ao permitir explorar com maior rigor e parafernália uma região tão promissora e sensível. De seu equilíbrio e de seus valores potenciais, dependem muitos indivíduos, organizações e países. Pairam contradições do agir diante da sua riqueza e proteção, da exuberância e intocabilidade, da colonização e ocupação, da soberania e autodeterminação, da sobrevivência e qualidade de vida, da esperança e entrega, da dominação e libertação, do racional e do subjetivo em matéria de ciência. Estas são algumas das questões tão desafiadoras e complexas para os pesquisadores da Amazônia, provenientes de vários campos do saber.

Ainda que a complexidade na Amazônia demande transdisciplinaridade no trato, a Amazônia parece estar, hoje, como uma luva bem calçada na mão do estrategista e do agente de segurança, em função das questões mais fortes que a operação do Sistema de

Vigilância da Amazônia e Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM) permitem evidenciar. Tem as características que permitem a sua afirmação, conteúdos e dinâmicas histórico-políticas extraordinárias. São reservas naturais intactas que convidam o olhar alienígena ao seu exotismo; que dividem o espaço com um povo miscigenado entre várias etnias, povos que vivem à margem da linha de sobrevivência com baixo poder de expressão de cidadania e incapazes de prover a sua defesa, quiçá de seu território.

Nesse panorama complexo, para uma melhor orientação, nos valem das sínteses e análises de Bertha Becker, sempre que necessário. Segundo Becker (1997), muitas das idéias de preservação também têm o sentido de reserva de valor, de realização futura para a energia, para a ciência e tecnologia. E, nesse sentido, para essa autora, a Amazônia tornou-se um novo parâmetro da geopolítica mundial, um elemento de pressão sobre os países periféricos e semiperiféricos que detêm recursos naturais. Isto a valoriza por ser o maior banco genético do planeta, o lugar de maior biodiversidade e, portanto, fonte primordial para ciência e tecnologia. A Amazônia também é vista por Becker como “(...) uma das últimas fronteiras no mundo atual; para a nação brasileira um fato político fundamental pela projeção ao futuro e para o capital como reserva mundial de energia” (Becker, 1997:11).

Do ponto de vista físico, no Brasil encontra-se a maior parte da Amazônia, que corresponde a mais da metade do território nacional (59%). São 5.033.072 Km² de extensão, dos quais 91% são cobertos pela floresta, abrangendo os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. Na imensidão da Amazônia brasileira residem dez milhões de habitantes que resulta em uma densidade demográfica de 2 hab/Km². Baseados na cobertura vegetal do que se denomina como Floresta Tropical Úmida, consideram-se como maiores ecossistemas amazônicos a floresta de terra firme (que cobre aproximadamente 90% da região) e as florestas inundadas permanente ou periodicamente (várzeas, igapós, campos e manguezais). Salpicadas entre as grandes áreas florestadas, é comum encontrar também manchas dispersas de tipos vegetacionais, como campos rupestres, campinas de areias brancas, cerrados e outros. Dominando a paisagem e delimitando a distribuição fitogeográfica, estão as bacias hidrográficas que compõem a Bacia Amazônica, responsável por 1/5 da disponibilidade mundial de água doce. No meio desse mundo verde e líquido, de clima

quente e úmido, que estrutura o ecossistema amazônico, a natureza parece ter decidido dar livre curso a imaginação e explodiu em múltiplas formas de vida. A região abriga 50% da biodiversidade mundial – a diversidade de árvores varia entre 40 a 300 espécies diferentes por hectare (na América do Norte é de 4 a 25); em uma única planta amazônica foram encontradas mais de 80 espécies de formigas, o que representa o dobro de espécies encontradas nas Ilhas Britânicas³.

Alçada à condição de uma das principais bandeiras do movimento ecológico nacional e internacional, torna-se uma marca mundial e, colada a ela, aparecem sistematicamente as palavras desenvolvimento sustentável e biodiversidade. Um fluxo constante de informações sobre as características fabulosas da Floresta Amazônica e as conseqüências danosas de um acelerado processo de ocupação, estimulado pelo governo federal, a partir dos anos 60, torna-se agenda de interesse público mundial. A Amazônia consolidou-se como alvo intenso de preocupação da mídia quando foram divulgados, nos anos 80, polêmicos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/MCT) quanto ao ritmo de desmatamento da Floresta Amazônica, cuja taxa atual, segundo o INPA, é calculada em torno de 12,5 % da floresta atual⁴.

O interesse público pela Amazônia é vinculado ao fascínio provocado por suas dimensões continentais, por seu papel no clima mundial (ainda não definido com profundidade), por ser uma fantástica fonte de recursos minerais e diversidade social e biológica, aspecto que assumiu nestas últimas décadas a dimensão de valiosa riqueza em função dos avanços no campo da biotecnologia.

Ampliando e antecipando as dificuldades para o exame da Amazônia, Leff (2001) nos aponta que a vertente ambiental de seus estudos se reflete na crise do tempo presente. O risco ecológico põe o mundo em xeque-mate. Tal crise, para o autor, apresenta-se como um limite no real que resignifica e reorienta o curso da história: (1) limite do crescimento econômico e populacional; (2) limite dos desequilíbrios ecológicos e (3) das capacidades de sustentação da vida; (4) limite da pobreza e da (5) desigualdade social.

³Dados extraídos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Disponível em <http://www.inpa.br> selecionando Amazônia. O INPA foi criado em 27 de julho de 1954 em Manaus para desenvolver pesquisas em ciências naturais e tecnologias de exploração de recursos aquáticos, florestais e agro-silvo-pastoris. Ver Machado, C. (1999), op.cit.

⁴ibidem

Se o limite da fronteira mundial se avizinha com a Amazônia, a crise ambiental, assim entendida como crise de civilização, também mais próxima estaria dela. Contra esta, não se poderia encontrar uma solução por meio da racionalidade teórica e instrumental que, segundo Leff (2001), tende a destruir e construir o mundo. Essa crise, segundo ele, tenderia a impor novas relações com a natureza e com seus recursos e redefiniria o peso dos fatores sociais.

Ora, apreender a complexidade ambiental implicaria em um processo de desconstrução e de reconstrução do pensamento e de atitudes, ainda muito difícil para as instituições totais (militares, clericais); menos para as científicas e talvez ainda menos para as organizações sociais, acostumadas no mecanismo diário de acomodação de vontades aos alheios e a sobreviver a tudo e a todos.

Na verdade, o Estado está menos espaçoso com essa crise. A questão geral é, como discutido por Becker (1994), que tais elementos constitutivos da transformação estão afetando o cerne do Estado (o território), prejudicando sua integridade. Do ponto de vista da lógica da dominação, a revolução tecnológica na microeletrônica, na comunicação está criando novas estruturas de relações espaço/tempo e, portanto, pondo abaixo aquela resolução de conter a comunidade política no espaço do Estado, de conter o tempo, da mudança como progresso linear, dentro do Estado. A velocidade, no mundo contemporâneo, tornou-se elemento chave capaz de alterar as formas de produção, as relações sociais e as relações de poder; velocidade viabilizada através das redes técnicas que permitem a difusão instantânea da informação, provocando o encolhimento do espaço.

Na contextualização das discussões sobre a fronteira amazônica em um Estado tão turbulento, é necessário assinalar mais alguns aspectos políticos e econômicos significativos extraídos do trabalho de Becker (1997): a temporalidade na fronteira é diferente do restante do território nacional, pois ela é mais acelerada e nela as inovações se sucedem rapidamente.

Interesses econômicos, políticos e militares têm demarcado a história de ocupação deste território há séculos e cada um desses interesses vem contribuindo para construir uma percepção da Região Amazônica, tanto para quem está fora quanto para quem está dentro da região. Mais recentemente, entre os anos 1960-80, a Amazônia foi alvo de

acelerado processo de ocupação e desmatamento que gerou intensa polêmica e internacional. Cavagnari (1976) afirma que o imenso território florestal que inclui toda a Amazônia sul-americana tem posição estratégica diante da organização de mercados supranacionais, uma vez que está situada entre o Nafta e o Mercosul e entre os interesses da União Européia e os dos Estados Unidos. Logo, temos várias razões para o tema Amazônia estar presente de forma significativa na cartilha militar.

Nesta perspectiva é que se propõe partir da concepção de que a questão ambiental emerge da própria dinâmica recente de reestruturação territorial e do reconhecimento de que as situações confrontatórias geradas a partir das complexas e diversificadas formas de organização espacial concretizam uma questão em torno da terra, cujas manifestações evidentes e repetidas remetem, em especial, ao recorte territorial representado pela Amazônia.

Objeto de intensas discussões, que têm como foco a Amazônia Legal, a questão ambiental situa-se, ainda, contudo, como um grande desafio a ser enfrentado, quer no âmbito de tratamento técnico-acadêmico, quer no campo da decisão política, demandando, por isto mesmo, um incomum esforço de reflexão, em particular no campo interdisciplinar. Nesse sentido, parece legítimo trazer ao debate pontos fundamentais que sinalizam para a compreensão articulada da problemática ambiental associada à organização territorial em face das especificidades assumidas no País e, em particular, na fronteira de recursos. Essa via de reflexão sugere, desde logo, que a abordagem da questão ambiental esteja apoiada na compreensão global e articulada das contradições e dos conflitos inerentes à organização social/econômica/política/territorial como é enfatizado pelo pensamento militar e vistos como geradores de problemáticas ambientais.

Capítulo I: METODOLOGIA

Passemos aos procedimentos metodológicos da pesquisa. Enfatizando que a pesquisa foi exploratória e avaliativa, optamos por metodologias qualitativas variadas para a verificação e ampliação do entendimento do pensamento militar. Seguindo a orientação de Trivinõs (1987), usamos a triangulação metodológica escolhendo o estudo de caso, a entrevista exploratória e análise de conteúdo dos documentos coletados. Para esse autor

“a técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social” (Trivinõs, 1987:138).

Complementando as análises descritivas e interpretativas os resultados incluem quantificação em alguma extensão, expressas através de tabelas, esquemas, gráficos e quadros.

1.1. Técnicas de Pesquisa

1.1.1. Pesquisa Documental

Com o exame dos currículos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) intentamos contribuir para o planejamento ambiental direcionado para o segmento militar ou em parceria com outras organizações e instituições civis. No caso da AMAN, no levantamento que fizemos, partimos de Motta (1998) que examinou os currículos de 1810, 1874 e 1942 da escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro. O trabalho de Motta nos estimulou a pesquisar os currículos de 1960, 1980 e de 2000 na busca por evidências ambientais, entendendo que a melhor preparação do futuro oficial do exército, aliada à evolução do conhecimento e às novas exigências do combate e da própria sociedade, levaria às alterações curriculares no curso da AMAN.

No currículo escolar do CIGS, em especial dos cursos de operações na selva procuramos indícios de conhecimentos ambientais e de práticas favoráveis à conservação,

com valores individuais e corporativos internalizados. Nessa unidade militar conhecida por sua tradição nacional e internacional na formação de combatentes na selva amazônica, também foram observadas as orientações do programa de treinamento.

Estivemos visitando a área da unidade militar (constituída pelo CIGS e por Bases de Instrução (BI)), constatando atividades e coletando documentos. Após a pesquisa documental e de campo, organizou-se evidências de atitudes ambientais pró-ativas, no nível organizacional, em cinco grupos: (1) procedimentos adotados nas Bases de Instrução de Selva (BI); (2) planos de aula; (3) palestras e envolvimento comunitário; (4) participação em grupo de pesquisa de biodiversidade e (5) criação de uma comissão de ética para experimentação animal.

No Clube Militar, fizemos o exame das abordagens através da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Foram analisados 62 artigos existentes na Revista do Clube Militar no período de 1980-2000 em que vários articulistas gerais, coronéis, sócios e convidados escreveram sobre o tema Amazônia, com a finalidade de: (1) ampliar a compreensão sobre o pensamento militar como um todo; (2) identificar a que tendência ambiental se associaria cada artigo (antropocêntrica ou ecocêntrica) e (3) ver como se comportaria a tese majoritária, observada preliminarmente dentre o segmento militar, de que há ameaças deliberadas de internacionalização da Amazônia.

O objetivo de estudar o Clube Militar relaciona-se à importância histórica dessa entidade, que fomentou e influenciou por muitas décadas o pensamento militar. Além disso, percebeu-se que o tema da Amazônia vem sendo tratado de forma pungente pelo Clube, o que sinalizaria a entrada de vários dados também sobre a Questão Ambiental, segundo nossas hipóteses. Tal entidade servia como cadinho cultural e expiação de assuntos delicados que competiam ao exercício dos altos interesses do país e não era um lugar para meros encontros recreativos ou sociais (ainda que isso já seja conhecido em linhas gerais, poucos pesquisadores se debruçaram sobre o assunto em suas investigações).

Em nosso trabalho de decifrar os escritos das Revistas do Clube Militar, achamos importante lembrar as palavras de Foucault de que as opções teóricas, as estratégias, não provêm de uma visão do mundo pura e simples apropriada a tal ou qual sujeito que fala. O “sujeito” se apaga por trás daquilo que torna possíveis as estratégias, isto é, os pontos

de divergência no jogo dos conceitos e para os próprios conceitos as formas de coexistência dos enunciados, e para os próprios enunciados, suas modalidades de enunciação dependem não de um “sujeito em si” nem de um sujeito transcendental mas da posição que ocupa o sujeito que fala em relação aos domínios de objetos de que ele fala. Esses diferentes níveis não são independentes: “da diferenciação primária dos objetos à formação das estratégias discursivas, existe toda uma hierarquia de relações” (Marietti, 1977: 135).

Coletados os impressos da Revista do Clube Militar passamos a analisar pensando em nossas hipóteses. Procuramos fazer uma análise temática aonde projetamos uma grelha de categorias sobre os conteúdos, que chamamos de unidades de registro. Depois, verificamos a frequência dos temas extraídos e consideramos que eles “fossem dados comparáveis e segmentáveis” (Bardin, 1977:175) e com esse critério, levantamos as frequências das mais comuns unidades de registro observadas no texto da amostra, assim como procuramos fazer sua referência com a hipótese escolhida. O tratamento desses dados foi baseado na análise de conteúdo de Bardin (1977), porque seu alcance na apreensão dos sentidos pretende-se maior que o obtido através da análise documental simples, pela busca de inferências sobre as condições de produção das mensagens. Para a autora, trata-se de um conjunto de técnicas que visam a obter indicadores para a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Posteriormente, procurando fazer uma análise temática, selecionamos mais de 40 monografias e publicações da Escola Superior de Guerra. Mantivemos o corte temporal de 1980-2000, que coincide com o hiato no estado da arte que apontamos e com os primórdios das discussões ambientais no Brasil. Comparamos a ambos, tentando organizar as codificações em categorias semelhantes de análise, mas no caso da Escola Superior de Guerra, ainda procuramos dialogar com a literatura o emitido pela fonte.

Como já foi visto, ainda que eleita a pesquisa documental, onde documentos oficiais e privados foram confrontados com a literatura, também previmos a entrevista exploratória e o estudo de caso.

1.1.2. Estudos de Caso

Os estudos de caso do Clube Militar e da Escola Superior de Guerra (ESG) são histórico-organizacionais se considerarmos a definição oferecida em Trivinhos (1987). Serviram também para delimitar o problema do pensamento estratégico e tático que enfatiza a dimensão política do segmento militar, aprofundando-se o olhar para as diferentes posições de militares e civis no tocante ao tema Amazônia, que era material abundante na lista de documentos referenciados e produzidos na ESG e no Clube Militar, no corte temporal escolhido.

Depois de conhecer os escritos selecionados da ESG, fomos sendo instigados a ver discussões sobre a vertente ambiental do ponto de vista da segurança. Partimos daí para, com a ajuda dos conceitos de segurança ambiental e segurança ecológica e a revisão de alguns autores, olhar com mais cuidado para o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), muito importantes para o segmento militar, pois implicam em qualificação, envio de tropas, equipamentos, logística, tecnologia e operacionalidade militares. Como o “sistema” está em exame e em contínua reportagem, como não perceber a crítica à própria eficácia sistêmica, que é sustentada em bases tecnológicas, econômicas e militares e talvez avessa às perspectivas das minorias amazônicas, não sistêmicas?

1.1.3. Entrevista

Usamos a pesquisa exploratória para o melhor entendimento do problema quanto aos campos meio ambiente e militares, em sua peculiaridade de discurso e prática. Assim, foi feita uma entrevista exploratória com a Prof. Dra. Bertha Becker, autora central no debate sobre a organização sócio-espacial da Amazônia e da questão ambiental em várias dimensões, indagando quanto ao segmento militar. A entrevistada colaborou citando e fornecendo indicações de documentos do Programa Calha Norte e apontando a preocupação dos militares com a faixa de fronteira, pela presença de várias unidades militares americanas em territórios de países vizinhos ao Brasil. Sustentou a posição a favor da geografia política para melhor compreender as relações de poder na Amazônia.

Capítulo II: CONCEITOS E CORRENTES NA QUESTÃO AMBIENTAL

Este capítulo se destina a apresentar conceitos que aparecerão em alguns dos trabalhos levantados. Também poderão ser utilizados como marcos teóricos e conotações que atribuiremos para melhor discutir com os dados apresentados, compreender e relacionar o pensamento militar à Amazônia. No conjunto desses conceitos, não está presente o conceito de educação ambiental, de segurança ambiental e de segurança ecológica, que serão discutidos em capítulos à parte, dada a sua importância para a contribuição que elegemos com este trabalho.

2.1. Sobre a Questão Ambiental

McGnaghten & Urry (1998) em *Contested Natures* afirmam que o livro *Primavera Silenciosa* (1962) de Rachel Carson, é o maior marco da emergência do moderno ambientalismo. A apresentação de McCormick mostra o panorama da questão ambiental ao levar a argumentação de que

“ (...) se a proteção da natureza tem sido uma cruzada moral centrada no ambiente não humano e a conservação é um movimento utilitarista baseado no gerenciamento racional de recursos naturais, o novo ambientalismo direcionou inteiramente o ambiente humano. Para os protecionistas, o assunto era relacionado à vida selvagem e os habitats. Para os conservacionistas, o assunto era recursos naturais. Para os novos ambientalistas, a sobrevivência humana era o que contava (...) ” (McCormick, 1995:56 *apud* Macnaghten & Urry, 1998).

Quanto à questão ambiental, diante desse desafio de correntes em conflito, a ação governamental brasileira caracteriza-se por profundas contradições decorrentes da estrutura da máquina pública em funcionamento e como modelo de desenvolvimento concebido. Tal situação retrata uma parafernália de instrumentos legais superpostos, difusos, contraditórios, gerenciados por não menos complexa rede burocrática.

A promulgação da Lei 6938, de 31 de agosto de 1981, que criou a Política Nacional de Meio Ambiente, em pleno governo militar de força e que reforçava em seu planejamento o fortalecimento do poder central pelo modelo de formulação de políticas públicas no método da ESG, tinha por objetivo normatizar e reunir em um só corpo legal, em escala nacional, procedimentos e ações relativas às questões de proteção, conservação

e preservação ambiental, organizando em sua estrutura a responsabilidade sobre a supervisão e a formulação de normas gerais da política ambiental em escala nacional. Por outro lado, projetou um sistema, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que descentralizava a implementação, atribuindo competências aos estados e municípios. Foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que funcionava como instância superior do SISNAMA.

Sobre a evolução histórica da Questão Ambiental no Brasil, Machado (2000) mostra como, posteriormente, durante o Governo Sarney (1985) o assunto meio ambiente no Brasil ganharia a pasta de um ministério, para que o Estado desse maior visibilidade ao fato de que havia incorporado definitivamente a questão ambiental, mas ele afirma que a criação do ministério não teve efeito real sobre as práticas setoriais e políticas ambientais. Tais órgãos da rede governamental do meio ambiente, até mesmo por estarem vinculados a diversos níveis decisórios, não foram capazes de elaborar e executar uma política de preservação ambiental eficaz, curvando-se sempre aos interesses econômicos imediatistas que permearam as ações e desenvolvimento regional.

Na verdade, o conjunto da ação governamental privilegiou o componente econômico em detrimento da proteção ambiental e que, se por um lado os estímulos ao desenvolvimento dispunham de recursos para aplicação, a implantação efetiva das áreas de preservação foi postergada, resultando daí na pouca eficácia das ações de cunho preservacionista, o descrédito das instituições responsáveis e, como conseqüência, o comprometimento dos recursos naturais.

O processo de desenvolvimento não pode nem deve ser confundido com o crescimento econômico, embora seja condição para que o desenvolvimento efetivamente se processe; que ocorram transformações estruturais com o aumento ou a maximização dos fatores disponíveis resultando na elevação do nível da renda, melhoria da qualidade de vida da população e ganhos de poder decisório em relação aos centros de poder do país. No que concerne à preservação ambiental, esta não pode limitar-se exclusivamente à repressão e criação de áreas protegidas, mas deve evoluir no sentido de comprometer a população, especialmente suas elites na defesa do meio ambiente e na utilização sustentada dos recursos naturais, no mínimo, para que a “Segurança Nacional” de fato se configure.

Ainda que a consciência ecológica tenha tido um objetivo explícito global muito recente, sabe-se que em muitos países surgiram preocupações semelhantes já há algum tempo. Na Alemanha, a questão premente da década de 20 era a contaminação atmosférica no vale do Reno e seu impacto sobre as florestas; no Japão dos anos 50, os efeitos do envenenamento por mercúrio fizeram despertar iniciativas governamentais, reforçaram a atuação de sociedades ambientalistas já existentes e estimularam a criação de grupos dedicados à preservação do meio ambiente. Até a década de 60, prevaleceu o “paradigma social da exclusão”, na convicção de que seriam infinitas as fontes de recursos naturais e de que o livre mercado maximizaria o bem-estar social. A natureza não era considerada fator de limitação e esse paradigma considerava o meio ambiente irrelevante para a economia.

Com a maior visibilidade de efeitos ambientais transnacionais e globais após a publicação do livro de Rachel Carson, *The Silent Spring* (1962) e as novas descobertas científicas relativas às ameaças decorrentes, dentre outros da radiação, resíduos tóxicos de metais pesados, hidrocarbonetos clorinados na água e emissões atmosféricas, o paradigma social dominante passou a ser contestado nos Estados Unidos e depois na Europa, espalhando-se a outras regiões. Contribuíram para a ampliação dos debates a crescente interdependência econômica e a revolução nos meios de comunicação de massa, que permitiram acompanhar eventos fora das fronteiras nacionais, atraindo a atenção pública para temas da esfera internacional, dos quais o meio ambiente tornou-se elemento proeminente.

A convocação pelas Nações Unidas, em 1968, de uma Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, a ser realizada em Estocolmo quatro anos depois, estimulou novos estudos sobre o assunto em foros regionais e multilaterais e nos meios acadêmicos e científicos. A divulgação dos resultados desses estudos e do relatório do Clube de Roma no trabalho *Limites ao Crescimento* publicado em 1972 sobre os riscos globais dos efeitos cumulativos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais, coincidiu com a ocorrência de diversos desastres ambientais, difundidos no mundo inteiro pelos meios de comunicação, que se tornaram, assim, aliados poderosos da visão conservacionista. Independente das abordagens em favor da desaceleração do crescimento econômico e do congelamento da situação dos países em desenvolvimento, os trabalhos publicados

naquela época sublinhavam a necessidade de alteração nos valores sociais, pois a limitação quantitativa do meio ambiente mundial e as conseqüências de sua sobrecarga exigiam novas formas de pensamento e revisão nos fundamentos do comportamento humano.

Nos anos 80, acentuou-se a percepção de problemas ambientais em escala global, sob a forma de mudanças climáticas, depleção da camada de ozônio, redução da biodiversidade, poluição marinha, chuvas ácidas, entre outros, realçados novamente pela transmissão direta de uma série de outros desastres ambientais, de efeitos transnacionais. Esses problemas eram ainda mais aguçados por dois fatores centrais: (1) os padrões insustentáveis de consumo dos países desenvolvidos e (2) a perenidade da pobreza nos países em desenvolvimento que compele as populações afetadas a comportamentos prejudiciais à natureza.

Nesse período surgiu a alternativa ao paradigma da exclusão, pois a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento veio a introduzir o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’. Esse conceito partia da concepção de que os sistemas naturais do planeta dispõem da capacidade limitada para absorver os efeitos da produção e do consumo e a continuidade das políticas econômicas existentes acarretaria danos ambientais irreversíveis. O “paradigma do desenvolvimento sustentável” enfatiza um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento, um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções e um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento.

Correa (1996) mostra que de 1990 em diante o paradigma do desenvolvimento sustentável passa a instaurar-se na agenda internacional, reforçando discussões sobre a globalização da economia; universalização de problemas ambientais e sua inclusão na agenda das relações internacionais; ação organizada de grupos ambientais e de consumidores, que passaram a estabelecer diretamente suas próprias exigências em relação ao meio ambiente e resposta articulada de diversos setores industriais, com o estabelecimento de códigos, princípios, normas e critérios próprios. Com a deterioração do quadro ambiental e suas implicações de caráter global, diversificou-se o temário da agenda internacional, com reflexos evidentes sobre a esfera de atuação dos grupos ambientalistas. “O número de entidades ambientais que participaram da Conferência das

Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1.786 acreditadas) evidencia a amplitude de interesses e o engajamento dos mais variados segmentos da sociedade nas discussões internacionais.” (Correa, 1996:14).

Como vimos, a consciência a respeito da questão ambiental ampliou-se nos anos 60, intensificando-se a partir da Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), onde se reconheceu seu caráter global. A partir daí, aprofundou-se consideravelmente o conhecimento científico acerca dos problemas ambientais, bem como expandiu-se a percepção dos impactos socioeconômicos por eles causados e mesmo da possibilidade de ameaça à perpetuação da vida no planeta.

A proteção de espécies selvagens ameaçadas e de seus *habitats*, dos oceanos, da atmosfera, dos ambientes polares e do espaço sideral, além de medidas preventivas e mitigadoras dos efeitos transnacionais da poluição nuclear e industrial e do transporte de resíduos perigosos, foram, desde então, objeto de regulamentação internacional, proliferando diferentes instrumentos internacionais para a proteção do meio ambiente planetário, especialmente através de uma série de tratados e convenções. Expressava-se assim o esforço de garantir condições de governabilidade global sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, consubstanciando-se um emergente direito internacional nessa área.

Apenas na década de 1980 esse quadro começou a alterar-se, coincidindo com a emergência de uma nova categoria de questões ambientais globais, definidas como questões cujas conseqüências são globais, ou cujos atores transcendem uma única região, dentre as quais se destacam a perda da camada de ozônio, as mudanças climáticas, o efeito estufa, a destruição das florestas e a diminuição da biodiversidade. Percebida como um problema para além das fronteiras nacionais, cujo enfrentamento definiria o próprio destino da humanidade, o reconhecimento da extensão e intensidade da crise ambiental começou a gestar uma nova mentalidade de uma visão da biosfera como espaço comum para todos os seus habitantes.

A questão ambiental deixou de ser vista como problema restrito ao meio técnico-científico, abrindo espaço na agenda política dos países, tanto internamente como nas negociações por eles travada na arena internacional. Os temas relativos ao meio ambiente passaram a ser objeto de atenção e debate por parte da mídia, de empresas, governos,

organizações e organismos internacionais e multilaterais originalmente ao dedicados à temática ambiental (como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o GATT, o Grupo dos Sete, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE), de entidades da sociedade civil organizada e da opinião pública em geral.

Lançou-se, nesse contexto, a proposição de um ‘novo’ estilo de desenvolvimento, denominado em Estocolmo de ‘ecodesenvolvimento’. O desenvolvimento sustentável ganhou projeção, sobretudo a partir do Relatório Brundtland (1987), sendo finalmente consagrada, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Brasil, que reuniu um dos maiores números de Chefes de Estado dos últimos tempos e consolidou a incorporação da questão ambiental ao elenco de temas que compõem a agenda de negociações internacionais.

De Estocolmo ao Rio de Janeiro, o tratamento da questão ambiental sofreu algumas modificações. Ainda que em Estocolmo já estivessem em pauta as relações entre desenvolvimento e meio ambiente que ao final do encontro trouxe privilegiadas soluções técnicas para os problemas ambientais, atribuídos em grande parte à rápida industrialização e à explosão demográfica e urbana dos países em desenvolvimento, o relatório reproduzia os interesses dos países desenvolvidos.

Em 1992, vinte anos após, na Conferência do Rio, afirmou-se o reconhecimento de que a superação da atual crise ambiental estaria intrinsecamente vinculada à revisão dos estilos de desenvolvimento socioeconômico dominantes, abrindo-se algum espaço, ainda que sob fortes conflitos e difíceis negociações, aos pontos de vista dos países “periféricos” ou do Sul com respeito à problemática ambiental. Note-se, por outro lado, que alguns dos próprios países em desenvolvimento, como o Brasil, modificaram sensivelmente, nesse período, suas posições internacionais a respeito da questão ambiental, antes taxativamente rejeitada como um entrave às suas pretensões desenvolvimentistas.

Embora com uma definição pouco precisa, a proposição do desenvolvimento sustentável colocou em discussão a necessidade de uma nova racionalidade no processo de desenvolvimento, baseada em novos modos de exploração dos recursos naturais, de novos critérios de investimento e de um outro padrão técnico-científico. O parâmetro central deveria ser o atendimento das necessidades das gerações presentes, sem

comprometer as das gerações futuras. Além disso, estaria suposto o estabelecimento de uma ‘nova ordem internacional’.

No entanto, o desenvolvimento sustentável está longe de ser um conceito homogêneo ou uma estratégia consensual, identificando-se duas grandes vertentes interpretativas a esse respeito. Na visão ainda dominante, desenvolvimento é visto como sinônimo de crescimento econômico enquanto que sustentabilidade refere-se centralmente à sustentabilidade ecológica da atividade econômica, através de tecnologias de baixo impacto ambiental. Em uma concepção alternativa, no entanto, desenvolvimento supõe maior equidade social, com a diminuição da pobreza e a melhor distribuição da renda, enquanto que sustentabilidade não se reduz a uma categoria econômica ou ecológica, mas envolve a interdependência entre as dimensões ambiental, político-institucional e sociocultural, exigindo, portanto, transformações muito mais profundas nos padrões atuais.

Do mesmo modo, ainda que abrigada sob a tese do desenvolvimento sustentável, em torno da qual estariam definidos os termos para o estabelecimento de um compromisso político global, a questão ambiental permanece um ponto de disputa entre diferentes atores, segmentos e países. No centro dessa disputa está a polêmica sobre a atribuição de responsabilidades pelos danos ao meio ambiente do planeta, bem como pelos ônus de sua proteção.

Enquanto os países desenvolvidos (tomando-se mais especificamente os países da OCDE) detêm apenas 16 da população mundial e 24% do território do planeta, eles também representam 72% do Produto Bruto Global, 73% do comércio internacional e 50% do consumo energético do mundo. O consumo *per capita* desses países é de 3 a 8 vezes maior em produtos de primeira necessidade, em 20 vezes ou mais em itens mais sofisticados, como produtos químicos e veículos. Ao mesmo tempo, eles são também responsáveis por cerca de 45% das emissões totais de carbono, 40% das de enxofre, 50% das de nitrogênio e 60% dos rejeitos industriais do planeta (Albagli, 1998).

Para os países “em desenvolvimento”, portanto, cabe às nações mais abastadas reverem seus atuais padrões de consumo e proporcionarem os meios necessários à promoção de um desenvolvimento sustentável pelos países do Sul. Os países de desenvolvimento “avançado”, ao contrário, consideram que cabe aos demais limitarem suas estratégias de crescimento de forma a pouparem o meio ambiente global (*ibidem*).

Essa polarização ficou bastante explícita nas negociações que precederam aos acordos firmados na Rio-92 para a proteção da camada de ozônio, para o controle sobre a mudança climática e para a proteção da biodiversidade onde as ações do Presidente Collor, mesmo antes da posse, mostravam claramente que a preocupação brasileira com a questão ambiental não era retórica. Em sua primeira viagem internacional, não evitou incluir a questão amazônica em suas pautas de conversação, o que por si só já era um importante passo em relação aos governos dos países desenvolvidos.

Ainda no governo Collor, a nomeação do cientista e ambientalista José Lutzenberger para a Secretaria de Meio Ambiente surpreendeu interna e externamente. A posição de apoio às propostas de conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos ao meio ambiente, duramente rechaçadas pelo governo Sarney, permitiu uma importante aproximação com entidades ambientalistas brasileiras e estrangeiras. A intenção de aceitar apoio financeiro aos projetos de meio ambiente para a Amazônia vindo do exterior, também causou impacto positivo. A nomeação do cientista José Goldenberg para a Secretaria de Ciência e Tecnologia possibilitou um apoio valioso para a defesa das posições brasileiras no exterior, devido ao prestígio que o secretário desfrutava na comunidade científica internacional e à atuação conjunta com o secretário de meio ambiente nas discussões internacionais sobre a política brasileira de desenvolvimento e meio ambiente. Em suma, o início do novo governo Collor deixou transparecer uma forte intenção de melhorar os programas de proteção à natureza de desfazer a imagem que o país apresenta hoje, possibilitando minimizar os efeitos políticos, econômicos e sociais negativos que vieram como consequência.

2.2. Impacto Ambiental

Segundo Andreolli (1998), a questão ambiental não propõe um novo sistema de valores, nem estabelece um conjunto de normas de atuação para a superação do problema específico, levando em conta as possibilidades e constrangimentos oferecidos pelo

sistema político, econômico e social no qual está inserido. Não é, portanto, prescritiva por não estabelecer um conjunto prévio de normas a serem seguidas, nem tampouco é genérica, pois procura solucionar os problemas a partir da realidade político-social em que se inscrevem. A partir da definição acima, para o autor, a questão ambiental está intimamente relacionada à interação de dois fatores que dizem respeito à ação do ser humano na biosfera: (1) utilização de recursos naturais pelo homem e o (2) adensamento da população em comunidades de diferentes tamanhos.

Temos de expandir a visão de Andreolli. Logo, o impacto ambiental será aqui entendido como mudança na qualidade ambiental de um meio, medida por um padrão que pode estar representado pelo estado original do meio ou por norma de qualidade ambiental pré-estabelecida (ressalvada a eficácia dos indicadores aplicados para os grupos humanos), que pressupõe a consideração da intervenção humana nas suas interrelações com a natureza e vice-versa. Assim, quando os efeitos da ação humana ou de fenômeno natural dão lugar a impactos negativos, se diz que há deterioração, tratando-se de processo de deterioração ambiental. Os efeitos, em geral, se dão em cadeia: há efeitos e processos iniciais, intermediários e terminais. Ademais, os processos podem provocar impactos positivos que, ao ocorrerem de forma relativamente simultânea com o processo de deterioração, podem ocultar ou minimizar os impactos negativos desses últimos.

2.3. Ecologia e Crise

O termo ecologia passou por modificações de sentido. Não obstante, ecologia será aqui entendida como o estudo da base física e social (no sentido das relações) de recursos necessários à vida.

Crise ecológica, portanto, diz respeito às tensões provocadas pelos efeitos da ação humana ou de fenômeno natural sobre um dado ecossistema e que encorpa um conjunto de fatores que se qualificam como a Questão Ambiental.

Vários autores vislumbram a questão ambiental como uma materialização do confronto entre as forças sociais em disputa pela significação e legitimidade para alavancar o processo civilizatório da sociedade industrial em uma configuração “ecologizada”, que possa estabelecer relações harmônicas com a natureza. Dentre eles, em destaque, desponta Vandana Shiva (1991), Isabel Carvalho (1992), Hector Leis (1992) e Fritjof Capra (1982). Este último diverge dos primeiros por acreditar, a partir desse

conflito, que ocorrerá natural e harmoniosamente, uma transição da racionalidade econômica para a ecológica, entendida por ele como o declínio da visão reducionista e a ascensão da visão sistêmica na civilização ocidental.

Shiva (1991) identifica na racionalidade ecológica a aceitação da natureza representando o princípio organizativo básico da sociedade, enquanto para a racionalidade econômica, esse princípio organizativo seria representado pelo mercado e o capital. A partir de sua percepção, caracteriza-se um conflito pela disputa ideológica entre a natureza e o mercado. Sugere que devemos procurar sempre a orientação pela via da natureza como o princípio organizativo regulador da sociedade, uma vez que as leis da natureza evidentemente são as mais indicadas para a manutenção do equilíbrio ecológico, já que elas nos ensinam onde estão os limites críticos que não devem ser ultrapassados pela ação humana (Shiva, 1991 *apud* Layrargues, 1998).

Para Carvalho (1992), o conflito se desenrola no seio da luta contra a sujeição à visão instrumental da hegemônica sociedade industrializada, que vê, tanto na natureza como o que é natural, os objetos passíveis de domínio. Trata-se de um longo resgate da dívida da civilização européia, que se destacou como um tipo de sociedade racionalista-instrumental que se vê como o sujeito e todo o seu arredor, como o objeto, para com as demais formações culturais do planeta. Percebe-se que o conflito é o mesmo, apenas muda a ótica por onde se lhe observa, além de aprofundar-se nas entranhas temporais de sua germinação (Carvalho, 1992 *apud* Layrargues, 1998).

Leis (1992) concebe o conflito de forma muito mais tênue, porém não menos fiel à realidade, no momento em que resgata as várias dimensões da questão ambiental. A partir do que conceitua como uma tipologia da evolução da ética ecológica, identifica forças que, atuando no eixo da relação entre o ser humano e a natureza, possuem uma orientação antropocêntrica; e, no eixo da relação entre o homem e a sociedade, possuem uma orientação individualista. Nomeia-a como a tendência Alfa, caracterizada pela racionalidade econômica com alguns discretos traços de uma racionalidade ecológica. É representada pelos atores que se inseriram recentemente no ambientalismo. Aqui a preservação ambiental é pensada e ocorre no único sentido da autopreservação humana, isto é, a natureza encontra-se claramente destituída de valores intrínsecos a si própria. Opera com a lógica da competição e apresenta-se compatível com a doutrina neoliberal.

No outro extremo da classificação, encontra-se a tendência Omega, que, para a primeira relação, possui mais orientação biocêntrica e para a segunda relação, uma orientação comunitária. Seria a essência da ética ecológica. Opera sob a racionalidade ecológica, preenchida mais por uma religiosidade do que pela racionalidade, como uma forma distinta de perceber o mundo (Leis, 1992 *apud* Layrargues, 1998).

Identifica-se em Capra (1982) uma forte evidência do impasse em que se encontra a economia contemporânea da civilização industrial, incapaz de reconhecer que ela não apresenta, com enorme competência, o despertar do resgate da visão organicista no seio da civilização ocidental. Esta se dirigiria a uma racionalidade ecológica, dentro de um movimento harmonioso de substituição perante a concepção chinesa do *I Ching*, passando do *Yang* (forças competitivas) para o *Yin* (forças cooperativas). Sua visão aproxima-se sobremaneira da de Leis, na medida em que ocorreria uma evolução em direção a uma ética ecológica a partir de um ponto de mutação, como Capra denomina o momento de ruptura dos paradigmas que nos prendem às forças *Yang* que caracterizam a civilização ocidental.

De fato, Capra considera a emergência da visão organicista na sociedade industrializada como o início espontâneo do movimento de transformação cultural, em direção a uma sociedade fundada em futuras perspectivas serem realmente pacíficas e harmoniosas, se é que haverá mesmo uma transição das forças competitivas para as cooperativas no *locus* hegemônico na sociedade. Não indaga, a exemplo de Leis, o que poderia ocorrer se, por acaso, o processo de transição vier a sofrer um estancamento na configuração atual, na qual a racionalidade econômica ainda é hegemônica e dominante, continuando indefinidamente a situação (Layrargues, 1998).

O ponto de vista de Capra sustenta a existência de um conflito ideológico que ainda permeia a situação. Esse conflito poderia impedir ou retardar a mudança, sem que pudéssemos perceber. Não obstante, o movimento ambientalista, por encontrar resistências exatamente como as identificadas por Capra, por si só já flagra a existência do conflito. Enquanto a racionalidade econômica procura encobrir a existência de um conflito ideológico, a racionalidade ecológica procura justamente explicitá-lo. O reducionismo econômico da lei da oferta e procura ainda é determinante no controle das decisões.

Outro exemplo da racionalidade econômica em operação é fornecido pela atual questão da água potável: considerada como um dos patrimônios da humanidade mais escasso do planeta, de valor inestimável, seu custo não retrata seu real valor.

Enfim, o estudo de revisão de Layrargues indica que a racionalidade econômica há muito vem dando sinais de esgotamento, de contradições internas que transbordam em crises constantes do capital. Verificam-se, também, evidências de que a racionalidade ecológica possui as condições privilegiadas para a solução do problema civilizatório atual.

2.4. Ecodesenvolvimento

Surgem propostas de um novo sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico: justiça social, não violência, solidariedade com as novas gerações que introduz as idéias de ecodesenvolvimento, que é baseado na Economia Ecológica. Contrário ao modelo do relatório Brundtland, “apresenta uma abordagem alternativa, baseada no desenvolvimento local, na prudência ambiental, nas tecnologias adaptadas, nas forças endógenas das habilidades contra as altas tecnologias primeiro mundistas” (Souza, 2000: 161).

2.5. Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável ancora-se na idéia majoritária dos organismos internacionais no sentido de fundamentalmente eliminar ou minimizar as falhas de mercado e de governo responsáveis pelos problemas ambientais, de forma compatível com os princípios e instituições vigentes no mundo ocidental e muitas vezes tirando proveito deles (Souza, 2000). A este respeito, Shiva (1991) indaga-se do que se trata o termo sustentável, o que se pretende dizer com o critério de sustentabilidade. Layrargues alerta que “a proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, em sintonia com a lógica do mercado, redundando na desqualificação do significado de sustentabilidade” (Layrargues, 1998:154) como as únicas saídas viáveis ao impasse entre a crise ambiental e as necessidades do crescimento econômico.

2.6. Meio Ambiente

Meio ambiente constitui conceito que busca incorporar à ecologia, a dimensão humana, política, cultural, tecnológica e social. Relaciona-se às mudanças nas condições externas globais (naturais e criadas pelo ser humano) que permitem, influenciam e condicionam a vida humana e das demais espécies (cf. Guimarães, 1988). Nesse contexto, é possível afirmar-se que a acepção fundamental da problemática a ser abordada pelo presente trabalho exige que, para a compreensão das múltiplas nuances das interações do sistema ecológico e social, se tenha em mente, sobretudo, a dimensão política dessas relações e que a superação dos atuais problemas ambientais da humanidade depende de decisões políticas, que constituem a essência das soluções apontadas, bem como dos diagnósticos obtidos sobre a qualidade ambiental de um meio.

Como nos apresenta Furniel (1993), o progressivo incremento da complexidade no estudo das relações internacionais, resultado das transformações ocorridas no cenário mundial, acabou por incorporar definitivamente as considerações de tipo ecológico no âmbito das relações Internacionais. Meio ambiente, entendido na sua dimensão essencialmente política, constitui-se em dado da realidade internacional, apresentando um peso específico nas decisões de política exterior nas agendas públicas e das organizações não-governamentais, segundo Furniel. Isso se reflete no comportamento da instituição militar.

Assim, compartilhamos com Viola (1995) a idéia de que a visão ambiental tem um caráter político. Essa compreensão da questão nasce do reconhecimento de que os constrangimentos impostos à sociedade pelas condições ambientais não exercem uma influência uniforme nem obtêm os mesmos resultados em cada formação social. Os resultados, na realidade, encontram-se profundamente imbricados às características políticas, sociais e culturais das diferentes sociedades.

Historicamente, a ecopolítica, nas concepções de suas diversas vertentes de procedências teóricas distintas como os ecologistas fundamentalistas, ecologistas realistas, eco-socialistas e ecocapitalistas, apresenta um rol de propostas pós-materialistas delineando um novo paradigma na história do pensamento ocidental (Gorz, 1978; Sachs, 1982; Capra & Spretnak, 1984; Viola, 1987). Nos deteremos somente nos conceitos que forem de interesse para a melhor compreensão do objeto de nosso estudo.

2.7. Ecodesenvolvimento e a conservação dos bens naturais

As preocupações da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta são datadas por volta de 1960, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, elaborado a seguir por Ignacy Sachs. Segundo esse conceito os pressupostos normativos do desenvolvimento seriam: satisfação das necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, participação da população envolvida, e preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. Este enfoque de planejamento referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, envolvendo uma crítica à sociedade industrial. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, este último não dá conta da complexidade dos problemas do desenvolvimento sócio-econômico, o mesmo não acontecendo com o conceito de “ecodesenvolvimento”.

“Um novo paradigma para o desenvolvimento sócio-econômico”. É nestes termos que Ignacy Sachs introduz o conceito de ecodesenvolvimento, como participante da preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, onde se debateriam as abordagens reducionistas representadas pelo ecologismo intransigente e pelo economicismo de visão estreita.

Participando da elaboração do Relatório Founex, Sachs (1993) estabelece um novo caminho, ou melhor, vendo um caminho intermediário entre o pessimismo da advertência dos malthusianos a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo da fé dos conurcopianos a respeito dos remédios da tecnologia, que geraria o conceito de ecodesenvolvimento.

Sachs (1993) acredita que a saída para a pobreza e destruição do meio ambiente se apresentará após um período relativamente longo de crescimento econômico nos países do Sul e do Leste, contribuindo para a sustentação das estratégias de transição para o século XXI, afirmando que o crescimento econômico não deve ser aquele que já conhecemos de outros planos de desenvolvimento implementados, por exemplo, nas décadas de 40 a 70, no Brasil e na América Latina. Este tipo de desenvolvimento tende a expor os custos sociais de tal crescimento, incrementando ainda mais as desigualdades sociais, entre e dentro das nações, posto que está baseado na economia de mercado. Tal

modelo perpetua a desigualdade social e degrada o planeta. A meta é buscar um desenvolvimento qualitativo e crescimento quantitativo, que dê conta da utilização dos recursos naturais de forma racional e sustentável, com conseqüente incremento da produtividade, sem desperdício e com redução da poluição, eliminando a desigualdade através da distribuição de renda e de bens de forma progressiva e eqüitativa.

Um dos fatores que propiciaram a concretização da Conferência de Estocolmo foi o fato de a poluição atmosférica, notadamente a chuva ácida, fazer-se presente nos países industrializados (McCormick, 1992), onde a atividade industrial era significativa. Mais do que com a destruição de áreas virgens e extinção de espécies, os ambientalistas europeus e norte-americanos preocupavam-se com a poluição atmosférica nos centros urbano-industriais.

Desde sua convocação na Assembléia Geral da ONU de 1971, já estava decidido que a tônica dos debates estaria em torno dos aspectos políticos e econômicos da questão ambiental e não nos aspectos técnico-científicos. Este fato por si só propiciou uma ampla cobertura da imprensa ao evento, ao contrário do ocorrido com os eventos científicos sobre meio ambiente da década de 50 que, por serem estritamente técnicos não adquiriram projeção alguma na mídia.

É a partir desse macro que o terceiro mundo entra em evidência. McCormick (1992) lembra que a ONU esperava que as nações industrializadas, sobretudo devido à poluição atmosférica, encontrassem novas formas de desenvolvimento, ainda a serem delineadas e esclarecidas. No entanto, a leitura que o terceiro mundo fez a partir dessa expectativa foi a de que tal fato assemelhava-se justamente aos temores do Clube de Roma: restrições ambientais impostas pelas nações ricas acabariam por retardar ou mesmo paralisar o desenvolvimento do Sul. Ora, se a poluição estava sendo encarada pelo Sul como uma conseqüência direta do desenvolvimento, era natural o temor de que a proposta da Conferência fosse uma espécie de limitação ao desenvolvimento.

A posição do Brasil durante a Conferência de Estocolmo, assim como a da maioria dos países do terceiro mundo, foi a de adotar uma postura reativa a todos os princípios declarados, pois, como ainda se percebia a relação entre desenvolvimento e meio ambiente como duas realidades antagônicas, a questão ambiental estava em segundo plano na ordem das prioridades. A preocupação central situava-se na resolução da

pobreza. O Norte, despontando como verdadeiro causador da problemática ambiental em âmbito planetário, segundo a interpretação do Sul, deveria se preocupar pela solução do problema causado, e não interferir nas questões internas do Sul. Por mais que se associasse a poluição a uma consequência do desenvolvimento, este deveria ocorrer incondicionalmente, para que o terceiro mundo pudesse sair da condição de pobreza em que se encontrava, para depois cuidar de seu meio ambiente, segundo Layrargues (1998).

Em 1979, é publicado *Gaia* por J. E. Lovelock. Após anos de estudos sobre as perspectivas da existência ou não de vida em Marte, partindo do pressuposto de que deveriam buscar-se sinais de formas de vida idênticas às da Terra, chegou-se ao questionamento do que seria propriamente a vida. Afinal, haveria a possibilidade da vida em Marte. Lovelock, consultor autônomo da Nasa, influenciado por físicos, resolver aceitar o conceito de vida a partir da definição de entropia, o que lhe possibilitou mais tarde a formulação da hipótese de Gaia (Lovelock, 1987).

A partir da possibilidade de estudar-se a poluição atmosférica provocada pela queima de combustíveis fósseis, devido a um convite feito pela Shell em 1966, Lovelock sugere que a atmosfera seria um prolongamento da biosfera e após apresentar sua hipótese pela primeira vez em um encontro científico, onde conheceu Lynn Margulis, passou a considerar Gaia como uma entidade complexa que abrangeria a biosfera, a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera.

A comprovação da veracidade de sua hipótese é muito difícil. Ele próprio argumentava que os indícios de existência de Gaia são efêmeros, acreditava que poderá haver vida onde pudermos encontrar uma distribuição improvável de moléculas. Por isso mesmo, Gaia ainda hoje é considerada como uma hipótese e não uma teoria. Descreve o comportamento cibernético para evidenciar a estabilidade dos sistemas complexos existentes no planeta, sugerindo aquela autonomia organizacional dos sistemas como uma capacidade de se configurar um equilíbrio dinâmico. Essa imagem de um planeta vivo vagando pelo universo, independente, soberano, que em muito contribui para abalar o excesso de antropocentrismo, esconde as convicções de Lovelock no tocante à relação Norte-Sul e sua fé na tecnologia moderna. Lovelock afirma também que existem regiões em Gaia que são mais sensíveis às intervenções humanas que outras. Seriam os órgãos vitais de Gaia. E caso elas sofram muitos impactos, os efeitos prejudiciais seriam muito

maiores, podendo comprometer o equilíbrio de Gaia. Tal concepção induz-nos a acreditar que a interferência do Sul seja potencialmente mais impactante que a do Norte, o que, portanto, implicaria maiores responsabilidades do Sul para com a degradação ambiental. A hipótese de Gaia ganhou destaque no Brasil justamente porque José Lutzenberger publicou um estudo em 1986 sobre o assunto, difundindo-o amplamente pelos ecologistas brasileiros.

Para nós, a relação Norte-Sul aponta para um sentido de degradação primordial. Os países mais desenvolvidos são os maiores consumidores e os maiores geradores de discrepâncias na própria relação com os não desenvolvidos, o que intensifica a divergência e a impossibilidade técnica de redução de conflitos internacionais. O impacto ambiental daí decorrente não é resolvido com alta tecnologia, mas com compartilhamento de propósitos.

2.8. Ecologia Profunda

Para essa corrente, o bem-estar e o pleno desenvolvimento da vida humana e não-humana são valores em si (ou seja, são valores intrínsecos). Tais valores agem de forma independente da utilidade do mundo não humano para os fins do ser humano. A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a realização desses valores e são também, por consequência, valores em si. Assim, os humanos não têm nenhum direito a reduzir essa riqueza e essa diversidade, salvo se for para necessidades vitais.

Percebe-se nessas idéias uma clara orientação de tipo ecocêntrica, retirando o ser humano do centro das atenções. É curioso notar também que os ecologistas profundos aproximam-se de um pensamento neo-malthusiano mais “conservador”, no tocante à presença do homem e à questão demográfica: defendem a contenção dos índices populacionais por meio do controle da natalidade e o planejamento familiar como forma de erradicar a pobreza.

Segundo Giansanti (1998), os ecologistas profundos estão entre aqueles que defendem os direitos da natureza, que deveria ter o mesmo *status* jurídico dos seres humanos, assumindo o lugar do sujeito. Para ele, a natureza estaria sendo lesada, embora as árvores, animais e montanhas não pudessem dirigir-se a um tribunal e “abrir um processo”. Os críticos da ecologia profunda lembram que o problema demográfico estaria na distribuição desigual das riquezas e não no excesso de pessoas. Da mesma forma,

afirmam que “reivindicar a condição de sujeito para a natureza é o mesmo que querer que o homem pense como uma montanha”(Giansanti, 1998: 25). Mesmo que isso fosse possível, abrir processos em nome da natureza também não deixa de ser um viés antropocêntrico. Essas posições influenciaram grupos, hoje muito conhecidos como o *Greenpeace* e o *Earth First* que se notabilizaram por ações arrojadas, como o bloqueio de barcos da indústria pesqueira ou o impedimento de testes nucleares .

2.9. Ecologia Social

Os partidários dessa escola de pensamento ecológico vêem os homens como seres sociais (e não como espécie diferenciada, como são vistos pelos ecologistas profundos). Assim, reconhecem as diferenças entre grupos humanos e buscam transformar a sociedade por meio de mudança das mentalidades. Desejam um sistema produtivo autogestionário, baseado na pequena propriedade e no cooperativismo. Defendem um Estado democrático e descentralizado e de atuação no nível local.

Segundo Giansanti (1998), nos pressupostos básicos desta corrente estão as sementes do chamado ecodesenvolvimento. Trata-se de reformar o sistema socioeconômico, buscando práticas sociais igualitárias e ecológicas. Suas origens podem ser encontradas no pensamento dos socialistas utópicos e em correntes do liberalismo. São influenciados também pelas idéias do líder hindu Mahatma Gandhi:

“Um dos principais expoentes desta tendência é o professor de ecologia e ativista ambiental norte-americano M. Bookchin, que, em um trabalho de 1964, cunhou o termo *ecologia social* e analisou a degradação ambiental gerada pelo capitalismo moderno. Bookchin identificou na acumulação capitalista força motriz da devastação no planeta e voltou-se para as sociedades tradicionais, modelares por prescindirem da idéia de Estado e por apoiarem-se em tecnologias simples e num forte sentido comunitário” (Giansanti, 1998: 26).

2.10. Eco-socialismo

Giansanti (1998) afirma que os fundamentos da corrente eco-socialista originam-se da crítica interna ao conceito de natureza explicitado por Karl Marx, que entendia que

para a sociedade capitalista a natureza era uma mercadoria. Para Marx, segundo esse autor, a natureza tomada *em si mesma* como uma “abstração”, nada pode significar para o homem; sua importância reside no fato de ser uma possibilidade de trabalho para o ser humano. Nos escritos de Marx, vários termos são utilizados como sinônimos de natureza: matéria, materialidade, coisa natural, terra, condições objetivas do trabalho humano.

Ainda para esse autor, as chamadas sociedades primitivas, também designadas por diversos autores como “povos naturais”, não serviam como referência para o mundo capitalista, porque eram formas puramente locais de desenvolvimento da humanidade. Nelas, a natureza teria sido pouco modificada pelo baixo desenvolvimento das chamadas forças produtivas. No entanto, marxistas contemporâneos de diversas filiações procuraram redimensionar a idéia de natureza. O pensador francês Serge Moscovici afirma que

“o que traz problemas não é o fato, mas a maneira como o homem intervem na natureza. Uma natureza pura, não transformada, é um museu, uma reserva [...]. Desse modo, o fundamental não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza” (Diegues, *O mito moderno da natureza intocada*, 1994 *apud* Giansanti, 1998)

Giansanti enfatiza que Moscovici destaca também o risco do esgotamento de recursos e a constatação do fato de que a natureza é parte da história do homem: “a natureza é sempre histórica e a história sempre natural”. Enfatiza ainda que é a coletividade, ou a sociedade, que se relaciona com a natureza, e não o indivíduo. Assim, para essa corrente, deve-se refletir sobre a qualidade e a intensidade da intervenção humana nos espaços, buscando-se um novo modelo de sociedade. Sua ação está pautada pela combinação de um processo de transformação social em um contexto de “responsabilidade ecológica” e justiça social.

O falecido líder dos seringueiros da Amazônia, Chico Mendes, encarnou como poucos esse ideário, na medida em que procurou combinar em ação política a defesa das florestas e dos seringais e a militância sindical e partidária (Giansanti, 1988: 26).

2.11. Ambientalismo(s) e ecologismo(s)

De forma geral, os termos ambientalismo e ecologismo são utilizados como se fossem sinônimos, procurando designar o conjunto de práticas ou ações que visam reverter o quadro de crise ambiental dos dias de hoje. Porém, em face da popularização da causa ambiental, muitas vezes ocorrem simplificações nas abordagens ou confusões na identificação dos atores sociais. Como já vimos em alguma aparição da mídia, muitos líderes políticos e personalidades de destaque autodenominam-se “ecologistas” ou “ambientalistas”.

Para muitos autores, segundo Leis (1991) o limiar entre o ambientalismo e o ecologismo está no fundo filosófico e conceitual que informa cada uma das visões. Ele afirma que enquanto o ambientalismo ainda promete cumprir algumas das tarefas básicas do projeto ecológico, o ecologismo situa-se em um novo paradigma, rompendo com a tradição moderna ocidental, de cunho antropocêntrico. Assim se revela um sistema de valores pós-materialista, apoiado no equilíbrio ecológico, na negação do consumismo, na justiça social, na não-violência ativa e na solidariedade com as gerações futuras. Leis aponta que é preciso considerar que as fronteiras entre esses entendimentos de ambientalismo e ecologismo são bastante tênues. Para ele, talvez a imagem de uma “nebulosa” de atores e práticas sociais seja mais apropriada para definir esse leque social extremamente fragmentado e diferenciado e, por vezes, contraditório. É importante levar em conta também que as práticas políticas foram sofrendo mudanças. Por exemplo, a idéia de que a agressão dos ambientes naturais também significaria uma ameaça ao homem e às culturas tem sido gradativamente incorporada pela sociedade. Além disso, cresceria a percepção de que a rota das mudanças passa pela aproximação entre ecologia e política. Questionar o risco nuclear, por exemplo, é confrontar o poder dos Estados e a ordem social moderna .

Vários estudiosos convergem para esse caminho, mostrando que o ecologismo, entendido como um movimento histórico mais amplo e complexo, compreende uma vasta rede de atores, tais como as associações autodenominadas ambientalistas, o movimento ecológico *stricto sensu*, os setores ecologistas das comunidades científicas, as pequenas e médias empresas que incorporam práticas ecológicas, os partidos verdes, os técnicos de

agências estatais, os movimentos sociais não ecológicos que têm valores ecológicos, as associações profissionais, os produtores rurais e outros.

Para fins didáticos, ao mencionarmos o ecologismo, estaremos fazendo referência a esse movimento mais amplo e diversificado, portador de bandeiras políticas mais gerais de oposição à ordem social hegemônica, de acordo com Leis. A referência ao ambientalismo tomará o *stricto sensu*, designando as práticas localizadas de proteção ou defesa da natureza.

Finalizando o capítulo, esclarecemos que outros conceitos serão vistos de forma ainda mais especial em capítulos à parte, porque eles são o cerne do nosso debate sobre o comportamento do segmento militar, como os conceitos de educação ambiental, de segurança ecológica e de segurança ambiental.

*Capítulo III: PENSAMENTO POLÍTICO, CULTURA E INSTITUIÇÃO
MILITARES*

3.1. Militares em busca de uma identidade: da organização para a instituição

O objetivo deste capítulo é apresentar a evolução da organização militar em sua dimensão política e na dimensão sócio-cultural. Sustentaremos o que Gaio (1997) chamou de abordagem organizacional mitigada para explicar o comportamento político da instituição militar no Brasil.

Segundo Gaio (1997), durante vários anos, a interpretação acadêmica sobre os militares brasileiros, particularmente em relação à sua tendência para intervir na arena política, girou em torno do grau de independência dos militares como atores políticos em relação às classes, grupos e partidos. O autor mostra, em seu trabalho, que a abordagem organizacional procura valorizar as características internas da instituição e sua relação com o ambiente externo, colocando-as como determinantes principais para explicar o comportamento político dos militares, mas enfatiza que tal abordagem foi criticada por relegar o ambiente externo às instituições a um plano secundário. Murilo de Carvalho, escrevendo sobre esta questão, concluiu que não havia sentido estudar os militares sem dar atenção aos aspectos organizacionais (Carvalho, 1979 *apud* Gaio, 1997).

Nesta abordagem organizacional, Coelho (1978) inicia seu ensaio tecendo críticas duras ao que ele chama de “concepção instrumental” que, no essencial, é aquela que procura explicar a intervenção do Exército na política somente a partir da influência que a corporação sofreria das classes ou grupos sociais. De acordo com o autor, na concepção instrumental, a corporação militar não existiria como ator político autônomo; participaria da política como instrumento de classes sociais, visando tomar ou resguardar o poder destas. O autor distingue três versões da concepção instrumental: “(1) oligárquica, onde as classes dominantes comandam o Exército; (2) dos setores médios, onde o Exército seria o agente político das classes médias e (3) moderadora, onde o Exército desempenharia uma função, cujo conteúdo e sentido seriam definidos fora e independentemente da corporação” (Coelho, 1978 *apud* Gaio, 1997). A posição crítica do autor, em relação à concepção instrumental se fundamenta a partir dos seguintes argumentos: (1) ao se conceber o Exército como instrumento de realização de interesses privados, automaticamente fica dispensado o estudo da organização militar em si mesma,

porque o importante, então, é o estudo das classes sociais, suas demandas e práticas político-sociais; (2) a concepção instrumental traz como consequência uma paisanização dos militares, pois a corporação não possuiria valores próprios, formas específicas de formação e socialização internas e nem mesmo interesses particulares e específicos e (3) esta concepção também supõe um elevado grau de abertura do exército aos influxos da sociedade civil. Ao contrário, no Exército desde a independência e, até hoje, pode ser observada a tendência de progressivo fechamento deste à sociedade (*ibid*).

Como alternativa de análise, o autor opta pela abordagem organizacional, uma vez que sua característica distintiva consiste em tornar a organização, não o sistema inclusivo ou partes dele, como unidade de análise. O propósito da abordagem organizacional não é excluir a sociedade como dado de análise, como se o meio ambiente onde vive a organização fosse irrelevante para o conhecimento e esclarecimento da atuação política desta. Para Coelho, o importante nesta abordagem está na questão: por que formas uma organização se relaciona com seu ambiente externo e como se influenciam mutuamente? (Coelho, 1978, *apud* Gaio, 1997).

A abordagem organizacional explicita que é a instituição militar e não as classes sociais a unidade apropriada de análise. Para o mesmo autor, segundo Gaio, a história da organização é investigada com o propósito de descobrir uma constelação de indivíduos que revelem a natureza, o caráter, o *ethos* da organização. Ele distingue dois momentos nas relações entre Exército e sociedade: o primeiro, quando o Exército apresenta um grau elevado de abertura em relação à sociedade. É a fase de acomodação e adaptação, na qual os militares não têm controle pleno sobre a sua organização, registrada até 1964 (Gaio, 1997).

O segundo momento é o do fechamento da organização aos influxos da sociedade. Note-se que o fechamento nunca é absoluto. Neste momento, a organização já possui controle sobre si, já tendo articulado valores definidos que lhe permitem partir para estratégias de controle da sociedade. Para que se chegue ao segundo momento, isto é, para que a organização adquira autonomia frente aos grupos e classes sociais, ela precisa criar determinadas condições essenciais para a formação de uma identidade própria que permita o progressivo fechamento como “agências específicas para a formação de líderes, com relativo isolamento da liderança, de modo a protegê-la das pressões que fluem dos

liderados, agências de socialização e endoutrinação e mecanismos de isolamento que protejam a organização de contágios externos, expansão e aperfeiçoamento de sistemas de comunicações internas, etc” (*Ibid*, p.9, *apud* Gaio, 1997) .

A abordagem que sustentamos neste trabalho pressupõe que o Exército não é uma instituição passiva, sem valores próprios, instrumentalizada pelas classes sociais, mas ao mesmo tempo também não é uma instituição alheia à sociedade. Pelo contrário, pressupõe que o Exército sofre influências do social; contudo, todas as influências depois do momento do fechamento, são filtradas e mediatizadas a partir dos valores internos da instituição. Sendo assim, o reflexo dos conflitos sociais na instituição militar “é refratado, e com intensidade maior do que geralmente se imagina, pela mediação de valores e normas da organização militar, quando não ocorre que conflitos de natureza especificamente institucional, como só de hierarquia e geração, sejam os determinantes do comportamento militar” (Coelho, 1978:129).

Para entender o processo que implica este fechamento, Coelho (1978) se refere à sucessão de fases que retratam os momentos em que o Exército Brasileiro consegue ampliar o seu grau de autonomia frente à sociedade civil. Embora não identifique essas fases como marcos factuais, elas constituem mais do que simples seriação cronológica da história do exército: (1) institucional, pelo qual ele deixou de ser mera organização para transformar-se em instituição na consciência de seus membros e que compreende uma orientação política desenvolvida pelas elites civis, (2) de política laudatória onde subentende perda substancial de poder - ou autonomia - por parte da elite civil e uma aquisição muito mais do que proporcional de poder por parte do Exército, além do ganho substancial de autonomia por parte da instituição militar que corresponde ao momento em que as decisões sobre os destinos da sociedade civil passaram a ser tomadas dentro das fronteiras da organização militar.

Neste processo de fechamento foi necessária a discussão sobre a questão da identidade militar, pois é a aquisição de tal identidade o elemento que permite a maximização do poder dos militares sobre a sociedade. O autor adverte para a importância da aquisição de uma identidade, de seu potencial na produção de consenso, o que permite vencer forças desagregadoras que enfraqueceriam a instituição. O processo de fechamento correspondeu, no plano de criação de identidade, à formulação da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) (Gaio, 1997).

A sua criação remonta a um curso de alto comando, criado em 1942 pela Lei do Ensino Militar. A chamada primeira ESG deveria oferecer o curso de alto comando destinado, de início, a generais e coronéis do Exército, curso que, mais tarde, foi estendido a oficiais das três armas. Em dezembro de 1948, o general Oswaldo Cordeiro de Farias se encarregou de elaborar o anteprojeto de regulamento da ESG, - cuja redação definitiva ficou a cargo do tenente-coronel Idálio Sardenberg. Seus próprios fundadores explicitaram que o *National War College* norte-americano foi o grande inspirador, mas não o modelo do qual tudo foi copiado. A feição definitiva da ESG - a segunda ESG - foi criada pela Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949. Não seria restrita a militares, passaria a oferecer seus cursos também a civis. Tais cursos destinaram-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento nacional (conforme o Art.1º) (Andrade Jr, 1998).

A doutrina da segurança nacional formulada pela ESG propõe a construção de princípios que possam retirar do Brasil a característica de país subdesenvolvido e, ao mesmo tempo, permitir fazê-lo de maneira que a segurança e a ordem não sejam postas em risco. A produção desta doutrina foi um importante marco na construção de uma identidade própria das Forças Armadas (FFAA), pois nela encontram-se expressos alguns valores que servirão como fator de coesão e unidade militar. A doutrina se constitui em um projeto político-social dos militares para o Brasil e a explicitação de seu papel representativo confunde-se com o próprio processo de construção de sua identidade, através do reconhecimento de sua ação específica na transformação.

As FFAA armadas eram externamente influenciadas pelos problemas sociais do país e estes afetaram sua organização interna, reforçando a possibilidade de quebra de hierarquia, desorganização, individualismo e divisões internas. Estes problemas

advinham do “contágio” com a própria realidade brasileira. Os problemas sociais reconhecidos pelos militares eram a ambição e o personalismo das elites, a indisciplina social do cidadão, a pobreza, o atraso econômico, o poder das oligarquias.

Tornar o Exército uma organização forte passava pela resolução destes problemas. Era preciso haver um poder centralizado no Estado e que novas elites se preocupassem com a industrialização e com o fim da miséria, pois esta comprometia a segurança nacional interna e perpetuava a situação de desorganização generalizada. Nesse processo de transformação do país, as FFAA ocupariam um papel relevante, se possível à condução do Estado, porque elas seriam o único ponto de referência viável para se formar uma nação. O Exército e a Marinha eram considerados aptos a dirigir o processo de formação da nacionalidade e só a eles deveria competir esta função (Andrade Jr, 1998).

O general Góes Monteiro também aceitara o raciocínio segundo o qual, sendo o Exército e a Marinha as únicas instituições nacionais, “só à sombra deles é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade” (Monteiro, 1934:156 *apud* Gaio, 1997). Assim, as FFAA eram vistas como o único ator com a capacidade de organizar o país, de dar fim ao poder nocivo das oligarquias, de disciplinar a nação, de centralizar o poder político, organizando um Estado forte e de desenvolver a economia brasileira. Nessa visão, as FFAA assumiriam um papel eminentemente político, não caudatário das elites civis, mas com um projeto político próprio. Como consequência lógica das afirmações acima citadas, os militares anunciam claramente a tese de que cabe a eles dirigir o processo de mudanças que a nação deverá efetivar: a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército. A transformação do país era pensada no sentido de fortalecer as FFAA. A procura das resoluções dos problemas econômicos e sociais do Brasil constituía também a busca de um meio que facilitasse o desenvolvimento delas.

Segundo Coelho (1978), a importância da doutrina da ESG era, naquele momento, a da produção de uma identidade, pois se definia o que era o Exército e qual seria a sua função na sociedade brasileira. A doutrina deveria criar um consenso no seio do Exército para que este desempenhasse o seu papel, obtendo êxito, ou seja, destruindo os óbices que tornavam o Brasil um país subdesenvolvido e, conseqüentemente, tornavam o Exército fraco e dividido. O autor também revela que a atualização de preceitos militares

tradicionais, em que coexistem valores como honra, lealdade e serviço público e a auto-imagem heróica, tradicional com valores geralmente associados à ciência e à tecnologia, além da nova imagem empresarial, tornava-se um fator positivo na criação da identidade do Exército.

Para os militares, segundo Coelho (1978), a divisão interna das FFAA é um sinônimo de enfraquecimento e de risco de conseqüente submissão total aos civis e por isso, a doutrina propõe um modelo no qual a estrutura societária é tão monolítica, a ponto de reduzir a competição política a níveis excepcionalmente baixos aonde os militares encontrariam condições de participação sem o risco de incorrerem em altos custos da competição, isto é, nos custos de participação numa sociedade onde o nível de conflito manifesto ou latente é alto.

Conforme já comentado, outro autor que adota a abordagem organizacional é Murilo de Carvalho (1979) que procura explicar a relação entre o Exército e a política a partir de fatores da estrutura interna da corporação. A análise do citado autor não vem precedida de uma discussão metodológica extensa, mas, no início do seu ensaio, deixa clara sua crítica à abordagem instrumental, onde diz que as organizações militares possuem características específicas que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas (Carvalho, 1979 *apud* Andrade Jr, 1998). Murilo de Carvalho apoia-se no conceito de instituições totais, de Erwing Goffman (1992). Segundo este, tal tipo de instituição, por envolver um grande número de indivíduos colocados em situação semelhante e separados da sociedade por um considerável período de tempo, tende a uma vida fechada e formalmente administrada. As instituições totais rompem as barreiras que sempre separam as três esferas da vida: dormir, brincar e trabalhar. Nas instituições totais, os indivíduos submetidos a estas três dimensões da vida cotidiana estão reunidos no mesmo lugar e submetidos a uma única autoridade. Além disso, todas as atividades são realizadas na companhia de um grupo relativamente grande que é submetido à disciplina, às regras e aos horários rígidos e formais, estabelecidos por um grupo reduzido de funcionários. Por isso, todas as instituições totais têm tendência ao fechamento, a uma socialização plena dos valores institucionais.

Esse autor aprofunda o estudo sobre a instituição militar ao enfatizar que os militares, portanto, desenvolvem uma identidade própria que os distingue daqueles que

não estão submetidos a esta rotina e que se estabelece claramente no recrutamento (de oficiais e praças), na distribuição geográfica dos efetivos, na estrutura do corpo de oficiais, no ensino militar e nas ideologias de intervenção direcionados para ampliação do poder da organização militar.

3.2. A visão de dois mundos: a socialização dos militares

Os membros da instituição militar aprendem e reproduzem, desde o início de sua carreira, uma visão preconceituosa dos civis, chamados pejorativamente de paisanos.

Castro, recolhendo depoimento de militares, encontrou entre eles a visão de uma separação entre dois mundos: o mundo do *aqui dentro* e o mundo do *lá fora*, este correspondendo ao mundo dos civis, aos paisanos, pejorativamente considerados. Depois de pesquisar a visão de mundo e os valores dos cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras, Castro, no livro “O Espírito Militar” (1990), mostra como os militares avaliam os valores dos paisanos (Quadro 2).

Quadro 2: Valores dos cadetes da AMAN para militares e civis

AMAN / “AQUI DENTRO”	FACULDADE / “LÁ FORA”
<ul style="list-style-type: none"> . seriedade / profissionalismo / competência/ . atividade contínua . maturidade . atenção . os professores “dão o exemplo” . boa apresentação pessoal . linguajar correto . verdadeira liberdade . disciplina . (ordem) . (militares) . (+) 	<ul style="list-style-type: none"> . falta de seriedade, de profissionalismo, de competência . ociosidade . infantilidade . desatenção (apatia) . os professores não “dão o exemplo” . má apresentação pessoal . gírias, palavões . falsa liberdade . displicência . (desordem) . (paisanos) . (-)

FONTE: *O Espírito Militar*, de Celso Castro (1990:41)

Assim, observa-se claramente, através da descrição do quadro de valores que compartilham os cadetes da AMAN sobre ser militar e ser civil, a dificuldade que existe para um militar integrar-se ao modo dos civis, compartilhar os mesmos valores, os mesmos objetivos, pois estes são percebidos de forma negativa e como valores completamente opostos aos da vida castrense. Socializa-se o cadete para uma visão crítica dos civis e cuja função é a de reforçar os seus vínculos com os companheiros de farda na defesa intransigente dos altos valores de sua instituição. O estudo antropológico de Castro demonstra que o processo de socialização dos valores castrenses que é realizado na Academia Militar das Agulhas Negras (e que nossa experiência indica que possa ser extensivo a outros estabelecimentos militares de ensino), a partir de critérios próprios estabelecidos pela instituição militar, desenvolve nos cadetes uma nítida diferenciação entre os valores castrenses e os valores civis.

Já havíamos comentado, há pouco, sobre o conceito de instituições totais que é utilizado para caracterizar o processo de formação da identidade dos militares, da constituição de um *ethos* que os diferencia daqueles grupos não submetidos aos mesmos mecanismos de formação e treinamento e, principalmente, aos mecanismos de socialização de valores. Para reforço dos vínculos que os unem, os membros de uma instituição total precisam desenvolver uma visão crítica, muitas vezes depreciativa, dos membros que compõem seu ambiente externo (sejam grupos organizados ou não), de modo que dessa operação resulte em uma exaltação de suas próprias qualidades, valores e missão.

Em seguida, veremos aspectos da profissão militar dentro de seu sistema de valores e organização.

3.3. A Profissão Militar e os oficiais das Forças Armadas

A existência de um quadro profissional de oficiais dá uma matriz singular ao problema moderno das relações entre civis e militares e é por isso que queremos examiná-lo com mais cuidado que os demais postos e graduações da hierarquia militar.

Huntington (1996) afirma que se negligencia o caráter profissional do moderno corpo de oficiais e que dificilmente o grande público e as elites pensam no oficial da mesma forma como o fazem em relação ao advogado ou ao médico, além de certamente lhe conferir a mesma deferência que é dada a profissionais civis.

Os próprios militares se deixam influenciar pela imagem que deles faz o público e, por vezes, recusam-se a aceitar as implicações de seu *status* profissional. Quando a palavra “profissional” é usada em relação aos militares, normalmente o é no sentido de “profissional” em contraste com “amador”, e não no sentido de “profissão” relacionada com “ofício” ou “habilidade”. As expressões “exército profissional” e “soldado profissional” costumam encobrir a diferença entre o soldado de carreira, que é profissional no sentido de uma pessoa que trabalha por ganhos monetários, e o oficial de carreira, que é profissional num sentido muito diferente: de uma vocação a serviço da sociedade.

O oficialato revela muitas variedades de especialistas, inclusive muitas delas com suas contrapartes na vida civil. Engenheiros, médicos, pilotos, peritos em artilharia ou em recursos humanos, técnicos em serviços de inteligência e de comunicações, todos eles são encontrados dentro e fora do moderno corpo de oficiais. Mesmo não se contando com esses especialistas, cada qual absorvido em seus respectivos ramos de conhecimento, a mera e grande divisão do corpo de oficiais em militares de terra, mar e ar já demonstram existir enormes diferenças nas funções exercidas e nas indispensáveis habilidades. O comandante de um cruzador e o comandante de uma divisão de infantaria defronta-se com problemas muito diferentes que exigem qualificações igualmente muito diferentes. Existe, todavia, uma esfera distinta de competência militar que é comum a todos os oficiais. A função de uma força militar é o combate armado bem-sucedido. Os deveres de um oficial das Forças Armadas incluem: (1) organizar, equipar e treinar essa força; (2) planejar suas atividades; e (3) dirigir as operações dentro e fora do combate. A direção, a operação e o controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência é a qualidade peculiar do oficial. É uma qualidade comum às atividades dos oficiais de terra, mar e ar. Distingue o militar propriamente dito de outros especialistas existentes nas modernas Forças Armadas. As qualidades desses especialistas podem ser necessárias à consecução dos objetivos da força militar. Mas eles são, basicamente, vocações auxiliares, que se relacionam com a especialidade do oficial do mesmo modo como as qualidades do enfermeiro, do químico, do técnico de laboratório, do dietista, do farmacêutico e do operador de raios-x se relacionam com o médico (Huntington, 1996).

Nenhum dos especialistas auxiliares, que agem ou servem dentro da profissão militar, tem capacidade de “administrar a violência”, do mesmo modo como nenhum dos especialistas que ajudam na profissão médica é habilitado a fazer um diagnóstico. Dentro da própria profissão existem especialistas na administração da violência em terra, no mar e no ar, assim como existem especialistas em coração, estômago e olhos dentro da Medicina. Um especialista militar é um oficial peculiarmente direcionado a dirigir a aplicação da violência sob certas condições prescritas. A variedade de condições sob as quais a violência pode ser empregada e as diferentes formas nas quais ela pode ser aplicada formam a base da especialização subprofissional. Elas também formam a base para se avaliar a relativa competência técnica. Quanto maiores e mais complexas forem as organizações de violência que um oficial é capaz de dirigir e quanto maior for o número de situações e condições sob as quais ele se empenha, maior será sua capacidade profissional. Um homem que só é capaz de dirigir as atividades de um grupo de combate de Infantaria tem um nível tão baixo de capacidade profissional que fica quase no limite aceitável. Por outro lado, o homem que pode conduzir as operações de uma divisão aero-terrestre ou de força-tarefa no valor de porta-aviões é um profissional altamente competente. O oficial que pode dirigir as complexas atividades que envolvem em alta escala forças navais, aéreas e terrestres encontra-se no ápice de sua vocação.

É evidente que a função militar requer um alto grau de especialização. Indivíduo algum, quaisquer que sejam sua capacidade intelectual e suas qualidades de caráter e de liderança, poderá desempenhar eficientemente essas funções sem treinamento e experiência consideráveis. Em casos de emergência, um civil despreparado pode ser capaz de agir como um militar de nível comum por um breve período de tempo. Do mesmo modo, um leigo inteligente também pode, na emergência, prestar socorro até que chegue o médico.

Antes da administração da violência tornar-se a tarefa extremamente complexa que é na civilização moderna, era possível que alguém sem treinamento especializado pudesse exercer o oficialato. Hoje, entretanto, só a pessoa que dedica por completo suas horas de trabalho a essa tarefa pode esperar desenvolver um nível razoável de competência profissional. Mas a habilidade do oficial não é uma técnica (fundamentalmente mecânica) nem uma arte (que exige talento peculiar e intransferível).

É, em vez disso, uma habilidade intelectual extraordinariamente complexa que requer estudo e treinamento abrangentes.

Mas cabe a consideração de que a habilidade peculiar do oficial é a administração da violência, não o ato de violência em si. Disparar um fuzil, por exemplo, é uma perícia basicamente mecânica; dirigir as operações de uma companhia de fuzileiros exige um tipo de perícia inteiramente diferente que pode ser aprendida, em parte, nos livros, na prática e na experiência. A essência intelectual da profissão militar exige que o moderno oficial dedique cerca de um terço de sua vida profissional à escolaridade formal, uma relação provavelmente mais alta de tempo educacional frente ao tempo de prática do que em qualquer outra profissão. Em parte, isso reflete as limitadas oportunidades do oficial para adquirir experiência prática com vistas aos elementos mais importantes de sua vocação. Mas isso também reflete em alto grau a extrema complexidade da especialização militar.

A qualidade peculiar do oficial militar é universal, no sentido de que sua essência não se deixa afetar por mudanças no tempo nem no espaço. Assim como as qualidades de um bom cirurgião são as mesmas em Zurique, Nova York ou no Brasil, os mesmos padrões de competência profissional militar foram aplicados na Rússia e nos Estados Unidos, nos séculos XIX e XX. O domínio de uma habilidade profissional comum é um vínculo que interliga os militares sobrepondo-se a todas as outras diferenças. A vocação do oficial também possui uma história. A administração da violência não é uma qualidade que possa ser adquirida pelos simples aprendizado de técnicas existentes. É adquirida num processo contínuo de desenvolvimento, sendo imprescindível que o oficial compreenda esse desenvolvimento e tenha consciência de seus rumos e tendências. Só se tiver consciência do desenvolvimento histórico das técnicas de organizar e dirigir forças militares é que o oficial pode alimentar a esperança de alcançar o topo de sua profissão. A importância da história de assuntos bélicos e militares recebe ênfase permanente em todos os escritos militares e ao longo de toda a educação militar. Para seu pleno domínio, a qualificação militar requer uma vasta base de cultura geral. Os métodos de organizar e de aplicar violência em cada fase da História estão intimamente relacionados com o padrão de cultura da sociedade. Assim como as Ciências Jurídicas se mesclam em suas fronteiras com História, Política, Economia, Sociologia e Psicologia, também o faz a qualificação

militar. Os conhecimentos militares também fazem contato com as ciências naturais, como a Química, Física ou Biologia. Para entender adequadamente esse intercâmbio, o oficial deve ter alguma idéia desse relacionamento com outros campos e meios nos quais essas outras áreas de conhecimento podem contribuir para seus próprios objetivos (Huntington, 1996).

As habilidades que o oficialato requer dentro de seu campo profissional, só através das avenidas mais largas do aprendizado fora de sua profissão é que, em grande parte, podem ser adquiridos. O fato de lidar constantemente com seres humanos, a exemplo do advogado e do médico, exige dele uma compreensão mais profunda das atitudes e motivações humanas, bem como um comportamento que a educação estimula. Requisito para se ingressar em carreiras como Direito e Medicina, a educação geral é também reconhecida hoje, quase que universalmente, como desejável para o oficial profissional (Huntington, 1996).

A especialização do oficial impõe-lhe uma particular responsabilidade social. O emprego indiscriminado dessa especialização, por proveito meramente pessoal, arruinaria a tessitura da sociedade. Tal como com a prática da Medicina, a sociedade insiste em que a administração da violência só seja utilizada a bem de objetivos socialmente aprovados. A sociedade tem um interesse direto, permanente e geral no emprego dessa especialização para o fortalecimento de sua própria segurança militar. Enquanto todas as outras profissões são em certa medida regulamentadas pelo Estado, a profissão militar é monopolizada pelo Estado, a serviço da sociedade. O cumprimento da responsabilidade exige domínio da especialização. O domínio da especialização impõe aceitação da responsabilidade. Tanto a responsabilidade como a especialização distingue o oficial de outros tipos sociais. Todos os membros da sociedade têm interesse em sua segurança. O Estado preocupa-se diretamente com a consecução deste e de outros valores sociais; mas só o corpo de oficiais é responsável pela segurança militar, com exclusão de todos outros fins.

Será que o oficial tem motivação profissional? É claro que ele não age preliminarmente por incentivos econômicos, embora a estabilidade da carreira das armas influencie. Na sociedade ocidental a vocação para o oficialato não é muito bem recompensada monetariamente. Tampouco o comportamento dentro da profissão é

governado por recompensas e penalidades econômicas. O oficial não é um mercenário que transfere seus serviços a quem melhor lhe pagar. Também não é aquele cidadão-soldado temporário que se inspira na intensidade do patriotismo e do serviço momentâneo, mas sem nenhum desejo firme ou permanente de se aperfeiçoar na administração da violência. A combinação desses estímulos é que constitui a motivação profissional. A sociedade, por outro lado, só pode garantir essa motivação se oferecer aos seus oficiais um pagamento continuado e condigno, tanto no serviço ativo como na inatividade (Huntington, 1996).

Ao oficial cumpre possuir destreza intelectual, cujo domínio exige estudo intenso. O teste de sua competência profissional é a aplicação de conhecimentos técnicos num contexto humano. Entretanto, como essa aplicação é regulada por meios econômicos o oficial precisa de normas positivas que marquem as suas responsabilidades diante de colegas, subordinados, superiores e perante o Estado ao qual ele serve.

O comportamento do oficial dentro da estrutura militar é governado por uma complexa massa de regulamentos, costumes e tradições. O comportamento com relação à sociedade é guiado pela consciência de que suas habilitações só podem ser utilizadas para fins aprovados pela sociedade através de seu agente político que é o Estado. Enquanto a responsabilidade primária do médico é para com seu paciente e a do advogado para com seu constituinte, a principal responsabilidade do militar é para com o Estado. É a responsabilidade do perito conselheiro. Como o advogado e o médico, ele só se preocupa com um único segmento das atividades de seu cliente. Em consequência, não pode impor decisões sobre esse cliente, que tem implicações além de seu campo de competência especial. Ele só pode explicar ao cliente quais são suas necessidades nessa área, aconselhá-lo a como satisfazê-las e depois, quando o cliente tiver tomado suas decisões, ajudá-lo a implementá-las. Até certo ponto, o comportamento do oficial para com o Estado é guiado por um código explícito já expresso em lei comparável aos cânones da ética profissional do médico e do advogado. Em medida ainda maior, o código do oficial é expresso segundo o costume, a tradição e o espírito permanente da profissão.

O oficialato é uma profissão pública burocratizada. O direito legal de exercê-la limita-se aos membros de um organismo rigorosamente definido. Organicamente, porém, o corpo de oficiais é muito mais do que uma simples criatura do Estado.

Os imperativos funcionais de segurança dão origem a complexas instituições vocacionais que moldam o oficialato num grupo social autônomo. O ingresso nesse grupo é restrito àqueles com educação e instrução indispensáveis e, geralmente, só é permitido pelo nível mais baixo de competência profissional. A estrutura corporativa do corpo de oficiais inclui não apenas a burocracia oficial mas também sociedades, associações, escolas, publicações, costumes e tradições. O mundo profissional do oficial tende a abranger uma proporção singularmente alta de suas atividades. Via de regra, ele vive e trabalha longe do restante da sociedade, em suas condições de retiro nos quartéis. Física e socialmente, é provável que ele tenha menos contatos não-profissionais do que a maioria de outros profissionais. A linha que o separa do leigo ou do civil é simbolizada de público pelo uniforme e pelas insígnias do posto.

O oficialato é, ao mesmo tempo, uma profissão e uma organização burocráticas. Dentro da profissão, os níveis de competência são caracterizados pela hierarquia dos postos; dentro da organização, os deveres se distinguem por uma hierarquia de cargos. O posto é individual, refletindo as suas realizações profissionais medidas em termos de experiência, antiguidade, formação e qualidades. As indicações para o posto são normalmente feitas pelo próprio corpo de oficiais, mediante a aplicação de princípios gerais estabelecidos pelo Estado. Designações para cargos são, de hábito, um tanto mais sujeitas a influências externas. Em todas as burocracias, a autoridade deriva do cargo; uma burocracia profissional a elegibilidade ao cargo se origina do posto. Permite-se ao oficial que exerça certos tipos de serviços e funções em virtude de seu posto sobre a hierarquia do cargo.

As praças (os suboficiais) subordinam-se à oficialidade como uma parte da burocracia organizacional, mas não da burocracia profissional. Eles não partilham das qualificações intelectuais (a formação superior militar, testada pelos mecanismos de seleção próprios) nem da responsabilidade profissional do oficial e podem não ser bem utilizados em relação às suas qualificações profissionais e pessoais. São especialistas na aplicação da violência, não na administração da violência. A vocação deles é um ofício, não uma profissão. Essa diferença fundamental entre oficiais e praças reflete-se na linha nítida que universalmente se traça entre os dois em todas as Forças Armadas do mundo. Se não houvesse essa clivagem, poderia haver uma única hierarquia militar a se estender

desde o soldado até o oficial de maior posto. Mas o caráter diferenciador das duas vocações torna descontínua a hierarquia organizacional. As graduações existentes no círculo das praças não constituem uma hierarquia profissional. A diferença entre as vocações de oficial e da praça tolhe qualquer avanço de um círculo para outro. A praça pode, realmente, tornar-se um oficial, mas esta é mais uma exceção do que a regra.

A formação e a instrução características do oficialato são, normalmente, incompatíveis com o serviço prolongado de uma praça, o que redundaria em que abordemos a formação e a instrução de oficiais como o mais representativo do pensamento da organização militar.

3.4. A Especificidade da Instituição Militar: uma Cultura Complexa

A compreensão do fenômeno de como se processa a cultura organizacional na instituição militar parte do pressuposto, neste trabalho, de que as organizações militares são uma cultura, antes de sua materialização como instituição, em função de sua densidade e permanência. Para compreender-se a noção de cultura organizacional, algumas questões conceituais em suas dimensões objetiva e subjetiva, aspectos da contracultura e das subculturas da organização, devem ser examinadas.

A noção de cultura organizacional resgata a idéia de identidade, abordada na seção 3.1, de distinção daqueles caracteres que particularizam e distinguem uma organização da outra. Algumas pesquisas citadas por Tavares (2002) mostram que a formulação de estratégias e a organização do processo de trabalho, entre outros aspectos importantes da vida organizacional, são reflexos da cultura específica da organização em questão.

Assim, preferimos utilizar abordagens que sustentam a hipótese de homogeneização do Exército pela pedagogia política; pela emergência de poucos episódios contraculturais, como os ocorridos no Clube Militar (Andrade Jr, 1998), na década de 40 e em meados da de 50, na transição para o Exército receber a forte influência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a ser examinada detalhadamente nos capítulos V e VI.

A dimensão objetiva da cultura organizacional refere-se aos artefatos visíveis criados pela organização. Esse nível de manifestação é o mais emergente, onde a cultura organizacional se expressa

“(...) começando com os artefatos visíveis, o ambiente da organização em que foi construído, sua arquitetura, tecnologia, configuração do escritório, forma de vestir, padrões visíveis ou audíveis de comportamentos e documentos públicos, como o contrato social, material para orientação dos membros, histórias (...)” (Schein, 1985:3).

Nessa dimensão, as expressões culturais militares são fáceis de serem observadas, mas difíceis de serem interpretadas nas suas significações latentes. Para Schein (1985), é possível descrever como um grupo constrói seu ambiente e quais são os padrões de comportamento discerníveis entre os membros, mas muitas vezes não se consegue entender a lógica subjacente: o porquê de um grupo comportar-se de determinada forma. A dimensão subjetiva da cultura organizacional envolve os significados que os indivíduos atribuem à realidade. A noção de significado pertence ao universo do simbólico e requer uma abordagem interpretativa. Essa dimensão envolve elementos culturais como os mitos, os ritos, os rituais, as lendas, os valores, as crenças, as expectativas e os heróis organizacionais. A subjetividade da cultura organizacional se expressa no nível dos valores e dos pressupostos básicos. Entre os pressupostos básicos, esse autor destaca o relacionamento da organização com seu ambiente, a natureza atribuída à realidade e à verdade, ao tempo e espaço, à natureza humana, à natureza da atividade humana e à natureza dos relacionamentos humanos que apresentam um alto grau de subjetividade.

Pierre Bourdieu (1983) afirma que o afastamento da concepção da cultura organizacional como um fenômeno monolítico leva à admissão da heterogeneidade cultural das organizações. Os diferentes grupos em uma organização estabelecem uma batalha simbólica, com o propósito de impor uma realidade social que satisfaça aos seus interesses. Alguns grupos podem aceitar os valores básicos da cultura dominante, mas divergindo em termos marginais (subculturas) e outros, mais radicais, podem divergir no que se refere aos valores básicos e implementam estratégias de desestabilização da cultura vigente ou dominante.

Essa é a abordagem que adotaremos para compor a tese da homogeneização militar por intermédio de currículos escolares. Como vimos, pode-se pensar que o Exército constitui um todo indivisível e coeso na base previsível de uma organização social e política de permanência, mas o exame histórico diz o contrário pela existência de partidos militares (Rouquié, 1980) ou por correntes militares (Peixoto, 1980) e isso já foi

mostrado no caso das disputas do Clube Militar e a conseqüente transição do papel que ele exercia no segmento militar para uma nova instância: a Escola Superior de Guerra (Andrade Jr, 2001a).

Analogamente às sociedades, todas as organizações militares podem ter grupos cujas normas, valores e comportamentos contradizem frontalmente aquilo que a cultura dominante ou organização representa. Nesse caso, esses grupos constroem uma cultura alternativa (contracultura) na tentativa de preencher espaços e até mesmo desestabilizar a cultura dominante (Andrade Jr, 1998). É nesse sentido que Fleury defende a politização do conceito de cultura (Fleury, 1989).

A abordagem da cultura corporativa interpreta a cultura como um fenômeno integrado, consistente e uniforme, mas a utilizaremos somente para auxiliar na identificação dos componentes a que mais se apegam os militares, uma vez que essa abordagem entende que é possível alcançar um consenso organizacional, através do gerenciamento dos produtos culturais, como símbolos, mitos e heróis. Nessa abordagem, que é defendida por Pettigrew, a cultura organizacional passa a ser um conjunto de significados coletivamente aceitos por determinado grupo, sendo um conjunto de símbolos, discursos, crenças, rituais e mitos (Pettigrew, 1979).

Discordando dessa homogeneidade, Schein define a cultura como um produto aprendido nas experiências vivenciadas pelo grupo. Esse autor define a cultura como:

“(...) um padrão de pressupostos básicos inventados, descobertos ou desenvolvidos por um dado grupo, na medida em que ele aprende a lidar com seus problemas de adaptação externa e integração interna, que tem funcionado suficientemente bem para ser considerado válido e então para se ensinar a novos membros o modo correto de pensar, perceber e sentir em relação a esses problemas” (Schein, 1985:9).

Outro autor compartilha com Schein o entendimento de que as organizações caracterizam-se pela heterogeneidade cultural, onde os indivíduos se tornam membros de certos grupos e desenvolvem diferentes lealdades e valores (Gregory, 1983). Sob outro ângulo, Fleury (1986) conceitualiza a cultura como um conjunto de valores e pressupostos básicos expressos em elementos simbólicos, os quais, em sua capacidade de ordenar, de atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como

elementos de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação.

No todo apresentado por esses autores, pode-se inferir que desvendar a cultura de uma organização requer abordagem interpretativa e subjetiva. No caso do Exército como instituição pública a serviço do Estado e da política, cabe a inserção da dimensão política em toda a análise organizacional, do contrário, corre-se o risco de enfrentar o mesmo erro de contextualizar o modelo de entidade burocratizada em geral (modelo de Weber, 1981) no comportamento da instituição, o que não cabe pelo conjunto axiológico que a caracteriza como instituição total. Por exemplo, até hoje os militares detestam ser reconhecidos como funcionários públicos, tendo o termo, para a maioria deles, uma conotação pejorativa em razão de que eles desempenham atividades móveis e dinâmicas, diferentemente das de escritório que a lide burocrática demanda.

A partir da análise dos valores, pode-se identificar e desvendar as possíveis subculturas e contraculturas (que se diferenciam da cultura dominante) de uma organização. Portanto, os valores são elementos definidores e identificadores dos grupos sociais, fundamentos básicos das distinções culturais, uma vez que eles determinam comportamentos, sentimentos e outras expressões típicas e próprias de um determinado grupo (Tavares, 2002).

Os valores são expressos nos símbolos, nas histórias, nos mitos e nos rituais organizacionais. Os símbolos são as maiores manifestações da cultura, pois são referências por si sós. São objetos, atos, eventos, qualidades ou relações e formações lingüísticas que apresentam diversos significados (Beyer & Trice, 1984) e que evocam emoções e impelem pessoas a agir.

As histórias são narrativas que organizam as crenças sobre a organização e seu sistema de valores, funcionando como um guia que ajuda os membros de uma organização a compreenderem como as “coisas são feitas”. As histórias são filtradas por uma rede cultural que continua a reforçar e lembrar aos membros da organização “o porquê fazemos as coisas assim”. Dessa forma, as histórias operam de tal modo que os membros tenham suas ações coordenadas para o objetivo comum, ao mesmo tempo em que conformam o comportamento ou a ação. As histórias são simbólicas e flexíveis, podendo ser reinterpretadas e mudadas de acordo com a situação em que serão aplicadas (Freitas, 1991).

Em síntese, as histórias são representações de fatos relacionados aos valores e crenças organizacionais, que estão sujeitos a alterações que podem ocorrer em função do interesse circunstancial, visando à solidificação desses valores e crenças (Beyer & Trice, 1984). Por isso, acreditamos que os diferentes valores e crenças originalmente carregados pelos indivíduos que ingressam na atividade militar possam ser adaptados para o interesse da organização, o que satisfaz a tentativa de homogeneização pela disciplina, cuidadosamente metrificada na aplicação do regulamento disciplinar do exército (RDE) como instrumento de reforço constante.

Essa é vertente de ancoragem mais próxima da de homogeneização pelo currículo escolar. O processo é suficientemente forte também como reforço ao controle do comportamento do indivíduo, para acompanhar toda a vida profissional do militar e não somente o período de sua juventude, onde o controle se dá mais facilmente.

Fleury (1989) afirma que a tentativa de interpretar o mito é crucial para a compreensão do universo simbólico, tanto como elemento integrador, definidor da identidade da organização, como revelador dos mecanismos de poder nela engendrado. Portanto, o mito pode ter um papel político nas organizações. Ao expressar os comportamentos idealizados e aceitáveis socialmente, essa autora reforça a idéia da cooperação e estabilidade organizacional. Para ela, os mitos exercem um papel importante na formação da cultura, pois são rapidamente criados e facilmente percebidos pelos membros da organização.

Nas organizações com o grupo social delimitado, o mito também resgata e torna viva a imagem de heróis e de indivíduos carismáticos e memoriza as façanhas da

organização e dos atores produtores das ideologias organizacionais. Os heróis organizacionais são indivíduos que desempenham papéis organizacionais que personificam o sistema de valores e até mesmo definem o conceito de sucesso da organização. Esses heróis podem ser identificados por toda a organização, mas freqüentemente, eles desempenham papéis de gestores. Na realidade, esses atores sociais representam o que a organização defende e reforçam seus valores. A ação desses heróis espelha modelos a serem seguidos por outros membros (Deal & Kennedy, 1982). Como exemplo, nota-se a força da imagem dos patronos do Exército como heróis nas comemorações internas de seus aniversários em todas as unidades militares e com presença obrigatória de todos. O mestre de cerimônias lê o discurso já ordenado do Comandante do Exército ou escrito por outra grande autoridade militar e transcrito para exposição pública.

Como os mitos e as histórias, os ritos e rituais organizacionais também expressam valores estabelecidos no passado e ratificados ou reiterados no presente. Disso se trata a seção seguinte.

3.5. A Instituição Total envolve completamente a vida dos militares: a EsPCEX e a AMAN

Comentando sobre os traços de permanência de uma organização, Goffman (1992) apresenta que toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes dando-lhes algo de um novo mundo, passando a idéia de fechamento. Comenta que é possível diagnosticar se as instituições são mais ou menos fechadas. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico, como as portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos de água, florestas, edificações imponentes. Goffman considera tais características externas como qualificadoras das instituições totais e acrescenta mais sobre o ambiente mortificador:

“(...) toda instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto, em que aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes. Essa atividade pode ajudar o

indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu. No entanto, precisamente na insuficiência de tais atividades, podemos encontrar um importante efeito de privação das instituições totais. Na sociedade civil, um indivíduo que fracassa em um de seus papéis sociais geralmente tem a oportunidade para esconder-se em algum local protegido onde pode aceitar a fantasia comercializada-cinema, TV, rádio, leitura-ou empregar “consolos”, como o cigarro ou a bebida. Nas instituições totais, principalmente logo depois da admissão, tais materiais podem não estar ao seu alcance. No momento em que tais pontos de repouso são mais necessários, podem ser mais difíceis (...)” (Goffman, 1992:66).

O rigor da aplicação das propriedades da instituição total apresentado por Goffman, no caso militar, parece estar sendo adotado para as extremas condições de exclusão e retiro do mundo livre e percebe-se que outras formas de privação podem qualificar a aparente autonomia desses ambientes.

Vê-se o procedimento aplicado também às condições moderadas de retiro. Na Escola Preparatória de Cadetes do Exército⁵ (EsPCEX), onde os alunos estudam em regime de internato, em momentos de folga e durante a semana, o aluno pode sair à cidade de Campinas e retornar até um certo horário. Se atrasar e sendo dada a sua falta imediatamente após o seu atraso, mesmo que ele já esteja presente, seguramente a transgressão acarretará a suspensão de seu “direito” de ir e vir no fim-de-semana seguinte, a não ser que a justifique.

A “Revista do Recolher”, onde o procedimento de conferência é ritualmente feito, é supervisionada por um oficial que verifica pessoalmente todo o efetivo presente. Maior folga é obtida nos fins-de-semana, quando os alunos podem “ausentar-se para fora da Guarnição”, limite permitido para trânsito livre de um militar, sendo necessária uma autorização superior para afastamentos mais distantes.

Segundo Goffman (1992), as instituições totais contemporâneas podem ser caracterizadas em cinco grandes grupos de categorias: (1) para pessoas idosas, órfãos e indigentes; (2) para tuberculosos, leprosos e doentes mentais⁶; (3) para conter

⁵ EsPCEX, Campinas, SP. O autor cursou a escola, dos seus 14 aos 17 anos.

⁶ As categorias são traduzidas dessa forma, a partir da obra original. O autor acredita que há impropriedade nas colocações, pois o paciente com “Mal de Hansen” poderia ser utilizado na tradução, evitando a discriminação. Igualmente, o uso da caracterização “doente mental” poderia ser substituído por “paciente com distúrbios mentais”. (N. A.)

prisioneiros, cadeias, penitenciárias, campos de concentração; (4) quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias, onde a intenção é a de que se realize de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho; e (5) para retiro do mundo, como abadias, conventos e mosteiros.

Quanto à organização em si, esse autor comenta que as instituições totais rompem com o que chama de “três esferas da vida”, qual seja: a tendência de dormir, brincar, trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. Os aspectos da vida na instituição total são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo pré-determinado, à seguinte e toda a seqüência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos da instituição (*ibidem*).

Outro exemplo relativo à nossa experiência pessoal na EsPCEx parece elucidar alguns desses aspectos:

“Como meu pai era músico e maestro de profissão, nossas afinidades familiares ocorriam sempre musicadas. Isso contribuiu para que nós sempre tivéssemos canções e instrumentos como fator lúdico e de união. Não se tratava de uma obrigação. No meu terceiro ano da escola, foi criado o TADEC (Treinamento de Atividades Desportivas e de Extra-Classe), onde os alunos podiam fazer, em um espaço semanal de duas horas, a prática extraclasses que lhes interessasse. Retomei os estudos de clarinete, praticando com um outro colega, sob orientação do Mestre da Banda de Música da escola que sempre arranjava um jeito de estar presente à sessão de estudos. Estudávamos somente naquele horário. A prática fora desse período regulamentar não era bem vista: era um grande paradoxo para os instrumentistas (...)” (o autor quando era aluno da EsPCEx).

Nas instituições totais existe uma divisão básica entre um grupo controlado e um outro supervisor. Geralmente, os internados vivem na instituição e têm contato restrito

com o mundo existente fora de suas paredes; a equipe dirigente muitas vezes trabalha num sistema de oito horas por dia e está integrada no mundo externo⁷. Cada agrupamento de internos tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis. A equipe dirigente, muitas vezes, vê os internados como amargos, reservados e não merecedores de confiança; os internados, muitas vezes, vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos.

Os participantes da equipe dirigente tendem a sentir-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentirem-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é freqüentemente prescrita. Até a conversa de fronteira pode ser realizada em tom especial de voz (Goffman, 1992).

A simbologia é um dos instrumentos de materialização da cultura. Na AMAN, o uso de dísticos e peças de uniforme para a identificação da arma, do curso, do ano e da escola do cadete são intencionalmente bem visíveis para todos. A partir desses referenciais materiais estruturam-se as relações sociais entre os círculos⁸. Os oficiais acompanham toda a rotina dos cadetes e lançam as suas observações em fichas. Em tais fichas, os Fatos Observados sobre os cadetes (FO) representam apontamentos que serão extremamente úteis para a avaliação de desempenho escolar e hoje em dia imagina-se como básico para a coleta de observações para uma avaliação de pré-desempenho experimental funcional dos futuros oficiais⁹.

Uma vez lançadas observações em fichas, o diário de um oficial se compõe. Cada oficial de ala possui um controle direto da observação meticulosa sobre um grupo de cadetes. Ele possui os traços principais dos cadetes e vai agregando os dados, sistematicamente. Os cadetes têm medo de serem assim avaliados. Ainda predomina o

⁷ Seu caráter binário está apontado na literatura. Ver Goffman, op.cit.

⁸ Os círculos são os estamentos do segmento militar. Todas as relações de poder da Instituição militar estão organizadas por círculos. A permeabilidade entre os círculos é precária e é justificada pela possibilidade de ascensão social do militar através da promoção. A tentativa de invasão de círculo é entendida como indisciplina e, em alguns casos, como subversão à ordem, considerando que o avanço na carreira militar é meticulosamente medido para assegurar os privilégios aos de maior mérito, segundo os critérios que a Instituição aponta.

⁹ A idéia faz parte da evolução do projeto Avaliação de Desempenho de Oficiais e Praças do Exército Brasileiro (AVALOP) que desenvolve o melhor instrumento de pesquisa para o Exército, no momento (2002). As pesquisas são realizadas pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército (CEP), <http://www.cep.ensino.eb.br> e são orientadas pelo Departamento Geral de Pessoal do Exército (DGP), <http://www.dgp.eb.mil.br>.

reforço negativo dos lançamentos e são raros os fatos positivos que são lançados. Alguns oficiais, funcionalmente ou por convicção pessoal podem lançar um dado ostensivamente na ficha de algum cadete, avisando-o disso. Podem ainda o fazer na presença de outros cadetes. Tudo é depreciativo, mas o fim “educacional” e correccional justifica a atitude do ponto de vista dos atores envolvidos.

Na parada diária, onde há a revista dos que entram em serviço de escala, todas as peças do uniforme são cuidadosamente verificadas por um oficial. O encarregado do setor de pessoal do Corpo de Cadetes (S1/CC) pessoalmente comanda a revista e pára diante de cada cadete para a verificação de documentos, de vincos de calça e de camisa, de asseio, do brilho dos metais da farda, de botões entreabertos ou mal costurados, de linhas que saem das blusas, das plaquetas de identificação, dos dísticos em posições adequadas, do cabelo, da barba, que devem seguir os padrões regulamentares à risca, que revela uma parafernália complicada para trazer a introjeção por repetição. Qualquer alteração nos padrões apresentada pelo cadete e o conseqüente lançamento no seu livro registro de parada levará, sem dúvida, a um tipo de punição.

Na AMAN, a punição é progressiva. Se um cadete é punido por estar de “cabelo grande” (fora do padrão idealizado em fotografias), ele recebe um *quantum* de dias de detenção ou de advertência, se é a primeira vez. Com a “reincidência em faltas dessa natureza”, a punição se agrava e ele pode ser excluído a bem da disciplina, em um caso limite, por estar sempre com o “cabelo grande”.

O extremo rigor está relacionado ao condicionamento. Os instrutores acreditam que, se o cadete não se “enquadra” quanto aos padrões de corte de cabelo, ele pode não aceitar os padrões disciplinares da instituição, perigoso para a sua imagem de austeridade, de sobriedade e de conduta ilibada, afetando a credibilidade social, sem contar com os riscos profissionais que incorrem sobre os homens sob o seu comando e sobre civis, no futuro.

Assim, um processo seletivo rigoroso coloca a credibilidade da instituição em seus comandantes e sua influência e mando sobre os demais, os quais começam a vida militar na AMAN e são responsáveis constantemente por tudo quanto acontece nas organizações militares, além de todo o patrimônio velado pela Instituição. Para melhor operacionalizar isso, há duas grandes categorias simbólicas: o superior e o subordinado,

que coabitam em intensa convivência de responsabilidade partilhada, mas que agem diferentemente junto ao processo decisório.

Não é à toa que nos detemos muitas vezes nisso que o empreendimento corajoso de Michel Foucault nos ensina: que o saber é o suporte epistemológico do poder em que as instituições se originam e o que caracteriza uma instituição social ou jurídica é mais o que ela realiza do que ela manifesta (Marietti, 1977).

Aprofundando a discussão trazida por Goffman, na Academia Militar (AMAN), a mobilidade social entre os internos se faz ano a ano e, entre os cadetes, o prestígio é cumulativo. O “bicho” (aluno do primeiro ano e equivalente ao calouro na Universidade) recebe trotes pesados com a conivência de alguns poucos oficiais (pois para eles é interessante para o seu “enquadramento” e “rusticidade”) e bastante ignorado ou destrutado pelos cadetes do segundo ano. Mas, somente a partir do terceiro ano, conforme a tradição, o cadete pode “dar trote no bicho”. É prestígio e amadurecimento que se caracterizariam como as prerrogativas de quem recebe o “direito” de autoridade tácita do exercício da liderança, desde a formação, como uma nova promoção social dentro do estamento. Tal fenômeno está imerso na mesma lógica de atuação da equipe dirigente, que é representada socialmente pelos oficiais subalternos e capitães, que exercem a autoridade diretamente sobre os cadetes.

Poucos militares registram ou lêem sobre suas vivências na instituição; sobre os aspectos da estrutura das escolas e de suas relações com o meio acadêmico; sobre as agruras da vida castrense, abusos e desilusões causadas pelos métodos e pelos objetivos conflitantes da instituição militar com seus anseios sociais. A transgressão da disciplina e o medo das sanções que possa acarretar, certamente estão na base dessa inibição, mas não se pode descartar a pouca ênfase que a instituição dá para que os seus integrantes estudem e escrevam para além do uso da força como razão profissional.

No geral, se há algum estímulo motivado para a modernização do ensino pelo qual o Exército vem passando, o seu direcionamento é claro: o programa de recompensas e de pontuação por trabalhos realizados por militares não esconde a parcialidade com que a criatividade de seus integrantes é vista. Apesar da modernização, militares muito criativos podem ser “inimigos do sistema” e a dosagem de criatividade passa constantemente pelo filtro de uma comissão de julgamento dos trabalhos e culmina na decisão de uma única autoridade.

O ensino militar compõe assuntos ambientais ou que enfatizem as ciências naturais e sociais no currículo das escolas de formação e especialização? Essa é a pergunta que estamos a responder nas páginas seguintes.

Capítulo IV: ENSINO MILITAR e QUESTÃO AMBIENTAL

A título de aprimoramento do pensamento militar e com o intuito de acrescentar contribuições aos prováveis enlaces de organizações e institucionais com o segmento militar brasileiro, vamos ao microcosmos de duas escolas militares do exército brasileiro.

Examinaremos o currículos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a principal escola de formação de oficiais do exército e do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), unidade militar do exército conhecida por sua tradição nacional e internacional na formação de combatentes na selva amazônica.

Nos currículos dessas escolas e, em especial, nos cursos de operações na selva procuramos indícios de conhecimentos ambientais e de práticas favoráveis à conservação ou de valores individuais e corporativos internalizados. Como constituem nossas contribuições para o planejamento ambiental direcionado para o segmento militar ou em parceria com outras organizações e instituições civis, aqui cabe uma breve discussão sobre a viabilidade da educação ambiental para militares, que fazemos adiante.

4.1. O conceito de Educação Ambiental

Antes de analisarmos os currículos da Academia Militar das Agulhas Negras e do Centro de Instrução de Guerra na Selva na busca da construção de caminhos a partir da realidade e verificando-se como se pode contribuir para a formação ambiental de nossos militares, é importante esclarecer por onde se projeta a educação ambiental.

A educação ambiental para o desenvolvimento de novos pensares sobre a sociedade em que vivemos e as formas de relações que se estabelecem é de fundamental importância e relevância, por isso adentrarmos um pouco na história do surgimento dessa "modalidade" de ensino.

Enquanto processo participativo, ela é identificada como o instrumento de revisão dos conceitos sobre o mundo e a vida em sociedade, conduzindo o ser humano e a coletividade na construção de novos valores sociais, na aquisição de conhecimentos, atitudes, competências e habilidades para a conquista e a manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Ministério do Meio Ambiente, 1999).

A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, é considerada o marco inicial das discussões sobre educação ambiental e um dos grandes marcos de interferência da política externa brasileira a nível mundial. Nessa conferência foi concebido o Plano de

Ação Mundial, e, em particular, recomendou-se que deveria ser estabelecido um programa internacional de educação ambiental. A recomendação 96 da conferência reconhecia o desenvolvimento da educação ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental do mundo.

Em Tbilisi (URSS, 1977) foi realizada a primeira conferência em Educação Ambiental (EA), organizada pela UNESCO em colaboração com o PNUMA e que ficou conhecida como o ponto culminante da primeira fase do Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) iniciado em 1975 pela UNESCO/PNUMA (Belgrado, 1975) com atividades celebradas na África, Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina e que contribuía para precisar a natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos e características, assim como as estratégias pertinentes nos planos nacional e internacional.

É a partir da ação de diversos organismos, governamentais e não-governamentais, que a discussão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento passa a ser considerada de forma conjunta. Neste sentido, parece ser consenso que a importância da educação para a implementação de novas estratégias de desenvolvimento e de projetos ambientais é fundamental. Surge daí a concepção de uma educação dita ambiental. Segundo Viezzer & Ovalles (1994), a educação ambiental, como a percebemos hoje, é proveniente da emergência de uma percepção renovada de mundo, conhecida como holística: uma forma íntegra de ler a realidade e atuar sobre ela.

Conforme a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, a educação ambiental é entendida como o conjunto de “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (Artigo 1º), sendo um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Artigo 2º).

Segundo Brugger (1994), o esforço normativo aponta para o surgimento de uma educação ambiental porque pressupõe o reconhecimento de que a educação tradicional não tem abordado esse enfoque de forma satisfatória. Conseqüentemente, o “ambiental” deveria constituir parte íntima da educação com um todo e não modalidade ou uma de

suas dimensões, pois nessa visão aparece a retificação da questão ambiental e os questionamentos sobre a própria educação.

Com base nas idéias de Leff (2001), a educação ambiental é definida como um processo no qual incorporamos critérios sócio-ambientais, ecológicos, éticos e estéticos nos objetivos didáticos da educação, com o objetivo de construir novas formas de pensar incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade. O ponto central é de que a preservação/recuperação do ambiente atinja a todos, ao enfatizar-se temas como o aquecimento gradual do planeta, a poluição dos oceanos, a poluição do ar, a camada de ozônio afetada, a possibilidade de acidentes nucleares, que causam ampla preocupação.

Sorrentino (1998) categoriza em quatro grandes correntes as atividades de educação ambiental, sendo elas: (1) a conservacionista"; (2) educação ao ar livre, (3) gestão ambiental e (4) economia ecológica. Segundo ele, a primeira (1) estaria mais presente nos países do primeiro mundo e caracteriza-se pela preocupação de muitos ecologistas com os problemas ambientais e as reflexões sobre as causas e conseqüências da degradação ambiental e para o engajamento em movimentos de gestão ambiental. Este tipo de enfoque chega ao Brasil a partir da atuação de entidades conservacionistas. A preocupação destas se dá também pelas discussões em torno dos impactos contra a natureza, causados pelos modelos de desenvolvimento.

A segunda corrente mencionada por Sorrentino diz respeito aos adeptos do naturalismo, caracterizada pelas caminhadas ao ar livre, pelos esportes radicais, espeleologia, ecoturismo, montanhismo e escotismo. Este enfoque trata a natureza como "santuário", dissociando os problemas ambientais dos problemas sociais, econômicos e políticos.

A terceira corrente citada possui as raízes mais antigas na América Latina, em virtude das disputas democráticas e da história de resistência aos regimes autoritários. A discussão do enfoque da gestão ambiental, se dá no embate contra a poluição e todos os problemas resultantes da forma predatória de exploração do ambiente e do ser humano. Este tipo de enfoque também sugere a participação comunitária na administração dos espaços públicos e na escolha das formas de utilização futura dos recursos.

Finalmente, a quarta corrente assinalada por Sorrentino diz respeito ao enfoque da economia ecológica. Esta se desenvolve no eixo das discussões iniciadas no ecodesenvolvimento. Segundo Sorrentino (1995), é nesta corrente ambientalista que se encontram as duas vertentes que

"darão a tônica do movimento ambientalista neste final de século e, conseqüentemente, das educações ambientais a elas associadas: 'desenvolvimento sustentável' e 'sociedades sustentáveis'. A primeira, aglutinando empresários, governantes e uma parcela das organizações não governamentais, e a segunda aglutinando aqueles que sempre estiveram na oposição ao atual modelo de desenvolvimento e que acreditam que a primeira corrente é só uma nova roupagem para a manutenção do 'status quo'."(Sorrentino, 1995:29)

É ainda nesta segunda vertente, que se encontram as características que definem as identidades das entidades e organizações a ela associadas, como diz o autor especificamente em relação ao caso brasileiro:

"o propósito convergente de construir uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente equilibrada; compartilhar da premissa de que o respeito à natureza é inalcançável num quadro de desrespeito e aviltamento do ser humano que a integra e, convicção comum de que, para se chegar a essa sociedade justa e ecológica é necessário mudar o sujeito do desenvolvimento brasileiro, colocando-se o povo como autor e gestor do seu próprio projeto de modernidade."(*Ibidem*)

4.2. A indissociabilidade das temáticas entre educação ambiental e saúde coletiva

Particularmente no Brasil e exemplificado pela iniciativa de Medina *et alii* (1999), constata-se um esforço tanto no sentido de promoção de discussões relativas aos temas em questão, como na elaboração de leis que sustentem a educação ambiental como condição de sensibilização da população contra o exagero do consumo, em favor de hábitos que favoreçam a saúde da coletividade e pela busca dos diagnósticos de sustentabilidade.

Em relação à educação em saúde, podemos considerar que vivemos numa época em que a qualidade de vida está em voga, constituindo um tema que assume proporções mundiais. Ao falarmos de saúde, buscamos uma compreensão ampla do que seja “ser saudável”.

Segundo Uchoa *et al.* (2000), cabe ressaltar que a questão da qualidade de vida nos remete de maneira fundamental a uma articulação entre condições (1) objetivas, como esperança de vida ao nascer, alfabetização e renda e (2) subjetivas, como avaliação do estado de saúde, valorização do conhecimento formal e informal, satisfação com os serviços, recursos e redes sociais de apoio que vêm motivando o reconhecimento da imbricação entre os dois campos da saúde e ambiente, objeto de preocupação por parte de entidades governamentais e não-governamentais em diversas partes do mundo.

Leff (2001) nos afirma que principalmente a partir da última década, foram desenvolvidos programas (UNESCO e PNUMA) visando proporcionar conhecimento teórico acerca de tais questões, com o objetivo principal de favorecer o engajamento de toda a sociedade num esforço conjunto de desenvolvimento de condutas que visem a favorecer a saúde e o ambiente.

Na visão de educação ambiental, consideramos a congruência desse modelo integrativo com aspectos da educação em saúde. Tal conclusão parece óbvia ao se constatar que tanto a educação ambiental como a educação em saúde tem por objetivo comum a melhoria da qualidade de vida da população de modo geral.

Sabe-se que a educação em saúde, de forma geral, focaliza o encorajamento das pessoas para que adotem e mantenham padrões de vida saudáveis, usando de forma adequada os serviços colocados à sua disposição e tomando suas próprias decisões, no nível individual e coletivo, com vistas a aprimorar condições de saúde e de meio ambiente.

Assim, para Vasconcelos (1998), a educação em saúde é o campo de prática e conhecimento do setor de saúde que tem se ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação médica e o pensar e fazer cotidiano da população. Situação bem diferente daquela existente até a década de 1970, quando tinha como foco principal elites políticas e econômicas, sendo subordinada aos seus interesses. Voltava-se para a imposição de normas e comportamentos considerados adequados por aquelas elites.

Para os grupos populares, que conquistaram maior força política, as ações de educação em saúde foram esvaziadas em favor da expansão da assistência médica individualizada. Outro aspecto crítico ainda é levantado por Vasconcelos: houve uma ruptura com a tradição autoritária e normatizadora da educação em saúde, redundando em uma perspectiva de compromisso com os interesses políticos das classes populares e reconhecendo, cada vez mais, a sua diversidade e heterogeneidade. Tudo para a superação do fosso cultural existente entre a instituição e a população, pois um lado não compreende a lógica e as atitudes do outro. Assim, priorizam-se relações entre os movimentos sociais locais por serem expressões mais elaboradas destes interesses.

Neste trabalho que desenvolvemos, reconhece-se a importância das práticas sociais de informação, educação e comunicação com o objetivo da promoção da saúde, articuladas com formas de apoio social e com serviços de assistência de qualidade e resolutividade aceitáveis com bases mais interdisciplinares das que usualmente encontramos.

Sinalizando, Merchán-Hamann (1999) comenta que ao se fazer um exame crítico sobre as práticas de educação para a saúde, particularmente aquelas destinadas à prevenção contra a infecção do vírus HIV, nota-se uma dissociação paradoxal entre a teoria e a prática. Por um lado, houve, nos últimos dez anos, um desenvolvimento surpreendente de metodologias da educação, de estratégias de aproximação a populações específicas e de modalidades de intervenção. Para ele, esse desenvolvimento se deu principalmente no âmbito das Organizações Não Governamentais (ONGs). Por outro lado, os modelos teóricos e a reflexão conceitual, que deveriam orientar as práticas, permaneceram sujeitos a algumas das premissas deterministas e reducionistas da psicologia behaviorista ou comportamentalista e complementamos como esse autor que se deva ceder lugar a abordagens holísticas que realmente enfrentem os problemas ecossistêmicos. Ele comenta ainda que é comum, particularmente no campo da prevenção de HIV-Aids, a utilização do termo intervenção comportamental quando, na realidade, os comportamentos estão imersos em um oceano mais profundo, vasto e complexo, que envolve percepções, valores, sentimentos, representações simbólicas e relações de poder.

Dessa forma, entende-se que, tanto a educação ambiental como a educação em saúde constituem propostas interdisciplinares e transdisciplinares de construção de

conhecimentos relativas à integração do homem com a natureza e em profunda interação com ecossistemas.

Quando o foco é a educação ambiental e a educação em saúde, os processos de objetivação e ancoragem são claramente identificados no desenvolvimento das suas representações. Talvez seja a análise de tais processos que permita identificar algumas das dificuldades na percepção dos mesmos. Ao se falar de educação, existe a possibilidade de que o indivíduo seja diretamente remetido ao algo que consensualmente vem sendo entendido como um dos grandes problemas brasileiros. Várias expressões servem para ilustrar essa visão negativa da educação brasileira, tais como educação bancária (Freire, 1993) e profecia auto-realizadora (Gomes, 1994). Em outras palavras, é possível que o termo educação, direcionado ao ambiente ou à saúde, indique, de antemão, que se trata de algo que será mais verdadeiro para alguns do que para outros, da mesma forma que a educação vem sendo definida como algo que favorece alguns em detrimento de outros (Andrade Jr *et al.*, 2004).

4.3. Educação ou adestramento ambiental?

Prevenindo-nos das “intervenções comportamentais”, é necessário considerar que um projeto educativo é mais do que treinamento e conhecimento de fatos.

Compartilhamos com Grynszpan (1999) que um projeto educativo deva ser o estímulo à busca de novas fontes e saídas ou, ainda, do resgate de valores e posições antigas e frutíferas, visando a compreensão da realidade em seus diferentes níveis, do individual ao universal .

Como crítica a qualquer programa inovador nessa área, a inserção de uma “dimensão ambiental” pode conduzir ao problema da instrumentalização do meio ambiente, representado pelo foco em temas como poluição, escassez de recursos naturais, comprometimento à biodiversidade, por exemplo. Neste caso, o pagamento de multas aplicadas aos agentes responsáveis pelo impacto ambiental figuraria como a grande conseqüência a ser considerada. Sendo assim, a educação ambiental deixa de representar um esforço formador e integrador para manter a velha concepção de que o desvio à conduta legalmente definida tem uma forma de ressarcimento que novamente integra o indivíduo no “mundo dos cidadãos responsáveis”.

Longe da formação que valoriza o sujeito, o adestramento lembra uma palavra-ação que implica em repetição sistemática, muito apropriada aos treinamentos e facilmente associada às lides militares, em razão da carga de proficiência estar relacionada ao nexo do condicionamento exigido às duras penas do combate, sempre cheio de surpresas.

Intimamente relacionado aos elementos de uma psicologia comportamentalista no ambiente militar, o condicionamento expõe soldados às obrigações por vezes contraditórias às suas vontades em prol de ações comuns e do senso de missão. A “missão” a ser cumprida implica em modificações do sujeito: em sua submissão a um doloroso processo de inculcação que lhe faz adequado aos seus padrões.

A formação envolve um universo potencialmente mais amplo do que o do treinamento. Este se aproxima muito de um adestramento que se comporta como um *locus* de instrução onde as pessoas são levadas a executar determinadas funções e tarefas, identificadas com um determinado padrão utilitarista-unidimensional de pensamento-ação e onde aspirações e objetivos que transcendem ao universo estabelecido da palavra e da ação, são repelidos ou reduzidos a termos desse universo (Marcuse, 1982 *apud* Brugger, 1994). Assim, o adestramento é formador (ou deformador?) de personalidade. Ele incute e manifesta no sujeito o reflexo pretendido que acaba por suprimir a livre expressão humana.

4.4. Mais elementos dissonantes para uma educação ambiental

De forma geral, Dias (1998) afirma que se visualiza a ecologia na dinâmica das ciências naturais e na ênfase das biológicas. Dizia que era pequena a sua associação direta com as ciências sociais, sendo isso predominante também na relação da literatura atualmente disponível.

Ora, a preocupação ecológica deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que o conformam nas dimensões sócio-políticas, econômica, cultural, histórica, psicológica e biofísica. Estariam relacionados a esse processo as devidas posturas ideológicas e o desenvolvimento da C & T, como fundamentos de uma construção favorável ao meio

ambiente. Assim, a perspectiva ecológica estaria presente de fato e não somente de *jure* às necessidades de um ser humano pós-moderno¹⁰.

Há poucas décadas registra-se imposições legislativas que levam o ser humano a compreender a si mesmo e a apreciar a sua cultura em seu ambiente biofísico circundante.¹¹ Por essas imposições, flagram-se as dinâmicas adestrantes.

Mas, se as proposições adestrantes são construídas para a obtenção de resultados de massa mais rápidos, as sensibilizações ambientais¹² podem caracterizar esforços para reduzir e minimizar as resistências às medidas de contrafluxo da produção e do lucro desenfreados. Educar para a cidadania está no agir com interferência mútua e de respeito: esse é o sentido amplo e sua condição de beleza, tal qual o ser humano imagina em seu contexto e não pela polarização de ações discursivas e práticas licenciosas dos sujeitos mascarados pelo adestramento.

Tal adequação às necessidades desse sujeito deve, portanto, privilegiar a dimensão do bem estar coletivo, ao mesmo tempo em que assegure a afirmação de atributos individuais pois é, como já foi dito, uma base de liberdade, que é fundamento da biodiversidade. Aliás, a questão da liberdade como consciência da necessidade está no cerne da questão ambiental pois como não existe harmonia permanente, nem natural nem social, o equilíbrio entre liberdade e necessidade, entre livre-arbítrio e coerção, pressupõe a aceitação do conflito como inerente às relações sociais e naturais. O conflito também faz parte da essência do próprio pensamento e, assim, quaisquer perspectivas de mundo ficariam incompletas sem ele, na visão de Brugger (1994). Ela sustenta que a educação tradicional adestradora não tem como base a aceitação dessa dimensão. E a ausência da dimensão do conflito não é casual, pois se remete precisamente ao universo unidimensional fechado da sociedade industrial. A educação adestradora se alicerça, em termos curriculares, em uma visão de mundo incluindo a de ciência, de tecnologia e de sociedade, que é essencialmente consensual e portanto vazia epistemologicamente. A educação se torna uma mercadoria- e não qualquer mercadoria, mas um veículo de

¹⁰ “A questão ambiental fundamenta-se nos direitos humanos, no exercício da cidadania, numa política de economia sustentada que deve atender dimensões biológicas, históricas, psicossociais, econômicas, políticas e axiológicas, consideradas dentro de uma perspectiva evolucionária.” Centro de Educação Ambiental, Brasil, MEC, 1993, p.7.

¹¹ *International Union For The Conservation of Nature and Natural Resources – IUCN*.

¹² A percepção pública da poluição tende a ser um fator significativo de sensibilização e tal consideração merece um cuidado maior, haja vista que pouca pesquisa tem sido dada a isso. Ver Andrade Júnior, Hermes. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, 1999, Rio de Janeiro: MZ Editora, p.2.

subordinação ao *status quo*- pois perde seu caráter negativo, seu potencial de talento e de criatividade.

4.5. Adestramento militar e dilemas da educação ambiental

O treinamento implica na materialização da cultura. Entretanto, a introjeção de novos valores não é de natureza passiva, não ocorre como uma lei absoluta. Esse processo não é uma via de mão única. A organização exerce um forte domínio, mas o indivíduo carrega consigo valores e crenças. Portanto, por mais forte que seja a identidade de valores, a compatibilidade não é total.

Para mediar os possíveis conflitos de identidade, ocorre um processo de negociação de significados, de experiências e de interpretações. É um processo altamente sedutor, quando os significados são compartilhados na tentativa de dar início à construção de uma identidade comum.

O processo de treinamento, além dessa dimensão valorativa, que trata da reprodução dos valores de uma determinada cultura organizacional, geralmente aborda os aspectos técnicos necessários à realização de tarefas dentro do processo de trabalho.

A subjetividade dos indivíduos em uma coletividade militar deve marcar traços da fisionomia carrancuda, séria, lacônica e estática da instituição, no seu papel de manutenção do *status quo*. Assim, parece nitidamente paradoxal a idéia da socialização militar passar por mecanismos de formação sistemática de massa crítica. Talvez seja essa a maior crítica a um programa ético de educação ambiental nas forças armadas. Os indivíduos de tal coletividade ainda não demonstram a flexibilidade demandada para o trato ambiental, pois parecem não receber argumentos nessa direção em seus currículos, nem incentivos profissionais para isso.

A guerra trata de destruição e isso também é forte barreira à preservação da natureza como prática profissional. Uma boa saída seria a composição de unidades militares voltadas para a conservação ou preservação ambientais. Outro fator, o cartesianismo, ainda tratará de mascarar mais os potenciais individuais de militares, com prejuízo para o sucesso de qualquer programa de educação ambiental, cuja motivação parta de baixo para cima.

Nestes termos, justifica-se a opção pela utilização dos eixos conceituais já citados e desenvolvidos por Eckersley (1992) nos estudos relativos à sociabilidade dos indivíduos: o do (1) antropocentrismo e o do (2) ecocentrismo .

Tais estudos seguem com base na análise da aproximação do ser humano com os ecossistemas e na forma como os percebe e se mobiliza, princípios que são adotados no presente estudo com o objetivo principal de identificar a percepção no universo militar. Se a concepção antropocêntrica refere-se ao entendimento do homem como elemento central que depende da natureza, um grande esforço deveria ser direcionado para a adoção de uma conduta em relação a isso, o suficiente para não “esgotar os recursos naturais” disponíveis, porque pode ser o máximo aonde chegaremos com o público militar, respeitadas as exceções de estilo.

É interessante perceber que dizer que o “homem” é o elemento mais importante não se refere a uma simples retórica. A própria lei 9.795 apresentada anteriormente, faz alusão a uma concepção antropocêntrica ambiental (Andrade Jr *et al.*, 2004).

Por outro lado, a concepção ecocêntrica ambiental está baseada no entendimento de que a principal preocupação deve ser com o conjunto. O ser humano é visto apenas como um de seus elementos e não como o mais importante. Dentro dessa concepção, a educação ambiental é entendida como o esforço de desenvolvimento de uma consciência ambiental de caráter transversal, ou seja, inserida em todas as atividades e preocupações humanas. Em síntese, pode-se dizer que para a educação ambiental dentro de uma ótica antropocêntrica a natureza deve estar a serviço do ser humano e, na visão ecocêntrica, deve estar acima de seus interesses.

De todas as concepções para a educação ambiental, esta certamente é a que se mostra mais adequada para a garantia do futuro do planeta como um todo. Porém é, ao mesmo tempo, a que recebe um maior número de críticas, principalmente por parte de autoridades e governantes, sendo ainda necessário um longo percurso a ser seguido para que ela seja mais amplamente difundida e aceita num mundo que tende a priorizar as atividades econômicas em detrimentos de todas as outras (Andrade Jr *et al.*, 2004).

No entanto, mesmo considerando ser a educação ambiental de extrema importância para o equilíbrio desejado nas sociedades contemporâneas, resta-nos uma

questão crucial para a implementação da "utopia possível" desta equidade social: o apoio e a compreensão pela grande maioria da população mundial.

Ou seja, medidas governamentais ou de ONG's terão pouco impacto se não forem acompanhadas do apoio popular. Tal compreensão e apoio demandam conhecimento, ou ainda, são dependentes de processos educacionais em que façam parte a informação, a discussão e o debate das questões que afetam o ecossistema do planeta.

Se considerarmos a complexidade dos problemas e a abrangência destes, fica-nos a pergunta: educação ambiental para militares deve ser uma disciplina isolada ou deve ser um projeto de educação compreendendo diversas áreas do conhecimento de cunho teórico e prático?

4.6. Efeitos da modernidade sobre o ensino militar

Barros (1978), estudando os processos formais de socialização de valores, por exemplo em relação ao ensino, compartilha fundamentalmente da visão de Castro, segundo a qual o processo educacional possuiria as funções de socialização do cadete nos valores, costumes de forma específica, ou seja, com um grande controle da instituição no decorrer do processo. Esse autor enfatiza a importância do método de ensino para a assimilação dos valores da instituição e concordamos com ele na confrontação com a realidade da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Os conteúdos são compatíveis com os procedimentos pedagógicos fundamentais, a fim de que o cadete integre-se na dinâmica da instituição militar, mas o método de ensino não tem sido eficaz para estimular a produção intelectual e a criatividade, com tão poucos escritores e articulistas militares.

Como ficou demonstrada pelo estudo de revisão de Castro, Barros e Gaio a reflexão sobre outros temas, considerados irrelevantes para o estudo do comportamento da instituição militar como certos aspectos do cotidiano dos militares e da relação deles com o ambiente externo, já começou a ser feita.

O Exército, por sua vez, procura demonstrar avanços no diálogo com a comunidade acadêmica, na busca de solução para seus problemas existenciais e para dar respostas às pressões externas que solicitam mais delineamento do seu papel em tempos de paz.

Ao ter criado um programa de estudos de modernização do ensino em 1994, o então Ministro do Exército deu indícios de que a liderança militar poderia estar comprometida e a postura evolutiva da instituição militar poderia ser afetada, uma vez que as técnicas usadas na formação e na socialização dos efetivos estavam defasadas, sem deixar de mencionar os efeitos do processo de alienação dos efetivos que foram formados durante o regime de força, que ressalta ainda mais a combinação da falta de atualização profissional com a ausência de estímulo ao desenvolvimento do senso crítico nas escolas. A iniciativa foi citada pelo major Rodrigues (2001), um dos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), quando elaborou a monografia de final de curso intitulada *A Modernização do ensino no Exército Brasileiro (1994-1999)* que menciona o comprometimento de forma sutil.

Após seminário sobre educação realizado em Brasília, em 1994, com a presença do Ministro do Exército, o Estado-Maior do Exército emitiu o documento “política Educacional do Exército para o ano 2000-Fundamentos”, baseado no estudo do contexto em que se dará a atuação militar no terceiro milênio. A seguir, destacaremos alguns tópicos desse documento:

“(…) Capítulo III Fundamentos da Modernização: (...) 3.3 Alguns Aspectos da Atual Realidade. A aceleração constante das modificações, resultado da produção intensa de conhecimentos, traz reflexos nos diversos campos das atividades humanas. Citaremos dentre outros: (...) a. As relações internacionais: 1) forças de aglutinação, amparadas pela globalização; 2) forças de desagregação, representadas pelo revigoreamento do nacionalismo. (...) e. O campo Militar: 1) técnicas de comando, controle, coordenação e informações mais rápidas e precisas; 2) operações altamente descentralizadas; 3) formas de operações desconhecidas; 4) ambiente operacional indefinido; 5) decisões rápidas, em quadro operacional incerto; 6) inimigo identificado de modo impreciso; 7) armamentos e equipamentos dotados de tecnologia sofisticada; 8) Operações de Paz(...)”(Op.cit, 2001:13-15).

Apesar das evidências otimistas de que a dimensão educacional do Exército venha apresentando uma nova proposta percebe-se, pelo que foi visto até aqui, a dificuldade que

a instituição estaria a enfrentar, em função da enormidade de desdobramentos para a tarefa de modernização.

Aliás, já como consequência do programa acima referido, as diretrizes de modernização do ensino levaram o comando do Exército a: (1) propor alterações que tornassem a legislação menos centralizadora e detalhista; (2) propor medidas que facilitassem a compatibilização e a integração do ensino do exército como sistema de ensino nacional, possibilitando o reconhecimento, por esse sistema, de cursos realizados no exército; (3) estudar medidas que possibilitassem o aproveitamento pelo sistema de ensino de militares que concluíssem cursos em outras instituições e (4) estudar medidas que possibilitassem conceder graduação e certificado aos concludentes dos cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Escola de Sargentos das Armas (ESA), centros de formação de oficiais e sargentos do Exército (*ibid*, p. 25).

A questão revela a escassez de idéias e de pensamento crítico que o Exército identifica em seus integrantes. A constante tecnicização leva ao processo de embrutecimento da crítica, que também é embotada pelo mecanismo reprodutor do treinamento. Trazer a consciência individual para o problema, no entanto, pode levar à reivindicação dos militares para níveis não conhecidos antes da emancipação intelectual. A ameaça da presença de subordinados mais preparados e o paradigma da disciplina pode estar sendo substituído pelo do controle, abrandando o autoritarismo na instituição militar quanto ao trato interpessoal entre os indivíduos.

Coelho (1978) confirma que o pequeno número de estudos acadêmicos é insuficiente para conhecer a instituição militar, considerando que ao longo de sua evolução houve o reconhecimento por parte da sociedade civil do papel da instituição e que ela esteve dotada de relativa autonomia. Sendo assim, acentua-se a necessidade de evitar-se a limitação de seu estudo às abordagens fundadas somente em aspectos explosivos e emergentes do comportamento da instituição, expressos em momentos de sua própria crise interna:

“Afim, as intervenções militares são apenas o aspecto mais espetacular do comportamento da instituição; geralmente o momento de explosão de tendências que se formaram ao longo dos períodos de normalidade: frustrações, isolamento ou reclusão

dentro de um universo socialmente estreito, crise permanente de identidade profissional e assim por diante” (Coelho, 1978: 15).

Acreditamos que o exame da cultura da organização reforça a compreensão do pensamento militar pela dimensão cultural e por isso apresentamos o estado da arte e algumas experiências focais, considerando que a cultura é um fenômeno social que tem despertado o interesse de antropólogos, psicólogos, sociólogos e, em particular, de alguns teóricos que estão envolvidos com a construção da teoria das organizações.

A bibliografia consultada aponta a existência de diferentes perspectivas de análise deste fenômeno. Consideramos que a co-existência dos diferentes enfoques são próprios do exercício da construção do conhecimento, o que pressupõe a relativização de conceitos e até mesmo a adoção de posturas teórico-metodológicas bastante distintas e muitas vezes antagônicas.

Dentre as muitas peculiaridades da cultura da organização é interessante notar que o cientificismo permeou o pensamento militar dos jovens oficiais do final do Império, que se tornaram os generais de exército da década de 30. Desde logo após a II GG, o cientificismo foi substituído pela ação da corrente militar da profissionalização, como via de sua veloz evolução pelo projeto de Góes Monteiro, conforme já fora observado por alguns autores (Coelho, 1978; Aderaldo, 1978; Myamoto, 1981; Oliveira, 1987; Andrade Jr, 1998).

Na atualidade, o cientificismo retorna à discussão no novo milênio de uma forma mais branda: o universo militar evita a existência de técnicos profissionais militares e civis que competem com o *status* dos oficiais com o curso de Comando e Estado-Maior, aceitando a de profissionais militares técnicos. É extremamente curiosa que pareça tão atual a constatação da Revista do Exército Brasileiro no ano de 1885 de que os militares do Exército pouco liam, em razão da desatualização profissional dos militares para o novo milênio, assumida formalmente na reunião de Brasília já referida em 1994:

“Hoje, podemos afirmar que no Exército Brasileiro não se lê. Pelas assinaturas de nossa revista, pode-se calcular a percentagem dos oficiais que estudam em 10% e pela entrada e venda de obras militares no país em muito menos. E, não se diga, que o pouco merecimento da Revista lhe tem tirado os assinantes, porquanto, para ela tem

escrito eruditos oficiais e o conceito em que é tida no estrangeiro, é a única recompensa dos seus diretores. O fato é outro e já o consignamos. O oficial brasileiro não lê, porque não o estimulam a ler, porque não tem necessidade de ler”¹³.

Sabendo disso, em janeiro de 1996, considerando sua defasagem técnica e dentro do planejamento de reforma educacional interna, aplicado às escolas e não para a tropa, o Exército criou o projeto facilitador “Programa de Leitura” que objetivava: (1) estimular o gosto pela leitura; (2) incentivar o autoaperfeiçoamento; (3) aprimorar a comunicação e expressão verbal e escrita e (4) acrescentar conhecimentos¹⁴.

4.7. O currículo da Academia Militar das Agulhas Negras

Ao conhecermos isso, pensamos em observar como o pensamento militar se processa no tempo e na sua evolução através dos currículos escolares de seus segmentos, escolhendo a instância de formação de oficiais de carreira (que serão os coronéis e generais do Clube Militar e da ESG) na busca por desvendar se neles inserem-se temas ambientais, bem como a influência posterior da modernização do ensino sobre o pensamento da AMAN (pós-95).

Assim, segue a experiência curricular da Academia Militar das Agulhas Negras de 1960-2000 como continuidade do exame da evolução histórica (1810-1944) da Escola de Formação de Oficiais do Exército (obra de Jeovah Motta, 1998), que mostra ter existido uma rivalidade de intenções entre “cientificistas” e “profissionalistas” ao longo da História da Educação do Exército.

O objetivo de tal comparação está em verificar se a instituição vem conseguindo inserir a proposta integradora que justificaria a desfragmentação da matriz ideológica de regime de força, conforme preconizado por Leff (2001), de modo a permitir à racionalidade militar sustentar no segmento militar o reconhecimento da “problemática ambiental sobre um conjunto de saberes técnicos e científicos, mobilizando, articulando e intercambiando um conjunto de saberes técnicos e práticos, associados ao reconhecimento, valorização e formas de uso de recursos naturais” (*op cit*, p. 86) desde o ingresso individual na escola de formação de militares, contando com o momento propício da modernização do ensino.

¹³ Editorial da Revista do Exército Brasileiro, Anno Quarto, 1885, p.3.

¹⁴ De acordo com a monografia do Maj Azambuja Contreiras, *op. cit*, pp. 35-39.

O levantamento que fizemos, partindo de Motta¹⁵ que examinou os currículos (vide anexo IV) dos anos de 1810, 1874 e 1942, nos levou a pesquisar os currículos de 1960, 1980 e de 2000, buscando comparações. Sabe-se que a busca contínua da melhor preparação do futuro oficial do Exército, aliada à evolução do conhecimento e às novas exigências do combate e da própria sociedade, leva às alterações curriculares no curso da AMAN.

É interessante observarmos como estas modificações repercutiram na evolução do Exército desde a concepção da Real Academia Militar em 1810 por D. Rodrigo Coutinho, que via como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia, até a AMAN que conhecemos hoje, totalmente estruturada para formar apenas o oficial combatente do Exército. Passou-se de uma escola que cuidava das técnicas militares e das técnicas de construção de estradas, portos e canais, para uma escola de ensino superior, de formação, da linha de ensino militar bélico, do futuro chefe militar.

Assim, segue a descrição (vide anexo IV) e análise dos currículos na forma dos esboços seguintes (conforme Motta, 1998, até 1944):

4.7.1. Análise do currículo de 1810

Em 1810, o ensino militar era mais científico e teórico do que prático. Além disso, a Academia tinha a importante missão de formar os engenheiros responsáveis pela construção das grandes obras na Colônia, que contava com a existência da Família Real, vinda de Portugal devido às invasões napoleônicas na Europa. Esse currículo admitia,

¹⁵ MOTTA, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro. Sobre a discussão da relação entre a influência de Auguste Comte na educação militar brasileira, ainda que o discurso oficial da ESG discorde de sua vinculação, observar o que diz o autor: “ (...) A posição de Benjamim Constant coloca-nos, novamente, diante do crucial problema que é determinar que *quantum* de cultura geral é necessário à formação do oficial do Exército. Se no currículo devem coexistir elementos de duas categorias, o saber geral, básico, científico, e o saber profissional, ligado à rotina dos misteres militares, só poderá estruturá-lo devidamente quem tiver noção justa da dosagem a atribuir a cada uma delas. Esta dosagem-eis a grande questão sempre levantada e nunca resolvida pela Academia em mais de cem anos de vida. Duas teses sempre se defrontaram, nesse século e meio de lucubrações curriculares: a dos “culturalistas”, ou “cientificistas”, que supervalorizaram os estudos gerais, científicos, impropriamente chamados de estudos teóricos e a dos “profissionalistas”, para quem só conta o saber eminentemente aplicativo e diretamente funcional. É evidente que a solução certa estará em fugir de qualquer posição extremada, em proveito de uma que evite, do mesmo passo, o doutor fardado mas ignorante da processualística militar e o oficial vazio de conhecimentos científicos gerais, espécie de suboficial agalado, senhor de meras destrezas elementares, incapaz de visionar causas, acompanhar evoluções e preparar progressos (...)”. (p. 175)

ainda, a possibilidade do ensino da História Militar ser ministrado em um 8º ano, como também aulas de Francês, Inglês e Alemão, assuntos a serem considerados pela direção da Academia.

O primeiro ano era uma espécie de “curso preparatório”, um preâmbulo de nível ginásial e colegial. Os segundo, terceiro e quarto anos constituíam um período de estudos acadêmicos, de grau superior, propedêutico para todos os estudos militares e de Engenharia, situados nos três anos seguintes.

Os cadetes de infantaria e de cavalaria estudavam apenas as matérias do primeiro ano (Matemática Elementar) e os assuntos militares do quinto ano. Só para artilheiros e engenheiros eram exigidos os estudos do curso completo, pois se tratavam de armas técnicas e científicas.

Foi um currículo baseado nos conhecimentos gerais a serem acrescentados à cultura profissional do oficial; onde ele teria de acumular conhecimentos técnico-profissionais sobre fundamentos científicos consistentes, resultantes de um ensino de grau superior. Assim sendo, o currículo daquela época mostrava-se sensível aos valores da técnica e da ação prática em contraposição aos de uma “cultura ociosa e contemplativa”. A grande crítica da Academia de 1810 foi a ausência do estudo de Português, da Geografia e da História, sobretudo a da História Militar.

O professor da época primava-se pelo conhecimento posto a qualquer prova. Tinha como tarefa obrigatória organizar o compêndio de sua disciplina, pois o livro didático não existia; não contava com a existência de bibliotecas e de livrarias. Muitas das fontes de consulta utilizadas eram todas de origem francesa (Lacroix, Laplace). O aluno estava envolvido em um processo de aprendizagem nas salas de aula, no campo, nos laboratórios, enfim, durante toda a semana, tendo os sábados reservados às recapitulações de toda a matéria aprendida naquela semana. O exército que surgiu foi dotado de oficialidade culta e capaz, a serviço de Portugal, cuja formação era eminentemente teórica e longe das ciências humanas (Motta, 1998).

4.7.2. Análise do currículo de 1874

O período que sucedeu à desintegração do Império, influenciou o currículo militar com as idéias abolicionistas e da Questão Militar, que antecederam à consolidação da

República. A Guerra do Paraguai se findara e o Brasil vivenciou anos economicamente prósperos, financeiramente difíceis e culturalmente inquietos.

Por volta de 1870, um novo período se abriu na história do pensamento brasileiro com o advento das idéias filosóficas dos séculos XVII e XVIII do pensamento europeu. O Positivismo, o Naturalismo e o Evolucionismo são modalidades desse pensamento que chegaram no Brasil até o século XIX.

O Exército retorna da campanha do Chaco com inúmeros problemas: insatisfação dos militares diante de um exército desaparelhado, envelhecido em suas formas de organização e de trabalho e envoltos às agitações sociais e políticas internas. Na Escola Militar, a influência positivista de Auguste Comte foi marcante no currículo.

Segundo Motta (1998), nesse período, através da reforma de 1874, o Exército ficou liberado da tarefa que lhe fora acometida desde 1810, que era a da formação de engenheiros para as atividades civis.

Motta (1998) mostra-nos que, nos estudos preparatórios, o Português foi devidamente valorizado, ao ser incluído em todos os três anos do curso. Houve um predomínio da História sobre a Geografia, pelo maior desenvolvimento da História Antiga em relação à Contemporânea e pelo estudo de duas línguas estrangeiras. Esse currículo procurou incentivar o “ensino prático” em relação ao “ensino teórico”, implantando instrução geral militar para todos os alunos, instrução especial das armas e instrução complementar geral militar.

Apesar de todos os esforços para a praticidade do ensino, na Escola da Praia Vermelha predominavam os estudos matemáticos. As críticas ao currículo de 1874 cedo começaram a surgir, oriundas de dois campos opostos: (1) os que desejavam a ampliação do ensino teórico e (2) os que proclamavam o exagero deste ensino. A inclusão no ensino prático de exercícios militares e pequenas ações de guerra só viria a acontecer por volta de 1898, segundo Motta (1998).

4.7.3. Análise do currículo de 1942-1944

Este currículo acompanha a II Guerra Mundial. Um período onde alguns oficiais brasileiros seguiram para os Estados Unidos da América, a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos militares, em função de um convênio firmado entre os dois países. Motta

(1998) salienta que não afluíram novas idéias sobre organização, armamento ou sobre currículos, mas sobre padrões, estilos de trabalho e de convivência militar . Esse autor acrescentara que o intercâmbio com os EUA tinha ampliado e melhorado os recursos didáticos na metodologia do ensino militar.

O ano de 1944 marca o fim da “Era Realengo” e o início da “Era Resende”. Modificação importante foi a redução da duração do curso de quatro para três anos por força do regulamento de 1942. Ela comprimiu o plano de ensino e excluiu a Geografia e a Sociologia.

A História Militar restringia-se muito à História Militar Brasileira e na Química substituíram-se os conhecimentos essenciais de Físico-Química por noções de Metalurgia.

4.7.4. Análise do currículo de 1960

Antecedendo ao ano de 1960, faz-se necessário comentar que o Brasil passava por um período de estabilização política do governo de Juscelino Kubitscheck, marcado pelos altos índices de crescimento econômico. A alta oficialidade das Forças Armadas (FFAA), especialmente o Exército estava disposta, em sua maioria, a garantir o regime democrático dentro de certos limites. Esses limites diziam respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. Entretanto, setores das FFAA não seguiram à maioria. De um lado, estavam os oficiais nacionalistas (alguns deles próximos dos comunistas), os quais optavam por um nacionalismo radical, em confronto com o imperialismo americano. De outro lado, estavam os purificadores da democracia, convencidos de que só através de um golpe, a partir do qual as instituições seriam renovadas, seria possível impedir o avanço da república sindicalista e do comunismo.

Como se observa, a geopolítica internacional do pós-guerra fez com que os militares se voltassem cada vez mais com a questão da defesa dos interesses nacionais. O governo populista de Getúlio Vargas fomentou preocupações e incertezas que só foram acalmadas com a posse de Juscelino Kubitscheck. Este começou o seu governo enfatizando a necessidade de se promover “desenvolvimento e progresso”, objetivos gerais compatíveis com os das FFAA. Aos poucos, os militares foram assumindo os principais cargos governamentais estratégicos.

Os gastos governamentais de Juscelino Kubitschek na execução do seu Plano de Metas para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília geraram um grande déficit no orçamento geral da União. Esse quadro veio acompanhado de um avanço da inflação. No plano da sociedade, houve um avanço nos movimentos sociais e o surgimento das ligas camponesas, as quais tinham como aliados os operários, os estudantes, os intelectuais revolucionários e a pequena burguesia, gerando instabilidades internas em vários pontos do país.

O currículo adotado pela AMAN nos anos sessenta, à margem de todos estes acontecimentos sociais, políticos e econômicos, passou por várias reformulações para fazer frente à necessidade de conter a agitação rural e restabelecer a ordem interna.

A formação do Oficial do Exército no ano de 1960 tinha a duração de três anos, sendo um no Curso Básico e dois no Curso das Armas. Compreendia o ensino fundamental e o ensino profissional (vide anexo IV).

4.7.5. Análise do currículo de 1980

O Brasil vivenciou, no período de 1964-1985, o regime militar, presidindo o governo homens que tinham fortes ligações com a Escola Superior de Guerra. O novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de “Atos Institucionais” (AI). Além disso, foi necessário enfrentar a caótica situação econômica-financeira que vinha dos últimos meses do governo de João Goulart, controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade e promover uma reforma do aparelho do Estado. O governo militar iniciou-se com o Presidente Castelo Branco e findou-se com o Presidente João Figueiredo.

No início da década de 80, o Brasil vivia um quadro de estagnação econômica e inflação. No campo político, surgia a anistia para os exilados por ocasião de 1964.

Neste quadro bastante complicado em todos os aspectos, a AMAN, de forma bastante intensa, aprimora a sua grade curricular para melhor formar o seu cadete. O curso de formação, desde 1976, tinha a duração de quatro anos, sendo o primeiro o Curso Básico e os três restantes os Cursos das Armas. Esta configuração na formação do oficial do Exército durou até 1988, quando passou a vigorar a atual estrutura que será abordada no próximo item deste trabalho.

O currículo do início da década de 80 trazia em sua estrutura algumas disciplinas que foram incluídas para adequar as novas necessidades exigidas pela carreira. A língua inglesa foi posta para estimular no futuro oficial o interesse pela aprendizagem de uma língua estrangeira que possibilitasse prepará-lo para cumprir futuras missões militares em outros países, quer realizando cursos, quer integrando uma equipe de Observadores da ONU ou uma Força de Manutenção de Paz.

A Estatística e a Economia e Finanças também aparecem a fim de dar um melhor embasamento teórico ao futuro oficial, integrante de uma sociedade capitalista que procura o seu desenvolvimento econômico-financeiro no contexto mundial. Os oficiais espalhados pelas diversas organizações militares necessitam entender o funcionamento da máquina administrativa dos vários níveis de governo para melhor cumprir os seus papéis.

Outra disciplina que foi implantada na AMAN e que mereceu certo destaque foi a Redação e Estilística, já nos dois últimos anos do curso. Tal medida visava dar ao jovem Aspirante, recém egresso da Academia, o hábito de leitura dos principais veículos de informação como jornais, revistas, livros, entre outros, tornando-o mais crítico e participativa na dinâmica social e capacitá-lo, talvez, a melhor orientar os seus comandados. (vide anexo IV).

4.7.6. Análise do currículo de 2000

Quadro 3: Distribuição de carga horária do currículo da AMAN, 2000

ATIVIDADE		CARGA HORÁRIA / ANO					
		1º	2º	3º	4º	Total	Créditos
DISCIPLINAS CURRICULARES	- Apoio ao Combate e Logística	0	0	0	80	80	5
	- Comando, Chefia e Liderança I e II	30	60	0	0	90	6
	- Comunicação Social	0	0	0	30	30	2
	- Didática	0	0	60	0	60	4
	- Direito Administrativo I e II	0	0	120	0	120	8
	- Direito Penal Militar	0	0	60	0	60	4
	- Economia	0	0	60	0	60	4
	- Emprego Tático I a IV	70	89	148	391	698	46
	- Estatística	0	60	0	0	60	4
	- Filosofia	0	0	60	0	60	4
	- Física	0	60	0	0	60	4
	- Geografia	0	0	60	0	60	4
	- História Militar	0	0	120	0	120	8
	- Idiomas	120	120	0	0	240	16
	- Idioma Instrumental	0	0	0	19	19	1
	- Informática	60	0	0	0	60	4
	- Introdução ao Estudo do Direito	0	60	0	0	60	4
	- Matemática	120	0	0	0	120	8
	- Mecânica	60	0	0	0	60	4
	- Métodos e Técnicas de Pesquisa	0	60	0	0	60	4
	- Oratória	0	0	0	30	30	2
	- OPEFT I a IV	91	102	84	196	473	31
	- Português	120	0	0	0	120	8
	- Psicologia I e II	60	60	0	0	120	8
	- Química	0	60	0	0	60	4
	- Sistemas Operacionais	0	0	0	31	31	2
- Técnicas Militares I a III	156	128	194	0	478	32	
- Tiro I a IV	44	36	28	24	132	9	
- Treinamento Físico Militar I a IV	150	188	166	119	623	41	
- Estágios Supervisionados	40	40	40	384	504	33	
SOMA	1121	1123	1200	1304	4748	314	

Fonte: Divisão de Ensino da AMAN

O curso de formação adotado atualmente na AMAN foi modelado em 1998, quando foi implantada a nova estrutura curricular (Quadro 3), com um ano no Curso Básico, um ano no Curso Avançado e dois anos no Curso das Armas. Várias modificações curriculares foram necessárias para atender melhor as necessidades do desempenho funcional do oficial e do futuro chefe militar.

O Curso Básico, no primeiro ano, destinava-se à formação básica do cadete, habilitando-o ao prosseguimento de sua formação no Curso Avançado. Este, por sua vez, é ministrado no segundo ano, com o objetivo de complementar a formação dada no Curso Básico, habilitando o Cadete ao prosseguimento em qualquer curso das armas, do Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico. Os cursos das armas, do Serviço do

Serviço de Intendência e do Quadro de Material Bélico, ministrados nos terceiro e quarto anos, busca a complementar a formação dada ao Cadete nos dois anos anteriores, habilitando-o ao desempenho dos cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado.

Sendo considerado um ensino de nível superior, o currículo da AMAN mantém a tradição de estruturar-se em duas áreas: (1) ensino fundamental e (2) ensino profissional. Ambas visam a dar o embasamento necessário para a contínua evolução profissional. O idioma estrangeiro cresceu de importância para desenvolver no futuro militar uma habilidade em uma segunda língua, possibilitando-o a cumprir missões a serviço da ONU, de intercâmbio profissional no exterior e em outras atividades de interesse do Exército.

Esse currículo privilegia mais o ensino profissional em relação ao ensino universitário, marcando a histórica dicotomia entre o “teórico” e o “prático” no ensino militar do exército. A formação atual tornou-se mais profissional, afastando-se de vez a tendência científica característica dos militares doutores e bacharéis do século passado.

4.7.7. Breve síntese dos currículos de 1980 e 2000

Analisando os currículos de 1980 e de 2000, percebe-se que não contemplam a inserção de disciplinas ambientais de forma explícita. Pelo contrário, mantém uma maior carga horária destinada às ciências exatas e militares em relação às de ciências humanas, que permitiriam uma reflexão sobre os processos sociais e as práticas ambientais. Tal constatação preocupa, pois se na escola de formação tal evento não procede, como serão as ordens das autoridades e as emanções de seu poder? Permanece no ar a impotência para abordar os temas complexos da crise ambiental com a seriedade que merecem.

4.8. O Centro de Instrução de Guerra na Selva e a proposta pedagógica

O Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) (<http://www.cigs.com.br>), foi criado em 02 de março de 1964 e esteve envolvido desde o início do regime de força na preparação de recursos humanos para ações militares na selva amazônica. Estabeleceu parceria com o exército do EUA, em especial, com o *Jungle Operations Training Center*, sediado no Panamá (*Fort Sherman*) em relação ao treinamento de militares e participou de várias operações de defesa interna no contexto ideológico da guerra fria.

Hoje, o CIGS, fruto da experiência adquirida ao longo dessas quase quatro décadas, ainda atua no melhor ambiente operacional de guerra na selva do planeta e conquistou prestígio nacional e internacional na atividade que desenvolve, que é a de formação dos guerreiros de selva brasileiros (vide anexo IV).

4.8.1. As evidências de práticas ambientais nas atividades do CIGS

Após a pesquisa documental e de campo, organizamos as evidências de atitudes ambientais pró-ativas, no nível organizacional, em cinco grupos: (1) procedimentos adotados nas Bases de Instrução de Selva (BI); (2) planos de disciplina (anexo IV); (3) palestras e envolvimento comunitário(anexo IV); (4) participação em grupo de pesquisa de biodiversidade e (5) criação de uma comissão de ética para experimentação animal.

4.8.2. Procedimentos adotados nas Bases de Instrução de Selva (BI)

Diariamente o lixo é recolhido, mas não de forma seletiva. Os detritos são removidos e transportados para a cidade de Manaus. Normalmente, os militares são proibidos de cortar galhos de árvores ou árvores na mata com o intuito de armar a sua “rede de selva” (espécie de barraca apoiada em dois pontos em árvores distanciadas longitudinalmente). Ao entrar na BI, o militar recebe a parte de madeira necessária para os ajustes da rede, que depois é recolhida para ser reutilizada nas outras atividades semelhantes e em outros cursos. Durante os cursos é ressaltada a importância dos recursos da fauna e flora da região, assim como a preocupação de mantê-los por ali. É constante a preocupação de rondar-se a área de selva do CIGS para recuperar a parte da floresta utilizada pelos alunos, através de reflorestamento e manejo não controlado. É intensa a fiscalização na área do quartel através de patrulhas patrimoniais para impedir o desmatamento da área de instrução e para a segurança do estabelecimento. Durante o período de contato, observamos a preocupação de conservar os recursos naturais: a idéia da natureza como recurso.

4.8.3. Participação em grupo de pesquisa

A Assembléia Legislativa (AL) do Estado do Amazonas criou em 29 mai 2003, sob a Portaria 422/2003-GPALE, o Grupo de Trabalho de Assessoria e Articulação (GTAA) no qual o Centro de Instrução de Guerra na Selva faz parte como membro orientado para a produção e crítica de documentos técnicos de relevância acerca da biodiversidade do estado do Amazonas. Representam o CIGS, uma oficial bióloga e um oficial com curso de altos estudos militares. Em um contexto maior, o Centro de Instrução de Guerra na Selva foi escolhido para ser o piloto da estratégia de preservação e utilização da biodiversidade como desenvolvimento da Amazônia porque:

1. estava diretamente subordinado ao Comando Militar da Amazônia, o que permitia o direcionamento militar das pesquisas;
2. estava localizado na cidade onde se concentra a maior parte das instituições e dos centros de pesquisa da Amazônia, o que possibilitava economia de recursos para o Exército com a utilização compartilhada dos recursos materiais;
3. possuía mentalidade de pesquisa, pois desde a sua criação contava com uma estrutura de pesquisa especialmente voltada para operações militares e atualização de doutrina;
4. seria o primeiro beneficiário dos conhecimentos produzido pela bioprospecção, no sentido de enriquecer as instruções de sobrevivência na selva;
5. possuía um moderno zoológico e
6. dispunha de uma área de floresta de 1.000 Km² com boa infra-estrutura logística.

A proposta foi encaminhada por um grupo de trabalho designado pela Portaria 169, de 07 de Maio de 2002, do Comandante do Exército, ao próprio Comandante do Exército em 19 Jul 2002. O documento chamou-se “Proposta para a participação do Exército na pesquisa, preservação e utilização da Biodiversidade como estratégia moderna para o desenvolvimento da Amazônia, de 19 Jul 2002”. Dentre suas premissas básicas estava que o Exército poderia compartilhar do esforço nas áreas de bioprospecção e biotecnologia e que isso permitiria, dentre outros resultados favoráveis ao governo brasileiro, um rápido direcionamento de seus recursos, principalmente humanos, para enfrentar ameaças, geralmente inéditas, no campo biológico.

Além disso, o CIGS, diante das incidências de doenças contraídas pelos seus alunos, inclusive com casos fatais, propôs em 1997 a criação de uma estrutura de pesquisa voltada para as enfermidades tropicais. Embora sua proposta não tenha sido aprovada na plenitude e isso ainda é um anseio dos que ali servem pelo que pudemos constatar.

Quando de nossa visita, descobrimos que estava sendo realizado, com apoio de técnicos do Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane da Fiocruz (Manaus-AM), um acompanhamento detalhado das condições fisiológicas dos alunos, geralmente debilitados pelas atividades dos cursos de operações na Selva, possibilitando dados para a produção de relatórios científicos de interesse militar na Amazônia.

4.8.4. Criação de uma comissão de ética para experimentação animal

Em 04 de setembro de 2002 foi aprovado regimento interno do CIGS quanto às atividades da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA). O texto do documento explicita que é aplicável à criação e utilização de animais para ensino, pesquisa extensão, especialmente disposto e aplicado aos animais das espécies classificadas como filo *Chordata*, sub-filo *Vertebrata*.

4.9. Síntese analítica dos dados coletados

A importância de pesquisar o ensino militar justifica-se porque a história do Brasil, há muitos decênios, mantém-se atrelada à conduta dos funcionários fardados, uma vez que houve vários momentos em que os militares saíram dos quartéis para se envolverem em problemas de ordem política, conferindo às Forças Armadas um papel intervencionista por tradição.

Além disso, o desenrolar dos fatos indica que as Forças Armadas nacionais foram constituídas a partir de influências recebidas de congêneres estrangeiras. A disseminação das idéias positivistas no Brasil, desde o século passado até o início deste, também constituiu um evento significativo, pois atingiu as hostes castrenses produzindo sua figura principal, o major Benjamin Constant. Baseado na doutrina positivista, o ensino militar sofreu alterações para conferir aos cadetes da época o grau de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Esse acontecimento, bastante estranho a uma instituição voltada para o

emprego da violência, pode ser interpretado como uma tentativa de conferir *status* ao futuro oficial, colocando-o numa posição de superioridade aos demais membros da sociedade civil. Tal interpretação se sustenta, se for levado em conta que os “paisanos” de então possuíam uma imagem negativa dos funcionários fardados devido às tradicionais deficiências da corporação bélica e por certos traços inconvenientes da personalidade militar.

Como já vimos, nas peculiaridades da profissão militar os discentes fardados, como categoria social, não são formados para essa finalidade mas para aplicar a violência quando a segurança nacional for ameaçada, seja por inimigos internos ou externos. A mão-de-obra civil destina-se tanto ao setor público quanto ao privado, ao passo que a militar destina-se apenas ao primeiro. Sua ação no entanto, reflete-se pelos setores.

Desse modo, pode-se afirmar que os militares são preparados para atender às exigências do capital, basicamente, nos momentos de crise política. As denominadas ações cívicas praticadas por eles em período de normalidade são bem vistas pelos detentores dos meios de produção, uma vez que suprem as deficiências de um capitalismo que não é capaz de proporcionar as mínimas condições de vida a uma parte significativa da população. De modo semelhante, a atuação de militares em empresas públicas administradas por eles pode transferir benefícios às empresas privadas em virtude do intercâmbio existente entre elas. Segundo Ludwig (1998), quanto ao tema das ações cívicas, faz-se necessário dizer que elas também estão a serviço do capitalismo na medida em que contribuem para a instauração de uma conjuntura de estabilidade social, sendo esta sua finalidade básica.

Os cadetes das três escolas militares avaliam regularmente o seu corpo docente civil e militar e muitos professores e instrutores alteram seus procedimentos depois dessa avaliação. Após realizar uma prova, o aluno pode questionar a qualidade dos itens que a compõem e as questões inadequadas perdem a validade. Oficiais da administração consultam os cadetes em certas ocasiões sobre as dificuldades que estão encontrando para aprender e diversas sugestões que fazem são aceitas e colocadas em prática. Cabe dizer, também, que vários cadetes têm oportunidade de viajar a outros países de sólida tradição democrática para visitar academias militares. É certo que eles sofram influxos com esses contatos.

Na década de 80, à medida que o país foi evoluindo do regime autoritário para o democrático, ocorreu uma valorização das ciências humanas, bem como foram intensificados os esforços para tornar o ensino mais profissional e é importante realçar, como reforçado por Ludwig (1998) e observado na experiência do dia a dia da caserna, que as matérias pertencentes ao rol das ciências humanas, ministradas nas escolas militares, tem um poder especial de desenvolver o senso crítico dos alunos. Os conteúdos e métodos de ensino tendem a fazer com que os alunos coloquem em ação seus esquemas operatórios, exercitando a reflexão que é uma atividade de consciência especificamente humana. Infelizmente, tal senso crítico nem sempre se configura em uma abertura crítica para as idéias, o que tende a inibir a criatividade do militar, conforme já afirmamos. Tais fundamentos têm respaldo histórico e organizacional na instituição militar.

As teorias da reprodução podem ser usadas para o entendimento do fenômeno educativo militar, desde que se leve em conta uma diferença importante entre o ensino civil e o bélico, pois os alunos “paisanos” são preparados para atuar diretamente no setor produtivo como força de trabalho. A teoria da violência simbólica de Bourdieu e Passeron no que tange aos temas da imposição de um arbitrário cultural, do *habitus*, definido como um esquema de pensar, apreciar, perceber e agir e o tipo secundário de trabalho pedagógico, destinado à conversão radical do indivíduo, aplica-se à prática pedagógica castrense. A concepção de Althusser relativa aos aparelhos de Estado, do mesmo modelo que a anterior, pode ser usada para o entendimento da educação bélica, porque a escola militar é uma instituição destinada a preparar os indivíduos como agentes da repressão, mediante os processos de inculcação da ideologia dominante, que se aplicam muito bem à pedagogia castrense.

Segundo Ludwig, “o modelo de administração escolar, basicamente de cunho fayolista, imprime no psiquismo discente as idéias de racionalização, previsibilidade e controle”(Ludwig, 1998: 33-34). O ensino de certas matérias também ocorre para que seja adquirida uma cosmovisão ordenada. A matemática ensinada aos cadetes encontra-se impregnada da inversão idealista que supõe ser o real determinado pela razão. Além disso, o formalismo e a tautologia dessa disciplina tendem a reforçar a concepção de ordem. A física aprendida pelos alunos é predominantemente a clássica, de cunho determinista. Ambas as matérias são apresentadas de forma pronta e acabada, como

verdades inquestionáveis, separadas dos conflitos e contradições existentes no seio da sociedade e da comunidade científica. A história é transmitida a eles como uma sucessão linear de causas e efeitos, cujos acontecimentos fortuitos são tachados de irrelevantes. Por sua vez, a língua portuguesa ensinada aos cadetes prioriza, em demasia, falar e escrever de modo absolutamente correto e modelar para ser seu único objetivo.

Para Ludwig (1998), para vacinar os funcionários fardados contra a ingerência na sociedade civil bastaria prepará-los para aceitar e conviver com a mudança em todos os setores da vida em comunidade, pois tal como já foi dito, os membros da corporação bélica são amantes da ordem, da harmonia e da estabilidade social. Uma educação centrada no desenvolvimento da postura crítica em face dos acontecimentos, superadora do elevado nível de ingenuidade intelectual agregado na consciência do militar, seria capaz de livrá-lo da pecha de gendarme dos setores dominantes da sociedade, que defendem a todo custo a permanência dessa ordem, harmonia e estabilidade, porque graças a ela continuam obtendo todos os tipos de vantagem em prejuízo dos setores majoritários da sociedade.

As Forças Armadas, genericamente falando, constituem um recurso essencial dos setores dominantes. São elas que asseguram o poder nacional, protegem as fronteiras contra incursões estrangeiras, mantêm internamente a ordem e a lei e colaboram com a integração do país de acordo com um projeto político elaborado pelas elites dos segmentos hegemônicos.

A educação ministrada aos nossos militares, particularmente os cursos de preparação de oficiais, deve ser interpretada, portanto, com base nessa visão. Alguns acontecimentos históricos relacionados à interferência de forças armadas estrangeiras no processo de treinamento da oficialidade brasileira, bem como certos movimentos internos, influíram nesse preparo, pois conduziram os funcionários fardados a adquirir um posicionamento elitista. Atualmente, os currículos das academias militares são responsáveis pela inculcação da ideologia dominante no psiquismo dos cadetes e têm essa tarefa facilitada em razão da origem de classe média dos alunos, dentre os quais muitos filhos de militares.

Parece claro que, a partir do observado, as teorias educacionais da reprodução, apesar das diferenças que possuem, concordam que as instituições de ensino existem para

moldar a conduta discente às necessidades do capitalismo, o que, em outras palavras, significa atender aos interesses do grupo de detém os meios de produção. Desde que se leve em conta o fato de que os alunos das escolas militares não são preparados para atuar no mercado de trabalho civil, pode-se utilizar as diversas teorias da reprodução para interpretar o ensino bélico.

As teorias educacionais da reprodução, em maior ou menor intensidade, conforme Ludwig (1998), concordam também que o processo de moldagem da personalidade discente nas escolas não é feito de maneira pacífica. Segundo esse autor, nas instituições encarregadas de preparar os oficiais brasileiros existem certas discrepâncias que atuam para perturbar o processo de formação de um militar padrão, meta desejada e perseguida pelos dirigentes das escolas bélicas. A presença de algumas práticas democráticas, contrastando com a maioria dos procedimentos autoritários, constituem um exemplo típico de discrepância.

A incontestável validade da democracia nas esferas governamental e institucional, particularmente nas organizações militares, sem dúvida justifica sua aplicação nas escolas militares. Ludwig defende que “democratizar o ensino militar significa, portanto aproveitar criticamente as experiências pedagógicas democráticas empregadas em forças armadas de países de sólida tradição pluralista” (Ludwig, 1998: 112).

O desafio de organizar-se currículos e práticas críticas ao próprio sistema autoritário, como a proposta de inserção de temas ambientais sugere, além de fortalecer o ideal democrático pode também fazer com que as gerações de militares assim institucionalizados desde a escola de formação, sejam mais revisores de seus papéis em tempos democráticos, sob o olhar franco de toda a sociedade vendo seus competentes agentes do Estado em maravilhosas tarefas de restauração e de proteção ambientais e na interface com entidades técnicas do governo e privadas.

Vimos através da observação participante no CIGS que militares, em suas atividades específicas, algumas vezes podem trazer vantagens para a conservação e restauração ambientais. Algumas porções de terra sob jurisdição militar são mais bem cuidadas pela contenção do cinturão de isolamento como área militar do que pela devolução ao poder público e mais ainda se entregue ao cidadão comum não sensibilizado com as questões ambientais em seus procedimentos diários.

O Centro de Instrução de Guerra na Selva revela que é realmente a unidade militar mais adequada para relacionar militares e civis em atividades ambientais. Temos escolhido o CIGS foi inteiramente satisfatório para constatar essa possibilidade. Confirma-se ali uma capacidade acima da média desses militares ali formados para enveredar pelos caminhos da mata e de relacionar-se com a floresta e com seus habitantes de forma peculiar, em relação aos habitantes de outras partes do Brasil.

No tocante à educação ambiental, já mencionamos que o Exército havia normatizado a inserção de temas ambientais em algumas de suas escolas e unidades militares. Entretanto, não descobrimos evidências de que a normatização tivesse um efeito sistêmico. Isso está ainda somente no papel.

Diante das constatações, para um programa de educação ambiental caberia incluir temas interdisciplinares a partir das ciências sociais, naturais e militares que levam a pensar e que indagam para a consciência ecológica nos seguintes tópicos: (1) os direitos e deveres previstos em lei; (2) que outros direitos e deveres se fazem necessários em situações novas; (3) como novos direitos e deveres são construídos; (4) o que é meio ambiente; (5) como é o meu meio ambiente imediato (onde vivo); (6) como os elementos do meio ambiente se transformam; (7) como o meio ambiente é percebido pelos outros; (8) como o meio ambiente reage às nossas ações como reflexos ambientais do treinamento, da pesquisa e das operações militares e (9) possibilidades das armas quanto ao impacto ambiental.

A seguir, partimos para a macrovisão dos planejadores militares. Começaremos a examinar o Clube Militar, organização constituída basicamente por oficiais do Exército e seus familiares, embora outros agremiados civis sejam permitidos no rol de membros.

Veremos como o pensamento militar se apresenta em termos articulados por seus oficiais e afins no tocante a temas ambientais e em especial sob o tema da Amazônia.

*Capítulo V: QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA e O CLUBE
MILITAR*

5.1. O Clube Militar e seu papel

O objetivo de estudar o Clube Militar (<http://www.clubemilitar.com.br>) relaciona-se à importância histórica dessa entidade, que fomentou e influenciou por muitas décadas o pensamento militar, como se verifica no breve histórico que faremos a seguir. Tal entidade servia como cadinho cultural e expiação de assuntos delicados que competiam ao exercício dos altos interesses do país (ainda que isso já seja conhecido em linhas gerais, poucos pesquisadores se debruçaram sobre o assunto em suas investigações).

Seu papel não é trivial. Ele é revestido de caráter e de um corpo axiológico bem definido. A criação do Clube Militar ocorre dois anos antes da proclamação da República e Deodoro da Fonseca, além de Presidente da República, também foi seu primeiro diretor-presidente. O estreitamento do governo militar com as elites brasileiras acontece de forma bastante linear nos anos seguintes. Os salões do Clube Militar eram intensamente freqüentados por ilustres visitantes não militares e a cobertura da imprensa sugere que os assuntos tratados tivessem uma credibilidade pelo fato sumário de ali merecerem espaço (Andrade Jr, 2001a).

Desde antes do início da República e até a primeira metade dos anos 60, os conflitos entre as correntes militares eram freqüentes, ocorrendo em um mecanismo de alternância de poder em razão de eleições periódicas para a Diretoria do Clube. Cada qual buscava legitimação para os ideais que ultrapassavam as esferas militares. As coligações partidárias, as associações com as demais casas militares (da Marinha, por exemplo) e o apoio de autoridades civis a movimentos ali desenhados ou por suas iniciativas expressam a sua natureza estatutária de ser uma entidade que estabelecesse, relativamente, as regras da política e não uma entidade que tivesse valor recreativo primordial.

Enquanto entidade de fachada, além disso, o Clube Militar prestou-se a servir como tampão para as divergências ocorridas nos quartéis, ao evitar que a disciplina e a hierarquia fossem feridas, o que resultaria na imagem de falta de unidade militar.

O Exército prezava sua hegemônica imagem na sociedade quanto à ilibada capacidade e austeridade da Instituição Militar. Qualquer deslize em sua imagem atrapalharia a execução do projeto evolucionista que conferiria ao Exército um lugar na

intelligentzia que ainda não teria experimentado até a década de 30 e que avançava com intensas e influentes decisões nacionais, fomentadas no Clube Militar até ao final da década de 40. Este processo foi substituído gradativamente pela Escola Superior de Guerra.

Sabe-se que, com a existência da Escola Superior de Guerra (ESG) (desde 1949) correntes militares que outrora discutiam livremente no *forum* apropriado do Clube Militar, não mais puderam atuar desta forma consentida, sob pena de transgressão da disciplina e do comprometimento da carreira das armas, assim como a seleção do corpo discente e docente viria a passar por indicações individuais remetidas à Presidência da República (Andrade Jr, 2001a), mediante fortalecimento do patrulhamento ideológico.

Hoje, apesar do Clube Militar ter muito menor participação política nas discussões nacionais que a ESG, ele representa um ator sócio-político considerável na expressão do segmento militar brasileiro, considerando-se, por exemplo, que lá ainda há o interesse, mas não com o mesmo brilho, que tal segmento intervenha com igual propriedade político-intelectual anterior na memória aos momentos de força do regime autoritário que nos antecedeu.

Ilustra o argumento o novo presidente do Clube Militar empossado em 2002, General de Exército Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, que já foi Comandante Militar da Amazônia, com palestras públicas sobre o tema em seu currículo, ao afirmar os objetivos de sua gestão em seu primeiro pronunciamento oficial à gente do Clube: “(...) manter permanente estado de alerta sobre os problemas nacionais que impactam na sobrevivência, na integridade e na salvaguarda da soberania da Nação Brasileira, particularmente, aqueles afetos à Amazônia e ao Pantanal” (*op cit*)¹⁶

Essa é uma sinalização importante permitindo que no Clube de 2002 sistematicamente sejam conversadas, discutidas, questões nacionais como um núcleo de estudos, fugindo de seu estatuto que o limita às atividades sócio-culturais, unicamente. Neste sentido, um tema que vem sendo tratado de forma pungente pelo Clube é o tema da Amazônia, ao qual nos dedicaremos neste trabalho.

Mas, ainda que persista a boa vontade, se a extraordinária competência implícita do Clube do passado não mais existe, diluída pela falta de estudo, de pesquisa, de

¹⁶ Ver EDITORIAL, Clube Militar. *Palavras do Presidente do Clube Militar*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, n. 397, p. 1 Jul/Ago 2002.

participação política de quadros e de pouca abertura e interlocução com outros segmentos, o que lhe caracteriza como conservador e retrógrado em aplicabilidade, persiste a dúvida de que tais temas ainda tão recorrentemente enfocados no discurso militar, estejam sendo encarados com seriedade, mesmo que as iniciativas de abordagem na discussão dos temas ambientais tenham como pressupostos a defesa ambiental.

Sobre este aspecto da seriedade com que o Clube trata o assunto, enfatizamos o discurso de um representante do Ministério do Meio Ambiente em curso nos EUA¹⁷, falando do que as Forças Armadas brasileiras apresentam em prol de temas ambientais:

“(…) Em que pese falta de uma definição política de atuação voltada para a defesa e segurança ambiental, as Forças Armadas Brasileiras, imbuídas dos princípios que as norteiam, de participação e integração nacional, vêm atuando em diversos programas do setor, em parcerias, ainda tímidas, é bem verdade, com diversos organismos afins, governamentais e não-governamentais. Ressalte-se, pois, que essas parcerias já contribuem para estudos que ora se realizam, objetivados para a formulação de uma política nacional de defesa e segurança do meio ambiente, na qual estará reservado um papel importante para as forças armadas brasileiras” (Praciano, 2001:3).

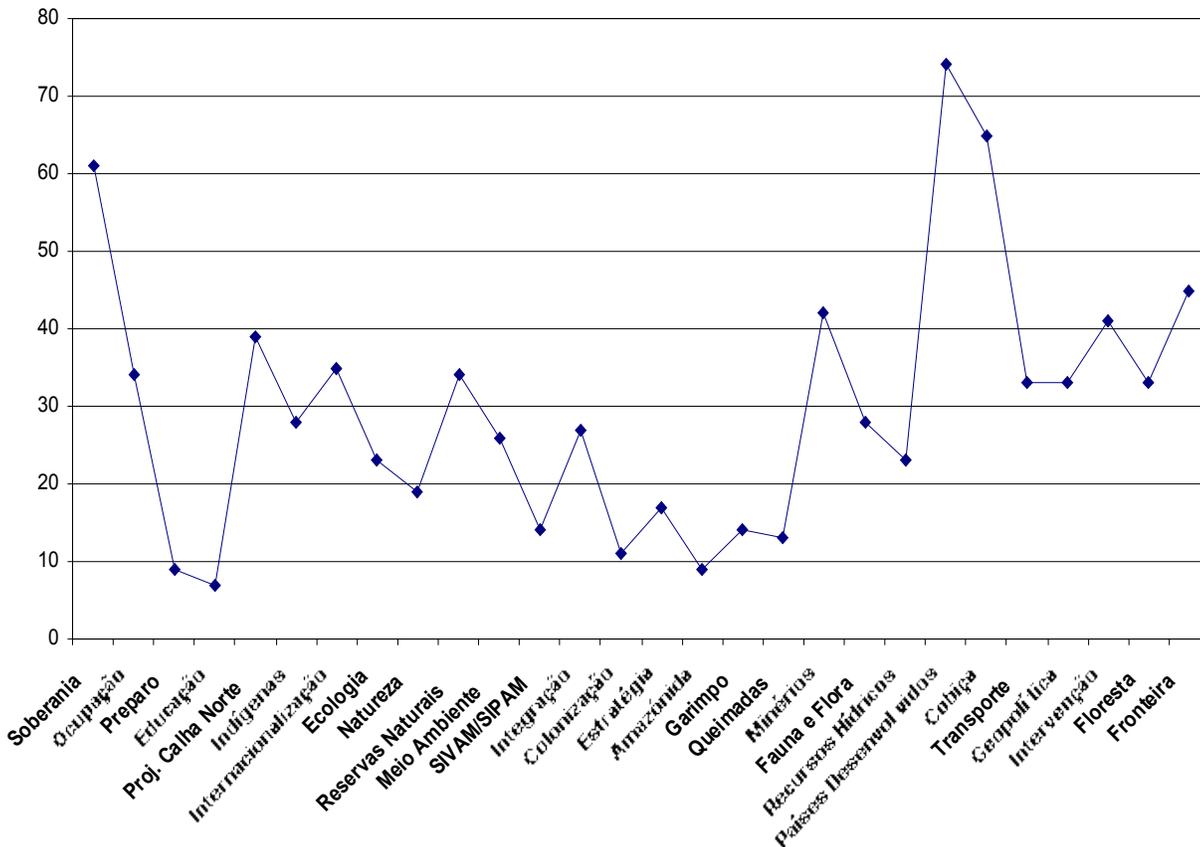
Esse autor comenta da falta de definição política da atuação para a segurança e defesa ambiental, o que um bom ponto de partida para o exame do material coletado por esta pesquisa.

5.2. Análise dos dados selecionados

O pensamento militar foi explorado através das revistas do Clube Militar, seguindo procedimentos de seleção apontados no capítulo metodológico. Selecionamos os termos mais recorrentes em uso nas publicações para uma visão geral do material em análise nos artigos, obtendo como resultado o seguinte gráfico que possibilitou organizar 28 (vinte e oito) categorias a partir dos termos (Gráfico 1) :

¹⁷ João Henrique Mesiano Praciano. Representante da UNESCO, da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), Ministério do Meio Ambiente.

Gráfico 1: 28 Categorias Extraídas da Revista do Clube Militar quanto ao tema Amazônia (1980-2000)



Fonte: Revista do Clube Militar

Os termos que mais se destacaram nos artigos foram *Soberania*, *Países Desenvolvidos* e *Cobiça* ultrapassando os 60 % de ocorrências, enquanto que os de menor incidência foram *Educação*, *Preparo das Tropas*, *Colonização*, *Amazônia*, *Queimadas* e *Garimpo*, beirando a casa dos 10 %. Como ocorrência média, entre 30 a 40%, registrou-se os termos *Internacionalização*, *Ocupação*, *Projeto Calha Norte*, *Minérios*, *Intervenção*, *Reservas Naturais* e *Fronteiras*.

A frequência de utilização de termos e expressões indica a preocupação de correntes militares com a sua missão de defesa interna e externa e afeta à Segurança. Além disso, acredita-se que uma resposta para a baixa inserção dos aspectos ambientais da questão seja que o conhecimento para o debate de temas ecológicos ultrapassa a competência militar do combatente em geral, que representa a maioria dos articulistas

coronéis e generais do Clube Militar, cuja formação, embora seja dotada de uma visão universitária generalista, não dá conta de tal complexidade. Percebe-se aí a necessidade do currículo ser revisto para dar conta da capacitação funcional e administração eficaz da violência diante de temas ambientais: a análise dos currículos da AMAN e do CIGS foram bases para essa afirmação.

A ocorrência dos termos recorrentes na Revista poderia ser explicada pela familiarização do militar com o território brasileiro, como estudante de geografia, de topografia, de história e de sua vivência nacional, sendo a ele confiada a missão de manter as fronteiras nacionais (e alargá-las, se possível como um objetivo militar), mas jamais de recuá-las. Esta também pode ser a causa principal da reação em massa de articulistas presente nos textos ao caso da Delimitação das Áreas Indígenas Ianomâmi do governo Collor de Melo, que é muito explorado na Revista como “Amazônia de Brasileiros”, entendendo que a missão da FUNAI, um projeto do governo de força, procurou integrar o indígena ao povo brasileiro e que vê respeitada a enorme disposição portuguesa de miscigenar com o colonizado.

Usando as revistas do Clube Militar como veículo, poucos são aqueles que escrevem tecnicamente sobre os recursos naturais no sentido antropológico, sociológico, biológico, geológico, ecológico ou sanitário. Os que o fazem, têm familiaridade profissional com o que escrevem e alguns não são militares, embora alguns possam ainda ter relações de parentesco com eles. Isso revela a força reprodutiva das idéias da Instituição.

Existem muitas replicações de sentido nos artigos, apesar da permuta dos autores, o que indicaria o feito da formação pela Escola Superior de Guerra. Isso será investigado mais profundamente do capítulo seguinte, aonde a Doutrina da ESG será examinada e confrontada pela literatura.

Outra técnica aplicada sobre os dados brutos foi a da análise de contexto, motivada pelo resumo das idéias principais dos textos selecionados, resumidos, citados, referenciados e listados. Apresentaremos a análise de 62 sinopses das matérias que oferecem um panorama geral das preocupações do Clube quanto à temática (vide Anexo I). Esses 62 artigos foram selecionados por mencionarem em seus títulos a questão

amazônica, perfazendo cerca de 7 % do total de artigos publicados pela revista, de 1980 a 2000.

Baseados em aspectos de sociabilidade adaptados de Eckersley (1992) sobre temas ecológicos¹⁸, compomos um diagnóstico de tendências que pensamos aplicáveis ao caso desses artigos do Clube Militar.

Eckersley estabelece prioritariamente dois eixos em seu trabalho: o do (1) *antropocentrismo* e o do (2) *ecocentrismo*. Cada eixo passa a ser polarizador de movimentos ambientais conexos, onde o primeiro relaciona-se com a articulação da teoria política que ofereça oportunidades para a emancipação humana e para uma sociedade ecologicamente sustentável e o segundo tende a valorizar o reconhecimento do mundo não-humano (Tavolaro, 2001).

Como base no trabalho de Eckersley, pudemos compor um outro eixo, a categoria antropocêntrica pactuada, descoberto pelo diagnóstico de representação de educação ambiental de estudantes universitários brasileiros (Anexo III). Resolvemos usar parcialmente os resultados desse trabalho, decidindo por marcar cada artigo analisado do Clube Militar com os seguintes códigos que criamos, aplicados ao final da sua enumeração: **AU**- concepção antropocêntrica utilitarista; a qual considera o ser humano como elemento central, utilizando-se da natureza; **AP**- concepção antropocêntrica pactuada, que considera o seu humano como elemento central, convivendo com a natureza e **E**- concepção ecocêntrica, a qual considera a natureza como elemento central.

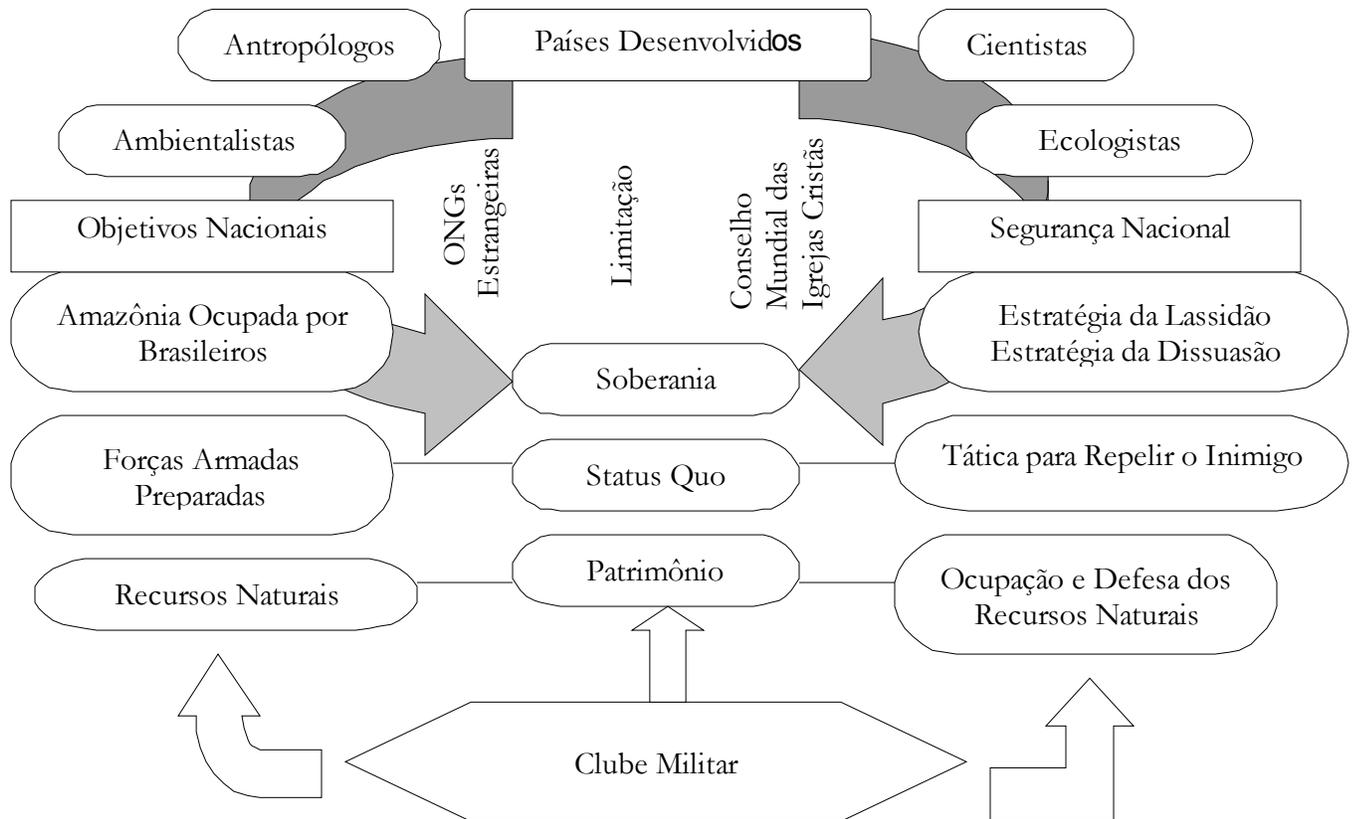
Dos 62 artigos levantados, 49 encaixaram-se na concepção antropocêntrica utilitarista, 12 na concepção antropocêntrica pactuada e 01 na ecocêntrica. Os resultados obtidos através do exame dos artigos revelam a presença da tendência antropocêntrica utilitarista (AU) de forma predominante neste tipo de organização, o que reforça a idéia de apropriação dos recursos naturais com baixa crítica de intromissão em termos ambientais.

Além disso, da análise de contexto aplicada aos 62 artigos foi possível identificar um conjunto de relações de dependência e de causalidade estabelecidas pelos autores e

¹⁸ Em anexo, segue o artigo que publicamos registrando essa adaptação, que foi possibilitada através de pesquisa de campo processada que desenvolvemos a partir das representações de estudantes universitários sob temas ambientais e de saúde.

representadas no diagrama 1, as quais merecem nossa atenção por expressar o modo como pensam os militares sobre a Amazônia:

Diagrama 1: Relações entre categorias presentes na Revista do Clube Militar



O diagrama procura representar o pensamento militar em sua peculiaridade. Na sua parte superior, a relação de países desenvolvidos com a soberania é de limitação, sendo margeado pelo grupo dos ecologistas, ambientalistas, cientistas e antropólogos que passaram a ser vistos com desconfiança de seu comprometimento isento em favor de temas indígenas, científicos ou ambientais, tão somente. O Conselho Mundial das Igrejas Cristãs também acompanha o dispositivo, uma vez que estaria militando, segundo os

documentos apresentados, a favor do bloco dos desenvolvidos, assim como várias ONGs estrangeiras, que com certa hostilidade, estão presentes a seus serviços.

Nas laterais, pela esquerda do diagrama, segue a fileira dos Objetivos Nacionais e pela direita, a fileira da Segurança Nacional (e que são conceitos apregoados pela Escola Superior de Guerra). Na coluna da esquerda, a idéia predominante é a de natureza a ser submetida no interesse de brasileiros e a noção de preservação, enquanto condição ecológica, não é a científica e essa nem é bem vista. O exemplo dos corredores ecológicos é o mais clássico, pois a grande maioria dos articulistas não mais é favorável à intenção do incremento de unidades contínuas de preservação da vida silvestre em geral ou de conservação ambiental na Amazônia. Logo, discordaria da delimitação de novas áreas de exclusão, pelo argumento de que menos recursos naturais viriam a ser submetidos, quando necessário. Aí está o papel de uma Força Armada que se julga eficaz ou que para melhorar isso aprimora, como veremos mais adiante, o projeto Calha Norte e apresenta o SIVAM na conservação de recursos naturais para o povo brasileiro, até entendendo o nobre papel de guardião da Amazônia mediante a incompetência das elites-um ou outro artigo assim as qualifica-e tentando recorrentemente assumir seu papel interventor já conhecido na história e citado na literatura.

Pelo lado direito do diagrama, que abrange a palavra Segurança Nacional, está a preocupação de como os militares se disporão a cumprir o seu papel de defesa do território. Em alguns artigos, observou-se a precariedade do aparelho bélico-militar diante de potências estrangeiras. Isso não esgota a questão, mas reforça a idéia de vigilância e de maior controle. A Amazônia é uma inóspita região para o emprego de tropas regulares e de veículos convencionais de guerra, sendo uma vantagem dissuasória para as FFAA brasileiras. O certo é que o poder brasileiro é questionado quanto à sua capacidade de gerenciar a Amazônia, em seu estado atual e essa é uma boa chance para o segmento militar de afirmar-se depois do regime de força, da criação do Ministério da Defesa e do mundo bipolar. O aprofundamento dessa discussão se dará mais adiante, após a apresentação dos conceitos de segurança ambiental e segurança ecológica.

*Capítulo VI: A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA e A ESCOLA
SUPERIOR DE GUERRA*

A Escola Superior de Guerra (ESG) até hoje funciona na concepção de uma escola de altos estudos militares destinada a agregar à doutrina militar e reproduzi-la pelas forças armadas, forças auxiliares e instituições civis. O que a torna peculiar é a sua contínua preocupação em aumentar seu acervo com temas atuais e pungentes, com vistas ao aprimoramento do planejamento e como suporte às operações militares em nível estratégico. O tema da Amazônia foi encontrado abundantemente em seu acervo e isso fortaleceu ainda mais a nossa idéia de melhor estudar o pensamento militar através da ESG.

6.1. A Doutrina da Escola Superior de Guerra

Após a II Grande Guerra, uma das idéias dos Estados Unidos da América para a emancipação do bloco ocidental foi a da internalização no continente americano do conceito de Segurança Nacional no aparelho de Estado. O comunismo era visto não como ameaça de uma nação inimiga, mas como um inimigo interno que manipulava tensões sociais existentes em um país em benefício de sua ideologia e de acordo com os interesses da nação inimiga.

Com essa visão, o então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra foi favorável à sugestão de Cordeiro de Farias para a criação da ESG, expedindo ordens para a organização de uma escola do gênero, a partir do decreto de seu governo, marcado em outubro de 1948, que fosse concebida para ministrar curso de alto comando a oficiais gerais e oficiais superiores mais graduados das três Forças Armadas. Essa concepção inicial, porém, evoluiu rapidamente para outra bem mais abrangente, fruto dos trabalhos da comissão designada para organizar a “Escola” (cf. Doc ESG, T1-80, 1980).

Assim, Cordeiro de Farias, presidente da comissão e outros comissionados produziram um documento definindo os Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra:

- “1. A Segurança Nacional é função mais do potencial geral da Nação do que do seu Potencial Militar;
2. O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos), indispensáveis para se tornar uma grande potência;

3. O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção;
4. Como todo o trabalho, a obtenção dessa aceleração (do desenvolvimento) exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de aplicação dessa energia;
5. O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de aplicação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho de conjunto;
6. Urge substituir o **método dos pareceres** por outro método que permita chegar a soluções harmônicas e equilibradas; e
7. O instrumento a utilizar para a elaboração do novo método a adotar e para a sua difusão, consiste na criação de um instituto nacional de altos estudos funcionando como centro permanente de pesquisas (...)"¹⁹

Da leitura crítica desses fundamentos, infere-se a preocupação dos militares de associar a Segurança ao Desenvolvimento desde a origem da Escola, uma vez que aponta para a melhoria das condições de Segurança Nacional através do desenvolvimento global da Nação (primeiro princípio). Sob tal ponto de vista, era necessário repensar o problema nacional também em conjunto com "(...) civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional(...)"(Lei 785, de 20 Ago 1949), fato que é cuidadosamente mencionado no regulamento da Escola e que provoca a estreita cooperação entre militares e civis bem escolhidos para o desempenho confiável de aprimorar a metodologia para a formulação e planejamento da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento.

A proposta de "segurança & desenvolvimento" necessitava ser desenvolvida de forma coordenada com a participação de agentes sociais considerados modernizante-conservadores, intelectuais orgânicos²⁰ do novo bloco em formação no ambiente da

¹⁹ O **método dos pareceres** citado no sexto "princípio", significava, no entendimento da referida comissão, uma sucessão de estudos e soluções personalistas que entravam em conflito provocando a paralisia da administração pública. Dessa forma, através da crítica ao método, os membros da comissão objetivavam acelerar o desenvolvimento do país. Sobre os *Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra* utilizei a brochura feita pelo Almirante de Esquadra Carlos Henrique Resende de Noronha, então Comandante da Escola (ESG, T1-80,1980).

²⁰ Gramsci estabeleceu princípios teóricos apropriados para a percepção do processo de formação dos agentes do capitalismo modernizante brasileiro. Ele assinalara que "todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico, mas também nos campos social e

guerra fria. A estrutura política formada pelo bloco multinacional estava consolidada em uma *intelligentzia* empresarial. A composição deste grupo seletivo era, de forma geral: a) diretores de corporações multinacionais; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia e) um restrito grupo de oficiais do Exército. Tais componentes representariam o que René Dreifuss (1981) caracteriza como uma associação de militares e civis que comporiam o braço militar-tecnoburocrático do aparelho ideológico da guerra fria.

Quanto ao braço militar, suas características modernizante-conservadoras foram marcadas pela experiência de oficiais que foram à guerra na Europa, lutando ao lado dos EUA, vivendo uma experiência ideológica comum, além da militar. No retorno da II GM tais oficiais passaram à afiliação de determinados partidos políticos como a UDN e em menor escala ao PDC, os quais garantiam a representatividade para suas idéias inovadoras. Entretanto, o maior centro representativo das novas idéias foi a ESG, entidade que se notabilizou a partir da iniciativa desses oficiais como agentes de sua fundação. Esse grupo de oficiais incluía Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Aurélio de Lyra Tavares, Jurandir Bizarria Mamede, Heitor Almeida Herrera, Edson de Figueiredo, Geraldo de Menezes Cortes, Idálio Sardemberg, Belfort Bethlem, João Bina Machado, Liberato da Cunha Friedrich, Ademar de Queiroz, Gustavo Cordeiro de Farias e Juarez Távora, alguns dos quais exerceram papel preponderante na política brasileira.

Havia um grau de convergência de afinidades desses oficiais com Lucas Lopes, Roberto Campos, Eugênio Gudim e Octávio Gouveia de Bulhões que compartilhavam as salas de aula da ESG, como conferencistas. Na verdade, havia um espaço bem demarcado de cumplicidade na difusão das idéias desenvolvimentistas, pois a corrente militar da ESG, conforme aponta Dreifuss, “compartilhava com os interesses multinacionais e associados tanto a perspectiva quanto o sentido de urgência em transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial capitalista” (p.78). Existe um outro componente que colabora para intensificar a predileção de alguns desses oficiais pelo mecanismo burocrático-industrial: a participação militar de oficiais na iniciativa privada²¹ nas décadas de 50 e início da de 60

político. Ver discussão em Dreifuss, R. 1981:107-108.

se via como direção de cargos empresariais ou no controle acionário de empresas²², permitido após o acordo militar de 1952 entre o Brasil e os EUA.

Para ambientar o aparecimento das primeiras ações do Projeto-ESG, marcadas pela fervura política dos anos 50, é interessante notar o que diz Vanda Aderaldo (1978) no tocante ao papel da Escola, em seu estudo sobre os currículos e programas²³. Para ela, a ESG estaria comprometida com um determinado diagnóstico da situação brasileira e com o propósito de modificar essa situação através do direito, assumido pelos militares, de intervirem num processo pouco preciso de desenvolvimento do potencial geral da Nação, como pré-condição para a sua tarefa específica de garantir a Segurança Nacional (pp. 84-85).

A existência da ESG, portanto, pareceria não fazer sentido, caso se negasse às forças armadas o direito de intervir no processo de desenvolvimento do potencial da Nação. A experiência da “Carta de Princípios” revelaria um debate não manifesto sobre os limites da proposta pedagógica da Escola. Na verdade, o objetivo da ESG, enquanto instituição militar de ensino, era um objetivo instrumental. A nova tarefa de garantir a Segurança Hemisférica, situada no âmbito da política externa e surgida dentre as relações do Brasil com os Estados Unidos, no período pós-guerra, exigiria segundo Vanda Aderaldo, um tipo de preparo formal dos militares para uma função com dimensões politicamente institucionalizadas. Exigia, por outro lado, a socialização dos civis na compreensão de que essa tarefa, devido às circunstâncias de ameaça de guerra iminente, deveria ser realmente das forças armadas.

²¹ René Dreifuss (1981) cita a tese de doutorado de Manwaring (1966) intitulada *The military in Brazilian Politics*, o qual afirma que “a ocupação por oficiais militares de postos administrativos em corporações multinacionais e associadas e a identificação dos militares com os objetivos e métodos das empresas privadas, mostrou, após 1964, uma tendência para a consolidação de um complexo militar-industrial, onde interesses industriais, civis e militares se associaram e buscaram uma produção conjunta e onde oficiais das Forças Armadas foram empregados pelas corporações privadas como homens-chave.” Vide Dreifuss, 1981:113.

²²A título de ilustração, merece destaque citar os seguintes generais: General Riograndino Kruehl e o General James Masson (Eletrônica Kruehl S.A.), General Paulo Tasso de Resende (moinhos Rio-grandenses Samrig S.A.- grupo Bung & Born), Brigadeiro Eduardo Gomes (kosmos engenharia S.A.), General Joaquim Ribeiro Monteiro (Cia. Carbonos Coloidais, C.C.C.- grupo Wolney Attalla), General Edmundo Macedo Soares e Silva (Volkswagen, Mesbla S.A., Banco Mercantil de São Paulo, Light S.A., Mercedes Benz), General Euclides de Oliveira Figueiredo (Indústrias Químicas e Farmacêuticas Schering S.A.- Schering Corporation e grupo Assis Chautebriand), General Moziul Moreira Lima (Máquinas Moreira S.A.) e almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva (Rupturita S.A. Explosivos- Sociedade Financeira Portuguesa) (Citado por René Dreifuss, op.cit, p.78).

²³ ADERALDO, Vanda. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*. Op. cit, pp. 84-85. A excelência de sua síntese ampara a dimensão do esforço esguiano por uma legitimação societal, o qual deve ser mencionado posteriormente neste trabalho, ao analisar-se seu corpo axiológico.

A contradição que se aponta no discurso oficial leva-nos a pensar que, para além da intenção de encobrir a natureza de seu projeto, mostrada claramente por Vanda Aderaldo, estava uma preocupação de aliar-se a pedagogia do processo a uma ação política que foi vista por outros autores (Myamoto, 1995; Coelho, 1978; Debert, 1986).

Nessa discussão, Myamoto (1995) desenvolve suas análises considerando que a proposta de tornar-se um centro de estudos para a formação de uma elite que procurava uma oportunidade para alçar-se ao poder. Para o autor, desenvolver os conhecimentos necessários ao exercício das funções de decisão ou planejamento da Segurança Nacional justificaria a seriedade de propósito de colocá-los em prática.

Dessa forma, a criação de uma elite responsável pela política de Segurança Nacional estaria condicionada ao mecanismo seletivo. Não é sem justa causa que indivíduos que ocupam cargos elevados ou de projeção são medidos até seu recrutamento, uma vez que para Myamoto esse critério levaria a propagação assistida da Doutrina da ESG para a prática governamental no pós-64, considerando-se que a função de servir de intermediária entre o povo e o Estado, conforme dizem muitos estudos elaborados pela ESG, ou com “um papel moderador nos momentos difíceis da vida nacional”, na verdade teria sido conscientemente preparada e dotada de uma doutrina de segurança nacional para exercer efetivamente a posse do aparelho de Estado, conseguindo-se o objetivo em 1964, momento que atingiria o período máximo de sua influência.

De 1964 em diante, intensifica-se a multiplicação de formados pela doutrina. De lá para cá, os diplomados são chamados para a atualização de curso, decorridos cinco, dez, quinze anos e, assim por diante, da sua conclusão. Para a multiplicação de efeitos representativos, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) funciona em todas as principais cidades brasileiras como apoio à difusão da Doutrina de Segurança Nacional, disseminando conceitos e métodos em vigor na ESG por meio de ciclos de estudos regulares a seus agremiados²⁴.

Alfred Stepan (1986) nos diz que, ao longo de sua existência, a ESG teve “o período de maior iniciativa doutrinária de 1952 a 1956, quando tomou forma a maior parte das idéias”(p.57) e aponta que o período de maior importância foi entre 1964 e 1967, quando muitos dos membros do grupo mais importante de 1952-56 formularam e

²⁴ O Estado de São Paulo. Encarte sobre a “ ESG-30 anos influenciando na vida nacional”, de 19Ago 79.

implementaram as diretrizes do primeiro governo militar. Stepan, aliás, defende que a Escola Superior de Guerra tenha perdido poder com o regime de força de 1964. Além disso, diz que os estudos da ESG eram enviados ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e não obrigatoriamente eram difundidos aos ministérios, deixando de serem conhecidos por eles, resultando em menor expressividade, face o tamanho do órgão coletor e processador desses estudos- o EMFA-ser pequeno e pouco influente. Por um outro lado, mostra que a ESG permaneceu como “instituição-chave” responsável por sistematizar, reproduzir e disseminar a Doutrina de Segurança Nacional e seu relacionamento com a *polis*, e que funcionou como fonte autorizada da instituição militar para a expressão dos seus integrantes. Ressalta a importância de seu estudo, uma vez que “o sistema de ensino e socialização e o sistema legal, com base na Lei de Segurança Nacional, utilizaram documentos oficiais da ESG como base doutrinária” (Stepan, 1986: 58).

A ESG está organizada por divisões: de assuntos políticos, psicossociais, econômicos, militares e outras, estruturadas para aproximar a metodologia do estudo do poder nacional com a especificidade do trato do poder sob a ótica de “expressões” e estudadas de acordo com a coerência da evolução da doutrina, que é sensível às condições conjunturais. Novas configurações da estrutura da ESG (<http://www.esg.br>), montadas para a adaptação à conjuntura demonstram a flexibilidade do planejamento, observada a rigidez no uso do método.

6.2. O Meio ambiente na Doutrina da ESG

Se a noção de racionalidade do pensamento militar pela ESG é sustentada nesse ideário e multiplicada em entidades como o Clube Militar, supomos que a coerência de seus planejamentos e de seus procedimentos indicarão um fluxo consciente no sentido positivo da constatação de como pensam os militares sobre a questão ambiental, ecologia e meio ambiente. O pensamento da ESG, mediante o cuidado de valorizar-se as demais dimensões de seu envolvimento, pode ser ricamente explorado e apontará as chaves para o entendimento do comportamento do segmento militar sobre a questão ambiental.

Retornando aos primórdios da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, os anos 50 mostram como Cordeiro de Farias e Juarez Távora organizaram-se para homogeneizar

uma Doutrina Militar, reformando e atuando como elementos desmotivadores do papel tradicional do Clube Militar de incubação do fenômeno político.

Com a construção da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949 e, definitivamente, tal papel esteve adstrito à manobra conjunta do desenvolvimento militar, da tecnocracia e da economia de mercado, como forças conjugadas para uma resultante desenvolvimentista. Oliveira (1987) expressa que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

“(…) desenvolveu uma teoria da ação política para fundamentar a ação das elites no Estado, segundo a qual toda a ação política contém três elementos: (a) os fins (objetivos da política de segurança nacional); (b) os meios (a política Nacional, o Poder Nacional e todo o campo da estratégia); (c) a vontade política das elites, que deve ser consoante às aspirações nacionais. Inspirada na teoria da ação social de Weber, a teoria da ação política da ESG é entretanto destituída do vigor do caráter societário que é o traço conceitual weberiano; a ação social como ação reciprocamente referida. A DSN não afasta plenamente este caráter societário mas o modifica, no sentido de o naturalizar, i. e., de adaptá-lo à visão organicista das relações sociais” (Oliveira, 1987: 75).

O resultado dessa adaptação organicista viria a limitar a discussão de assuntos estratégicos aos “iniciados da redoma”, encerrando a possibilidade de intervenção para os de fora do tripé militar-tecnoburocrático-econômico (Andrade Jr, 1998).

É por isso que defendemos que a Escola Superior de Guerra, cuja influência verificou-se no Clube Militar e é multiplicada pelas associações das correntes militares simpatizantes e seus diplomados, busca representatividade social sob um cunho desenvolvimentista à questão ambiental, estando disposta à organização e planejamentos de mecanismos de ação política que ainda interferem no processo decisório brasileiro. Mais adiante, nesse capítulo, veremos como isso se dá, uma vez que a questão ambiental assim foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais.

Hoje, apesar do avanço da discussão democrática e por ajustes sociais no país ao longo de seus 60 anos de existência, o método de planejamento da ação política da ESG ainda se mantém fiel ao passado, apresentando alterações de pouco fôlego no seu corpo.

O “Manual da ESG”, espécie de guia metodológico e sinóptico para o acompanhamento de cenários, é acompanhado da brochura “Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra”, que define as bases para o “estudante” (o planejador da ação política) desenvolver os seus trabalhos ao longo do curso. Diz o seu texto que: “A doutrina de ação política pode, então, ser conceituada como o conjunto de valores, princípios, conceitos, normas, métodos, processos e técnicas, baseado na área do conhecimento e na realidade, tendo por finalidade explicar a conjuntura e modificá-la no sentido da aproximação do bem comum” (*Op Cit*, p. 21).

Tal tentativa de definição é tão ampla como seu objeto e não tende a aprofundar por ser um mero exercício de decompor problemas governamentais de qualquer ordem em frações significativas de análise, lembrando o cartesianismo. Se é assim, a compreensão da realidade complexa, na ausência de metodologia compatível, aonde partilham faces visíveis e ocultas do todo nas partes e vice-versa, fica prejudicada.

Mesmo que alguns autores, como Debrun (1987), efetivamente discordem da capacidade do método adotado pela ESG para a resolução de problemas e da fragilidade de suas leituras sobre os problemas brasileiros, minorando seu papel na mudança industrial e econômica, há que ressaltar a tentativa esguiana que acabaria por romper no ideário autoritário das três décadas do regime militar.

Ao longo do tempo, isso favoreceria o exercício do poder submisso aos interesses dos EUA, pois a proposta político-pedagógica da ESG previa a socialização e a infiltração de gerentes nos altos níveis da administração com vistas ao crescimento econômico e em troca da perda de identidade ideológica brasileira. Tal mecanismo é descrito por Debrun (1997):

“ (...) Não devemos acreditar que o pensamento da ESG esteja confinado no recinto da própria ESG. Ele se difundiu, se bem que em graus extremamente diversos, através de todas as instituições de formação militar. Houve uma certa socialização ideológica do Exército a partir da irradiação desse pensamento, impulsionada pelo prestígio da Escola. Por sua vez, as elites civis, empresários, tecnocratas, etc, que seguiram os cursos da ESG adquiriram um instrumental de interpretação global da sociedade brasileira, da sua evolução e das suas potencialidades. No rastro disso, aprenderam (ou conscientizaram) um certo estilo de atuação política. Sem dúvida, no nível diretamente operacional, esse pensamento não teve a influência que alguns lhe atribuíram: seria muito difícil extrair

dele diretrizes, ou mesmo uma inspiração geral, para digamos o planejamento econômico. Mas enfim, o que conta é a formulação do agir social e político, modalidades essas que dizem respeito às relações entre governantes e governados (...)” (Debrun, 1987:189).

Segundo a Doutrina da ESG, “Meio Ambiente” é chamado de “fundamento” da Expressão Psicossocial do Poder Nacional (os demais são a População e as Instituições Sociais). Ela registra que o “meio ambiente é o cenário onde se desenvolvem todos os fenômenos relativos à pessoa, à sociedade e à própria vida” (conforme o documento distribuído aos estagiários de 1990: “Manual Básico da ESG”). O problema é que caracterizar meio ambiente como cenário é uma simplificação da realidade, passível de toda a sorte de infortúnios do ponto de vista da análise.

Além disso, enfatiza que a “Dinâmica Ecológica” é um “fator” da mesma expressão de poder. Mais uma simplificação questionável. A abordagem cartesiana tende abrigar um problema maior quando a dinâmica ecológica tem um sentido estático e controlável para o planejador. Convém observar que, na edição de 1983 do Manual Básico da ESG, “Dinâmica Ecológica” já havia sido observada como fator dessa “Expressão Psicossocial”, mas 1 entre 17. Na edição de 1990, é 1 entre 4 fatores, o que traduz um reconhecimento de sua crescente importância no planejamento.

Ao tratar de “Dinâmica Ecológica” (p. 115), a doutrina da ESG explica que (1) é fator importante; (2) que os ecossistemas são extremamente sensíveis às agressões promovidas pelo “Homem”; (3) que a poluição ambiental e o esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis são preocupantes; (4) que a velocidade de degradação do ambiente leva ao risco de se perderem as condições de sua regeneração e recuperação; (5) que organizações nacionais e internacionais contribuíram para uma consciência ecológica mundial e (6) que o “Homem” percebe que qualquer agressão ao meio é uma agressão a si mesmo.

Acreditamos que todas essas afirmações valorizam a consciência ecológica e que levam a recomendar cautela no trato das questões ambientais. Entretanto, existem trechos que não apontam para a consciência ecológica: (1) “é inaceitável a atitude lírica de uma natureza intocável, sob pena de não serem abertos os espaços necessários para obtenção dos recursos que ele (o “Homem”) necessita para sobrevivência e desenvolvimento; (2)

“os investimentos necessários à sobrevivência humana podem dificultar o desenvolvimento, pelos encargos que aumentam ao custo final dos produtos” (p.115).

Outro documento produzido pela ESG foi analisado pelo Prof Sergio Bruni (1990), do Departamento de Estudos da ESG (Divisão de Assuntos Técnicos), através da brochura “Considerações Básicas Sobre o Meio Ambiente com ênfase na Amazônia”. Bruni, um professor a serviço da ESG, analisa os trechos polêmicos contidos no documento “Extrato das Políticas e Estratégias para a Amazônia (Estrutura do Poder Nacional para o ano de 2001)” que estimulou críticas e protestos por parte de várias organizações (Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; Ação Democrática Feminina Gaúcha; Associação Mundial de Ecologia – AME e Câmara Municipal de Porto Alegre) e de grupos de pessoas que se demonstram extremamente constrangidos e mesmo ultrajados, por sua leitura (Monografia de Bruni, pp.34-43).

Seguem trechos do documento produzido pelo Prof Bruni e algumas das críticas formais apresentadas pelas organizações, que segundo a análise que fizemos de seu trabalho, enviaram moções contrárias ao texto do referido documento polêmico:

1) Ação Democrática Feminina Gaúcha

“Essa entidade tem como resposta criticar e repudiar o recurso da guerra como forma de superar pressões como sejam ao contrabando, o narcotráfico e as organizações não governamentais e de repudiar a que os preservacionistas e indigenistas sejam nivelados a contrabandistas e narcotraficantes” (p.34).

2) Associação Mundial de Ecologia

“A Associação Mundial de Ecologia discorda do documento Estrutura do Poder Nacional para o ano de 2001 quando se enquadra genericamente as Organizações Não Governamentais como se todas elas estivessem a serviço da internacionalização da Amazônia. Além disso, expressa sua indignação em relação à frase 'o ativismo preservacionista para manter adormecido o potencial econômico amazônico brasileiro', que atribui uma intenção de paralização das atividades como consequência direta da preocupação ambiental” (p.35).

3) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Extraímos do mesmo trabalho do Prof. Bruni da Escola Superior de Guerra a moção aprovada pela SBPC: “A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência repudia as considerações feitas sobre as Organizações Indigenistas e Ambientalistas não governamentais no documento 'Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001', assim como a crescente intervenção militar na política ambiental indigenista brasileira. Não cabe às Forças Armadas a elaboração dos objetivos nacionais permanentes, que estão na Constituição” (p. 35)

4) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Da mesma obra, retiramos a seguinte moção aprovada pelo CONAMA::

“Moção de protesto e repúdio pelo absurdo e profundo desrespeito expresso naquele documento com o movimento ambientalista brasileiro, ao considerar o ativismo preservacionista, um obstáculo que dificulta e impede a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais, nos mesmos níveis do narcotráfico e contrabando” (p.35).

5) Câmara Municipal de Porto Alegre

Dada a qualidade da crítica realizada pela Câmara Municipal de Porto Alegre, manteremos a transcrição do trabalho de Bruni (1990) na íntegra, que inclusive permite a visibilidade do teor do documento “Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001”:

“Manifestamos repúdio desta Casa ao documento ‘Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001’, pois o referido documento considera como inimigos nacionais, contra os quais menciona a possibilidade de recurso da guerra, as organizações não governamentais, indigenistas e preservacionistas, colocando-as no mesmo nível de contrabandistas e narcotraficantes. O inadmissível é considerar como inimigas entidades que sempre defenderam o Estado de Direito, as liberdades e a Soberania Nacional, sendo a sua luta para preservar a cultura e vida dos povos indígenas, os primeiros brasileiros e os recursos naturais, o melhor exemplo de seu ideal e de sua prática patriótica. Já, o mesmo, não se pode dizer daqueles que ocupando o poder da Nação, internacionalizaram o solo e o subsolo, promoveram a destruição da floresta Amazônica e endividaram o País dificultando, na prática, a concretização de nossa independência Política e Econômica. É importante salientar que as organizações indigenistas e preservacionistas defendem a aplicação de normas constitucionais e a Escola Superior de Guerra quer impor sua retrógrada visão de Segurança Nacional acima da Constituição, rotulando os defensores da Carta Magna de inimigos nacionais” (p. 36).

A análise do professor Bruni do texto do documento pode ser feita segundo dois pontos de vista, perfeitamente caracterizados. O primeiro ponto de vista seria o de um analista que conhecesse a doutrina da ESG e, mais especificamente, tivesse ciência do documento em análise em toda sua extensão, ou seja, ao longo de seus volumes. Sob esta ótica, é fácil concluir que a matéria foi tratada dentro de um contexto específico, sem constituir-se desmerecimento às organizações não governamentais, indigenistas e ambientalistas.

O segundo ponto de vista a considerar seria daqueles que desconhecem a doutrina da ESG, que leram o documento e não estão afeitos às formulações peculiares à ESG. Segundo esta perspectiva, não há como negar que existem certos trechos do documento que, considerados fora de seu contexto, como definido anteriormente, dão margem a outras interpretações.

Neste contexto, para exemplificar, passaremos a examinar alguns trechos do documento que são passíveis de interpretação equivocada. Os fundamentos doutrinários da ESG citam os “antagonismos” ou seja, segundo a doutrina da ESG, aquilo que “decorre da ação ou manifestação de atitude deliberada e contestatória, de origem volitiva, que se contrapõe à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)”.

Os “antagonismos” citados são os seguintes: contrabando, narcotráfico, governo próprio em áreas indígenas e ativismo preservacionista. Afirma-se, portanto, que o ativismo preservacionista, ao lado do contrabando e narcotráfico, de forma deliberada e contestatória age contra os interesses do país, representados pelos seus Objetivos Nacionais Permanentes.

É perfeitamente compreensível que esta colocação tenha chocado e indignado um grande número de preservacionistas que “lutam em defesa da qualidade de vida, da segurança, da saúde e bem-estar do homem em equilíbrio com o meio ambiente” no dizer do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Esta indignação foi maior quando no mesmo texto se aventava a possibilidade de recorrer à guerra para eliminar o antagonismo representado pelo ativismo preservacionista.

Não há nada de errado, em princípio, com o “ativismo preservacionista” que em outras palavras, significa militância ou atividade política em favor da “qualidade de vida,

da saúde, segurança e bem-estar do homem”, objetivos insistentemente recomendados pela doutrina da ESG, em sua caracterização “eminentemente humanística”.

O que se pretendia ao listar o “ativismo preservacionista” como “antagonismo” era, na verdade, referir-se a “perversão dos conceitos preservacionistas” o que seria aceito facilmente, por qualquer um, como “antagonismo”. Este equívoco na designação do antagonismo poderia ser amenizado se no texto houvesse uma clara distinção entre as atividades preservacionistas, absolutamente necessárias e elogiáveis e aquelas que representam uma perversão destas atividades.

Pode-se identificar, de forma semelhante, a falta do texto de uma nítida separação entre as organizações não governamentais (ONG), como agentes sadios de transformações sociais imprescindíveis e aqueles que representam interesses escusos, nacionais ou internacionais.

A doutrina da ESG, através do “Manual Básico” publicado e distribuído em 1990 cita como “antagonismo” a existência de um “governo próprio em áreas indígenas” que é definido como permanente tentativa externa de internacionalizar a partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas, utilizados pelas ONG como ponta-de-lança na discussão das questões da Amazônia, certamente com a complacência dos governos onde as sedes dessas organizações, geralmente em países centrais da área ideológica-patrimonial dos Estados Unidos da América, Europa e Japão.

Como se vê, refere-se às ONG como um todo homogêneo, sem as ressalvas necessárias e mais ainda as colocam genericamente como agentes de potências estrangeiras. Trata-se de assunto sensível, muito delicado e que não permite tal tipo de generalização, sob pena de provocar algumas reações de protestos por parte dos diferentes segmentos da sociedade, duramente atingidos de forma pouco discriminada. Pode-se prever, inclusive, reações externas caso o documento em análise chegue até o conhecimento de organismos internacionais.

O tema da interferência externa visando a internacionalização da Amazônia com a conivência das organizações não governamentais e dos movimentos preservacionistas é um assunto dominante e sistemático na doutrina da ESG. O Prof Bruni transcreveu um trecho do documento Políticas e Estratégias para a Amazônia (Estrutura do Poder

Nacional para o ano de 2001) que repassamos na íntegra, fortalecendo a visualização de seu teor:

“(…) há um movimento internacional difuso, que não se pode, aprioristicamente, atribuir à orquestração ou conspirações de países já desenvolvidos mas que produz efeito como se fosse daquele modo sobre a idéia de internacionalização da Amazônia, a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado Brasileiro, sendo desnacionalizados como cidadãos da Pátria, um primeiro passo para a aceitação geral de áreas liberadas politicamente do Brasil, com apoio internacional, inclusive decorrente de ações deliberadas iniciais das ONG. O estabelecimento dessas cabeças-de-ponte políticas, se permitido ocorrer, demandará grande esforço brasileiro para sua eliminação, com provável recurso a guerra, como conseqüência de um conflito que não se consiga administrar e, última *ratio*, para redução dessa pressão dominante a um nível aceitável e administrável, que permita a preservação dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) ameaçados” (p. 184).

O documento “Políticas e Estratégias para a Amazônia (Estrutura do Poder Nacional para o ano de 2001)” fixa-se quase que exclusivamente na questão já mencionada da internacionalização da Amazônia. Não obstante a Amazônia se constituir numa questão complexa, tanto política como econômica e socialmente, apenas aquele aspecto da questão merece a atenção persistente do documento sendo examinado. Isso acontece a tal ponto que uma questão extremamente grave como a exploração predatória na Amazônia, motivo de preocupação nacional e internacional, pelas conseqüências advindas para a humanidade, não é considerada sequer como “fator adverso”. Mais do que isto: esse assunto é simplesmente ignorado no documento. Quando se sabe que a exploração predatória quase que extinguiu a mata atlântica e ameaça a Amazônia é, realmente, surpreendente esta omissão. Como se pode constatar, os protestos contra os termos do documento em debate podem ampliar-se à medida que a sua difusão se dá.

6.3. O pensamento militar através das monografias de estagiários da ESG e de outros trabalhos da ESG

Em relação às monografias produzidas por estagiários e aos trabalhos produzidos pela ESG e que estarão sendo resumidamente expostos aqui, cabe ressaltar que são contribuições efetivas para problemas governamentais de alto nível, constituindo-se subsídios para a formulação de políticas públicas, conforme a prática de sua doutrina e vistos como aptos a ajudar na avaliação ou influenciar as expressões do “Poder Nacional”, em um esforço de adaptação às conjunturas. É dessa forma que devem ser lidas e interpretadas tais obras, que são o coroamento dos cursos da Escola ou os frutos das reflexões de seu corpo permanente.

A seguir, apresentamos a análise das obras escolhidas na ESG, selecionadas segundo a temática ambiental e sua relação com a Amazônia e catalogadas, em ordem cronológica, dentro de cada grupo identificado (Anexo II). Os trabalhos selecionados são documentos que variam de 30 a mais de 150 laudas, contando os anexos. Normalmente, se o trabalho é uma monografia, já há a exigência de que tenha uma introdução, desenvolvimento, proposições de políticas, estratégias de ação e conclusão. A grande maioria dos trabalhos é de monografias de estagiários da ESG. Logo, não são documentos que representem a posição oficial da ESG, que realmente está interessada em receber trabalhos ou sugestões de políticas públicas eficazes. Mas, essas monografias mostram claramente o método adotado pela ESG em seu bojo, além de evidenciarem a fraseologia da instituição e a missão que lhes é dada. Isso é forte razão para aproximá-las do pensamento oficial, metodologicamente. O problema é que alguns autores formulam políticas públicas e estratégias de ação bem definidas. A maioria é vaga em suas formulações e ações ou tende a distanciar-se da realidade. Resolvermos considerar isso em nossa análise, ao levar em conta a formação de grupos de análise. Na metodologia de análise temática, organizamos 42 trabalhos por afinidade de posicionamento, procurando discutí-los com a literatura, sempre que possível dentro do momento de cada texto e fazendo comentários.

6.4. Análise temática dos trabalhos selecionados

Do exame do material disposto, conseguimos constituir três distintos grupos de trabalhos: (1) dos que mais apregoam do que formulam propostas; (2) dos que acentuam o poder e controle e (3) dos que formulam propostas. Seguimos analisando os trabalhos selecionados, dentro de cada agrupamento.

6.5. Grupo 1- Dos que mais apregoam do que formulam propostas

6.5.1. Análises dos trabalhos 01-06

No trabalho 01²⁵, realizado por grupo de trabalho constituído por um general, um geólogo e um engenheiro percebeu-se o ideal de integrar todos os ângulos da questão proposta sem dizer como isso seria feito. Por exemplo, parece muito difícil conciliar a atividade mineral sem ser predatória e prejudicial para a vida. O trabalho não considera, também, que os próprios relatórios de impacto ambiental (RIMA) sejam extremamente técnicos e formais, muitas vezes direcionados para a efetiva edificação de grandes barragens e lagos artificiais, desprezando aspectos sutis de comprometimento à biodiversidade.

Já o trabalho 02²⁶ foi elaborado por professor universitário afirmando que a exploração de recursos naturais na Amazônia deveria obedecer a três requisitos: ser economicamente viável, ser socialmente justa e ecologicamente correta²⁷ (p. 5). Quanto à questão ambiental, propõe que as modificações do meio ambiente não sejam deixadas a critério de pessoas ou grupos, mas que prevaleça o que é julgado como mais conveniente à coletividade e ao equilíbrio ecológico, bem como à proteção das riquezas e recursos naturais.

Ora, deixar de valorizar a opinião de pessoas ou grupos (as minorias) implica em contrariar o paradigma ambiental, aonde as diferenças contribuem significativamente no

²⁵ O Trabalho Especial *Potencial de Recursos Estratégicos e Seu Aproveitamento nas Regiões Amazônica, Centro-oeste e Nordeste* foi concluído em 19 Nov 1981. Tinha a missão de estabelecer diretrizes que permitissem o uso de recursos estratégicos potenciais das regiões Amazônica, Centro-Oeste e Nordeste e transformá-los em Poder Nacional.

²⁶ Trabalho especial (campo político) elaborado em 1985 e chamado de *Fundamentos de Políticas e Estratégias Consideradas Indispensáveis ao Desenvolvimento e a Segurança da Amazônia*.

²⁷ Segundo a análise que fazemos, a idéia original teria partido do I Encontro da Amazônia, realizado em Belém, de 22-24 Out 1985 e que foi rapidamente mencionado em seu trabalho (p.44).

arranjo do todo. Em que um único agente é capaz de comprometer a muitos. Essa é a maior crítica que fazemos: programas de gabinete não podem ser eficazes sem pesquisa social. Isso pode comprometer as aspirações que o planejador desconhece e que, na maioria das vezes, tende a desqualificar.

A questão da ocupação desenfreada, desmedida, chamada de racional já é menos enfatizada no Trabalho 03, exemplificado pelo trabalho do professor Telmo Carvalho Alves da Silva que escreveu, como aluno da ESG (1986), *Alguns Aspectos da Questão Ambiental no Brasil*, uma discussão genérica sobre a questão ambiental e a política ambiental brasileira que aponta efeitos da industrialização e da urbanização.

Ao abordar sobre a Amazônia, esse autor focaliza as intensas migrações para a região com ocupação desordenada e de “utilização predatória dos recursos naturais da região, sobretudo os solos, que tem causado constante preocupação sobre o futuro da região” (p. 2).

Podemos notar que os autores dos trabalhos 02 e 03 são civis e estão se afastando da questão de apontar a cobiça externa, controle, poder e posse dos recursos naturais, para ressaltar aspectos do “como fazer” em um sentido mais acurado. Ou seja, fazem referência à integração de aspectos culturais, ambientais, buscando enfatizar as formas peculiares da gestão ambiental com foco regional, além de incentivar com a educação ambiental a participação comunitária no processo.

O trabalho 04²⁸ esteve focado na busca por matrizes energéticas regionais para o desenvolvimento da Amazônia. Sua principal contribuição foi no sentido de valorizar os combustíveis fósseis disponíveis na área, sem deixar de pensar nos alternativos.

Em sua obra escrita (classificada como trabalho 05) como estagiário da ESG, o engenheiro Paulo Beninca de Salles realça a importância do extrativismo vegetal, principalmente o da borracha na história econômica do país, fazendo uma apresentação dos modelos de desenvolvimento econômico e os danos ecológicos decorrentes destas atividades que teriam sido mal sucedidas do ponto de vista econômico e ambiental, por desconsiderarem as populações locais e as potencialidades da região. Esse autor ressalta que tais

²⁸ Autoria de Carlos Roberto de Faria e Souza e intitulado *Formulação de uma Política Energética para a Amazônia: Estratégia de Adequação dos Recursos Disponíveis as Necessidades do Mercado Regional a Curto, Médio e Longo Prazo* (ESG, 1987). Era civil. Não descobrimos sua profissão.

populações deveriam ser mantidas em suas atividades produtivas nas áreas criadas para tais fins pelo governo e que este deveria considerar a contribuição daqueles para a política de Segurança Nacional, a julgar pela história de luta e de movimento de justiça social. Esse é mais um dos trabalhos que se junta ao perfil de reconhecer o impacto social e ambiental do desenvolvimentismo.

Com esse trabalho, observa-se uma maior incidência de sugestões de como aplicar o planejamento. A questão ambiental é abordada de forma mais integrada, com aspectos culturais cruzados com a gestão ambiental, com destaque à referência da educação e a ênfase em interesses comunitários.

No trabalho 06²⁹, a missão de pensar a *conservação do meio ambiente e a estratégia para o desenvolvimento da Amazônia brasileira* foi dada a um professor universitário, que deveria planejar para a ESG concentrando-se na ecologia e na tecnologia. Ele procurou basear-se em um modelo de desenvolvimento regional que conciliasse e compatibilizasse a conservação do meio ambiente com o crescimento econômico e a elevação da qualidade de vida do amazônida, a partir da institucionalização de um zoneamento ecológico e econômico visando a “disciplinar” o uso da terra (p. 37). A estratégia desse autor, a ser usada para compatibilizar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento regional foi lacônica e de três ordens: (1) criar um sistema de colonização florestal; (2) transformar a colonização agrícola em agroflorestal; (3) controlar as minerações.

Apesar de já estar pensando estrategicamente na importância do zoneamento econômico-ecológico, a sua proposta de conservação ambiental montada sobre três pilares não dá conta de explicar como contornar as mazelas criadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um forte instrumento de controle de assentamentos rurais do governo militar, que tratou de tentar “disciplinar” o uso da terra sem desapropriar os imensos latifúndios improdutivos. Além disso, não explica como controlar a mineração, se as estâncias minerais são tão abundantes e promissoras para a prospecção mineral e para o pequeno minerador (garimpeiro).

²⁹*Conservação do meio ambiente e a estratégia para o desenvolvimento da Amazônia brasileira*, do professor universitário Francisco das Chagas Uchoa Guerra (1992).

6.5.2. Sobre as conseqüências de desenvolvimentismo

Os trabalhos 03, 04 e 05 apresentam as características incorporadas na ESG de pensar o desenvolvimento sustentável, mas a idéia de ocupação “racional” é evidente. Pensar a comercialização de gás natural é uma alternativa ao extrativismo, mas não se cria oportunidades para a população participe do processo, nem mesmo outras formas alternativas de energia com baixo impacto são propostas, se o rumo mencionado é o do ecodesenvolvimento. O autor do trabalho 06 propõe consistentemente (mais do que menciona o que se deve fazer) pois considera seres vivos envolvidos nos impactos ambientais (o zoneamento ecológico), causados pelo avanço acrítico do desenvolvimento. Porque busca elevar a sobrevivência do contingente humano na região amazônica. O “disciplinar” o uso da terra, no entanto, continua sendo um problema. O uso de inseticidas, herbicidas e fungicidas, à época da monografia escrita pelo autor, aumentara em uma escala extraordinária. Era aplicado por trabalhadores sem treinamento para este perigoso tipo de tarefa (Leis, 1991). O treinamento, aliás, é o mínimo para o manejo dos recursos econômicos por parte da população amazônica. De fato, a população deveria ser respeitada em suas necessidades de cidadania e da ecocidadania decorrente, deslocando-se o pêndulo do papel desempenhado por esses contingentes populacionais tratados como “excluídos”, de meros agentes instrumentalizáveis do progresso para o de sujeitos críticos intervenientes.

Já havíamos reparado nos documentos da ESG, na época do curso de mestrado, que a utilização em massa dos implementos agrícolas, tendia a excluir da vida cotidiana do agricultor as tradicionais técnicas de manejo ambiental “não satisfatórias” para aumentar a capacidade produtiva individual do campo. Sabe-se que a difusão das técnicas de manejo, em especial ênfase ao cuidado com o solo, que recebe a atenção de adubos, corretivos e agrotóxicos, também se vincula-se ao industrialismo do período 50-60 no Brasil (Andrade Jr, 1998).

Mas hoje, cabe lembrar que os agrotóxicos incluem-se nas categorias intensamente perseguidas pela saúde, em face do acréscimo de evidências de contaminação rural. De qualquer forma, pouco se avança no enfrentamento do problema, ao tabular-se centenas de milhares de trabalhadores agrícolas doentes, alimentos e águas contaminadas:

“ (...) Analisou-se a incidência de aberrações cromossômicas em trabalhadores de uma plantação de flores situada ao norte de Quito. Estudou-se 41 trabalhadores expostos ocupacionalmente de forma simultânea a 31 agrotóxicos distintos, dos quais alguns eram considerados de uso restrito em outros países e classificados como extremamente perigosos pela OMS, entre eles o Aldicarb e o Fenatins. Como grupo de controle, selecionou-se 41 indivíduos da mesma faixa etária e gênero e da mesma região geográfica. A comparação entre ambos grupos revela o efeito potencial clastogênico dos agrotóxicos: a população dos indivíduos expostos mostra um aumento na fragilidade cromossômica (18,29 %) em relação a população de controle (2,66 %) (...)” (Paz & Miño *et alii*, 2000: 15).

As perigosas repercussões das práticas pouco sustentáveis da aplicação dos agrotóxicos, em especial os organofosforados, foram estudadas pelo ângulo da comunicação entre técnicos e agricultores (Peres & Rozemberg, 2001; Rozemberg & Peres, 2003) e no imaginário dos profissionais de saúde (Levyguard & Rozemberg, 2004), revelando a perversidade do sistema de crenças que perpetua sua utilização tanto na agricultura familiar quanto na agricultura de escala no Brasil.

Assim como os interesses multinacionais, evidencia-se a ênfase tecnicista e positivista presente também nos estudos de uma entidade que serve ao Ministério da Defesa (ESG) que se encontra incentivando o “progresso” de forma acrítica e conveniente ao desenvolvimentismo, com conseqüências como essa:

“O grupo de agricultores da Colônia Tovar, que vinha utilizando os organofosforados como agrotóxicos eleitos para combater insetos nocivos aos seus cultivos com aplicações periódicas (semanais), prolongadas (aproximadamente por 18,2 anos) e de maneira inadequada (não foi possível estimar as concentrações), apresentaram uma quantidade de sintomas que se assemelham aos de uma toxicidade dos nervos, um atraso que foi comprovado fundamentalmente pela funcionalidade psicotoxicológica e confirmada pela ausência desses efeitos negativos nos grupos de controle, tanto na Colônia Tovar que havia sido exposta aos organofosforados, como o grupo de controle da Colônia La Victoria, que não se expôs potencialmente a esses produtos de controle de pragas” (Arias *et alii*, 1995: 295)

Esclarece-se que o reforço à tecnicização agrícola como a ordem do dia do *establishment* militar foi estudado anteriormente (Andrade Júnior, 1998), destacando-se que o pensamento militar não é favorável ao adensamento das ameaças político-agrárias como um todo, como se verifica nos movimentos como o MST. Observa-se ainda hoje que a amenização do conflito agrário, do ponto de vista militar, se restringe a fatores técnicos de discussão como o incremento da produtividade na mecanização; a aplicação sistemática de agrotóxicos e as tentativas de otimização do solo, desde que não estejam enquadradas no litígio do dilema posse-propriedade da terra; dilema representante da nossa fraqueza estrutural ainda marcante no Brasil, no dizer “cepalino”.³⁰

O processo de urbanização acelerada e caótica que presenciamos desde a década de 50 é o principal responsável agregado pela nossa crise ecológica. No período, no Brasil, há abundância de evidências da atuação do *pool* industrialista em conjunção com o segmento militar, na representação de uma lógica fortemente fordista que se evidencia distante das condições de sustentabilidade. Quanto ao toque da formulação de políticas públicas e da ação política desde então, observa-se como a Doutrina de Segurança Nacional vigente e até hoje influenciável no mecanismo decisório do país, orientou o *ethos* agrário, que hoje responde à saúde ambiental.

A expressão categórica a partir de fontes documentais da Escola Superior de Guerra (ESG) nos mostra como ela ainda perdura, em razão da fragmentação da relação progresso/qualidade de vida, com ênfase para as populações marginais ao ciclo produtivo.

Na brochura “Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra” de 1997, as chamadas “modificações do comportamento sócio-econômico” estão categorizadas dentro dos objetivos de recomposição da economia pela ampliação espacial do mercado, de reestruturação dos núcleos de poder pela formação de megablocos e para possibilitar a existência de novos e diferentes padrões de produção (p. 83).

A reorganização do sistema monocultural, que poderia auxiliar no problema do abastecimento de gêneros agrícolas, passa a ser cuidadosamente conhecida pelos estagiários da ESG. A tecnicização da agricultura, como instrumento de aprimoramento

³⁰ Derivação de CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina. De inspiração desenvolvimentista, no período estudado, observou-se sua influência a partir das obras de Celso Furtado, um dos seus funcionários e idealizadores da SUDENE em período anterior a 1964, cujas idéias foram detectadas em documentos selecionados da ESG.

das relações de produção capitalistas está na ordem-do-dia dos estudos. O montante de exportações de gêneros agrícolas influenciando a capacidade da balança comercial brasileira, além da contribuição ao potencial de consumo interno, evitaria a evasão de divisas pela estrutura fundiária debilitada e cheia de arcaísmos. Alguns dos trabalhos formulados na ESG nos levam a crer que as propostas de mudança que se propunham a conhecer e a aplicar conhecimentos básicos, quando necessário, por força da doutrina, implicariam em reformas tão profundas quanto à condição do fracasso do sistema monocultural clássico, que deveriam ser abandonadas (Andrade Jr, 1998).

Ao mencionarem a falta de arcabouço agrícola para a ampliação da capacidade do mercado, os trabalhos, nesta corrente de pensamento, exortam a uma preocupação que se associa à segurança industrial, no sentido da estabilidade da economia baseada na industrialização e que indiretamente sofreria os efeitos colaterais da falta de tecnicização para o manejo da agricultura e da transformação da matéria-prima do campo em bens de consumo, seja interno ou externo.

Essa ênfase na tecnicização, conforme seu registro nos documentos da Escola, conduziria a um aproveitamento otimizado da mão-de-obra, qualificada e bem dotada de instrumentação tecnológica. Dessa forma, parece haver uma cultura militar que exemplarmente se evidencia na condução de proposta de planejamento da ação política que privilegia a instrumentalização do homem do campo, mas em tal cultura não se detecta a visão do desenvolvimento humano como um todo.

A visão social segundo a lógica da Escola de desenvolver um país de “bem-estar social” (*Welfare State*), está longe de afastar-se da retórica. O discurso geral é o da produção de benefícios materiais e salutareos ao crescimento do “organismo societário”, demonstrando a contínua predileção pelo estruturalismo/funcionalismo nos trabalhos da ESG, mas que não leva em conta o cuidado por um desenvolvimento harmônico da sociedade agrária, em seus conflitos e contradições.

Tais pressupostos metodológicos, fragmentários por natureza, porém didaticamente eficazes para a projeção de cenários, privilegiam o macrocosmos agrário (privilégio que é acentuado pela a preservação do jogo de poder conservador no campesinato), em detrimento de um microcosmos correspondente, ou seja, o universo

daqueles que efetivamente compõem o cenário agrário (Andrade Jr, 1998). Logo, para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável essa metodologia é inócua.

Observa-se um interesse na junção da agricultura com o projeto de industrialização que é coerente com os limites do desenvolvimento estrutural que são impostos pelos incentivos recebidos, a partir de 1930, com o fortalecimento do capitalismo americano no Brasil. As novas formas de intervenção na indústria, a cooperação técnica com os EUA, incluída a ajuda militar prestada pelo Acordo Militar Brasil-EUA, permitiu uma diversificação da atuação econômica e financeira.

A expansão do mercado interno, um dos objetivos mostrados pela “Expressão Econômica do Poder Nacional”, nesse sentido, levaria a esse apoio popular de natureza político-social para a mudança da estrutura fundiária. Mesmo sabendo-se que o reequipamento do parque brasileiro pelos recursos americanos redundaria em uma rearticulação de classes e grupos sócio-econômicos no esforço da desnacionalização do processo, as resistências à mudança eram enormemente maiores, a ponto de diminuir o poder de impulsão das reformas (Andrade Jr, 1998).

As distâncias do pensamento militar para as demandas da saúde ambiental ainda são enormes. Além disso, atrelado à falta de valorização do homem do campo na exigência do modo de produção capitalista, está o despreparo também das comunidades para agir na preservação ambiental.

Conforme Hector Leis (1991), as conseqüências de descuidos são ecossistemas naturais da América Latina que sofreram algum tipo de intervenção, convertidos em agrossistemas mecanizados à base de grandes fluxos de petróleo e mediante a utilização generalizada de fertilizantes e agrotóxicos. A erosão dos solos tornou-se um problema grave que afeta a agricultura latino-americana com fortes desdobramentos de salinização e sedimentação progressiva dos cursos de água.

Assim, tais evidências têm trazido conseqüências muito negativas para o meio rural latino-americano como a marginalização e expulsão da população rural; erosão dos solos; devastação da flora nativa e contaminação das águas. O preço pago tem sido extremamente alto para um resultado tão pobre: aumento limitado da produção de alimentos para o mercado. Tem se aplicado maciçamente em regiões tropicais um modelo

(e um pacote tecnológico!) agrícola produzido originalmente para regiões temperadas, com total desprezo pelos supostos ecológicos da produção agrária.

6.5.3. Análise dos trabalhos 07-08

Com o trabalho 07, a autora³¹ Lydia M Garner chama a atenção, em 1996, para a evolução da interpretação jurídica acerca da Amazônia no trabalho *Amazônia e a Evolução da Jurisprudência de Soberania Nacional: da Lei das Gentes e das Nações a Lei Internacional*, onde enfatiza que um enlace histórico coloca a Questão Amazônia sob juízo internacional. Para ela, o destino da Amazônia estaria sendo decidido no âmbito internacional e o para o Brasil não restaria muito a fazer para reverter isso.

Concordamos como o pensamento de Becker de que ONGs internacionais, mas também várias ONGs nacionais têm contato contínuo com as organizações locais e acionam, com brevidade, qualquer oposição a projetos que não mereçam aprovação e que tem o poder de desbancar o plano de financiamento do Banco Mundial ou de outros grandes financiadores (Becker, comunicação pessoal).

Em 1996, um general de brigada (trabalho 08³²) resume seu entendimento da grande importância da Amazônia: (1) importante posição geopolítica; (2) contém a maior bacia fluvial do mundo; (3) engloba a maior extensão contínua de floresta úmida do planeta; (4) detém a segunda reserva mundial de biodiversidade; (5) detém importantíssimas jazidas de minerais estratégicos, úteis para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da economia mundial; (6) possui enorme potencial energético e (7) possui ótimas condições para a produção de alimentos (p.14).

6.5.4. Sobre as Relações Internacionais e a Guerra

Como a autora do trabalho 07 ganha espaço, em 1996, no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos para comentar que não há muito que o Brasil possa fazer quanto

³¹ A autora apresentou este trabalho do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, ocorrido no Rio de Janeiro em 1996. O documento indica que ela tenha sido aluna ou representante da Southwest Texas State University, apresentado ali o seu trabalho e então a ESG o tenha absorvido e classificado em sua biblioteca. Autora publicou este trabalho no CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos) que já foi mencionado por ocasião da apresentação dos artigos do Clube Militar e que tem uma postura que critica a internacionalização da Amazônia.

³² General de brigada Gilson de Aguiar, escrevendo a *Ocupação, Conservação e Segurança da Amazônia – Papel das Forças Armadas* (1996).

ao destino da Amazônia, pelo entrelaçamento de organizações internacionais envolvidas na região e o autor do trabalho 08 acredita no uso da força para afirmação da vontade nacional, pode-se pensar que hipóteses de guerra na Amazônia estejam sendo mais estudadas pelos militares.

Vamos verificar que a provável guerra inclui-se juridicamente na problemática ambiental, uma vez que a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) (cf. citado por Barbieri, 1997) estabelece parâmetros julgados aceitáveis para as ações bélicas. Tal documento está sendo considerado como básico para a discussão sobre as relações que perpassam a finalidade do uso da força:

“(...) Princípio 24. A guerra é inerentemente inimiga do desenvolvimento sustentável. Assim, os Estados deverão respeitar o direito internacional, promovendo proteção ao meio ambiente em períodos de conflitos armados e cooperar para o seu desenvolvimento no futuro, caso necessário. Parágrafo 25. A paz, o desenvolvimento e a proteção ao meio ambiente são interdependentes e inseparáveis (...). Princípio 09. Os Estados devem cooperar para fortalecer a capacitação endógena voltada para o desenvolvimento sustentável, ampliando a compreensão científica através de intercâmbios de conhecimentos científicos e tecnológicos e intensificando o desenvolvimento, a adaptação, a difusão e a transferência de tecnologias, inclusive as novas e inovadoras (...)” (Barbieri, 1997: 49, 51)

Com a transcrição de parte da Declaração do Rio pretende-se remeter à intencionalidade do propósito da guerra e o paradoxal lugar reservado à preservação do ambiente onde se travam as hostilidades. O terreno das relações internacionais, propositalmente citado, possibilita enfatizar que o exercício do monopólio da violência, ao estar atrelado ao conjunto normativo global dos países do “sistema internacional”, é limitador e cada vez mais restritivo. A existência do “sistema internacional” está, nesse caso, sendo discutida *vis à vis* com a proposta ambiental, haja vista que a integração do sistema de segurança (Waltz, 1979), se é paradoxal também diante das extraordinárias diferenças nas sociedades dos países membros, também é determinante, como nos aponta a Agenda.

Assim, aparece a idéia de guerra “limpa”. A guerra “limpa” deve ser permitida pelos mais avançados tecnologicamente (Dunnigan, 1993). O exemplo clássico é o do veiculado pela CNN: americanos e europeus nos mísseis inteligentes de um lado e Iraque liberando depósitos de óleo cru de outro, abrindo portas para a precisão cirúrgica dos conflitos de baixa intensidade, somente desenvolvida pelos contendores mais “competentes”, sem razão para países de baixo arcabouço tecnológico que não podem nela inserir-se, por contrariarem o conteúdo normativo (princípio 24). Fica a indagação: há possibilidade de guerra “limpa” na Amazônia?

6.5.5. Análise do trabalho 09

No trabalho 09, como estratégias para o desenvolvimento sustentável para a Amazônia, um engenheiro³³ organiza quatro grandes propostas: (1) a estratégia ambiental, (2) a estratégia espacial, (3) a estratégia social e antropológica e (4) a estratégia institucional.

Quanto à estratégia ambiental que propõe, orienta a elaborar o zoneamento econômico-ecológico detalhado da região amazônica, completando-o no nível de micro regiões; condicionar os investimentos produtivos a uma adequada localização espacial, observadas as orientações do zoneamento; combater o desmatamento, restringindo projetos que o adotem e as tecnologias predatórias; exigir a apresentação de programas de reorientação técnica e ambiental a todos os empreendimentos com potencial poluidor que operam na região; identificar, delimitar e demarcar as áreas de garimpagem, visando ao controle dessa atividade e ao combate de seus impactos sobre o ambiente; intensificar, em caráter prioritário, o controle ambiental, definindo critérios e padrões de qualidade ambiental e normas técnicas para cada sub-sistema ecológico, relativos ao controle da poluição industrial e ao uso e manejo de recursos naturais; definir e implantar um plano de monitoramento ambiental dos programas de desenvolvimento regional; promover a recuperação de áreas degradadas para restaurar os ecossistemas e estimular novos processos de utilização econômica dos recursos naturais; ampliar e demarcar as reservas extrativistas, biológicas e ecológicas da Amazônia; estruturar, ampliar e modernizar um sistema de informações sobre os recursos naturais da Amazônia (pp. 40 e 41).

³³Alfredo Bezerra da Silveira. *Desenvolvimento Sustentável da Amazônia* (1996).

Como estratégia que chama de “social e antropológica”, apresenta a idéia da transformação do desenvolvimento e crescimento econômico voltado para o benefício social regional, possibilitando a redução das tensões, desigualdades e contradições sociais ao assegurar o desenvolvimento social e a elevação da qualidade de vida; respeitar e assegurar a diversidade sócio-cultural da população amazônica; garantir que os ‘povos da floresta’ definam sua própria forma de articulação com os padrões culturais dominantes; garantir o respeito às reservas extrativistas e indígenas; regular o processo de ocupação e concessão de títulos de terra, de modo a ordenar e equacionar os conflitos nas áreas de maior tensão social; promover formas diferenciadas de geração de emprego, qualificação profissional e distribuição de rendas; fomentar o avanço tecnológico e a assistência técnica nas atividades extrativistas e na pequena produção rural e urbana e promover o fortalecimento e manifestação das organizações sociais e comunitárias (pp.43 e 44).

Por detrás dessas formulações há uma enorme dívida histórica que se quer resgatar. Conforme a revisão de Viana *et alii* (2001), a singularidade da atual crise de civilização deve ser adequada e reveladoramente caracterizada como o resultado de uma ‘transição ecológica’, com o advento da Revolução Agrícola. Em termos tecnológicos, a transição envolve, entre outros aspectos, a tendência a se empregar quantidades cada vez maiores de energia, embora com níveis cada vez mais elevados de entropia.

Viana *et alii* (2001) explicam que, em suas dimensões filosóficas, tal transição levou à substituição de imagens como a contemplação e o respeito à natureza pela instrumentalização do mundo natural. Ecologicamente, caracterizou-se pela incorporação da natureza à cultura, bem como pela quebra das relações de subsistência local, significando não apenas a acumulação de bens para fins não relacionados à sobrevivência biológica, mas também a possibilidade de alcançá-la por meio da incorporação de ambientes cada vez mais afastados da comunidade local.

Em termos estritamente ecológicos, referidos à base territorial da sociedade, a prática agrícola e pecuária, ao promover a especialização da flora e da fauna, transgrediu as leis fundamentais do funcionamento dos ecossistemas: diversidade, resiliência³⁴, capacidade de suporte e equilíbrio. A prática agrícola e pecuária não pode sugerir que os

³⁴ Capacidade de um ecossistema ou de outro sistema natural de voltar às condições originais ou ao estado estável depois de uma turbulência. Ver Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais, ed Melhoramentos, 2001:462.

processos iniciados pela Revolução Agrícola poderiam (ou deveriam!) ser revertidos. Não é possível imaginar uma comunidade civilizada sem o advento dessa evolução no processo de ocupação do planeta, entretanto também é preciso assumir plenamente suas conseqüências.

Para Vianna *et alii* (2001), a evolução é de grande importância porque finalmente revela que o fator determinante da qualidade de vida de uma população, e, por conseguinte, de sua sustentabilidade, não é unicamente seu entorno natural, e sim a rede de relações entre cinco componentes que configuram um determinado modelo de ocupação do território. Pode-se propor que a sustentabilidade de uma comunidade depende das inter-relações entre seu/sua: população (tamanho, composição e dinâmica demográfica); organização social (padrões de produção e de conflitos, e estratificação social); entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais); tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia) e aspirações sociais (padrões de consumo, valores, cultura).

De volta ao passado do regime militar, esses autores nos estão confirmando que o Brasil constitui um exemplo paradigmático. Como é sabido, o país foi um dos campeões mundiais de crescimento econômico, com taxas anuais de crescimento muito próximas aos 10%, só superadas pelas do Japão nos últimos cem anos. Ressaltam que ao examinar mais de perto o “milagre” brasileiro dos anos 70, salta aos olhos sua não sustentabilidade intrínseca. Praticamente não há inovação tecnológica ou acumulação de capital de bases nacionais capazes de justificar tal desempenho econômico. Persiste a importação de um modelo fechado, que inclui tanto o padrão de produção e de consumo como a geração de conhecimento.

Passados todos em anos, sabe-se que esse processo tem sido mantido, mas não a taxa de crescimento. Ademais, somente o rótulo da sustentabilidade não garante o sucesso do planejamento.

6.5.6. Análise dos trabalhos 10 e 11

O trabalho 10 é o do geólogo Eloynil Jose Passos da Cunha (1997), que escreveu *Mecanismos de Mudança da Atividade Garimpeira na Amazônia*. Para ele, vários são os fatores que levam o indivíduo ao garimpo e que justificam a crescente população de

garimpeiros na Amazônia, dentre os quais cita: (1) extensas áreas mineráveis disponíveis, prontas para serem exploradas, “sem nenhum critério de racionalidade, de forma rudimentar ou por processos semi-mecanizados e (2) a busca por dias melhores, espírito de aventura e as perspectivas de uma situação econômica desejada”(p 31). Esse autor não diz como poderá humanizar o problema descrito.

Outro engenheiro, Aláudio de Oliveira Mello Júnior escreveu, como estagiário da ESG de 1997, *Considerações sobre o Meio Ambiente e o Crédito de Fomento na Região Amazônica*. Inicia o seu trabalho (Trabalho 11) com uma descrição comentada das condições físicas da área, compreendendo área, clima, relevo, solo, subsolo, vegetação e hidrografia, assim como alguns aspectos sócio-econômicos genéricos relativos à demografia, à renda e o analfabetismo na Amazônia.

Cabe ressaltar que o método de planejamento da ação política direciona os alunos para que assim estudem. De forma cartesiana, vão separando as partes relativas à expressão do poder nacional que será examinada em cada tema (política, econômica, psicossocial, militar, etc.). Via de regra, os trabalhos são finalizados por propostas de políticas e estratégias dentro do tema sugerido pela ESG para cada aluno e segundo a sua competência para tratá-lo. Para fins didáticos, é mais fácil assim, mas tende a afastar-se da realidade.

O engenheiro focaliza o seu trabalho na idéia de que há pouca informação disponível (responsabilizando uma parte da mídia por isso), sobre o que os brasileiros e os amazônidas desejam para a região. Favorável à tese da internacionalização da Amazônia, se esforça para abordar a maneira dos estrangeiros posicionarem-se a respeito, concentrando o seu argumento sobre os seus interesses e cobiça, além de tentar acompanhar, a partir de recortes de jornal³⁵, as pressões que exercem e as formas como demonstram isso, preocupando-se com a soberania e ainda enfatizando as intervenções internacionais (madeiras estrangeiras com autorização de exploração comercial na Amazônia³⁶ no desmatamento e na biopirataria.

³⁵ Cita os jornais *Jornal do Brasil*, *O globo* e *O liberal*, em alguns recortes. Cita também um dos artigos já mencionados do jornalista Carlos Chagas (na coletânea do Clube Militar), favorável à “orquestração” estrangeira na Amazônia.

³⁶ Confirma a existência de 22 empresas madeireiras na região amazônica, oficialmente instaladas e com indícios de práticas de contrabando de madeiras e extração ilegal. Extraído do relatório, que não disponibiliza no texto, diz: “Nota-se o interesse das empresas asiáticas em atuar próximo às calhas de produção de madeira (rios Juruá e Purus e nas regiões banhadas pelos rios Madeira e Solimões). A atuação junto a estes últimos rios poderia facilitar o contrabando de madeira para o Peru (Solimões) e para a Bolívia

6.6. Grupo 2- Dos que acentuam o poder e controle

6.6.1. Análise dos trabalhos 12, 13 e 14

No trabalho 12, de um coronel do Exército³⁷, percebe-se que há uma preocupação de enfatizar a importância geoestratégica vital da Amazônia para o Brasil. Para ele, o papel da Amazônia no quadro internacional tenderia a evidenciar-se continuamente, na medida em que se define o valor das possibilidades econômicas de todos os países amazônicos no controle da área. Tal papel seria de grande incentivo para a intervenção disfarçada ou declarada de grupos econômicos “nacionais” ou estrangeiros.

Assim, o coronel sustenta a idéia de que estrategicamente seja compensadora a criação de um Comando Combinado na Amazônia, em função de oito variáveis: (1) do grande vazio demográfico; (2) das características peculiares da área; (3) do potencial existente aliado ao potencial desconhecido; (4) da necessidade primordial da manutenção da integração e soberania; (5) da falta de condições dos países limítrofes de explorarem as suas áreas amazônicas; (6) da cobiça internacional disfarçada ou ostensiva; (7) dos inúmeros problemas existentes entre os países condôminos da Amazônia e (8) de que é a melhor área de projeção internacional das últimas décadas.

Integrando os recursos para uma melhor operacionalidade, o Comando Combinado³⁸ ajustaria a estrutura militar da Amazônia para responder imediatamente a “qualquer arranhão na nossa integridade e soberania”, evitando esforços dispersivos e mantendo um nível operacional permanente entre as forças armadas naquela área. “Esses aspectos somados constituem uma força de dissuasão apta a passar para o tempo de guerra no mais curto prazo” (p.44).

(Madeira)”. O grupo de trabalho que elaborou o relatório, segundo o autor, ainda aponta que quanto à aquisição de terras dessas madeiras, somente 8 possuem terras próprias, havendo divergências entre os dados cartoriais e do IBAMA. Fonte: Relatório “Política Florestal: A Exploração Madeireira na Amazônia”, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, s.d.

³⁷Nerces Lemos de Oliveira, coronel do serviço de intendência. Trabalho especial como aluno da ESG de 1980 (TE-80/C), intitulado *Um comando combinado na Amazônia*.

³⁸ Aquele a quem foi atribuída uma missão sob a responsabilidade de um comandante único que exerce ação de comando sobre elementos ponderáveis de duas ou mais forças singulares. A autoridade que criar uma força combinada designará o seu comandante que deverá ser um oficial de uma das forças singulares, qualificado para exercer funções de comando dentro de sua própria força (p. 32).

Quando elaborou o seu trabalho, o autor identificou as estruturas organizacionais do Exército e das demais FFAA na Amazônia. Buscou formalizar uma proposta de integração que na prática se dava pela mutualidade das missões das forças armadas (forças integradas) na região, ressaltando que não havia dotação suficiente de recursos militares para a tarefa. Propunha um aprimoramento doutrinário que ocasionalmente havia. É interessante notar que a tentativa de evitar o arranhão na integridade e a de passar para o tempo de guerra no mais curto espaço de tempo denota características agressivas na conduta, além de revelar a forte predisposição para destruir, obstáculo natural a uma explicação de como minimizar impactos ambientais na Amazônia.

O trabalho 13 é de um outro coronel³⁹ que desenvolve seu argumento no incentivo do uso da força, desta vez para conter o comunismo no Brasil, a partir da vigilância das fronteiras brasileiras na Amazônia. Na síntese do conteúdo do documento, propõe algumas medidas para incentivar a ocupação e a integração gradativa da Amazônia, valorizando o amazônida e seu trabalho, com vistas a conter a expansão do comunismo através das fronteiras potencialmente vulneráveis do Norte: (1) aparelhamento das polícias federal, civil e militar quanto às informações de clandestinos; (2) aumento de efetivo militar na área; (3) integração de informações sobre os missionários e membros de ONGs estrangeiras; (4) maior controle e patrulhamento de fronteiras, com ênfase para as fronteiras secas e (5) criação de empregos, através de incentivos para novas empresas na Amazônia, visando a ocupação racional dos espaços.

Depois de cursar a Escola Superior de Guerra, o general de brigada Edison Boscacci Guedes foi comandante militar de uma Divisão de Exército (DE) no sul do país, tendo escrito em 1980, como aluno da ESG, *A Ocupação Racional da Amazônia e os Empreendimentos Privados Nacionais e Multinacionais*, onde procurou formular uma política para a ocupação racional da Amazônia (Trabalho 14).

Para fundamentar seu argumento, Guedes considera o conceito de espaços vazios não sob o contexto demográfico, mas como o de grandes áreas do território nacional que não estão plenamente integradas física e economicamente às regiões mais densamente povoadas e desenvolvidas do país. Segue acreditando que a Amazônia, pela imensa possibilidade de recursos naturais pode ser ocupada, em seu vazio, neste sentido da

³⁹Aluno da ESG, coronel Carlos Joel Lopes Enes. Escreveu *Estratégia para a Amazônia em Face da Penetração Comunista no norte da América do Sul (1982)*.

“ausência de atividade econômica integrada e desenvolvida, em escala compatível com os centros mais avançados quanto ao nível de renda e condições de vida” (p. 27) e não quanto ao seu território inexplorado. Assim, nesta noção de espaço econômico que propõe ordenar em seu trabalho, corresponde “à noção abstrata de espaço matemático, definido por um conjunto de propriedades e independente de qualquer localização geográfica” (p.28).

Propõe uma contínua conquista. Exaspera-se com a idéia de autonomia localizada, que foge à maximização do controle das operações de ocupação “racional”. Esse autor diz ainda que essa descolonização interna ocorrida com a ruptura da imagem de uma Amazônia homogênea exige tratamento diferenciado na institucionalização dos modelos de desenvolvimento para cada área, a partir do desenvolvimento de uma política global que reflita os interesses nacionais, sem conflitar com os regionais e que tenha em conta as aspirações e condições ecológicas comuns com os países vizinhos.

Ora, se a imagem de uma Amazônia homogênea está presente na mente desse autor, as diversidades estão por toda a parte. Os povos, as tribos em diferentes etnias não dispõem de unidade cultural. Além dos contrastes físicos, não há como descuidar-se de argumentar dos contrastes humanos. Se em lugares de menor extensão geográfica como as ilhas da Oceania isso já é fato, maior ainda na Amazônia. Essa é uma fantasia de unificação máxima de controle e de um modelo ideal de ocupação, de preferência isento de problemas. Extremamente linear e etnocêntrico. É uma fantasia em uníssono entoada em nome dos interesses nacionais modelados pela Doutrina da ESG. Torna-se difícil aceitar essa proposta que não estuda a fundo, que desconhece as delicadas implicações da ocupação.

Esse autor ainda apresenta as seguintes oito sugestões de política para a “ocupação racional”⁴⁰ da Amazônia: (1) na floresta densa, uso do sistema de colonização que se apóie na silvicultura; na exploração, considerar como matéria-prima essências regionais de valor econômico. Se forem minerais, destacar providências cautelares contra a poluição além dos “limites toleráveis”; (2) criação de um conselho responsável pela

⁴⁰ A utilização do conceito, para o autor, é para contrapor –se à idéia de que países destruíram suas reservas biológicas e que, portanto, o Brasil poderia fazer o mesmo, até sem critérios. Para o General Guedes, “a ocupação racional é o progresso, a prosperidade e o desenvolvimento da Região que deverão processar-se sem danos ao meio ambiente e aproveitamento adequado dos recursos renováveis da região, que a Amazônia possui em abundância”. (pp. 49-50)

elaboração da política de ocupação dos espaços vazios do território amazônico, com sede em Belém ou Manaus; (3) subordinar qualquer projeto de natureza econômica com foco na Amazônia à apreciação prévia da SUDAM; (4) reformular a política de incentivos fiscais de forma a adaptá-la ao “verdadeiro interesse nacional”; (5) estabelecer novas estações ecológicas em áreas selecionadas para a preservação de ecossistemas; (6) a pecuária deverá ser entendida como complemento da atividade agrícola e desenvolvida em campos naturais de várzea ou de terra firme; (7) elaboração de uma política florestal para a Amazônia, no sentido do usufruto da madeira em menor impacto predatório e (8) instalação de postos de controle sobre os principais pontos de penetração na Amazônia para (a) desestimular investidas dos industriais da posse, (b) controle de pessoas que por ali circulam e (c) preservar a saúde.

6.6.2. Sobre a História da Amazônia

A questão que se coloca fundamentalmente como argumentos básicos dos trabalhos citados é como conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente, ou seja, como interferir na realidade regional, moldando-a na direção dos “verdadeiros interesses da nação brasileira”.

Diante de tal quadro, se faz necessária uma profunda reflexão de importância histórica, política e social da região, suas potencialidades econômicas e militares para a segurança e desenvolvimento do país. Por outro lado, é imperativa a avaliação dos modelos de desenvolvimento e de preservação ambiental postos em prática até o momento pelo Poder Público, seus reflexos sobre o ser humano, o meio ambiente e as instituições, bem como as principais dificuldades que se antepõem a esses.

Desde a chegada dos conquistadores, a Amazônia tem sido alvo de interpretações mitológicas baseadas no fascínio, na ignorância, no medo, em meias verdades e em falsas extrapolações e generalizações. Frequentemente, tais mitos têm sido a força motriz do uso e do desenvolvimento da Amazônia. As suas influências negativas no pensamento e na ação, particularmente a ação política, ainda podem ser vistas.

A comissão para o desenvolvimento da Amazônia, na qual o Brasil é signatário como membro do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), considera como mitos a homogeneidade da Amazônia; a Amazônia virgem ou vazia demograficamente; das

riquezas ou da miséria da Amazônia; que a Amazônia é pulmão do mundo; de que as populações indígenas são obstáculos ao desenvolvimento; que a Amazônia é a panacéia para solução de problemas nacionais e finalmente, o mito da internacionalização da Amazônia (*Amazonia Without Mits*, 1990: 1).

Ela ainda esclarece que a idéia da internacionalização da Amazônia, apesar da sua importância, é absurda porque ela não é a única região de considerável importância ecológica para o mundo. “Muitas outras regiões ou biomassas, tem importância equivalente. Além disso, a argumentação para internacionalizar-se cada parte do mundo que tenha importância ecológica global é também absurda e reflete ignorância ou maldade” (*Amazonia Without Mits*, 1990: 8).

A história da Amazônia brasileira até meados do século XX foi determinada pelo ciclo de extração, manipulação, comércio e transporte da borracha. Quase todo o látex era extraído de apenas uma espécie florestal nativa, a *hevea brasiliensis*, cujas características naturais impunham o ritmo da produção: sua ocorrência na floresta era dispersa, mas sempre ao longo das margens dos rios. Dessa forma, a viabilização da borracha era dependente dos rios, único meio de transporte existente à época, determinante e limitante para a ocupação territorial, do que resultou o seu baixo impacto ambiental.

Ao final do ciclo da borracha, em 1950, a Amazônia contava com cerca de 3,8 milhões de habitantes com uma distribuição espacial característica: 21% concentrados nas duas grandes cidades (Belém e Manaus) e 78% dispersos em pequenos agrupamentos ao longo dos rios com características de assentamentos rurais. Tomando-se a taxa de desmatamento como indicador do impacto ambiental, pode-se afirmar que até 1950, pode ser considerada como de baixo impacto, com pequena área desmatada total. Denis Mahar, na obra *Levantamento landsat do desmatamento da Amazônia legal*, estima o desmatamento “histórico”, anterior a 1970, em 92.546,43 km² (referente ao Pará e ao Maranhão). Como a população da Amazônia saltou de 3 milhões de habitantes, em 1950, para 7,7 milhões, em 1970, pode-se inferir que a maior parte do desmatamento histórico é posterior a 1950. (Viana *et alii*, 2001).

A Amazônia só superaria a lógica secular da ocupação territorial dependente dos rios quando o Estado definiu uma nova política de uso e exploração de seus recursos naturais, que propunha a conversão da floresta em campos de pastagens e culturas. Para

fugir à determinação natural dos rios, construiu-se estradas de rodagem através da floresta, estabelecendo as bases do novo padrão de ocupação territorial, de uso e exploração dos recursos naturais, dependente das rodovias e de alto impacto ambiental.

A política de integração nacional foi implantada pelo regime militar em meados da década de 1960 como projeto da aliança social que dava sustentação ao regime. Gerou três Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) sob a estratégia de segurança nacional, na qual a integração da Amazônia era peça fundamental.

Contrariando as culturas regionais, entendia a floresta como uma barreira ao progresso que tinha de ser superada, por um lado penetrando-a com estradas de rodagem e, por outro, incentivando o seu desmatamento. Esse conceito é hegemônico até hoje.

Para viabilizar sua ocupação, delineou três linhas de intervenção: 1) projetos públicos e privados de colonização; 2) grandes projetos agropecuários, incentivados, como os demais, com dinheiro público; 3) inserção no mercado internacional (já no III PND) por meio de mega projetos de extração mineral, aliando capital estatal, nacional e estrangeiro. Sabemos que a subordinação de projetos somente aos órgãos burocráticos de alto nível na Amazônia não dá certo. Trata-se de um engessamento da gestão, porque não reconhece a incapacidade do poder central em administrar a tudo, sem parceiros. Além disso, a corrupção minou a credibilidade, levando à ineficácia de muitos projetos.

6.6.3. Análise dos trabalhos 15, 16, 17 e 18

O general Carlos Meira Mattos⁴¹ proferiu conferência (trabalho 15) na Escola Superior de Guerra no dia 3 de setembro de 1986, onde abordou o tema *A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira para alunos e membros do corpo permanente*.

O sumário de sua apresentação contemplou (1) o desafio da imensidão física, com uma descrição física e dos recursos naturais da Amazônia; (2) o homem na Amazônia, quanto à conquista do território e delimitação das fronteiras, fazendo uma digressão histórica do Século XVI em diante; (3) a organização do espaço amazônico; (4) a presença das forças armadas e (5) uma proposta geopolítica para a Amazônia.

⁴¹ Meira Mattos publicou várias obras nas imprensas vinculadas ao Exército e outros artigos sob temas geopolíticos. Foi inspiração para várias gerações de oficiais desde a escola de formação, quanto à proposta militar de ingerência sobre o território, contribuindo para o “Poder Nacional”.

Na continuidade de seu argumento, disse que o general Golbery havia reformulado a grande manobra geopolítica de integração nacional. Este preconizou que, partindo-se da base ecumênica de projeção continental brasileira (região em torno do triângulo Rio - São Paulo - Belo Horizonte) se acelerasse a integração à mesma da plataforma central e, daí, fosse inundada a Hiléia amazônica e afirmou que essa era a manobra estratégica da frente do Planalto Central, “em plena marcha” (p. 37).

Mas, o que Meira Mattos estava propondo era uma manobra mais ampla, em termos de Pan-Amazônia⁴², que partia simultaneamente de três frentes: (1) a tradicional, saindo da foz e subindo o grande rio e seus afluentes; (2) a do Planalto Central, descendo as escarpas até a grande planície e (3)

“(...) agora, acrescentando e operando um novo front em termos de desenvolvimento econômico que virá ao encontro dos dois primeiros, baixando do arco fronteiriço das vertentes sul do sistema guiano e vertentes sul e oeste do sistema andino, até alcançar os impulsos gerados pelos dois anteriores. Será um recobrimento de impulsos, partindo de três frentes e ampliados através das áreas-pólos binacionais e trinacionais até os limites dos territórios amazônicos de nossos vizinhos. Estes impulsos, gerados pelas áreas anteriores de intercâmbio, produzirão irradiações de desenvolvimento econômico e social que difundirão energia renovadora em círculos concêntricos crescentes, cujo poder e velocidade de difusão variará com a força do dínamo gerador. Os impulsos dessas áreas-pólos fronteiriças irão somar aos impulsos vindos do exterior, de seu próprio país e dos seus vizinhos (...) O conceito geopolítico predominante é o de uma estratégia continentalista apoiada pela maritimidade que margina a área (...) a preservação ecológica dentro de um conceito tradicional e o respeito às reservas indígenas serão melhores atendidos com esta estratégia, pólos de irradiação distanciados, mas atuantes e capazes de apresentar a lei e a dinamização do progresso econômico e social (...) irá exigir de parte dos 8 governos signatários do Pacto Amazônico um espírito desarmado e desejo sincero de cooperação” (pp. 37-38).

⁴² Isso foi motivado pela existência e obrigações geradas pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

O próprio general Meira Mattos⁴³ (1980) em momento anterior, como figura ativa do regime militar, já havia esclarecido a estratégia dessa nova “marcha para o Oeste”⁴⁴.

Uma das conseqüências da impulsão da “Marcha para Oeste” foi que a população da Amazônia passou de 5.693.545 habitantes em 1960 para 16.988.040 habitantes em 1991, sofrendo um incremento da ordem de 198,37%, quando a população do país teve neste mesmo período um incremento da ordem de 109,54%, triplicando a sua densidade demográfica de 1,11 hab/km² para 3,32 hab/km² e impactando a todos os estados da região (Quadro 4).

Quadro 4 : Distribuição Populacional por Estados da Região Amazônica, 1960-1990

Estado	1960	1970	1980	1991
Rondônia	69.792	111.064	491.069	1.132.692
Acre	158.184	215.299	301.303	417.718
Amazonas	708.459	955.235	1.403.089	2.103.243
Roraima	28.459	40.885	79.159	217.583
Pará	1.529.293	2.167.018	3.403.391	4.950.060
Amapá	67.750	114.359	145.257	289.397
Tocantins	343.038	521.655	739.049	919.863
Maranhão	2.469.477	2.998.686	3.996.404	4.930.253
Mato Grosso	319.248	599.764	1.138.691	2.027.231
Amazônia	5.693.545	7.717.837	11.754.412	16.988.040
Brasil	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.988.040

MT (1960; 1970); TO (1960, 1970, 1980) reconstituição da população por GTA/AT.

Fonte: Viana *et alii*, 2001.

De 1960 a 1991, a população rural da Amazônia cresceu 55,34%, enquanto a do Brasil decresceu 7,76%; sua participação relativa duplicou, passando de 10,72% para 20,96% (quadro 2). Esse crescimento absoluto e relativo da população rural da Amazônia se explica pela transferência incentivada de população de outras regiões, mais que suficiente para compensar a urbanização acelerada que passou de 27,1% para 55,2% da população total, em parte devido à transformação de assentamentos rurais em

⁴³Conferencista em múltiplas instituições brasileiras e estrangeiras, colaborador de publicações militares especializadas brasileiras e latino-americanas. Foi vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington (EUA). Conquistou o título de Doutor em Ciências pela Universidade Mackenzie, São Paulo, 1983.

⁴⁴Cassiano Ricardo escreveu *Marcha para Oeste* em 1940, dando continuidade às idéias de Mário Travassos.

assentamentos urbanos. A política de integração nacional (1960-1991) mudou radicalmente a Amazônia, econômica, social, demográfica, cultural e ambientalmente. Ao final, colocou na agenda política nacional e internacional o questionamento sobre a sobrevivência do grande bioma Amazônia.

Estabeleceu-se um novo padrão de ocupação territorial tanto pela demografia como pela economia. A população atingiu 17 milhões de habitantes, dos quais 9,5 milhões concentrados em cerca de mil assentamentos urbanos e 7,5 milhões dispersos em quase 1 milhão de estabelecimentos rurais, possibilitando a antropização dos variados ecossistemas naturais. Mudou-se o padrão de uso e exploração dos recursos naturais, com o extrativismo vegetal de baixo impacto cedendo lugar ao extrativismo vegetal e mineral de alto impacto ambiental. (Viana *et alii*, 2001).

Os impactos sociais negativos são evidentes: mais de 60% da população estão abaixo da linha de pobreza e a taxa de analfabetismo alcança 24%, só perdendo para o Nordeste. Luís Aragón (*Aragón apud* Vianna, 1992), mostra a relação entre as alterações ambientais, tanto rurais como urbanas, na proliferação de doenças de transmissão hídrica nas cidades (parasitoses intestinais, cólera etc.) e de doenças transmitidas por vetores alados no campo (malária, leishmaniose etc.), revelando a relação perversa entre o crescimento econômico e a baixa qualidade de vida. Os impactos culturais só não foram maiores em razão da resistência cultural dos amazônidas. Mas, foram particularmente graves para os remanescentes dos povos indígenas, os quais tiveram suas terras invadidas, uma aculturação forçada e morte pela fome, por doenças e por guerras que foram impostas a eles.

Um outro trabalho de título curioso foi escrito em 1986 pelo tenente coronel da Aeronáutica José Neves dos Santos Miguel: *Ação da Guerrilha nos Países da Região Amazônica – Apoio de Cuba e Reflexos para o Brasil* (Trabalho 16). Nele há o argumento de que a maioria dos países da região amazônica ainda “sofreria” ações guerrilheiras comunistas em seu território. Assim, a forma de erradicá-las seria a “adoção de medidas que promovam a integração e o desenvolvimento de toda a Amazônia”, contando com a cooperação dos signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (p. 43).

Esta é a única citação sobre o assunto que encontramos. É mais recorrente a inserção da idéia de “cobiça internacional” nos textos. O movimento comunista

internacional, que anteriormente ganhara o status de uma disciplina na ESG e que, segundo o autor, estaria infiltrado na selva dos países do Pacto Amazônico, encerra suas atividades intensas já no final da década de 80.

A Problemática da Ocupação e Desenvolvimento da Amazônia (Trabalho 17) foi o trabalho da ESG do coronel de infantaria Gélío Augusto Barbosa Fregapani (1987), um apaixonado pela selva amazônica e ex-comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), que tece três grandes considerações: (1) levando em conta a atual explosão demográfica mundial, uma terra despovoada mas habitável poderá ser um convite à ocupação, independente de tratados, direitos e fronteiras; (2) as ameaças possíveis de análise em termos militares ou econômicos, diante da variável indígena de autonomia *versus* integração, tendem a perder seu brilho e que (3) a estratégia de fixação de tropas na fronteira passa a ser muito importante, juntamente com a construção de estradas, hidrelétricas, pólos de desenvolvimento e colonização.

O coronel traça uma hipótese pessimista de que as reservas indígenas se ampliem cada vez mais e que recebam mais autonomia e grande notoriedade como nações dentro da nação brasileira, ameaçando a herança cultural dos brasileiros.

Um outro militar, desta vez um general do exército⁴⁵ (trabalho 18), afirma: “novos ecologistas’ que passaram, ultimamente, a proliferar entre nós têm preferido se preocupar de problemas especulativos ou mesmo imaginários, como a ‘destruição do pulmão do mundo’, o efeito estufa, a desertificação da região, dentre outros (...)” (p. 5).

Na página 07 da degravação de sua palestra, esse mesmo militar opina sobre as queimadas, firmando-se em quatro pontos principais: (1) a interpretação das imagens de satélite sobre queimadas na Amazônia, continham flagrantes erros de dimensão; (2) inicialmente, as imagens eram adequadas para identificar os resultados das queimadas, mas apenas os focos acesos. Assim, as áreas recém derrubadas são calculadas por estimativas; (3) foram mostradas, em grande maioria, regiões cuja vegetação natural não é a floresta úmida equatorial (cerrados e florestas de transição); (4) floresta úmida foi alcançada em área inexpressiva pelas queimadas (citando parâmetros do INPE, aonde constam que 5, 12% de toda a Amazônia Legal teriam sido atingidos.

⁴⁵General de exército Leônidas Pires Gonçalves. *Amazônia: Ecologia e Soberania*. Fez a palestra na ESG quando era Ministro do Exército, em 1989. Ele também havia sido comandante militar da Amazônia.

Na época em que o general palestrara, havia a crítica internacional de um índice de áreas queimadas superior a 10%. Muitos indicadores foram questionados, em função da imensa crítica que o Brasil recebia de não gerenciar bem seu território amazônico. De qualquer forma, os 5, 12% de toda a Amazônia Legal (em torno de 5 milhões de Km²) é pelo menos 250.000 Km², uma área equivalente mais do que um Estado da Federação.

O autor estava fazendo uma retrospectiva da participação militar no plano de ocupação. Citou a manobra geopolítica de três fases de integração do espaço geográfico nacional já mencionada por Meira Mattos (trabalho 15).

Esse general pretendia fazer parecer que estava tudo planejado desde o começo; que o Exército acompanhava fielmente seu desenrolar, fazendo crer na habilidade militar para planejar, pensar estrategicamente e de realizar com orgulho e arrogância. Demonstra uma pretensão de controle acima da média nos trabalhos da ESG que foram analisados.

6.6.4. Sobre aspectos da geografia política dos militares

Se a geopolítica da Amazônia se fortalece, não é sem causa. A importância geopolítica da Amazônia, de certa forma, decorre de suas dimensões. Também não se pode abandonar o fato de que, somente nessa região, o Brasil estabelece fronteira demarcada com sete países (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa), totalizando limites da ordem de 11.000 km, em sua parte terrestre. O processo de desenvolvimento e industrialização brasileiro, extremamente desequilibrado e desconsiderando o espaço como fator econômico e de segurança social, até recentemente vinha se sobrepondo às relevantes responsabilidades do país para com a região amazônica.

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação dos acontecimentos históricos à luz da geografia que a geopolítica elabora suas teorias. Segundo as concepções encontradas na Escola Superior de Guerra, além desses dois elementos, a geopolítica fundamenta-se também no poder nacional, porque este está ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana (Miyamoto, 1995).

Apesar de enfatizar que a ESG somente dá o peso de uma disciplina no currículo ao tema geopolítica, Myamoto (1995) admite que a geopolítica foi intensamente utilizada na Amazônia do desenvolvimentismo:

“O que se viu, entretanto é que com o final do ciclo autoritário que vigorou no país desde 1964, e com o advento de governos civis, não se deixou a geopolítica tão de lado. Ao contrário, o presidente José Sarney foi o responsável pela implementação do Projeto Calha Norte, inspirado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que teve grande impacto nos meios civis, recebendo críticas intensas de setores como a Igreja, os antropólogos, as Organizações Não-governamentais, entre outros, além de gerar desconfianças nos países limítrofes.”(Miyamoto, 1995: 18)

Essa para nós, é constatação de que o processo de formação política da ESG tende a enfatizar a geopolítica aos seus iniciados, multiplicando a sua influência nas esferas do poder. Nossos resultados corroboram a tese de Myamoto ao constatar que a ESG sempre teve como objetivo principal traçar uma política de segurança nacional. Para isso lançou mão de diversos elementos que servem de fundamento para formulação do Conceito Estratégico Nacional. São relativamente poucas as publicações editadas pela própria Escola que tratam exclusivamente da geopolítica, cujos nomes de Travassos, Golbery, Therezinha de Castro e Meira Mattos são os absolutos representantes dentre os estudos que analisamos. Mas é apoiada na geopolítica, através da menção observada em vários documentos básicos de divulgação interna, que os fundamentos teóricos da ESG permitem formular uma política estratégica. Nessas condições, os fundamentos geográficos do território passam por todos os temas desenvolvidos pela Escola e participam da elaboração do Conceito Estratégico Nacional.

Assim, como se percebe a força da Geografia nos trabalhos da ESG, cabe a ressalva quanto à necessidade de uma postura crítica que retome, no planejamento da ação política, como desafiado por Rodrigues (1998) a todos, uma epistemologia da Geografia. Nesta, o entendimento da dimensão do tempo-espaço é condição para a melhor compreensão da natureza e da sociedade. “Para compreender a complexidade da dinâmica da produção social do espaço não podemos esquecer o tempo histórico e a natureza. Ter-se-ia, assim, a possibilidade de construir novos paradigmas científicos que

permitiriam a imbricação das geografias (físicas e humanas) e de releituras do território.” (Rodrigues, 1998: 64)

Shiguenoli Myamoto (1995) diz que o Brasil foi um dos primeiros países a produzir estudos sobre a geopolítica *stricto sensu*. Mário Travassos, um desses autores, estava preocupado com o controle físico do continente e as saídas que os oceanos propiciam ao país. A explicação de Myamoto é que todos os países considerados potências sempre estiveram em contato com o mar. Quanto maior o número de saídas, maiores as possibilidades de controle do país assim privilegiado. Ao lado desses problemas, segundo Myamoto, Travassos tratou igualmente da projeção continental do país. Mostrando que ao Brasil não faltava unidade geográfica, restando apenas “traduzir politicamente os fatores que a manifestam através do Brasil longitudinal”, recorreu às características das regiões naturais brasileiras e ao seu papel funcional que apelou para mostrar o Brasil amazônico e o Brasil platino. A unidade nacional estaria assim assegurada por esses dois brasis “que representariam duas regiões convergentes em relação ao próprio centro geográfico do continente” (Miyamoto, 1995: 63).

O organicismo da ESG chama a atenção do leitor. Segundo Myamoto (1995), Rudolf Kjellén (1864-1922), foi o autor da *teoria organicista* do Estado. De acordo com as suas concepções, o Estado é um organismo vivo que apresenta em sua existência diversas fases como qualquer ser orgânico, caracteriza-se por apresentar etapas como o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a senilidade. Autor de *O espaço como forma de vida* (1916), *Fundamentos para um sistema de política* (1920) e *As grandes potências e os problemas políticos da Guerra Mundial* (1921), Kjellén considerou o Estado um organismo supra-individual, portanto sujeito às leis do crescimento, podendo, nessas circunstâncias, ampliar o seu território, não só pela colonização, mas também pela amalgamação ou conquista de áreas fronteiriças.

Assim, entendemos que o Estado assume que deve escolher uma política de poder, de expansão territorial. É essa política de poder que vai orientar as diretrizes governamentais na realização de seus objetivos: “A política do *espaço vital* era entendida como a ciência que concebia o Estado semelhante a um organismo geográfico. Tratava-se portanto de uma concepção dinâmica de geografia” (Miyamoto, 1995: 26, 27).

A junção da geografia com a política continua a ser observada nos trabalhos da ESG, mesmo com a nova versão do modelo de desenvolvimento (inclui a sustentabilidade no planejamento) a partir do final da década de 80. Logo, cabe fazer uma referência das fontes que mantêm o pensamento geopolítico da ESG.

Miyamoto (1995) afirma que o defensor principal do poder terrestre foi, sem sombra de dúvida, *sir* Halford Mackinder (1861-1947). Sua concepção estratégica de poder data de 1904, quando apresentou perante a Royal Geographical Society, de Londres, os pilares de uma nova teoria desenvolvida no trabalho intitulado *O eixo geográfico da história*. Apoiando-se na correlação existente entre os fatores geográficos e históricos, Mackinder elaborou e lançou-se à defesa da teoria do *coração do mundo* (*heartland*): “Quem domina a Europa Oriental controla o *coração do mundo*. Quem domina a Ilha Mundial controla o Mundo”.

Para mostrar a influência do pensamento de Mackinder sobre intelectuais brasileiros, citamos Becker (1982), utilizando parte de seu estudo sobre a Amazônia:

“Se fatores históricos e econômicos explicam tal isolamento e tal preservação dos fatores espaciais – dimensão e posição – não são menos importantes. Porção mais setentrional, mais larga e interiorizada do território brasileiro, participando amplamente da massa continental sul-americana – o *heartland* –, é o mesmo tempo a área mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o mar. Tais dimensões e posição situam-na igualmente a maiores distâncias dos focos de comando da expansão econômica: a metrópole e suas pontas de lança representadas por Salvador e Rio de Janeiro, no passado, e hoje por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A posição equatorial, resultando em fantástica massa florestal, aliada à impossibilidade de navegação no alto curso encachoeirado dos tributários da margem direita, por sua vez, não favoreceu as ligações terrestres. A Amazônia apresenta, portanto, uma posição extrínseca em relação ao bloco uno constituído pelo Planalto Brasileiro, aproximando-se dos domínios do Caribe e dos Andes. Em contrapartida, a fabulosa massa de água do Amazonas, com sua disposição transversal, permite a penetração do mundo marítimo até o âmago do *heartland* sul-americano, assegurando a sua vinculação com o Atlântico” (Becker, 1982:58)

6.6.5. Análise do trabalho 19

O trabalho 19 é o do general de brigada Arby Ilgo Rech. Ele escreve *Programa Calha Norte: sua contribuição na segurança e no desenvolvimento da Amazônia* (1991), explicando que o Programa Calha Norte teria de ser estudado de modo a identificar os óbices que se antepunham à implementação de suas ações e da formulação de políticas e estratégias que pudessem contribuir de forma marcante na segurança e desenvolvimento da Amazônia.

Esse general faz um resumo sintético, que é uma retrospectiva do Projeto Calha Norte em seis anos de existência, mostrando a situação em que o projeto se encontra. Enfatiza a necessidade de máxima participação de todos os agentes e órgãos do governo e da iniciativa privada para o “desenvolvimento racional da área e com a segurança desejável, tanto para neutralizar as ações decorrentes da cobiça estrangeira, como para proteger o homem, as instituições e o meio ambiente da região”.

O projeto Calha Norte foi criado no governo do Presidente José Sarney e tinha o prazo de implantação de cinco anos (1985-1990). Como o projeto não atingiu a todas as metas no prazo, julgava-se que o novo governo, com o Presidente Collor de Melo, o desativasse. Isso não aconteceu apesar de campanha que se opunha ao projeto, sob motivos políticos, sociais e ambientais. Collor de Melo realizou visitas aos empreendimentos (algumas delas acompanhadas de José Lutzenberger) e conheceu mais de perto os resultados do projeto em algumas localidades e conhecendo a força da presença militar nele, em várias oportunidades. Reformulou sua opinião anterior, dando um enfoque mais apto às críticas da imprensa internacional e nacional ao trato amazônico por parte do Brasil e passou a apoiá-lo.

A redução orçamentária em seu governo atingiu o projeto e vários componentes do projeto foram paralisados, como o da demarcação de terras indígenas, levando à extinção de algumas partes e redução de recursos para as forças armadas, o que levou a uma reação de maior “sucateamento” das forças armadas e de seu desprestígio, que provocou reações entre militares. O projeto foi transformado em Programa Calha Norte, priorizando questões ambientais. Foram mantidas poucas atividades de projeto (1990) nessa oportunidade: a Marinha do Brasil seguia na ampliação da infra-estrutura e de seus meios para operar na Amazônia; o Ministério das Relações Exteriores continuava a

caracterização, inspeção e manutenção de marcos de fronteira; o Exército mantinha linhas de comunicação na região de fronteira e melhor organizava seus comandos de fronteira; a Aeronáutica ainda fazia a manutenção de aeródromos e da Rodovia da Amizade (Leticia-Tabatinga) e o Ministério do Interior prosseguia a desenvolvimento das comunidades indígenas.

6.6.6. Análises dos trabalhos 20 e 21

Outro trabalho (trabalho 20) é uma palestra de um general de exército⁴⁶. Nesse documento, mostra uma coletânea de diapositivos sobre a Amazônia para a qual sustenta um equilíbrio necessário das seguintes ações estratégicas diretas: (1) de preservação das florestas, mediante o controle por sensoriamento remoto, organizando o espaço global sob critérios ecológicos, selecionando e instituindo zonas de proteção ambiental (como parques); (2) da exploração empresarial da floresta, com reflorestamento de espécies nobres, favorecendo o turismo sob as categorias: ecológica, caça e pesca ecológicas e sobre os loteamentos; (3) *minerobusiness*; ativando as reservas minerais de destaque, identificando mais recursos geológicos; (4) *agrobusiness*, selecionando as áreas naturais adequadas, já desmatadas selecionadas e as degradadas selecionadas e (5) criatório industrial, para bovinos, suínos e aves domésticas.

Como estratégias indiretas propunha a pesquisa técnico-científica da biodiversidade, a ação educacional de agentes e população local (ambiental e sanitária) e a promoção e divulgação das ações aos amazônidas, aos brasileiros em geral e aos estrangeiros.

Em termos de visão de futuro, o general afirmara que a questão ambiental não deveria ser vista somente sob o ângulo das ameaças, mas também pelo das oportunidades; que a excelência ambiental tornou-se fator de competição entre empresas e produtos e que a proteção do meio ambiente exigiria empresários de visão ampla e moderna.

Assim, em sua opção política estaria a promoção da integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento nacional em condições de competitividade internacional, tirando-se partido de suas vantagens comparativas mediante a absorção da população da

⁴⁶Oswaldo Muniz Oliva escreveu *Amazônia: Política e Estratégias de Desenvolvimento* (1993). Esse general atingiu o posto máximo do exército como general de Exército e é pai do Senador e economista Aloísio Mercadante, eleito em 2003 pelo Partido dos Trabalhadores. Foi comandante da Escola Superior de Guerra.

área e de contingentes humanos atraídos de outras regiões brasileiras, em especial do Nordeste.

Para isso, pretenderia estimular a atuação da iniciativa privada brasileira associada à estrangeira, considerando o apoio dos organismos internacionais na otimização da infraestrutura e na proteção ambiental, que disponibilizariam a melhor tecnologia no empreendimento.

6.6.7. Sobre as diferentes correntes militares ou de civis assemelhados quanto à Amazônia

Como o general anteriormente citado (trabalho 20) caracteriza uma exceção ao discurso de seus colegas militares (como foi comandante da ESG, ainda é mais surpreendente), torna-se importante aproveitar a oportunidade para argumentar que existem diferentes representações sociais do segmento militar.

Resolvemos citar fragmentos da percepção popular no excelente trabalho de Crespo e Leitão (1993), *O que o Brasileiro pensa da Ecologia?* , no tópico 1) O ambientalismo verde-oliva:

“(...) quem pensa que as Forças Armadas em bloco execram os ecologistas, enxergando em cada verde um vermelho disfarçado, se engana. Várias menções foram feitas a setores do Exército que seriam não só militantes da causa ecológica, como mentores de um “ambientalismo verde-oliva” que teria expressivas figuras em suas hostes. Tanto os milicos revolucionários, como os contra-revolucionários foram defensores da Amazônia. O caso mais famoso é o do Orlando Valverde, que acabou criando o Comitê da Defesa da Amazônia. Em 1974, os milicos de esquerda fundaram a APREFA – Associação de proteção da Flora e Fauna, juntamente com o pessoal Rosacruz (...) Era uma época dura para fundar entidades. O primeiro Conselho Nacional do Meio Ambiente foi instituído pelo Garrastazu Médici, que foi o mais truculento dos generais que prestaram serviço na Presidência da República desse País. Mas, insolitamente, este cidadão tinha uma grande preocupação com o meio ambiente (...)” (Crespo & Leitão, 1993:14):

Apesar do reforço da socialização militar, que já foi estudado no Capítulo I, percebe-se paradoxalmente a ação sensível do indivíduo, que desvincula questões

ambientais de sua agenda profissional. Segundo o depoimento seguinte de um ambientalista curitibano, muitos ecologistas, na época (1972), não quiseram participar do CONAMA, supondo-o uma farsa (Crespo e Leitão, 1993):

“Chegaram a chamar o Dr. Paulo Nogueira Netto de laçao da Ditadura. Logo o Dr. Paulo, que é um dos militantes mais pertinazes, um herói do movimento (...). O fato é que temos figuras notáveis nas Forças Armadas ligadas ao meio ambiente: o brigadeiro Frasão; o almirante Avelar, com uma atuação no Rio; o almirante Ibsen de Gusmão Câmara, fundador da FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), uma das pioneiras. Aliás, o almirante Ibsen e eu temos alguma coisa em comum: ele é contra-almirante e eu sou contra os almirantes (risos).” (ibidem)

Nessa mesma obra, vimos outro curioso depoimento de um militante “verde” que mostra as predileções e as exceções ao pensamento militar, enquanto exercício profissional:

“Nos jornais grandes, como o Jornal do Brasil, nos anos 70, havia páginas em branco, trechos sem matéria, com poesias de Manuel Bandeira e que indicavam a ação da tesoura da censura. Aos poucos, esse espaço foi sendo preenchido pela questão ambiental. Os problemas ambientais não sofriam censura, ao contrário, havia alas dentro dos setores militares que se interessavam pela questão. Assim, tivemos uma cobertura boa sobre a reunião de Estocolmo, um pouco para preencher o vazio...” (Ambientalista, 44 anos) (ibidem).

O general Gilberto Barbosa de Figueiredo⁴⁷ chegou ao posto máximo da carreira militar, como general de quatro estrelas. Escreveu (trabalho 21), quando era general de brigada e estagiário da ESG, o documento *A Amazônia e a Questão Ambiental* (1993).

O tema foi abordado pelo autor na ótica de que não é admissível qualquer dúvida a respeito da soberania brasileira sobre o seu território amazônico. A questão ambiental, para o autor, pode e deve ser discutida pelo fato de que se trata de assunto relacionado à sobrevivência da humanidade, mas não deve ser aceita sob o pretexto de que sejam condicionadas, de fora do país, as iniciativas que pretenda adotar para desenvolver e

⁴⁷ Recebeu o cargo, em suas últimas comissões como general da ativa, de membro do Alto Comando do Exército como chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) do Exército até 2003.

integrar a região. Seu trabalho está dividido em cinco capítulos em que o autor descreve o ambiente amazônico, através da apresentação dos aspectos físicos, populacionais e culturais mais relevantes. Na seqüência, são abordadas diversas questões relacionadas ao uso dos recursos naturais e de seus impactos ambientais, mas com ênfase ao desenvolvimento regional. Novo capítulo se dedica à apreciação da soberania brasileira, onde procura mostrar o interesse histórico de potências estrangeiras sobre a Amazônia, ao lado do esforço luso-brasileiro de mais de três séculos para conquistar e depois defender a região.

Afirma, no apanhado de algumas de suas idéias, que houve uma campanha para denegrir o Projeto Calha Norte. Distorcendo seus reais propósitos, apresentaram-no como um projeto de militarização da Amazônia. Essa campanha teria encontrado ressonância dentro do próprio Brasil, principalmente entre grupos ecológicos, criando oposições ao “Projeto” como um todo, dificultando ainda mais seu pleno desenvolvimento.

Diante dessa dificuldade, comenta sobre a proposta alternativa de integrar os órgãos governamentais na Amazônia (da Secretaria de Estudos Estratégicos) para criação de um Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), como parte de um sistema maior – o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)⁴⁸. Faz algumas sugestões para a defesa da Amazônia concentradas nos interesses da região e de seus habitantes, respeitando as suas peculiaridades e, obrigatoriamente, considerando a questão ambiental que seriam a (1) valorização do homem amazônico; (2) melhoramento da articulação viária; (3) incentivo ao desenvolvimento de tecnologia regional; (4) desenvolvimento auto-sustentado e (5) aumento da presença do Estado.

Não há novidades no discurso militar. Os discursos são focados no controle e, com freqüência, na cobiça externa. Poucos, como o do autor do trabalho 20, vão apresentar conteúdos sobre como implementar ações, ao invés de discorrer sobre o óbvio ou a colocações do tipo “cumpra-se”. Interessante é o aparecimento do SIVAM como parte do SIPAM em resposta à desativação da versão original do Projeto Calha Norte, que passamos levemente a discutir nesta seção e de forma aprofundada em capítulo à parte.

⁴⁸ Em agosto de 1993, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, aprovou o SIVAM/SIPAM, além de criar o Ministério Extraordinário para a Amazônia. Dentre as áreas de atuação do Projeto, estariam a proteção ambiental, controle da ocupação e uso do solo, vigilância e controle das fronteiras, combate a atividades ilícitas, prevenção e controle de endemias e epidemias, de proteção às terras indígenas, vigilância e controle de tráfego aéreo e apoio à navegação fluvial.

A proposta do SIPAM/SIVAM deve ser a de uma condição de responsabilidade coletiva e partilhada pela capacidade técnica e instalada da instituição militar em atuar com múltiplos propósitos na coordenação e na vigilância, monitorando sistemas complexos de natureza ambiental. Como os trabalhos desta forma poderiam integrar civis e militares (com comunicação, transporte, infra-estrutura viária e aérea) na comunidade local, pensa-se que os sinais de perturbação ambiental seriam mais eficazmente identificados e abordados.

6.6.8. Análise do trabalho 22

Outro autor militar, o capitão de fragata Amílcar do Nascimento Vasconcellos, em 1993, apresenta um trabalho sob o mesmo tema *A Amazônia e a Questão Ambiental* em que tenta apresentar um elenco de modalidades de interferência na região amazônica, utilizando a questão ambiental como pano de fundo. Para esse autor, a questão amazônica teria implicações político-estratégicas importantes, visto que a floresta amazônica, em grande parte no território brasileiro, estaria sob a mira crítica dos países hegemônicos. Apresentara também a idéia de que a questão indígena ocultaria reais interesses nas riquezas da região, seja no intuito de explorá-las ou de mantê-las intocadas.

De forma discriminatória, esse oficial da Marinha do Brasil não considera a contribuição para ajudar a compreender as finas relações étnicas presentes na Amazônia. Acredita que os cientistas estão a serviço de uma rede de onspiração internacional. Interesses legítimos dos seringueiros nos conflitos rurais no episódio de Xapuri (que levou à morte de Chico Mendes), ao serem conflitados pelos donos de madeiras na região, são tratados como ideológicos. O que se percebe é o etnocentrismo e o forte patrulhamento ideológico nesse trabalho, apesar dele ter sido concluído após a guerra fria. Isso pode ser uma indicação da predisposição militar para tentar nomear novos inimigos em um novo tipo de conflito, ainda que os movimentos sociais tivessem sido intensamente patrulhados pelo regime militar (1964-1985). Afinal, após a guerra fria o comunismo não caíra? Que fazer quando as hipóteses de conflito não apontam para um inimigo físico, mas para o dilema ambiental, escondido na cobiça humana?

6.6.9. Sobre as diferentes organizações na Amazônia : agentes e seus partidos

São variadas as participações de partidos com pretensões ambientais na Amazônia. Viola (1995) consegue mapear isso e faz uma interessante contribuição que permite identificar as tendências e alguns alvos de críticas por parte do segmento militar que escreve nos trabalhos da ESG (Quadro 5).

Quadro 5: Diferentes posições com relação a uma política para a Amazônia de acordo com Viola (1995)

Nacionalistas-conservadores

Favoráveis à continuidade da política desenvolvimentista estabelecida na Amazônia na década de 1960 (migrações, grandes projetos, exploração generalizada dos recursos naturais).

Minoritários nas Forças Armadas e na burocracia civil. Fortes no setor menos eficiente e internacionalizado do empresariado e nas elites urbanas da Amazônia.

Nacionalistas-progressistas-sustentabilistas

Favoráveis à contenção das atividades econômicas em larga escala e apoio a atividades extrativistas em pequena escala, promovidas pelos “povos da floresta”, com preservação de substancial parcela da natureza. Forte intervenção do Estado.

Minoritários na burocracia civil e militar e nos partidos de esquerda. Fortes nos segmentos ambientais.

Globalistas-conservadores

Favoráveis a um estímulo indiscriminado a investimentos estrangeiros na exploração dos recursos naturais amazônicos (incluindo o uso direito da biodiversidade), com alguma preocupação ambiental. Moderada intervenção do Estado.

Minoritários na burocracia civil e militar. Fortes nos setores mais internacionalizados do empresariado e nos segmentos mais modernos de partidos políticos conservadores.

Globalistas-progressistas

Favoráveis à rápida exploração dos recursos naturais amazônicos, mas com forte intervenção do Estado Nacional.

Fortes na burocracia civil e crescentes nas Forças Armadas, nas camadas médias urbanas do Sul-Sudeste e em partidos políticos progressistas.

Globalistas-conservadores-sustentabilistas

Favoráveis à preservação total de vasta parcela da Amazônia, através de unidades de conservação e do controle populacional na região.

Pouco expressivos de modo geral. Fortes em setor internacionalizado do movimento ambientalista.

Globalistas-progressistas-sustentabilistas

Favoráveis a uma combinação de preservação e desenvolvimento sustentável, com alta tecnologia para a Amazônia. Intervenção estratégica do Estado Nacional, complementada com setores sustentabilistas no mercado mundial: na proteção do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais amazônicos; no desenvolvimento científico-tecnológico regional e associação a setores produtivos e intensivos em informação; e no desenvolvimento social.

Expressivos nas áreas de ciência e tecnologia, meio ambiente e assuntos estratégicos do aparato estatal, no setor ambientalizado do empresariado, no setor mais profissionalizado das ONGs e com alguma expressão em partidos progressistas.

Fonte: Albagli, 1998.

6.6.10. Sobre a ocupação do território e o uso do espaço

Mello Filho (1999) critica fortemente a forma como o espaço amazônico foi invadido e como o território sofreu com o impacto ambiental do planejamento estratégico da Doutrina de Segurança Nacional, comentando que no tempo do regime de força a temática da ocupação do espaço amazônico esteve baseada no retalhamento da floresta contínua, pela passagem de estradas abertas, sem restrições ecológicas (Cuiabá-Santarém, Transamazônica, Perimetral Norte, etc.) e na concessão de largas extensões de terra a quem tivesse capacidade de eliminar as florestas e implementar pastagem:

“ (...) E o epílogo de tudo isso foi um gigantesco fracasso. Esqueceram-se de que a ocupação da Amazônia, desejada sobre certos aspectos, nunca será obtida em obediência a preconceitos técnico-administrativos. Isso é atestado pelo fracasso dos técnicos americanos de melhor qualidade, na Fordlândia e em Belterra. Mesmo recentemente, o exemplo do empreendimento Jarí não é animador.” (Mello Filho, 1999: 103).

O mesmo autor prossegue reforçando que a ineficácia da máquina burocrática para a Amazônia, em especial, dificultava a circulação das medidas de forma equilibrada mesmo tendo-se criado sucessivos órgãos de defesa e de incentivo florestal. Paralelamente à formulação de códigos, textos, leis, portarias, cheias de sutilezas, quanto a um efetivo programa de manejo dos valores florestais, “estabeleceu-se um sistema clandestino de corrupção que vem permitindo formas de exploração florestal ao arrepio de todas as medidas conservacionistas emitidas” (Mello Filho, 1999: 104)

Sobre essa conexão mecanicista e anacrônica da ESG com os danos ambientais, vale ler a opinião histórica de Hannah Arendt (1991), ao afirmar que o conceito mecanicista do mundo, que era, *par excellence*, o conceito do mundo do *homo faber*. Para a autora, o conceito encontrou sua teoria mais plausível na famosa analogia da relação entre a natureza e Deus com a relação entre o relógio e o relojoeiro. O que interessa em nosso contexto não é tanto o fato de que a idéia de Deus no século XVIII era concebida à imagem do *homo faber*, mas sim que, neste caso, o caráter processológico da natureza era ainda limitado. Embora todas as coisas naturais já houvessem sido engolfadas no

processo pelo qual haviam passado a existir, a natureza como um todo ainda não era um processo, mas o produto final de um fabricante divino. “Se a imagem do relógio e do relojoeiro é tão impressionantemente apropriada, é que contém tanto a noção da natureza como processo na imagem dos movimentos do relógio quanto à noção do seu caráter de objeto ainda intato, na imagem do próprio relógio e de seu fabricante”(Arendt, 1991: 310).

6.6.11. Análises dos trabalhos 23 e 24

O capitão de fragata fuzileiro naval Anderson Antonio Magalhães (1995) escreveu *Os reflexos da questão ambiental e a defesa da Amazônia*, onde afirma que a Amazônia, por suas características físicas, traz para as operações militares dificuldades bem maiores ao agressor que ao defensor e investe seu argumento pela estratégia de que seria preciso conscientizar a nação brasileira para ocupar a Amazônia brasileira, através de um plano de ocupação militar estratégico contínuo e gradual, integrando não só as FFAA, mas todos os órgãos do governo. O autor afirmara que assim seria possível implementar a “estratégia de presença”, favorável à presença militar em pontos sensíveis da região com a finalidade de garantir os poderes, para assegurar a soberania em território nacional e contribuir para o desenvolvimento “equilibrado” da Amazônia. Também enfatizara a necessidade de implantar a “estratégia da lassidão”, que consistia na conscientização do nativo para resistir a conflitos prolongados por meio de guerrilhas e escaramuças, desgastando o material e enfraquecendo o moral do agressor (geralmente potências desenvolvidas), à semelhança da que foi usada no Vietnã (p. 59).

Aplicando as duas estratégias, esse oficial da Marinha do Brasil acreditava estar contribuindo para a “estratégia da dissuasão”, que preceitua a manutenção de forças armadas suficientes e aptas para o emprego imediato e capazes de desencorajar qualquer agressão militar pela capacidade de revide que representam. Há uma falácia nesse ponto. Não é possível associar desenvolvimento equilibrado com estratégia da lassidão. A estratégia da lassidão está na base das hipóteses de conflito e de emprego das forças armadas na Amazônia. Essa evidência está sendo tratada de forma especial na parte conclusiva da tese, ao final do volume.

Em outro trabalho (trabalho 24), outro oficial da Marinha do Brasil⁴⁹ afirmara que as etnias amazônicas pouco representavam para o contexto mundial e que serviam de pretexto para a ingerência externa em assuntos brasileiros. Referia-se a “notável coincidência” da demarcação das áreas indígenas Ianomâmi com a localização de minerais estratégicos e de madeiras nobres (p. 12).

6.6.12. Sobre os indígenas

Leff condena o etnocentrismo, ao descrever o panorama que afeta o silvícola aculturado:

“O indígena, esse ser marginalizado, dominado, subjugado. Esse ser forjado em uma sociedade ‘tradicional’, em uma sociedade fria, sem tempo; em um mundo em que se tem perdido sua memória e na história de dominação, de onde se tem calado a sua fala pelo silêncio da submissão. Esse ser objeto de estudos antropológicos revive atualmente o seu tempo transportando as suas memórias, re-arraigando-se em seu território e reassentando-se no mundo globalizado a partir de suas lutas de resistência e de suas estratégias de sua re-apropriação da natureza.” (Leff *et alii*, 2000: 43)

Leff ainda enfatiza que em relação aos índios não está tratando de reclamar compensações por danos ecológicos, mas de reivindicação de uma dívida ecológica como dívida histórica de conquista e submissão e o direito de ser diferente, “o direito à autonomia, seu recado a ser integrado na ordem econômico-ecológico globalizada, a sua unidade dominadora e sua desigualdade” (*idem*, p.44).

A expansão da fronteira agrícola da Amazônia é um dos exemplos de genocídio, segundo Foladori (2001). A organização *Survival International*⁵⁰ tem dado conta, em seus periódicos informes, da relação entre as grandes obras de desenvolvimento, o avanço da fronteira agrícola e a sorte dos grupos selváticos. Pela importância para nosso argumento, decidimos apresentar, na íntegra, o que escreve sobre o Brasil:

⁴⁹Capitão de fragata fuzileiro naval Marco Antonio Nepomuceno da Costa. *Reflexos da questão ambiental e a defesa da Amazônia* (1996).

⁵⁰Essa organização foi uma das que severas críticas recebeu como estando a serviço de interesses governamentais e de aristocratas britânicos para “submeter” a Amazônia. O comentário foi do livro *Máfia Verde*, encontrado na biblioteca do Clube Militar (*Op. Cit.*).

“A estrada Transamazônica devia ser a cura milagrosa para a miséria do Nordeste brasileiro (...). Mas 13 anos depois de aberta, a gente do Nordeste brasileiro está tão oprimida por dívidas e latifundiários como antes, e o estado do Amazonas está principalmente ocupado por grandes fazendas; os camponeses colonizadores assentados originalmente ao longo da estrada estão sendo expulsos por latifundiários. Entretanto, ninguém sabe o que se passou com os 29 grupos indígenas que viviam ao longo da rota transamazônica em 1970. Alguns desses, segundo o ministro do Interior, eram ‘muito agressivos’. Um desses grupos, os Arara, foi-se de sua comunidade quando a estrada cortou em duas as suas terras, abandonando seus cultivos para que os colhessem os próximos ocupantes. Outro grupo que caiu vítima da Transamazônica foi o Parakana, que havia sido previamente reduzido quando a linha de trens de Tocantins atravessou suas terras nos anos 50. Em maio de 1972, ficavam apenas 80 Parakanas; o restante sucumbiu à gripe, disenteria e enfermidades venéreas, contagiados pelos trabalhadores de estradas e pelo pessoal da FUNAI. Outras estradas catastróficas para os indígenas incluem a BR-80, que em 1970 dividiu o Parque do Xingu, favorecendo os enfrentamentos entre os Txukuhamae e os fazendeiros invasores; a estrada Cuiabá-Santarém (BR-163), que em 1973-1974 causou a morte de cerca de 80% dos recentemente contatados Kren Akarore; a estrada do perímetro norte (BR-210), que levou mineiros e garimpeiros aos Yanomani; a Manaus-Caracá (BR-174), cuja abertura foi o começo do fim para os Waimiri-Atroari; e a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), criada pelo Banco Mundial, que está levando à destruição os Nambiquara (...) (*Survival Internacional*, 1986, p. 5)”. (Foladori, 2001:190-191).

No trabalho 24 focamos a questão indígena de forma significativa, para entender o pensamento militar. Ali, são feitas associações dos indígenas com territórios valiosos como estâncias minerais. O interesse pelo território, que é fonte de recursos para o desenvolvimento é evidente. Não se observa a preocupação em ver o problema de forma mais ampla, de forma a respeitar a autonomia cultural histórica desses povos. Aqui, três idéias são percebidas: (1) de que o índio ingenuamente “cede” ante os propósitos dos “inimigos” estrangeiros; (2) de que certos grupos indígenas teriam consciência de sua emancipação na luta pela sua sobrevivência, mediante a proteção internacional, forçada pela demarcação das terras; (3) de que indígenas estariam incluídos no extrativismo mineral em troca de benefícios.

6.6.13. Análise dos trabalhos 25 e 26

O trabalho 25 é de um engenheiro⁵¹. Embora veja a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de soluções, em especial quanto à interferência agressiva sobre o seu direito de agenda e de financiamentos por causa da Amazônia, esse engenheiro desenvolve seu argumento olhando com desconfiança para as políticas propostas pelas potências industrializadas, onde os temas do meio ambiente, comunidades indígenas, conflitos étnicos e outros se prestam, pelas suas complexidades. Aponta para interferências perigosas à soberania nacional, ao processo de desenvolvimento do país e no livre direito de opção sobre distribuição demográfica e de organização social. Tais polêmicas questões para ele teriam ensejado que grupos ativistas que se dizem interessados na defesa do meio ambiente exercessem pressões sobre o Congresso dos EUA para que financiamentos feitos no Brasil estejam condicionados à defesa do meio ambiente e por compromissos de proteção às comunidades indígenas.

O engenheiro relaciona 10 grandes evidências dessa pressão internacional que repercutiriam na concessão de empréstimos e que reforçam seu argumento: (1) o BIRD, nos convênios assinados com o Brasil, nos aspectos ambientais, teria feito alterações unilaterais de contrato, incluindo posteriormente cláusulas ambientais não previstas (Rodovia PA -150, no Sul do Pará); (2) o BIRD, no Sistema Interamericano (OEA) agira de forma semelhante para com o Brasil; (3) a reunião em mar 89 em Haia sobre a Questão Ambiental Mundial, abordara problemas da Pan-Amazônia sem a participação dos Estados da Amazônia, com exceção do Brasil, demonstrando desrespeito aos princípios da autodeterminação; (4) a interferência quando da demarcação da área para os Ianomâmis; (5) a idéia discutida e defendida pelo G-7 de que a Amazônia deveria tornar-se patrimônio da humanidade; (6) o Brasil pretendia uma saída para o Pacífico que lhe possibilitaria intensificar o comércio com o Japão e com os Tigres Asiáticos. A rodovia Brasil-Peru seria concluída com recursos do Fundo Nakasoni, mas os EUA, através de ameaças, impedira que o investimento ocorresse; (7) como retaliação a esse projeto na Convenção da Basiléia, o Brasil e o Japão foram considerados receptores do lixo atômico; (8) o “Projeto para a Amazônia” da NASA, que pesquisa e estuda a Amazônia, contaria

⁵¹ Carlos Alberto Borges de Sampaio (1997) escreveu a obra *Pressões Internacionais Junto a Órgãos Financiadores Quanto a Projetos na Região Amazônica, Identificados Como Agressivos ao Meio Ambiente*.

com “168 instituições mundiais e 551 técnicos. Destes, somente uma instituição é brasileira, o INPE, e entre o corpo técnico só dois são brasileiros”. Essas não teriam atendido às exigências contidas no Código Amazônico, que determinaria a obrigatoriedade de consultas ao governo e à população local para ações na região; (9) em 1993, os EUA teria classificado a Amazônia como “local de conflitos étnicos” e portanto passível de intervenção externa. O Comando de Operações Especiais do Exército dos EUA teria efetuado manobras militares na Guiana a 100 km da fronteira brasileira, não respeitando a soberania brasileira na área (1993) e (10) que existiria na Europa um comitê para demarcação das terras indígenas na Amazônia com a participação de 60 ONGs e a ONU, que estabeleceria, em 1993, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, numa “flagrante intromissão nos problemas dos países amazônicos” (pp. 27-29).

Em 1998, João Alfredo Vieira Portela escreve, como estagiário da ESG, o trabalho *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. (trabalho 26). O Juiz Auditor apresenta o argumento central de que a área deve ser ocupada ou mantida defendida de interesses estrangeiros, que preocupam as autoridades brasileiras. Segue o desenho padrão de apresentar aspectos físicos da Amazônia, ressaltando suas reservas e a necessidade de integração da região ao resto do país.

Em linhas gerais, os trabalhos 25 e 26 sinalizam a forte participação estrangeira nos assuntos relativos à Amazônia. A Amazônia como cobiça internacional é tema muito explorado. Observa-se a preocupação com o esvaziamento do capital internacional para dar prosseguimento a projetos de ocupação. Além disso, o xenofobismo e etnocentrismo está presente nos textos. Ambos os autores defendem que a Amazônia é brasileira, com todas as letras e insinuam que a participação da diplomacia no enclave é, no mínimo, ineficaz pois estaria permitindo que os interesses brasileiros saíssem prejudicados pela diminuição da influência no círculo dos países do Pacto Amazônico, o que implicaria em perda de poder e simpatia pelo fortalecimento da presença militar brasileira na área como alternativa ao mal estar diplomático.

6.7. Grupo 3- Dos que formulam propostas

6.7.1. Análise do trabalho 28

Em 1980, Enéas Salati⁵² profere conferência na ESG (trabalho 27). Na trajetória de seu discurso, busca mostrar aos estagiários e instrutores alguns aspectos do conhecimento científico da Amazônia. Salati havia sido convidado a exemplo de outros especialistas para falar aos estagiários. O objetivo dessas conferências eram o de prover subsídios intelectuais para os estagiários, muito deles leigos diante dos temas a serem discutidos. Visava a nivelar conhecimentos, permitindo uma discussão entre grupos e aprimorar a qualidade de trabalhos escritos. Isso ainda conta muito para a formação do planejador da ação política. Na síntese de sua fala está a preocupação em ressaltar a heterogeneidade da região amazônica, que vai desde as características dos seus solos, passando pelos mananciais hídricos de forma geral até as condições climáticas que refletem sobre a cobertura vegetal e fauna.

Com o trabalho 28⁵³, notamos a participação de mais um geólogo. Este afirmara que a idéia muito difundida de que a Amazônia possuía imensas e inesgotáveis riquezas, deveria ser tomada de certa cautela. Para ele, o conceito de jazida mineral já havia sido por muitas vezes deturpado e que seria de domínio público que na maioria dos casos uma simples ocorrência mineral fosse propalada como uma reserva de minério e às vezes até considerada estratégica.

Apontara pesquisas que relatariam a ocorrência de Linhito na região do Alto Solimões, tendo esse autor relatado que já tivesse proposto o aproveitamento dessa vantagem⁵⁴ ao Ministro das Minas e Energia, da seguinte forma: (1) desenvolvendo ou adaptando tecnologia de gaseificação de Linhito para a utilização em núcleos populacionais na região do Alto Solimões, Amazonas; (2) localizando áreas para a

⁵² Conferência intitulada *A Amazônia: seu destino econômico e o meio ambiente*, que foi pronunciada pelo professor para estagiários da ESG, em 19 Jun 1980. Esse intelectual distinguiu-se como cientista da Amazônia, mas sua relevante obra não estará sendo aqui apresentada, pois fugiríamos do objetivo deste trabalho.

⁵³ Geólogo Jose Belfort dos Santos Bastos. Ocupava o cargo de Diretor do 8º Distrito do Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM). Recebeu a incumbência como estagiário da ESG de formular *Uma Política Mineral para Amazônia* (1985).

⁵⁴ Sob a forma de um Projeto de Gaseificação de Linhito do Alto Solimões, para uso em grupos geradores de eletricidade e aproveitamento doméstico (Jun 1979).

mineração desse mineral e manter ali a estrutura pertinente, entendendo que tais depósitos estejam localizados próximos às cidades que irão beneficia-se do empreendimento; (3) substituindo o combustível usado nos grupos de eletricidade (diesel) por gás de linhito e (4) fornecendo gás à população local.

Incluía, como anexo 2 de seu trabalho, a apreciação do geólogo João Orestes Schreider Santos, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)⁵⁵ que vai recheada de críticas ao processo de “ocupação racional” e de aculturação indígena na Amazônia.

Apoiado em tais argumentos, sustentara que o empreendimento mineral poderia trazer grande benefício às comunidades indígenas⁵⁶, pagáveis pelas mineradoras ao índio pela posse dessas terras, que é assegurada pelo Estatuto do Índio e que acompanharia benefícios indiretos como comunicações, abastecimento de água, escolas, postos de saúde, etc. Essa posição favorável ao indígena participar da grande empresa extrativista trouxe efeitos nefastos. Exemplos disso foram os vários episódios de lutas entre estrangeiros, garimpeiros e indígenas, logo após a descoberta de novas jazidas, que se tornaram evidentes no Governo Sarney e mais evidentes ainda no Governo Collor de Melo. Indígenas, que conheciam bem suas terras, levavam vantagens no pequeno extrativismo mineral, depois que as mineradoras deixavam de considerar a área viável, economicamente. Além disso, os episódios de escambo e de aviamento irregular, além do quadro agudo de doenças já visualizado anteriormente, levavam etnias como os Ianomâmis e Tukanos facilmente à degradação⁵⁷.

⁵⁵ O geólogo Bastos afirma que a Companhia foi criada com recursos do DNPM e trabalham em conjunto. Enquanto o DNPM concentra atividades praticamente em serviços de escritório, sem investir na procura de novos bens minerais, muitas vezes deixando de fiscalizar adequadamente as atividades de prospecção das empresas, o CPRM negocia concessões de pesquisa como forma de suprir o decréscimo na atividade interna (ver o anexo 1 desse documento, p. 4).

⁵⁶ Informa que a FUNAI e os missionários ocultam do índio as vantagens econômicas e políticas a que tem direito por lei brasileira (p.4) .

⁵⁷Experiência pessoal do autor quando era tenente e capitão do exército, servindo no 8o Batalhão de Infantaria de Selva, de 1987-1990 e no Comando Militar da Amazônia, de 1991-1993.

6.7.2. Análise do trabalho 29

O trabalho 29 é de um engenheiro florestal⁵⁸. Suas principais idéias e seus argumentos mostravam que os governos posteriores a 1964, embora tivessem possibilitado a criação de vários organismos para conhecer a realidade amazônica e deles terem produzido informações significativas, as tais ainda não seriam suficientes para a orientação de uma política de ocupação integral da Amazônia Brasileira.

Afirmara isso de forma enfática em seu texto. Já no início de seu trabalho, ressaltava que “o que havia acontecido nos últimos anos era uma ocupação rápida e desordenada de algumas regiões, trazendo danos incalculáveis à sua ecologia” (p.5).

Contextualizou seu trabalho com dados do Prof. Samuel Benchimol⁵⁹ sobre a expansão e concentração demográfica da Amazônia Legal (1970-1980) e, fruto de suas reflexões, via como bastante complexa a programação da ocupação humana e o uso adequado dos seus recursos naturais disponíveis, sem quebra das linhas da ecologia, isto é, dentro da “perfeita harmonia que deve existir entre homem e ambiente” (p. 12).

Seu trabalho, baseado nos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho interministerial instituído pelo Decreto 81. 518, de 20 Mai 1979 e nos levantamentos dos recursos naturais efetuados pelo Projeto RADAM na Região Amazônica, que apontam dados insuficientes para a definição de métodos de ocupação aplicáveis à região como um todo, sugeria o zoneamento econômico-ecológico com detalhes para áreas-modelo previamente estabelecidas, visando a buscar a compatibilização entre preservação e conservação⁶⁰ dos recursos florestais da região.

No tocante às populações indígenas e apoiado em trabalhos de Samuel Benchimol, o autor busca o equilíbrio e sobrevivência dos ecossistemas e de etnias de

⁵⁸ O Eng José Cláudio Cardoso Ururahy escreveu *Ocupação da Amazônia – Contribuição a Política Para Manejo, Exploração e Conservação dos Recursos Florestais*, como trabalho especial de curso da ESG, de 1985.

⁵⁹ Esse autor, o Prof. Benchimol, é dono de um currículo extenso e um volume considerável de publicações sobre a Amazônia, a epidemiologia brasileira, a história da sociologia da região, sendo o seu trabalho parte integrante da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia da Universidade do Amazonas (1981). A apresentação da revisão de sua literatura foge aos limites deste trabalho.

⁶⁰ Enquadra as áreas de preservação como as de proteção integral dos ecossistemas, sendo as de conservação onde o uso de recursos naturais só se fará mediante sua utilização racional. Também cria a categoria das áreas para uso alternativo, nas quais serão desenvolvidas atividades econômicas implicando substituição total ou parcial da cobertura vegetal (vide p. 51)

forma a garantir suas expressões e isso chama a atenção, porque o meio está sendo valorizado e não o poder central: uma rara aparição dos trabalhos da ESG.

Quanto ao desmatamento, acrescentara que o avanço da exploração madeireira em grande escala e à cata de espécies valiosas provocava a descapitalização da floresta a curto prazo, sendo secundado pela ampliação da fronteira agropecuária. Assim, a ocupação na Amazônia teria se desordenado onde a floresta é utilizada como fonte de matéria-prima industrial e como material combustível para limpeza do solo. Para ele, “a progressão das fronteiras não seria consequência da ampliação dos empreendimentos, mas sim da exaustão das riquezas e da fertilidade do solo” (p. 31).

6.7.3. Análise do trabalho 30

O trabalho 30⁶¹ é de um coronel do exército. Esse, alia o embasamento teórico de especialistas à própria experiência prática na tentativa de descrever a Amazônia, embora genericamente, nos seus aspectos mais influentes no setor de transportes, “ainda tão parcos para o atendimento das reais necessidades da área e indicando o mínimo para torná-la uma realidade nacional para o uso adequado e em benefício de todos os brasileiros” (transcrito do resumo informativo). No bojo de sua exposição, considerou alguns aspectos caracterizadores da área (geopolíticos) em relação às suas dimensões como clima, recursos naturais e econômicos. Fez menção a alguns dados referentes à população indígena. Em seguida, fez um histórico que revela dados pertinentes à ocupação, divisão política e participação das forças armadas no processo de desenvolvimento, particularmente nos meios de transporte e de comunicação.

Esse autor enfatizara a importância dos transportes na integração, no desenvolvimento e na segurança da área, mostrando que o desconhecimento da área, que exige uma tecnologia adequada, teria feito com que a qualidade de tais construções não fosse a das melhores, especialmente por parte de firmas coordenadas pelo Exército que pela primeira vez adentravam na Amazônia para a construção de rodovias.

Esclarecera que a agressividade da selva, a natureza do solo e o regime pluviométrico eram fatores condicionantes de sua importância na construção de rodovias

⁶¹Do coronel engenheiro Ornelio da Costa Machado, estagiário da ESG de 1986. Intitulara-se *Os transportes na Amazônia: seu papel na ocupação, integração, desenvolvimento e segurança da área*.

naquela área e que a escassez de materiais adequados como pedra, cimento, asfalto, ferro influiria na empreitada, dificultada ainda mais pela desqualificação da mão-de-obra local.

Várias rodovias da Amazônia estavam desativadas ou muito danificadas, pelas razões acima expostas pelo coronel. O exército foi levado a trabalhar para refazer as rodovias precariamente assistidas. Como o projeto estratégico precisava funcionar, os presidentes militares até o governo Collor estavam convencidos a considerar os eixos rodoviários como fundamentais para o processo de ocupação. Foi assim com a reabertura da BR- 364 (Cuiabá - Porto Velho) e várias se sucederam sob a coordenação da engenharia militar como as da BR- 163 (Cuiabá – Santarém); BR – 174 (Manaus – Boavista - fronteira da Venezuela); BR- 401 (Boa Vista-fronteira da Guiana); BR-425 (Gujará Mirim - fronteira da Bolívia); Segmento Oeste da BR-364, até Cruzeiro do Sul, no Acre e outras de menor importância, mas que ao todo complementariam as tentativas de integração da Amazônia ao Brasil.

6.7.4. Análise do trabalho 31

Outro autor, o engenheiro Mauricio Benevides dos Guarany's, apresentou *Os aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia: seu papel na ocupação, integração, desenvolvimento, segurança e efeitos ambientais* (trabalho 31) onde escreveu que, na Amazônia, as fontes de energia disponíveis superavam em muito as necessidades regionais atuais e que deveria, portanto, o planejamento da sua exploração ser voltado para o desenvolvimento da região, com vistas à exportação. Como recursos energéticos convencionais mais importantes e de interesse para a Amazônia, ressaltara o potencial hidráulico e dos combustíveis fósseis. Afirma que as reservas de combustíveis fósseis ainda não estariam avaliadas.

Observa-se a preocupação com as localidades nesse trabalho. Percebe-se que o reconhecimento de fatores naturais está exigindo um olhar para fora do eixo controle/ocupação/cobiça/poder e que há uma aproximação com os pressupostos atuais de ciência no que tange à temática ambiental.

Desde o início da década de 70 a construção de usinas hidrelétricas era precedida de estudos de impacto ambiental. Inicialmente, estes estudos eram incluídos no projeto por imposição de organismos financeiros e em seguida por determinação do

Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), que resolveu incluir normas para estudos ambientais em todos os projetos de aproveitamentos hidrelétricos.

As usinas construídas na Amazônia até o início de 1986 foram as de Coaracy Nunes no Amapá; de Curuá-Uma em Santarém e Tucuruí. Destas, a que teve maior repercussão, no que se refere ao impacto ambiental, foi sem sombra de dúvida a de Tucuruí, em função de sua proximidade da cidade de Belém e da área alagada em 2.340 km². No tocante a isso, esse autor defendeu que razões políticas teriam gerado reações da opinião pública para a construção da hidrelétrica⁶².

Apesar de estar demonstrada a busca pelo preparo e pela aproximação com a ciência, no que tange à temática ambiental, histórica e geológica, trata-se com superficialidade o impacto social e ambiental das hidrelétricas. Se mede em termos de tragédias e não tragédias. Apoiar-se em relatórios científicos, mas não participar do universo das modificações sofridas no nível local. Essa é mais uma boa oportunidade para criticar-se os Relatórios de Impacto Ambiental, que é excessivamente técnico no relato de perdas e “baixas”.

6.7.5. Análise do trabalho 32

Um analista de sistemas é autor do trabalho 32⁶³. Dissertara que em relação ao panorama florestal da Amazônia, no sentido da exploração madeireira, o potencial é imenso, mas ainda com extração e beneficiamento caminhando em processos rudimentares, ocasionando um número elevado de serrarias (mais de 1.500), uma elevada perda de madeira na seleção para exportação e o corte assistemático, dificultando o processo de reposição florestal.

Tais levantamentos são importantes pela ausência de técnica e de escrúpulos da ação extrativista que não raro maximiza o lucro desenfreado. Nos dois trabalhos anteriores (trabalhos 30 e 31), os autores anteviram problemas na política de ocupação

⁶² O engenheiro referencia e cita vários artigos publicados na imprensa sobre o episódio de Tucuruí. Segundo um dos artigos, representantes do Programa das Nações Unidas foram enviados a verificar in loco as denúncias veiculadas na imprensa internacional de contaminação química em Tucuruí. Em outros, aparece o desassombro dos habitantes da área que não tenha acontecido nenhuma calamidade após a implantação da planta da Usina de Tucuruí (vide pp. 28-29)

⁶³Madson Antônio Brandão da Costa, analista de sistemas e aluno da ESG, estudando a atuação da SUDAM escreveu (1989) a *Superintendência do Desenvolvimento Regional: Análise das Políticas e Estratégias no Planejamento e Ocupação da Amazônia, no Setor Agrícola, Florestal, Agropecuário, Industrial e Social*.

“racional” da Amazônia, tentando incluir o sentido de interiorizar e internalizar o desenvolvimento de forma a reduzir as desigualdades, através de um zoneamento econômico-ecológico. Nesse trabalho, já percebe-se que o autor quer valorizar as populações indígenas.

Observa-se que já há uma tendência de compatibilizar-se os objetivos sócio-econômicos com os aspectos ecológicos. Nos planejamentos, passa-se a reconhecer e valorizar as características e peculiaridades da sociedade e cultura amazônicas como elementos decorrentes das condições ecológicas, sociológicas, antropológicas e históricas e busca-se elevar o nível de vida da população, através da expansão do emprego, do acesso aos bens e serviços produzidos e das formas de participação social.

Efetivamente, a proposta apresentada da valorização de culturas indígenas na Amazônia é favorável ao bom diálogo entre o Poder Central e as partes e com a comunidade internacional que investe na Amazônia. Mas, o avanço da expansão da fronteira, a ocupação “racional” do território ainda é um problema para a efetiva sustentabilidade, porque a doutrina da ESG reforça o contínuo desenvolvimento. É interessante notar que mais um autor civil se esforça para escapar do rigor do paradigma central da controle/cobiça/posse e a ocupação até o limite da fronteira econômica na Amazônia. Consideramos isso uma limitação do planejador da ESG em geral e do militar planejador da ESG, que tende a maximizar o controle, após analisarmos os trabalhos já expostos.

6.7.6. Análise do trabalho 33

O trabalho 33⁶⁴ foi escrito por uma engenheira. Para ela, o sistema espacial de integração através de estrutura de relação de poder/dependência, exercida a partir dos grandes pólos de poder econômico forjaria o desenvolvimento segundo seus interesses, indiretamente através do estímulo da produção e diretamente através de aportes e investimentos. Tais relações Centro/Periferia seriam estratificadas em três estágios distintos de evolução: (1) onde ocorre o deslocamento dos fatores de produção da periferia para o centro, espacialmente mão-de-obra e capital; (2) onde a periferia continua produtora de matéria-prima, sendo que as relações de troca continuam favoráveis ao

⁶⁴A engenheira Alcione Cavalcante apresentou em 1990 o trabalho intitulado a *Conciliação do desenvolvimento com a conservação do meio ambiente: política e estratégia para a Amazônia*.

centro, com a promoção acentuada das desigualdades regionais; (3) onde “pressões políticas, ambientais e de outras ordens redirecionaram a inversão de fluxos, com aumento da renda *per capita* da periferia e conseqüente redução das diferenças regionais” (pp. 39-40).

Nos planos de desenvolvimento da Amazônia, afirma que o modelo adotado é definido como “modelo de desenvolvimento desequilibrado”, na medida em que privilegia determinados produtos dotados de vantagens comparativas, ou seja, quando o custo de produção em um empreendimento permite colocar em mercados nacional e internacional com preços correntes com vantagem de benefício, sendo selecionadas a indústria madeireira, mineral e agricultura (p. 45).

Sem dúvida o modelo é desequilibrado. Assim, uma postura para a mitigação da intervenção dos agentes de formulação e implementação de políticas públicas de segurança e defesa necessita inscrever a questão ambiental em seu bojo como conduta, na razão direta da abundância de construtos teóricos e evidências concretas da necessidade da sustentabilidade.

Urge um entendimento mais amplo que o normativo, valorizando-se contextos, realidades de suas populações e de seu espaço, em uma viva demonstração de exemplo de cidadania exercida e passível de ser considerada por todas as instâncias nacionais ou internacionais. Não se pode considerar mais aquelas posturas que desprezam o conhecimento ambiental produzido e alimentado pelos países-objeto de seus interesses ou que as hipóteses de conflito formuladas ou implementadas estejam fora do questionamento dos imperativos ambientais, com vistas à sustentabilidade global.

Dissertando sobre a questão, Leis (1991) afirma que a problemática sócio-ambiental da América Latina está marcada por sua inserção sócio-econômica na ordem internacional. Esta, por sua vez, é dominada pelo capital transnacionalizado e isso continua a gerar na área um desenvolvimento dependente dos centros de poder hegemônicos e que tal desenvolvimento caracteriza-se por fortes heterogeneidades estruturais montadas em um pêndulo de possibilidades: das elites fortemente adaptadas a padrões exógenos para a miserabilidade da grande maioria da população. O padrão tecnológico dominante é imposto ou importado desde os países centrais e resulta, em geral, impróprio no sentido do aproveitamento do potencial ambiental da região,

conduzindo, por isso, a uma degradação dos ecossistemas, a uma concentração demográfica e à deterioração da saúde da população.

Esse autor tem mostrado que a crise ambiental latino-americana agravou-se desde a década de 60 devido ao estabelecimento de usinas nucleares na Argentina, Brasil, México e Cuba e ao deslocamento, para alguns países da América Latina, de indústrias altamente poluentes que sofrem oposição nos países do Norte (química, petroquímica, etc.) e de indústrias intensivas em energia (alumínio, etc.) (*ibidem*).

Outro componente crucial da degradação sócio-ambiental latino-americana é o da militarização, estimulada no caso brasileiro, pela Escola Superior de Guerra. Embora tal movimento não esteja somente associado aos governos militares, implica que uma parte significativa do orçamento nacional seja gasta com as forças armadas (FFAA) e que em alguns dos países, como é o caso do Brasil, uma parte do núcleo dos parques produtivos, tecnológico e científico esteja a serviço das necessidades bélicas, a reboque de uma tradicional ótica econômico-tecnocrata-militar, já citada por René Dreifuss.

Isso gera uma série de problemas, principalmente em termos de aumento de resíduos resultantes da fabricação de engenhos militares. Sua utilização também libera resíduos perigos e tóxicos.

6.7.7. Análise do trabalho 34

O trabalho 34, elaborado pelo professor Antonio Carlos da Silva Farias e intitulado a *Amazônia e a Questão Ambiental: Impacto Ambiental na Amazônia Brasileira* (1990) privilegia a análise de conseqüências do desenvolvimento sobre o meio ambiente natural e antrópico. A partir da correlação constatada entre os incentivos e a degradação ambiental, o autor propõe políticas e estratégias.

Sugere a elaboração de uma proposta de política ambiental para a região que seria coordenada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em seis pontos: (1) a SUDAM deveria exercer sua função planejadora e coordenadora na concepção e formulação de uma política regional de meio ambiente, buscando o apoio fundamental dos órgãos estaduais; (2) implantação de um sistema integrado de informações ambientais da Amazônia para sistematizar um diagnóstico periódico da realidade ambiental da região; (3) a SUDAM criaria um fundo de apoio aos órgãos

estaduais de meio ambiente e às instituições de pesquisa da região; (4) que se deveria estabelecer normas e padrões ambientais para operacionalizar a gestão ambiental regional e a disciplina de programas, projetos e atividades consideradas importantes; (5) “os projetos aprovados ou em fase de implantação deveriam ser reavaliados à luz das modificações propostas, observando-se inclusive a necessidade de substituições de práticas tecnológicas inadequadas em termos ambientais” (p. 56) e (6) criação pela SUDAM de um banco de dados sobre o meio ambiente, o qual seria alimentado por informações dos órgãos estaduais.

Embora a sua proposta considere o fator tecnológico para aprimorar o monitoramento de impactos na região amazônica, na tentativa, inclusive, de unificação das inúmeras bases de dados levantados sobre a área, a burocracia que isso trará constitui sério risco ao sucesso. Ademais, é recorrente a condição vulnerável da SUDAM à corrupção, com tantos recursos a controlar. É recursiva a confiança na eficácia da centralização do poder como instrumento de controle da situação.

6.7.8. Análise dos trabalhos 35 e 36

O trabalho 35⁶⁵ é *A Amazônia e a Questão Ambiental*, outro trabalho desenvolvido por um geólogo. Este acreditava que a imagem brasileira no cenário internacional vinha sendo desgastada nos últimos anos, em função das campanhas internacionais movidas contra a degradação da floresta amazônica. O seu trabalho propõe algumas estratégias a serem tomadas visando a realização no Brasil, em 1992, da II Conferência Mundial de Meio Ambiente, que seria, segundo ele, “um excelente fórum para a recuperação da imagem brasileira, impedindo o bloqueio dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento da região”.(p.2)

O trabalho 36 é a conferência do renomado professor e pesquisador Samuel Benchimol que foi convidado pela ESG para palestrar aos alunos e membros do Corpo Permanente em 1990, organizando seus argumentos no sentido de alertar os planejadores para a desigualdade e desequilíbrio do desenvolvimento. Mostrando vantagens e desvantagens da ocupação, fez breve sinopse histórica da região amazônica na exposição intitulada *Desequilíbrios regionais com Ênfase na Amazônia*.

⁶⁵Geólogo Heitor Lyra da Silva, eadagiário da ESG (1990).

6.7.9. Sobre o desenvolvimento regional sustentável da Amazônia

A ponderação vista em documentos da ESG para um balanço da expansão da fronteira agrícola passa a constituir a ordem do dia. Precisa-se verificar se a área tem trazido prosperidade ao contingente populacional que migra para a região e como se apresenta a cadeia de devastação que isso causa, deixando marcas nos biomas e no próprio contingente populacional nativo e migrado. Vamos prosseguir com algumas questões relacionadas.

As causas de uma expansão tão significativa da fronteira agrícola têm diferentes origens, segundo o tipo de colonização. Quando se trata de pequenos produtores rurais, a causa principal é a pressão sobre o solo, a concentração de terras nas áreas mais desenvolvidas e a baixa demanda de trabalho assalariado. Mas quando além dos pequenos produtores, encontram-se empresas capitalistas que investem na fronteira agrícola, como foi o caso de aplicações de grandes multinacionais, a causa é sempre a especulação em torno da renda solo.

No caso brasileiro, esse avanço até as zonas de fronteira agrícola deveu-se não somente ao aumento de preços dos produtos agrícolas no período 1972-1974, ou da carne, desde os anos 60, mas também aos importantes projetos de ‘desenvolvimento’ impulsionados pelo governo. Três imensos projetos praticamente marcaram o perímetro da Amazônia brasileira e um ramal de estradas interiores transamazônicas teriam expostos os últimos rincões do país ao alcance dos investidores. O projeto Calha Norte estendeu-se desde o Atlântico, ao longo da fronteira com a Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia e Peru, com uma folga aproximada de 330 quilômetros. O segundo em tamanho foi o Grande Carajás, que vai da desembocadura do Amazonas até o Sul, tendo como eixo o rio Tocantins. O terceiro foi o Pólo Noroeste, na fronteira com a Bolívia e parte do Paraguai. A rede de estradas transamazônica ligava tais projetos de desenvolvimento, observando-se efeitos imediatos sobre o preço do solo. Logo que uma rota era construída na Amazônia, o valor da terra adjacente se multiplicava por um fator tão alto como 10, pelo menos (Foladori, 2001).

Dessa forma, o avanço sobre zonas novas, sem preço, converte-se, tão logo os produtores consigam, na primeira produção, um mecanismo de apropriação de lucro mais renda. Também deve-se considerar que, durante os primeiros anos do processo, as terras

desmoitadas rendem uma produtividade excepcional, fruto da fertilidade histórica acumulada. O fenômeno é analisado por Foladori:

“Quem desmoita pela primeira vez apropria-se de um só golpe dessa renda de fundação. Claro está que esse processo não é somente cor-de-rosa; assim que essas terras são colonizadas, adquirem preço e, com isso, elevam o nível geral das rendas da zona. A propriedade privada sobre o solo faz surgir uma renda econômica onde antes havia apropriação direta de terras virgens ou propriedade privada com preços puramente nominais. A propriedade do solo na forma de renda surge como uma barreira à aplicação de capital. Daqui em diante, os novos investidores deverão pagar uma renda ao latifundiário.”(Foladori, 2001:187).

A Amazônia é objeto dos últimos intentos de expansão na América Latina. Com isso, a degradação ambiental, de magnitude “insuspeitável”, prognostica uma aceleração da desertificação do planeta e apesar da destruição ecológica, o avanço da fronteira agrícola provocou aumento sustentável dos preços do solo. “O informe do Banco Mundial para o Brasil (1990) indica que na região Centro-Oeste (principal fronteira agrícola) o preço do solo aumentou 514% de 1970 a 1987, enquanto a média nacional foi de 501%” (Foladori, 2001: 188).

Percebe-se como há um incentivo para especulação do solo amazônico, apesar dos reclames da degradação que isso acarreta. A perda de recursos florestais originais, mesmo que compensada pela iniciativa de reflorestamento, também não diminui os agravos à saúde do contingente populacional e os danos ambientais na região. Vivemos esse impasse de avançar na fronteira agrícola e retroceder para resgatar os prejuízos.

6.7.10. Análise do trabalho 37

Em 1990, o comando da ESG determinou ao professor Sérgio Bruni que fizesse algumas *considerações básicas sobre o tema ambiental com ênfase na Amazônia* (trabalho 37) e uma análise crítica de um documento produzido pela ESG (já apresentada anteriormente).

Bruni inicia o seu trabalho citando a agenda global para a mudança de procedimentos, ao lembrar que a Assembléia Geral das Nações Unidas instituiu em 1984

a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, encomendando-lhe um profundo estudo sobre estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável na virada do século. Mencionara a primeira-ministra norueguesa Gro Harlem B., a única líder política que naquela época tivera uma experiência próxima com a questão, que coordenara a produção do documento “Nosso Futuro Comum”, considerado leitura obrigatória pelos estudiosos das questões ambientais.

Como vimos, a consciência a respeito da questão ambiental ampliou-se nos anos 60, intensificando-se a partir da Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), onde se reconheceu seu caráter global. A partir daí, aprofundou-se consideravelmente o conhecimento científico acerca dos problemas ambientais, bem como expandiu-se a percepção dos impactos socioeconômicos por eles causados e mesmo da possibilidade da ameaça à perpetuação da vida no planeta.

Já havíamos apresentado, quando discorremos sobre aspectos históricos da Questão Ambiental, que a proteção de espécies e de seus *habitats*, dos oceanos, da atmosfera, dos ambientes polares e do espaço sideral, além de medidas preventivas e mitigadoras dos efeitos transnacionais da poluição nuclear e industrial e do transporte de resíduos perigosos, tornaram-se objeto de regulamentação internacional, proliferando diferentes instrumentos internacionais para a proteção do meio ambiente planetário, especialmente através de uma série tratados e convenções.

Mostrava-se o esforço de garantir condições de governabilidade global sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, emergindo com força o direito internacional nessa área: a questão ambiental deixara de ser vista como problema técnico-científico e abria espaço na agenda política dos países.

6.7.11. Análise do trabalho 38

O trabalho 38⁶⁶ foi elaborado por um advogado. Achava que era um desafio organizar a pesca de forma lucrativa e econômica, em face da política de defesa do meio

⁶⁶Advogado Zorando Moreira de Oliveira, que como estagiário da ESG propunha o desenvolvimento da aquicultura no documento *Aquicultura na Amazônia: Alternativa da Subsistência e o Meio Ambiente* (1991).

ambiente para a Região Amazônica esbarrar em implicações políticas, econômicas e sociais.

Apresentara nas páginas 42 a 44 do documento algumas políticas e estratégias de desenvolvimento da aquicultura. Considerava essa atividade na região como potencial para suprir a carência de alimento, para evitar a degradação ambiental e para permitir que os amazônidas não fossem somente fiscais das riquezas dos ecossistemas amazônicos, mas sensibilizadores para o engajamento de agentes internacionais e seus governos na cooperação técnico-científica

A primeira política que formulara era a de consolidar dados de pesquisa para reimplantação de um instituto de pesquisas ictiológicas e de comercialização de pescado, tendo como estratégias: a) implementar o zoneamento ecológico-econômico na Região Amazônica, no sentido de delimitar pólos de produção; b) delimitar as áreas destacadas à aquicultura, para fins industriais; c) elaborar um plano de esclarecimento à opinião pública, sobre o empreendimento; d) incentivar que os governos estaduais e federal incorporem a aquicultura como meio de subsistência.

A segunda política era a de cortar drasticamente a quantidade de agentes poluentes despejados nos rios pela garimpagem predatória, queimadas e desmatamentos, mediante as seguintes estratégias: a) fortalecer as leis que coíbam a utilização de poluentes químicos; b) levantar criteriosamente as zonas de garimpo; c) desenvolver junto às entidades de pesquisa nacionais e/ou estrangeiras tecnologias que não utilizem o mercúrio como forma de separação de minérios pesados e cascalho e d) estabelecer postos de fiscalização aparelhados.

Na terceira política, o advogado pensava implementar o desenvolvimento da aquicultura através de tecnologias alternativas, a partir da verificação das áreas adequadas ao cultivo. Seguem as estratégias para atender a essas políticas públicas: a) estimular, através de mecanismos fiscais a autogestão pesqueira. Em base de tecnologias alternativas não poluidoras; b) criar em publicação a nível regional ou nacional, com periodicidade mensal para a distribuição gratuita em escolas, cooperativas, associações classistas, destinada à divulgação de tecnologias alternativas; c) criar uma legislação fiscal que regule a atividade no sentido de arrecadar contribuições, incorporando-as aos custos ambientais.

A quarta política era a de posicionar o Brasil, no contexto internacional, no que se referia à proteção ambiental na Amazônia e à aquicultura como meio de subsistência ribeirinha. Suas estratégias eram a de sugerir intercâmbio de informações e de pesquisas sobre o tema e a participação do corpo diplomático brasileiro para difundir a política brasileira de fomento à aquicultura, como item da pauta de exportações.

Essa excelente proposta, no entanto, parece não ter saído do papel. É importante destacar que as estratégias estão muito explicitadas, mas o país carece de legislação comercial que proteja os pequenos aquicultores, em geral as pequenas empresas não agrícolas (agricultura familiar). Constitui, também, uma grande alternativa ao impacto ambiental causado pela expansão da fronteira agrícola e pela monocultura.

6.7.12. Análise do trabalho 39

A partir de uma “exaustiva análise de conjunto de elementos determinantes do futuro da Amazônia”, Paulo Batista Lima⁶⁷ aborda a *Política e Estratégia Nacionais para o Desenvolvimento da Amazônia uma Questão de Soberania* (1991) (trabalho 39).

Esse autor identifica quatro cenários alternativos para a região e acaba escolhendo o o cenário 02, estabelecendo diretrizes de planejamento para a integração do espaço amazônico ao núcleo de poder nacional do Brasil da seguinte forma: a) um planejamento específico voltado para a integração e o desenvolvimento da Amazônia; b) carreamento de incentivos e recursos internos e externos para o desenvolvimento regional; c) políticas específicas e adequadas que levem em conta a preservação da natureza; d) levantamento e identificação de recursos naturais existentes na região; e) vivificação da faixa de fronteira; f) incorporação progressiva e pacífica das comunidades indígenas; g) divisão racional dos territórios dos atuais Estados do Amazonas e Pará; h) adaptação às ações extra-amazônia e suas resultantes locais à cultura e às vocações regionais como manejo florestal, pesca, caça, aquicultura, mineração, pecuária, agricultura e turismo; i) ocupação seletiva das áreas-chave, indispensáveis à consolidação dos eixos principais da articulação política da Amazônia; j) melhoria dos padrões de saúde, educação e oportunidades de trabalho para a população amazônica; l) incentivo à pesquisa científica

⁶⁷Sem dados sobre a sua profissão, mas não era militar.

e tecnológica voltadas para o desenvolvimento da região e m) ligação com os países fronteiriços e abrir saída para o oceano Pacífico (pp. 62-64).

Essa elaboração também é excelente, mas difícil de colocar em prática. Parece desconsiderar a realidade. Esse trabalho exemplifica a metodologia adotada pela ESG do estudo de cenários e que nós já criticamos pela pouca capacidade prognóstica que sustenta, em razão das complexas relações e integrações de que depende para resultados eficazes de planejamento.

6.7.13. Análise dos trabalhos 40, 41 e 42

O trabalho 40, do arquiteto Eudes de Oliveira Mattar, *Amazônia e a questão ambiental* (1992) caracteriza a Amazônia como ecossistema e confere à política externa do Brasil a grande parte de sua importância geopolítica e econômica. O autor afirma que pela sua “origem de incorporação ao território brasileiro (Tratado de Madrid, 1750) e biodiversidade, a Amazônia torna-se alvo de cobiça estrangeira e de projetos internacionais (...)” (p. 8).

Mattar declara que os principais problemas ambientais da região são: (a) desmatamento; (b) falta de saneamento básico e outros serviços de infra-estrutura nas cidades; (c) a poluição, que compromete os estoques pesqueiros dos rios da Amazônia e (d) a degradação da qualidade de vida pela falta de saúde pública satisfatória (p. 26).

Lembrando da importância que a ESG dá ao planejamento das políticas públicas, esse autor propõe o plano nacional da biodiversidade, como tantas outras propostas difíceis de serem defendidas e que foram por nós apresentadas. Cabe uma discussão com base na sustentabilidade que está motivando esse plano e mostrar que ele é um mero ato de formular. Não é sério.

A sustentabilidade de um determinado território, em sua expressão ambiental, será dada pelo nível de dependência deste em relação a ambientes externos e, em sua expressão sócio-ambiental, pela distância entre a satisfação das necessidades básicas de seus habitantes e os padrões de consumo conspícuo das elites. Além disso, a sustentabilidade do desenvolvimento só será dada na medida em que se possa preservar a integridade dos processos naturais e que, por sua vez, se consiga preservar a biodiversidade do planeta. Este último aspecto é de grande importância, já que, para ser

sustentável, o desenvolvimento deve transitar do atual antropocentrismo ao ecocentrismo, concedendo às demais espécies o mesmo direito “ontológico” à vida, o qual, diga-se de passagem, não contradiz o caráter antropocêntrico do crescimento econômico a que se fez alusão anteriormente, mas o amplia.

Assim, estudos de controle ambiental e de uso múltiplo (irrigação, abastecimento de água, aquicultura, navegação, controle de cheias, turismo, lazer, etc) são imprescindíveis para o estabelecimento de normas e procedimentos de uso da bacia hidrográfica, inclusive no que se refere à exploração do solo, florestas, áreas de preservação, uso da água, despejos sanitários, de forma a proteger a qualidade da água.

O trabalho 41⁶⁸ é de um engenheiro civil. Ele procurou caracterizar problemas causados pela interferência antrópica nos meios físico, biótico, sócio-econômico e cultural, detendo-se principalmente nas grandes alterações causadas pelas construções de usinas hidrelétricas nos ecossistemas amazônicos. Afirmando que a experiência na Amazônia demonstrou não haver soluções simples para os problemas da região, citou políticas e estratégias de ação que foram adotadas pela SUDAM (Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1994-1997) para minimizar os impactos ambientais acometidos pelas hidrelétricas na ênfase da conciliação do desenvolvimento com a conservação ambiental e propôs alguns programas, procurando conciliá-los na melhoria das condições dos amazônidas (vide anexo II).

Embora suas propostas sejam importantes, esse autor não diz como implementar os itens de 01 a 07.

Em 2000, Eliany Maria de Souza Gomes apresentou o trabalho *Políticas para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Ocidental* (trabalho 42). Como sua proposta de formulação de políticas públicas, a autora apresenta (1) a priorização de investimentos para os produtos potenciais selecionados, (2) criação da grife amazônica, (3) alocação de recursos para os pequenos produtores de matéria-prima dos produtos potenciais, (4) utilização dos recursos florestais de forma sustentável, (5) exploração da atividade de ecoturismo, (6) criação do programa “Aventuras na Amazônia” e (7) “exploração sustentável da biodiversidade”, detalhando suas estratégias de ação para isso (vide anexo II).

⁶⁸ O engenheiro Aldemar Vidinho Ferreira Lopes, estagiário da ESG, elaborou *Estratégias para controlar pressões antrópicas sobre ecossistemas amazônicos: os impactos das hidrelétricas* (1996).

Os trabalhos 40, 41 e 42 referem-se apenas de forma superficial ao fato de que a sustentabilidade ambiental do desenvolvimento implica tanto a base física do processo de crescimento como a social, através do objetivo de conservar a dotação de recursos naturais incorporada às atividades produtivas, como a capacidade de sustento dos ecossistemas, i. e., a manutenção do potencial da natureza para absorver e se recompor das agressões antrópicas e dos resíduos das atividades produtivas. Além disso não apontam como contornar e integrar na sustentabilidade as complexas variáveis sociais que afetam o planejamento. Verificamos essa preocupação nos documentos transcritos e revisados anteriormente. Tais evidências mostram que há uma expectativa de que mais amazônidas participem do processo de desenvolvimento. Os autores “idealizam” essa participação deles nos projetos de “segurança nacional”.

Isso corrobora a tese de Viana *et alii* (2001) de que especialmente nos países periféricos e com graves problemas de pobreza, desigualdade e exclusão, os fundamentos sociais da sustentabilidade postulam a justiça distributiva como critério básico de política pública no caso de bens e serviços, e a universalização da cobertura no caso das políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social. Ora, o paradigma de sustentabilidade postula igualmente a preservação da diversidade em seu sentido mais amplo, a sociodiversidade, além da biodiversidade, ou seja, a manutenção do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que permite a reprodução do tecido social e garante a integração nacional através dos tempos. Isso inclui, evidentemente, a promoção dos direitos constitucionais das minorias e a incorporação delas em políticas concretas de educação bilíngüe, demarcação e autonomia territorial, religiosidade, saúde comunitária, etc.

Apontam nesta mesma direção do componente *cultural* da sustentabilidade, as propostas de introdução de direitos de conservação e ao uso racional do patrimônio biogenético, quando tanto os “usuários” como os “detentores” da biodiversidade compartilham seus benefícios, transformando-se assim em co-responsáveis por sua conservação. A sustentabilidade cultural dos sistemas de produção agrícola implica critérios extramercado para que este incorpore as “externalidades” dos sistemas de produção de baixa produtividade, a partir da ótica dos critérios econômicos de curto prazo, mas que garantem a diversidade de espécies e variedades agrícolas e a

permanência através dos tempos da cultura que sustenta formas específicas de organização econômica para a produção.

O fundamento político da sustentabilidade está estreitamente vinculado ao processo de aprofundamento da democracia e de construção da cidadania. Este se resume, em nível macro, à democratização da sociedade e, em nível micro, à democratização do Estado e esse é um esforço que fazemos ao trazermos essa discussão do papel dos militares, após constarmos as evidências de uma busca pela sustentabilidade em alguns dos trabalhos analisados.

Fazemos uma pausa nesse capítulo diante da fragmentação com que se trata a sustentabilidade nos documentos que vimos.

6.8. Síntese analítica dos dados empíricos escolhidos

O tema *meio ambiente* é citado nos títulos dos trabalhos encontrados, ou no seu bojo, desde o início do corte temporal escolhido (1980), o que indica a forte influência do tema na política brasileira e na preocupação de apresentar novas políticas a partir de Conferência de Estocolmo (1972) que também é citada em alguns dos trabalhos desses primeiros anos da década.

Percebeu-se uma incidência maior de trabalhos no enfoque ambiental nos anos 90 (06 trabalhos) e 97 (05 trabalhos). Um afluxo maior de trabalhos produzidos nesses anos de 1990 e 1991 pode ser explicado porque era o momento onde o desenvolvimentismo se ramificaria na vertente ambiental e seria precipitado pela Conferência do Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92). As autoridades brasileiras necessitavam apresentar políticas públicas convincentes aos interlocutores internacionais em função do descaso em relação aos impactos ambientais e sociais na Amazônia. O projeto Calha Norte havia se limitado ao controle militar da zona de fronteira e o projeto Nossa Natureza foram respostas insatisfatórias e com objetivos restritos ao marketing político do Governo Sarney, sem grandes resultados na diluição das pressões internacionais. Havia uma insatisfação internacional e um sentimento de impotência das autoridades brasileiras em relação aos graves problemas que ambientalmente tinham sido gerados pela ocupação desenfreada e assistemática (ainda que como um projeto estratégico) da região amazônica.

Os indícios de fortalecimento da proposta do desenvolvimento sustentável nos trabalhos da ESG aparecem desde o corte de 1990, apesar do Relatório *Brundtland* ter

sido amplamente difundido em 1987 (*Our Common Future*), onde o Brasil atuou como signatário na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela autoridade que levou o nome do relatório.

Diante dos dados processados, acreditamos que o recesso do projeto Calha Norte no Governo Collor (1991) e a própria Eco-92 trouxe o esvaziamento da produção de trabalhos, que foi observado nos anos de 92 a 95. A proposta por sua retomada, no Programa Calha Norte e o incremento do SIVAM/SIPAM, parece ser a justificativa para o aquecimento da produção em 96/97.

De 1997 em diante, as participações mantêm uma baixa produção até 2000. Acredita-se que isso é gerado pela expectativa de aprovação do Programa Calha Norte e pelas iniciativas militares estarem em fase de preparação para o desenvolvimentismo com um viés ambiental. Isso estaria desestimulando as publicações.

Apesar de quase a totalidade dos trabalhos (39 em 42 trabalhos) que verificamos apresentar o rigor metodológico de fazer o “levantamento geográfico da área” ou do tema a estudar, o que evidencia uma forte tendência geopolítica na análise de cenários amazônicos, Shiguenoli Myamoto diz que a geopolítica não merece atenção especial nos currículos da ESG. Segundo ele, de maneira explícita, ela não é um elemento estudado com primazia sobre os outros. Explica que isso também não poderia ocorrer porque a geopolítica é, segundo os critérios adotados pela Escola Superior de Guerra, apenas um dos elementos teóricos que constituem ponto de apoio para o desenvolvimento dos temas básicos constante do seu currículo. Dentre os temas básicos constantes de seu currículo estão: Segurança Nacional, Política Nacional e Desenvolvimento Nacional (Miyamoto, 1995).

Os levantamentos que realizamos neste trabalho nos permitem relativizar a análise de Myamoto. Em teoria, de fato o Manual da ESG coloca os temas da segurança, política e desenvolvimento em pé de igualdade com a geopolítica para fins de equivalência técnica, porém o método de planejamento da ação política apresenta muitos resultados sobre o tema, assim como um programa de viagens dos estagiários que resulta em relatórios que se compõem nas expressões do Poder Nacional e que mostram sinais geográficos conclusivos.

Além disso, ao verificarmos a ênfase no uso, prevenção e controle dos recursos naturais com muita insistência em vários dos textos selecionados da ESG (cerca de 35 em 42) e no Manual da ESG, tem-se a visão do poder atribuído ao ser humano para “manipular” os recursos existentes, seja aproveitando as quedas d’água, seja abrindo estradas no meio da floresta densa e sem atenção a ela, por meio dos próprios instrumentos criados pelo homem. Nessas condições

“o homem colabora com todas as energias agrupadas e associadas, segundo as condições do meio e entra no jogo da natureza. Nessa interpretação, a geografia poderia facilitar, mas não determinar a ação do homem. Ela pode propiciar recursos e fornecer elementos, tornando viável um melhor aproveitamento das potencialidades do território, facilitando conseqüentemente o desenvolvimento local” (Miyamoto, 1995: 28)

Do final dos anos 80 em diante, percebe-se na produção da ESG em análise, aliada à sempre presente “necessidade de um reforço ao desenvolvimento”, já o surgimento da questão sob o rótulo da sustentabilidade, pelo menos como proposta, porque segundo os autores a fronteira de recursos deve e ainda pode ser explorada, de preferência por um projeto brasileiro. Tal ênfase, fortalece a crescente vontade de ocupar e apropriar-se das vantagens do território de uma forma diferente da que recebeu críticas pela devastação ambiental no projeto de ocupação militar, como as feitas por Myamoto (1995) : “A vasta extensão territorial e a distância, aliadas ao clima, foram elementos importantes, se não imprescindíveis, para que alguns Estados mantivessem-se durante anos praticamente intocados. Mas o mesmo não pode ser afirmado hoje, sem certa dose de ceticismo e ironia”(Miyamoto, 1995: 29).

A partir dos trabalhos selecionados na ESG, verifica-se que em termos de estratégia da integração da Amazônia focaliza-se os eixos rodoviários como indutores do processo de desenvolvimento econômico. Do ponto de vista da integração no “campo psicossocial” à luz da doutrina da ESG, a ação política se forjou apoiada na atuação da Radiobrás, do Projeto Rondon, da Embratel e do estímulo à implantação das grandes cadeias de televisão para o atendimento da região (referidos em 10 dos 42 trabalhos). A parte militar foi devidamente equacionada pela instalação de novas instalações e o

fortalecimento das antigas organizações militares na área e mesmo através da sua participação direta na realização de empreendimentos, com ênfase na construção de estradas e aeroportos. Os trabalhos apontam que a expressão econômica foi a mais citada.

O que se observa nos documentos coletados na ESG (pelo menos em 20 dos 42) é uma intenção pragmática que é enfatizada pela praticidade com que a doutrina de segurança revela tratar todos os assuntos objetos de segurança nacional, do mais simples ao mais complexo e do mais fechado ao mais aberto (uma analogia com o que vimos no simplismo para decompor em partes dos sistemas dinâmicos como se eles estivessem conectados a uma razão capaz de compreendê-los em suas indeterminações e acaso). Ali, o *homo faber* da revolução industrial ainda parece estar vivo, lutando a favor do desenvolvimentismo. Essa é a impressão que se tem ao ler tais materiais escolhidos como fontes para identificar o pensamento militar.

No tocante ao pensamento militar, predominante relativo à cobiça internacional pelos recursos naturais brasileiros, também foi possível relacionar o decréscimo da produção da ESG a partir de 1992 com as elucidações de que alguns dos argumentos supostamente sustentados por ele como verdadeiros, eram colocações inválidas e equivocadas quanto aos fundamentos da orquestração dessa ameaça.

Alguns militares acusaram entidades de participarem veladamente dessa orquestração e organizaram movimentos que mobilizaram a opinião pública (Já comentamos isso e apresentamos as evidências do discurso no estudo de caso do Clube Militar). Como exemplo, a “Diretriz Brasil 04-Ano 0” que teria sido produzida pelo Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, em 1981, levou às apurações em 1987. As apurações revelaram a não existência da entidade mencionada, nem mesmo identificando-a como o Conselho Mundial das Igrejas (CMI), que se dizia fundado na Holanda em 1948⁶⁹. Em função dessa denúncia por parte do segmento militar, foi aberta uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPMI) que teve sua primeira reunião em 03 Set 1987. O relatório final datado de 07 Out desse mesmo ano não foi apreciado pelos membros da CPMI e não foi votado⁷⁰. Em 21 Mar 1991, uma outra CPI foi instaurada e no dia 12 Dez 1991 o relatório foi aprovado. O documento citado foi motivador da

⁶⁹Ver a Discussão em Souza, 1996. Op cit.

⁷⁰ CNBB-CIMI. *A verdadeira conspiração contra os povos indígenas, a igreja e o Brasil*. 19...pp. 47-50. Conforme a notação de Souza (1996: 95).

investigação, mas o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no periódico *Porantim*⁷¹ já denunciava que esse documento estava sendo utilizado no jornal *Momento Político* de circulação semanal no Congresso Nacional (números 04 a 06), em uma tentativa de desestruturar a luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas.

No processo de apuração final da questão, que foi emitido 4 anos após a acusação formal, não foi encontrada a autoria ou a organização que elaborou aquele documento, sendo considerado apócrifo. O relator da última CPI, Avenir Rosa, escreveu que “em nenhum depoimento foi possível observar qualquer referência à ameaça da internacionalização da Amazônia através da existência ou atuação de missões religiosas estrangeiras em atividade na região” (Relatório final, 12 Dez 1991, no item conclusões, p.41).

José Lutzenberger, muito criticado pelos militares quanto ao ecologismo radical (Hipótese de Gaia), comentou sobre o episódio afirmando que, por detrás da questão, não estava a participação de missionários a serviço de qualquer nação:

“Não eram meia dúzia de padres e pastores que vão levar o perigo da nossa internacionalização. Eu nunca disse que era a favor dos missionários, mas duvido que a maioria deles esteja lá se passando por missionários para encontrar minérios. Ora, quem quer encontrar minério acha até por satélite. Não precisa sacrificar uma vida inteira lá no meio dos índios com Bíblia na mão”(Lutzenberger, *13 Reunião da CPI*, de 18 Set 1991, pp. 66, 83, 84).

O texto acima deixa claro que muitas das acusações feitas nos trabalhos podem estar realmente equivocadas. Retornando ao estudo do perfil dos trabalhos, se considerarmos a dicotomia *Recursos Naturais x Meio Ambiente* que alcança o conhecimento e as instituições a partir da Conferência de Estocolmo, verifica-se que nos trabalhos coletados existem 25 grandes opções de enfoque pela apropriação de recursos da natureza sem a preocupação em termos do custo de impacto ambiental *versus* 17 grandes opções de enfoque onde é feita uma vinculação com a sustentabilidade, que como vimos, evidencia-se a partir de 1990, na ESG.

⁷¹ CIMI. *Porantim*. Ano XVI, Nr 164. Abril 1994, p.4.

Quanto aos recursos a serem apropriados, em 34 dos 42 trabalhos as propostas realizadas pelos autores são de cunho *exploratório* ou de *ocupação* para evitar que outros ocupem (em termos genéricos) ou de *desenvolvimento*, que tende a uma maior aceleração até os trabalhos de 1990, quando uma pausa é feita no sentido da ponderação da sustentabilidade.

Em termos de relevância técnica para o planejamento, consideramos aqui as seguintes categorias como posturas positivas (pró-ativas) no sentido da sustentabilidade: uso dos recursos minerais (01 trabalho), uso dos recursos hidrológicos (01 trabalho), uso de recursos florestais (01 trabalho) e sustentabilidade em termos gerais, abrangendo amplas possibilidades, 06 trabalhos, tendo um dos trabalhos relacionado uma perspectiva da aquacultura como forma de equilibrar a atividade extrativista mineral de pequeno porte que leva à poluição dos rios e da biota amazônica. Todos esses trabalhos foram elaborados por técnicos civis como estagiários da ESG, que trouxeram a sua experiência para contribuir com a solução de problemas aventados pelo governo, através da ESG. Esses trabalhos caminharam motivados pelo planejamento do uso de recursos naturais com avaliação ou justificativa de impactos ambientais.

Em relação ao perfil dos autores, incluem militares e civis. Houve trabalho com a participação de mais de um autor, ou seja, uma tarefa designada a um grupo formal. Via de regra, o grupo de autores e conferencistas militares adotam uma postura defensiva em relação ao tema ambiental, uma vez que vê as críticas nacionais e internacionais ou as resultantes desenvolvimentistas que geraram impactos ambientais como restritivas ao desenvolvimento, que estaria sendo impedido da aceleração que o caracteriza e que é comum observar-se nos textos dessa ordem. Em apenas 11 dos 42 trabalhos percebe-se que os danos ambientais são considerados em suas propostas concretas de planejamento, como os problemas com a construção de hidrelétricas, de incentivar o extrativismo mineral e vegetal e a expansão da fronteira agrícola. Ora, os efeitos ambientais da construção de usinas hidrelétricas estão presentes nas condições sociais, econômicas e culturais da região, haja vista a mobilização de um grande contingente de trabalhadores e pela interação destes com as comunidades da área, além das conseqüências ecológicas da barragem, que forma novos ecossistemas terrestres, aquáticos e aéreos.

O grupo de autores totaliza 16 pessoas, dentre 8 gerais, 4 coronéis e 4 tenente-coronéis ou em seus postos equivalentes. Ironicamente, o grupo dos civis que trata do tema Amazônia é mais numeroso, com 28 pessoas, sendo 7 engenheiros (de minas ou florestal ou civil), 7 professores, cuja área de concentração de estudo não foi identificada, 01 juiz de direito, 01 advogado, 02 professores conferencistas, 04 geólogos, 01 arquiteto, 01 analista de sistemas e 03 outros, cuja profissão não foi identificada (Quadro 6).

Quadro 6: Perfil dos 42 trabalhos analisados da ESG, 1980-2000

Categorias	Quantidade	Fazem propostas concretas (quantidade)	Fazem críticas às intervenções (quantidade)	Tendência antropocêntrica utilitarista (quantidade)
Autores militares	16	Exploratórias (5) Ocupação (10) Desenv sust (2)	Impactos ambientais (5)	15
Autores civis	28, em 26 trabalhos	Exploratórias (17) Ocupação (8) Desenv sust(9)	Impactos ambientais (10)	19

Fonte: Escola Superior de Guerra

Não é sem razão que o grupo de civis, em termos gerais, enfatiza propostas concretas para os temas ambientais e o grupo de militares tende a justificar as anteriores ou abordar a questão ambiental de forma crítica às intervenções de qualquer ordem ao projeto de ocupação e aproveitamento dos recursos naturais (quadro 5). Por exemplo, como vimos, vários textos da ESG apresentam a tendência ao antropocentrismo exacerbado (destes, a maioria produzida por militares) pela ausência quase total de menções aos direitos à vida de outras espécies. Nessa questão, há que se considerar aspectos já abordados sobre a especificidade da cultura organizacional militar que forma contingentes para trabalhar sob pressão e treina para o regime de exceção, com focos nas relações de poder e de opressão. Outro aspecto relevante dessa discrepância é a natureza do conhecimento apresentado nas escolas de formação de oficiais, normalmente escapando do paradigma do conflito para socializar indivíduos na manutenção da lei e da ordem. Esse fenômeno já foi desenvolvido no capítulo IV.

Isso é um tremendo problema, pois na doutrina da ESG, o Estado, lançando mão de todo o aparato repressivo e ideológico, mantém-se acima da sociedade, porque essa, no

fundo, interessa-o apenas na medida em que possa apoiá-lo a alcançar o objetivo traçado pelo grupo hegemônico, ou seja, de fazer com que o país seja respeitado nos foros internacionais. Os estudos realizados pela ESG são claros a esse respeito.

Considerando todos esses fatores e para buscar a “realização dos objetivos colimados”, uma parte do segmento militar (a “Sorbonne”, como a ESG foi conhecida), avocou para si o direito de intervir na Amazônia e “com desenvolvimento a qualquer preço”, assumindo o controle do aparelho de Estado e jogando por terra também a teoria de que as forças armadas foram apenas moderadoras e a mais democrática das instituições, o que não se verifica nem no nível interno da organização.

Isto se fez não através do pacto entre os diversos grupos que delegam poderes a esse segmento militar, em virtude da ausência de uma sociedade civil bem organizada e crítica de suas forças armadas, mas por meio do Estado que se atribui todos os direitos representando os interesses do grupo hegemônico.

Mesmo para viabilizar um projeto de grandeza consoante à doutrina de segurança nacional, esqueceu-se do principal porque, relegando a sociedade a um plano secundário, militares fizeram com que as chances de tornar realidade o projeto de Brasil-Potência fossem sensivelmente reduzidas nos moldes por eles desejados.

Seguimos adiante. A tendência dos trabalhos que estamos acompanhando até aqui é mais pela perspectiva da segurança ambiental do que pela segurança ecológica. Os conceitos precisam ser definidos e o serão nas páginas seguintes. Não os identificamos explicitamente nos documentos analisados, tampouco em suas fontes bibliográficas, mas a ESG vai caminhando na direção de melhor inserir o Brasil no Sistema Internacional, buscando seu melhor posicionamento nele como potência, o que estará nos guiando para o uso dos recursos naturais como barganha político-militar. Sem dúvida, nos aproximamos mais da segurança ambiental que da ecológica. Vejamos como isso se dá.

*Capítulo VII: SEGURANÇA AMBIENTAL e SEGURANÇA
ECOLÓGICA: O SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA e O
SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA*

Antes de apresentar o que entendemos como a nova materialização do poder militar na Amazônia, que é como vemos o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), cabe orientar nossos argumentos a partir dos conceitos de segurança ambiental e segurança ecológica, muito importantes para a formulação de políticas públicas de segurança e de defesa. Também, não poderíamos omitir a relação de colisão entre segurança e meio ambiente, que pensamos abordar sob estudos de política ambiental global e das relações internacionais contemporâneas, no sentido de focar elementos da degradação ambiental dentro de um contexto de mudança e de justiça social para o equilíbrio da governabilidade em tempos de crise ambiental. Essa é outra razão para trazermos a discussão sobre os conceitos de segurança ambiental e ecológica para melhor posicionarmos nosso pensamento sobre o Sistema de Proteção da Amazônia, com seu forte braço militar, o Sistema de Vigilância da Amazônia.

Imaginamos, com isso, polemizar sobre as outras questões da dimensão política que influencia o pensamento militar, desde o seu fortalecimento como racionalidade instrumental da instituição militar, muito fortalecido pela Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, irradiada a partir da Escola Superior de Guerra. Ela é partilhada pela quase totalidade dos militares, o que já afirmamos ser uma eficácia do processo de socialização, mas uma *démarche* quanto à multifacetação de opiniões e de sua veiculação, tão importante para a crise ecológica em um país tão maravilhoso e tão próspero.

7.1. O conceito de Segurança Ambiental

O conceito de segurança ambiental tornou-se mais conhecido a partir do fim da guerra fria, embora não seja ainda muito claro, pois como já havíamos comentado, sobre a questão ambiental paira a dúvida da diversidade e da ambigüidade. Para trabalhá-lo contra a ambigüidade, parece-nos mais interessante atender à motivação de verificar o que não é segurança. Nesse sentido, começaremos por ver o que é “insegurança ambiental”, aceitando a sugestão metodológica e a revisão de Barnett (2001), que vê essa dificuldade como resultado da ausência de acordo sobre que tipo de problema é do interesse da “segurança ambiental”. Assim, passa a ser importante para clarificar o problema da segurança ambiental.

De forma geral, são duas as maneiras de entender o problema: (1) relacionando à Segurança Nacional que se levanta a partir da degradação ambiental ou (2) relacionando diretamente o impacto humano na segurança do meio ambiente, que também referenciaremos por “segurança ecológica” (Barnett, 2001).

Insegurança ambiental, para Barnett, é função da degradação ambiental e esta é função do uso de recursos e da intensa poluição provocada pelo desenvolvimento, agindo paralelamente com a pobreza no crescimento populacional. Esse é o sentido do processo econômico que afeta espacialmente externalidades ao processo de degradação e essa degradação ambiental e insegurança podem ser o produto dos meta-processos de desenvolvimento dos países industrializados do Norte às custas do subdesenvolvimento dos do Sul (Barnett, 2001).

Nesse sentido, interessa-nos abordar que o desenvolvimento de uns não é o de outros, onde a degradação ambiental, também a serviço daqueles, afetam as pessoas em áreas ainda em vias de desenvolvimento; locais por onde os problemas ecológicos exacerbam o impacto social desse processo econômico nefasto para o desenvolvimento de alguns, reconhecendo que até o desenvolvimento sustentável torna-se, por essa mesma forma de ver, pouco provável.

Sobre a degradação ambiental, Barnett afirma que duas formas de estudo se apresentam: (1) como problemas relacionados às fontes, que são objeto do interesse humano e de seu prejuízo, caso não disponha de acesso e (2) como problema relacionado à sobrecarga de dejetos liberados no nível planetário (Barnett, 2001) .

A primeira forma de estudo se intensifica na interpretação malthusiana enfocada por Meadows *et alii* na obra *Limites do Crescimento*, direcionado aos princípios da economia ecológica no tocante à falta de recursos naturais ao funcionamento da economia mundial (Meadows *et alii*, 1972). A segunda forma de estudo, segundo McMichael, (1993) refere-se à acumulação de resíduos emitidos por diversas fontes e a capacidade decrescente da biosfera em absorver tais resíduos que se acumulam nos ciclos do solo, água e alimentos até que os resultados indesejáveis apareçam.

O problema da insegurança ambiental parece ser um dos problemas mais específicos dentre os amplos problemas causados pela degradação ambiental. Para Barnett, “a insegurança ambiental é definida como a vulnerabilidade das pessoas aos

efeitos da degradação ambiental”. Assim, ela é entendida como um problema social porque é causado pelos impactos do bem estar almejado pelo ser humano e “porque o metaproblema da degradação ambiental é um produto do comportamento humano” (Barnett, 2001: 17).

O comportamento humano contribui tanto para o risco à vida que a biosfera pode estar impossibilitada de dar suporte às várias formas de vida e a alguns padrões de vida. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento congregou os autores do “Nosso Futuro Comum” para argüir se as inseguranças humanas como pobreza e desigualdades eram as raízes das muitas mudanças ambientais (WCED, 1987). Sabiamente, agora consegue-se entender que uma gama de vulnerabilidades humanas que não estão relatadas causam a degradação ambiental e a conseqüente insegurança.

A militarização representa, de fato, que as instituições militares são as mais arriscadas para o ser humano. Os efeitos da militarização ultrapassam o da guerra, por que existem as preparações para a guerra, nos exercícios, no aprestamento e isso também custa muito à sociedade. Estimou-se que 90% das casualidades geradas nos conflitos nos anos 90 foram de civis, dos quais pelo menos três milhões morreram durante os conflitos armados na primeira metade dessa década (Brown *et alii*, 1998).

Que a militarização continua gerando insegurança é possível de se verificar através dos níveis de despesas com as forças armadas, i.e., com o complexo militar-industrial. Foi estimado o gasto de US\$ 8 trilhões dos EUA, desde 1945, em armamento nuclear, em que pese o desarmamento desse gênero ter sido notado (Sivard, 1996). No Brasil, gasta-se de cerca de 2% do PIB em segurança e defesa e oficialmente o Brasil não possui armas nucleares.

Barnett (2001) afirma que o consumo e a redistribuição são conceitos-chave para entender a insegurança ambiental e que o consumo de energia, de alimentos e outros recursos é muito mais alto em países industrializados, onde uma grande quantidade de detritos é liberada:

“O consumo exagerado nos países industrializados é a principal causa da falta de recursos e do excesso de dejetos no planeta. Esse consumo exagerado e a falta de redistribuição produzem uma dupla carga de insegurança, porque eles potencializam as vulnerabilidades dos países não desenvolvidos e empobrecidos, que são submetidos à

maior intensificação dos riscos associados à degradação ambiental. Uma pessoa de Bangladesh tem uma expectativa de vida 21 vezes menor que um residente na Austrália. Uma mulher de Bangladesh é 90 vezes mais disposta a morrer em trabalhos de parto que uma mulher na Austrália. (...)A diferença é que, enquanto para um australiano, a insegurança ambiental é um problema de adaptação, para um cidadão Bangladesh trata-se de vida ou morte. Eis algumas das discrepâncias quanto à responsabilidade pela vulnerabilidade aos problemas ambientais. Para aqueles que vivem em áreas subdesenvolvidas a degradação ambiental, de forma crescente, cria uma dupla vulnerabilidade citada aqui como insegurança ambiental” (Barnett, 2001: 20-21).

Esse autor reforça que a história do mundo desenvolvido desde o século XV tem sustentado argumentos da exploração dos países do bloco do Sul em função dos do Norte e da manutenção e garantia desse tipo de relacionamento através da larga utilização de meios militares (por conquista), meios administrativos (por colonização), e agora, através de investimentos (pela globalização econômica) (Barnett, 2001).

Pela própria razão de estar tão ligado à estratégia e ao uso da força, o conceito de segurança ambiental deve ser mais bem compreendido sobre a ótica da segurança, particularmente da segurança nacional, desenvolvida no campo das Relações Internacionais. Além disso, esse conceito traz maior atenção por parte dos intelectuais que buscam interligar questões ambientais aos militares, porque o conceito se diferencia de outros conceitos que buscam a solução de problemas, como o de desenvolvimento sustentável.

As origens da segurança nacional podem ser traçadas a partir dos principados da Europa na renascença. A guerra entre os principados era comum requerendo uma defesa ativa da parte de cada território. Durante esse período, um dos mais citados textos realistas, era *O Príncipe*, de Maquiavel (1513). Com o passar do tempo e chegando até ao discurso de segurança atual, nota-se que por detrás da racionalidade geopolítica desses dias permanece uma referência real a ser assegurada que não é somente o espaço delimitado por um território que conta, mas sim a formulação de regras de segurança que fortalecem o poder, a partir do controle desse espaço. Segurança Nacional, então, deixa

de pertencer exclusivamente ao conceito europeu para integrar-se à idéia de manutenção do poder da elite.

A teoria política realista clássica de segurança emerge somente depois da segunda guerra mundial. Entre as guerras o mundo aproximou-se da idéia de segurança enfatizada pela democracia, pela arbitragem, pelo desarmamento e pela segurança coletiva. Os teóricos ortodoxos do pós 45, definiram isso como a falha do período entre guerras particularmente relacionada às políticas do primeiro ministro britânico Chamberlain, que tentou prevenir a guerra. O realismo ressurgente voltou a centralizar a segurança no sentido da autonomia do Estado-Nação e enfatizou o uso da força como meio para resolver o conflito entre os Estados (Baldwin, 1977).

Hans Morgenthau, escrevendo *Política entre Nações* considerava que a segurança do Estado estava melhor assegurada a partir da maximização do poder militar, que dependia da economia de escala nacional e do tamanho territorial, auto-suficiência em recursos e forte capacidade tecnológica. Através da Guerra Fria, a teoria realista da segurança forneceu muitos trabalhos aos fazedores de política. Um desses trabalhos, já na corrente neo-realista, é o de Kenneth Waltz que escreveu *O Homem, O Estado e a Guerra* (1959). Ambos, realistas clássicos ou neo-realistas são intelectuais que acreditaram na centralização do poder do Estado que, caso não ocorra, leva à Anarquia Internacional.

Com o advento da Guerra Fria, os estudos de segurança foram incrementados com os estudos estratégicos, particularmente nos Estados Unidos. O leque de ambigüidades associadas a Segurança Nacional, foi reduzido à técnica militar, particularmente à estratégia nuclear. A redução da segurança à estratégia, segundo Dyer, veio a obscurecer e defletir a atenção do valor presumido da segurança *de per si* ao render-lhe uma substancial diferença para menos no momento em que repassa o seu sentido à dura realidade da armaria (Dyer, 1996).

Através da Guerra Fria, a Segurança Nacional, como foi teorizada pelos ortodoxos, sustentou a visão de um Estado unitário e de um ator político racional que se comportava da mesma forma como as pessoas individualmente se comportavam. Tal modelo inspirado na natureza humana, que nutre o entendimento realista do comportamento de um Estado, baseou-se, segundo Tickner, na idealização de uma

racionalidade instrumental de inspiração masculina, motivada pela busca do poder, pela competição, pela independência e pela autonomia (Tickner, 1992) e criticado por Dalby:

“A grande crítica desse modelo está que, não somente ele reduz a história da política à uma construção ahistórica do Estado-Nação como condena a leitura da história, porque reduz a possibilidade de políticas emergentes a partir de um adversário permanente contra o qual é necessária uma vigilância perpétua” (Dalby, 1990a:158).

A realidade do mundo no qual a segurança nacional é vista como necessária, é aberta a diferentes interpretações. Isso faz as políticas de segurança caras e perigosas, atuantes dentro de uma realidade questionável no melhor de uma gama desnecessária do uso de recursos e no pior de uma perpetuação de percepções mútuas de pactos, o que requer a aquisição de armas cada vez mais poderosas, que por sua vez geram mais insegurança e mais corridas armamentistas. Esse fenômeno foi conhecido como *dilema da segurança*. Os realistas sabem que o *dilema da segurança* é inevitável, fazendo da profissão dos estrategistas algo indispensável para o sucesso das negociações de uma Nação em termos de política mundial.

A partir de uma percepção crítica, o dilema da segurança é o produto de uma representação particular de uma política mundial. Essa representação poderia ser menos relevante se a base da segurança nacional não estivesse fundada na visão de mundo anárquica e de um lugar de brutalidade. O dilema da segurança, então, traz às luzes a irracional racionalidade da segurança.

Contabilizando a geopolítica pela diversidade, Gray afirma que a eficácia da segurança nacional é baseada na habilidade de controlar o espaço. Para ele, “a influência geográfica sobre as relações de poder internacional é tão perversa que (...) não se pode escapar da luta pelo poder” (Gray, 1996: 254, 259). Barnett enfatiza mais ainda que nessa visão imaginada a partir da geografia, a contabilidade do mundo das complexidades geográficas da ecologia global, da economia, dos processos políticos e culturais, são todos reduzidos a um dualismo simplista entre “dentro e fora” (Barnett, 2001).

Após a Guerra Fria, muitas políticas mudaram e por conseqüência, novos pactos da agenda de segurança explodiram os produtos da ordem anterior que acabaram por buscar novas razões de existência. No seu livro *Pessoas, Estado e Medo*, Buzan identifica

quatro grandes segmentos ou componentes da segurança nacional: 1) Segurança Militar; 2) Segurança Política; 3) Segurança Social; 4) Segurança Econômica e; 5) Segurança Ecológica. (Buzan, 1991).

A definição de Buzan para segurança política percorre a manutenção de requisitos para o nacionalismo como uma afirmação explícita da implícita função do discurso hegemônico de segurança. O conceito de segurança social tem pouca utilidade e ele pode ser aproveitado no sentido de evitar-se o fortalecimento na calcificação de estereótipos particulares às custas das culturas mundiais, que seria uma proposta autoritária para outras culturas que não tivessem a mesma identidade nacional.

Em relação à segurança econômica, a segurança da energia é um dos fatores de teoria e prática da ação do Estado-Nação, segundo Barnett, citando Martin *et alii* (1996), que comenta que a Comissão Trilateral (América do Norte, Europa Ocidental e Japão) mantém essa política de segurança energética pelo poder nacional no sentido de assegurar o suprimento de recursos energéticos para os propósitos do crescimento econômico (Martin *et alii*, 1996 *apud* Barnett, 2001).

Além disso, Martin *et alii* continuam a argumentar no sentido dessa segurança energética em função da importância continuada por esses países ao suprimento de óleo cru no sentido do referenciado a Guerra do Golfo, cuja memória passa por uma “defesa sucessiva do Kuwait e da Arábia Saudita, suficiente para demonstrar o entendimento de que a segurança energética requer persistência e anos de preparação” (Martin *et alii*, 1996: 16 *apud* Barnett, 2001). Tal contabilidade de segurança energética seria fundamental para a projeção da força desses países, suficiente para manter ininterruptos suprimentos de óleo.

Sem dúvida, o embargo de óleo cru acelerou o exame da dimensão econômica da segurança nacional, da forma como a política econômica e militar dos Estados Unidos do pós-guerra do Golfo sugere através das palavras do presidente Clinton:

“A nossa economia e os nossos interesses de segurança estão completamente ligados. A prosperidade dos nossos lares depende da estabilidade das regiões-chave com que nós realizamos trocas comerciais e das quais importamos *commodities* críticos como o óleo cru e o gás natural. A prosperidade virá da nossa liderança no desenvolvimento internacional financeiro e comercial das instituições. Assim a força da nossa

diplomacia, a nossa habilidade para manter nenhum rival em termos militares e a atração de nossos valores dependem grande parte da força da nossa economia” (Clinton, 1998: 31).

A estratégia de segurança nacional americana impõe que a segurança econômica seja inseparável da segurança nacional, não simplesmente porque condições econômicas desfavoráveis afetam o interesse nacional em trocas vantajosas que trazem resultados em termos de consumo e de padrão de vida dos americanos, mas porque o poder econômico é um determinante crucial do poder militar.

O uso intensivo e predatório de recursos monetários e humanos, de matérias-primas e de P&D para as atividades bélicas, têm de obedecer a critérios públicos muito bem explicados e aparentes. Não se pode cair na ilusão de que, do ponto de vista econômico, haja um “saldo” para o Brasil, já que o país gasta pouco em relação a outros. O que importa ver é o que ele gasta em relação aos nossos outros gastos e a qualidade de vida que, nessa relação existe no país em termos de serviços públicos e escolarização. Os gastos militares, em países em que há baixos gastos sociais, como é o caso brasileiro, deficitário em desempenho social, acabam pondo em risco as condições e a própria segurança da população e do país. Para Brigagão (1995), o raciocínio oficial de que, em função da segurança nacional, o país deve investir e gastar mais nos assuntos e atividades militares não é somente falso, mas irresponsável. A condição básica para um país sentir-se seguro e forte é que seus gastos reflitam um planejamento e um projeto que dêem garantia social e cultural para a população. E isso verdadeiramente não foi realizado no Brasil nos anos de autoritarismo.

Em termos práticos ambientais a partir de políticas públicas, a degradação ambiental, nos dias atuais, tem sido uma indagação para uma reinterpretação ou uma redefinição de segurança (Barnett, 2001). Uma das publicações da década de 70 que já explorava as relações entre degradação ambiental e segurança é a intitulada *Redefinindo Segurança Ambiental*, de L. Brown (1997), que sugere no título do seu trabalho a problematização das práticas de segurança nacional, criticando o tradicional conceito militar de segurança nacional como cada vez mais inadequado.

Na verdade, Brown está direcionando seu argumento para deterioração dos sistemas biofísicos, identificando quatro sistemas em tensão: piscicultura, terras agriculturáveis, florestas e plantações, todas relacionadas à segurança alimentar afetada pelas modificações climáticas. Brown considera que os militares são incapazes de encontrar os desafios colocados ao aprimoramento da vida humana sob os efeitos da deterioração dos sistemas biofísicos, afirmando que os fundamentos da defesa nacional são contrários a estas questões. “Nem os mais abastados orçamentos militares, tampouco os mais sofisticados sistemas de armas podem frear a devastação das florestas ou solucionar o problema das queimadas que tem afetado tantos países do terceiro mundo” (Brown, 1977: 37).

Ullman (1983) escreveu tema semelhante na obra *Redefinindo Segurança*. A principal contribuição desse amplamente citado trabalho é a definição da proposta de segurança nacional como qualquer coisa que se possa degradar a qualidade de vida dos habitantes de um Estado ou que aponte para as escolhas disponíveis às pessoas e às organizações de um Estado. Seu trabalho é notável por essa discussão crua da pobreza do terceiro mundo como um engenho para conflitos armados e imigração ilegal, sugerindo que a “degradação ambiental é o que faz com que os governos do terceiro mundo confrontem com as nações avançadas ou industrializadas” (Ullman, 1983: 142). Ora, Ullman observa que a insegurança ambiental do hemisfério sul é um problema que potencialmente ameaça a qualidade de vida dos governos e dos habitantes do hemisfério norte.

Outro intelectual, Myers (1986) abordando de forma diferente, insiste que a degradação ambiental induzirá a conflitos violentos na seguinte lógica: se os recursos ambientais da nação estão comprometidos, sua economia declinará, suas fábricas deteriorarão e sua estrutura política ruirá. Assim, a previsão aproximará o conflito e o conflito crescente na forma de desordem insurgirá dentro da nação, podendo ampliar as tensões e hostilidades às outras nações .

Não há grande novidade nessas premissas no sentido de que as mudanças ambientais levam ao conflito. O que realmente parece a contribuição de seu trabalho é a exploração de trocas financeiras entre os problemas ambientais e a segurança nacional ao

argumentar que o dinheiro gasto no meio ambiente permite mais segurança do que o dinheiro gasto com os militares.

Smil (1997) traz uma questão interessante para o nosso estudo que é da segurança ambiental ter sido substituída pela estratégia da guerra nuclear global, compartilhada por Smil no tocante a duas características: 1) ambos são globais em alcance e nos 2) efeitos, no sentido de que ambos podem ser altamente devastadores.

Quando Kaplan elaborou o livro *A Vinda da Anarquia* (1994), ele não sabia que teria um impacto tão grande na Casa Branca. “A sua premonição do futuro que incluía doenças, superpopulação, crimes incontroláveis, escassez de recursos, migrações de refugiados, erosão dos fundamentos do Estado-Nação e das fronteiras internacionais” e “o empoderamento de exércitos particulares de firmas de seguranças e de cartéis internacionais de droga, serviu de argumento de que estávamos no momento de entender o ambiente de forma a administrá-lo como segurança nacional do século XXI” (Kaplan, 1994: 44, 46). *A Vinda da Anarquia* não é somente uma concepção extrema da conclusão lógica da interpretação crua da degradação ambiental, mas uma proposta de segurança nacional. Na verdade, conforme analisa Barnett, o seu sucesso com o presidente dos Estados Unidos indica que essa era uma boa direção para a sua política de segurança (Barnett, 2001).

Com relação à degradação ambiental e a segurança nacional aparece um outro aspecto que deve ser respeitado, que é o reconhecimento de que as fronteiras nacionais pouco significam para os problemas ambientais. Dabelko e Dabelko (1995) dizem que por isso “relewa-se a segurança nacional no sentido da busca além das fronteiras para enfrentar problemas ambientais, mas isso desafia a supremacia do ator soberania do Estado na guarda do seu território, população e interesses” (Dabelko e Dabelko, 1995: 9).

Ora, a solução de problemas ambientais a partir de intervenções na autonomia dos Estados também não resolve. Deudney argumenta que atender às mudanças ambientais como matéria de segurança nacional (como muitos ativistas ambientais sugerem) por parte de militares, por exemplo, pode ser contraproducente ou produzir efeitos indesejáveis (Deudney, 1992). Além disso, esse autor comenta que a degradação ambiental não é um tipo de fenômeno que causa guerra entre Estados, conforme observado por Barnett (Deudney, 1990: 461 *apud* Barnett, 2001).

Como vimos, existe uma gama considerável de autores que trabalham a segurança ambiental como associada, de formas diversas, aos tradicionais agentes de segurança. Porque na maioria dos países os militares são enquadrados integralmente na política de segurança, falar de segurança ambiental frequentemente leva à consideração *ipso facto* que o papel dos militares (definidos em nosso trabalho como FFAA, suas burocracias e o complexo militar industrial que é dedicado à condução da guerra) é imensamente custoso e politicamente poderoso, o que justifica por si só o nome de segurança nacional.

A guerra leva à degradação ambiental e os registros históricos são sempre trágicos. Recentemente, o uso de desfolhantes no Vietnã e a queima de poços de petróleo no Kuwait mostraram ao mundo que a guerra têm conseqüências ambientais significativas e tais conseqüências manifestam-se até bem depois que a guerra termina e isso porque a guerra é precisamente sobre a destruição da vida, sendo axiomático que causa danos ao ambiente.

Citamos esses exemplos também para mostrar, entre outras coisas, que a invenção de armas nucleares não foi um acidente, mas um estágio lógico na arma final, conclusiva, também poderia tornar-se algo mais: uma nova substância química ou biológica se precisasse vir da família de armas que de uma forma ou de outra já existem, bem como algo mais exótico, que ainda está por ser descoberto e existe apenas na ficção científica.

Arbtov (2001) argumenta que, no curso da história, a tecnologia em geral e a tecnologia militar em especial, como regra, desenvolveu-se muito mais rápido e de uma forma muito mais dinâmica do que a organização civilizada da sociedade das relações internacionais. Isso criou uma lacuna que sempre aumenta e que, por sua vez, abriu uma perspectiva ainda mais realista de um suicídio coletivo para a humanidade, de uma guerra que de uma vez por todas destrua a civilização humana:

“Concordar com o banimento de armas nucleares seria muito mais difícil para elas, mesmo depois de os obstáculos citados terem sido removidos. Isso também significa um novo papel das organizações internacionais, o de garantir a segurança, um direito indiscutível e um mecanismo eficiente para impor suas decisões em relação à inspeção ou destruição de certas instalações. Esse é um caminho bastante longo, complicado e talvez penoso: uma verdadeira revolução nas relações internacionais. Mas temo que esse seja o único caminho para garantir nossa sobrevivência” (Arbtov, 2001: 261).

Renner (1991) enfatiza que além de provocar significativos impactos ambientais em tempos de guerra, as atividades militares nos períodos sem guerra são também ambientalmente degradantes. Quando os militares não estão lutando nas guerras, estão se preparando para a próxima guerra. Então temos um estado de continuidade dos conflitos de baixa intensidade com impactos ambientais cumulativos, que incluem o uso e a degradação da terra, a poluição e o uso do espaço aéreo, o uso da energia e recursos materiais e a geração de resíduos tóxicos. A moderna força armada que resolvemos apontar como a dos Estados Unidos e da Austrália exige uma grande quantidade de terra para treinamento. Por exemplo, Renner diz que o departamento de defesa dos Estados Unidos controla 25 milhões de acres e o departamento de defesa da Austrália controla 3,6 milhões de hectares. “Os avanços da tecnologia de armas aumenta a demanda de terra para treinamento. A ironia do uso do terreno pelos militares em nome da integridade territorial da nação, cada vez mais retira essa possibilidade do acesso público” (Renner, 1991: 134).

Alguns militares usam a terra de outros países para treinamento, como é o caso dos Estados Unidos nos anos 80, em relação à terra agriculturável nas Filipinas (Renner, 1991). O teste das armas é a maior causa de degradação da terra. Na Austrália, por exemplo, conforme apontado por Barnett, a área de testes de armas em Port Wakefield, não pode ser utilizada como propósitos alternativos porque existe uma quantidade grande de artefatos militares falhados acumulados naquela área, depois de mais de 50 anos de testes (Barnett, 2001).

No Brasil, o exemplo do Campo de Instrução de Gericinó é importante. É um campo de tiro que conta com uma história de vítimas atingidas por engenhos de Artilharia, Cavalaria e Infantaria em impacto direto ou por meio de explosões de artefatos não deflagrados e não destruídos no campo de tiro e que é localizado na área urbana do Rio de Janeiro, cercado de bairros densamente populados e pouco protegidos, onde crianças e animais rondam os limites do muro de exclusão da área que muitas vezes é transposto.

Caso estes artefatos sejam nucleares, a contaminação resulta em uma ainda mais extrema inibição do uso alternativo da terra. O uso do espaço aéreo por aeronaves militares também é danoso ao meio ambiente, conforme relatado por Renner que diz que

“um F-18 Hornet voando na velocidade supersônica por 10 minutos pode impactar uma área de mais de 5 mil Km²” (Renner, 1991: 136). O intenso barulho gerado pela aeronave militar afeta a saúde humana e a integridade dos ecossistemas. Barnett diz que “o treinamento de vôo nos Estados Unidos é conduzido nos territórios de 14 Estados que englobam nativos americanos, o que sugere que nem todas essas pessoas estão a salvo do recrutamento militar. Sem dúvida, o povo indígena frequentemente sofre com as atividades militares”. E, conforme apontado por Barnett, durante um exercício conhecido na Austrália como *Kangaroo 95*, um tanque *leopard* danificou um lugar sagrado aborígine (Barnett, 2001: 94).

Os militares em suas atividades específicas usam grandes quantidades de energia e outros recursos. E o legado militar de suas atividades, muitas vezes vem como impacto social causado pelas suas bases como o exemplo americano em outros países, com ênfase na prostituição pela proximidade das bases militares, da segregação sócio-econômica, deterioração da segurança pública e do ambiente.

Um muito bem conhecido aspecto da atividade militar é que ela acaba por obrigar o gasto do governo em programas de desenvolvimento social e de sustentabilidade ecológica. Por exemplo, Barnett cita que nos Estados Unidos em 1991, os gastos militares eram equivalentes a 46% de todas as despesas diretamente relacionadas à saúde e à educação dos cidadãos americanos. Enfim, os militares de qualquer país, são provavelmente, a maior fonte institucional de degradação ambiental (Barnett, 2001).

Para além de recomendar que as instituições militares tenham cuidado de seus próprios impactos ambientais, existe um outro grupo de papéis para os militares. Os militares podem ajudar no reforço de atividades ambientais padronizadas, podem colaborar com suas agências de inteligência no monitoramento e na coleta de informações sobre degradação ambiental e podem ajudar em papéis não violentos de conservação e restauração (*ibidem*).

O problema de utilizar os militares nessa atividade é que isso possibilita que eles venham a colonizar sob o propósito de cooperação. Na verdade, é isso que justifica a manutenção das Forças Armadas. Se o conceito de segurança ambiental induz à apropriação da agenda ambiental da forma como o conceito já acontece nos Estados Unidos, então, isso encoraja o engajamento coercitivo militar aos problemas ambientais,

o que seria um “ecototalitarismo” (Barnett, 2001) e isso não é admissível porque a força militar não deverá trazer insegurança ambiental. Por outro lado, é potencialmente benigna a idéia de se usar os militares e as suas agências de inteligência para monitorar e processar problemas ambientais.

Nós acreditamos que a melhor estratégia (e isso já inicialmente acontece no Brasil pela proposta do SIPAM/SIVAM) é a de uma condição de responsabilidade coletiva e partilhada pela capacidade técnica e instalada da instituição militar em atuar com múltiplos propósitos na coordenação e na vigilância, monitorando sistemas complexos de natureza ambiental. Como os trabalhos desta forma poderiam integrar civis e militares (com comunicação, transporte, infra-estrutura viária e aérea) na comunidade local, pensa-se que os sinais de perturbação ambiental seriam mais eficazmente identificados e abordados.

O conceito de segurança ambiental está diretamente relacionado aos conflitos ambientais e é destacado ainda em outros autores (Opschoor, 1989; Lodgaard, 1992; Homer-Dixon, 1994). Em linhas gerais, o cerne da convergência entre esses autores é a idéia de que a escassez de recursos e sua degradação acentuam a crise e o conflito entre países, possibilitando o estado de beligerância. Outros, como McMichael (1993) e Kaplan (1994), segundo Cunha (1998), parecem convergir na idéia inversa de que a guerra pode agravar a degradação ambiental e a destruição dos recursos.

Já revimos idéias de alguns autores que entendem o quanto o envolvimento militar em assuntos ambientais tendem a ser devastadores. Existem duas diferentes perspectivas que estarão organizando esses pensamentos, que são algumas propostas mais práticas de reconhecimento do provável envolvimento militar na cooperação, na proteção e restauração ambientais.

A primeira perspectiva é aquela que trabalha dentro do campo da segurança tradicional e que é resistente a qualquer tipo de expansão das atividades militares que não as da guerra. De acordo com Dabelko e Simmons (1997), os republicanos no congresso americano e líderes militares opõem-se às operações não militares, no sentido de que dispersam tempo e recursos das suas funções principais. O argumento para os planejadores de segurança mais conservadores é que as forças armadas são sacrificadas operacionalmente quando se envolvem nas atividades não tradicionais como as

relacionadas à proteção ambiental. Tal argumento busca preservar a “santidade” da segurança nacional e os próprios militares.

A segunda perspectiva contra o envolvimento de militares nessa atividade é menos fácil de esquecer. Para muitos ambientalistas, a possibilidade de envolvimento militar na proteção ambiental e na restauração ambiental carrega um senso imediato de desequilíbrio. Isso ocorre em parte, devido à bagagem intuitiva que acompanha a sensibilidade ambiental, que se prende a valores como anti-autoritarismo, cooperação, justiça social e paz, todas consideradas antíteses da prática e cultura militares. Mais ainda, em função do grande dano ambiental carregado pelas atividades militares, parece válido argumentar que “os militares devam ser registrados como causa e não como cura de problemas ambientais globais e que, a longo prazo, o complexo industrial-militar deva ser desmantelado. Ora, trata-se de envolvê-los na crise ambiental global, diretamente” (Finger, 1991: 225).

Uma outra alternativa não coercitiva ao envolvimento militar é a que pode ser justificada pela existência continuada da instituição militar e das agências de inteligência que é dar-lhes uma missão (Deibert, 1996). Assim, os militares e as agências de inteligência envolvidas na proteção ambiental e na restauração ambiental, seriam uma estratégia prática de manter certos níveis financeiros para defesa.

Embora uma política possa ter relevância na maioria dos países, ela pode não ser universalmente aplicável. A abordagem desejada de aplicar militares na proteção e restauração ambiental pode funcionar caso a caso, país a país. O envolvimento militar seria facilmente pensado num estado totalitário, por exemplo, mas de uma forma diferente para uma democracia liberal com potência média como a Austrália e mais diferente ainda com relação ao Brasil, no especial caso da Amazônia.

Acreditamos no envolvimento militar nas questões ambientais como estratégia, mas encorajando e sensibilizando os militares a participarem desta nova proposta, assim conduzida de forma moralmente e praticamente aceitável, o que significaria não somente um passo na direção da proteção e restauração ambiental mas também de um outro para a modificação estrutural dessas instituições totais modeladas na visão hegemônica da segurança nacional.

7.2. O conceito de Segurança Ecológica

O conceito de segurança ecológica emergiu do mesmo período que o de segurança ambiental. A diferença entre os dois, algumas vezes não é bem clara, criando confusões para a discussão porque não se consegue distinguir um do outro. A principal diferença que nos aponta Barnett (2001) é a de ênfase. A segurança ecológica enfatiza, pelo menos implicitamente, que os processos ecológicos e os ecossistemas devam ser assegurados, que é uma referência *prima face* de um caráter não antropocêntrico. A segurança ambiental por sua vez, na maioria das vezes, enfatiza que o Estado é a referência de segurança e freqüentemente encoraja considerações militares para o domínio. De outra forma, segurança ecológica é usada mais freqüentemente como segurança simples enquanto que a segurança ambiental parece estar fortemente referida à política e à teoria de segurança nacional.

Rogers (1997) propõe a segurança ecológica como a criação de condições onde os entornos de uma comunidade provêm as necessidades de seus habitantes, sem diminuir seu estoque natural. Para Rogers, a segurança ambiental refere-se mais do que a defesa de recursos naturais como efeito a uma negativa concepção prevalecente de segurança, enquanto que a segurança ecológica se refere à segurança positiva que visa a manter o equilíbrio ecológico a longo prazo .

A segurança ecológica se sustenta a partir da visão cosmológica onde interdependência sistêmica, complexidade, incerteza, harmonia e sustentabilidade são palavras chave. Isso clama por mudança no foco do indivíduo e da razão instrumental. Logo, oferece uma abordagem radical e mais ecocêntrica à segurança e, segundo Brock (1992), seria uma tentativa de instrumentalizar o alto padrão de segurança para os propósitos ambientais.

A segurança ecológica pode oferecer mais do que simplesmente um levantamento do perfil de problemas ambientais. Na verdade, os ecologistas moderados querem algo diferente de uma visão instrumental majoritária aplicada como segurança ambiental e entendem que este conceito de segurança ecológica oferece alguma coisa a mais que o desenvolvimento sustentável não traz. Uma importante e freqüentemente respeitada lição da ecologia é que os sistemas ecológicos estão constantemente em fluxos de curta duração e em mudança de longa duração. Dalby (1998b) usa isso como uma metáfora

para repensar a mudança da política argumentando que isso ajuda-nos a entender a sociedade como em perpétua mudança.

Na teoria ecológica, a resiliência, que explica o caráter dos sistemas ecológicos, significa a propensão de um ecossistema a absorver em sua estrutura organizacional algumas perturbações. De uma certa forma é a habilidade de um sistema em recuperar-se depois de perturbações súbitas. A resiliência ecossistêmica é vista como função da complexidade das interações internas entre organismos, logo, quanto maior a interdependência e complexidade, maior a resiliência de um sistema às perturbações (Holling, 1973).

Em termos gerais, espécies dentro de um ecossistema estão mais seguras quando um sistema é complexo e diverso. Fazendo a analogia com a segurança humana, a resiliência sugere que a segurança humana é função da diversidade social e que a segurança deveria ser no sentido de reduzir a vulnerabilidade à mudança e não resistir a mudança *de per si* (O’Riordan e Rayner, 1991).

Existem outras implicações políticas e geográficas da teoria ecológica. Por causa da diversidade da complexidade dos processos biofísicos que compromete a totalidade da biosfera, a implicação para os sistemas humanos é a necessidade de um processo interdependente multifacetado e um cibernético sistema de intersegurança. Eckersley, (1992) por exemplo, recomenda uma estrutura política multidirecionada que muda de autoridade de uma comunidade a outra e que vai avançando de forma regional até um corpo global, onde a autoridade é alocada de acordo com necessidades especiais. Sem dúvida, uma visão ecológica sugere fortemente que a dominância formal da política do Estado-Nação é inapropriada, pela sua própria incapacidade gerencial.

A noção de interdependência é central na teoria ecológica. Se os sistemas humanos e os ecológicos são fundamentalmente interdependentes, então, sugere-se que o desenho das fronteiras políticas que delimitam a soberania nacional é algo extremamente arbitrário, ou seja, “a terra não reconhece a soberania tal qual nós a conhecemos” (Mische, 198: 394). Essa imaginação geográfica alternativa, desafia o simplista e excludente modelo de série, de espaços políticos homogêneos e independentes definidos por fronteiras territoriais.

Apesar desta desestabilização do ideal de soberania, entretanto, a noção não é tão fácil de manipular. Westing (1989) e Byers (1991) que promoveram bioregiões, também falharam na sua proposta, diante das complexidades extremas da soberania. Porque essas propostas omitiam a consideração da autonomia que é integral para a teoria e prática da soberania, eles não conseguiram resolver o dilema da independência e do mundo interdependente.

Assim, a soberania marca um complexo leque de direitos, alguns dos quais, da não intervenção, que é fortemente afirmada contra certos clamores de que a interdependência necessita da supressão da soberania. Esse é certamente o caso de países com riquezas naturais interessantes que sofrem pressões de outros por esses recursos. O Brasil está dentre os países industrializados que utiliza desta propriedade da não intervenção em relação às Amazônia, porque não quer a disputa por estes recursos (Conca, 1994). A resposta dos países estrangeiros ao Brasil é de estressar o sistema no sentido soberano de não intervenção como norma a ser preservada. Isso é um aspecto positivo de nossa soberania que pode resistir aos argumentos da globalização que vêm de países mais adiantados, principalmente se a pressão é aplicada através de discursos ambientalmente orientados como o dos Estados Unidos, ou como resultado das imposições da regulação da economia global.

Existe uma vulnerabilidade do conceito de segurança ecológica que é a de não fazer o que a segurança ambiental faz, que é exatamente a de contestar a terminologia e o terreno discursivo que a segurança nacional permite ao tema. É essa contestação que em parte faz a segurança ambiental válida. Em que pese a segurança ecológica ter muitas forças ao seu favor, ela falha na proposta de engajar efetivamente uma função fundamental para a segurança ambiental, que é a contestação e a delegitimação da segurança por ela mesma (Barnett, 2001).

Comentando sobre o direito internacional da guerra e do meio ambiente, citamos o trabalho de Barnaby (1991) que propõe no sentido do controle de armas para minimizar impactos ambientais: 1) suspender as ações militares se as conseqüências ambientais forem muito severas; 2) manter a responsabilidade de cada parte que causou o dano ambiental durante o conflito armado; 3) proibir a destruição ou dano das instalações ou dos recipientes que podem liberar substâncias venenosas ou radioativas no ambiente; 4)

classificar parques e reservas e outros lugares de especial importância ecológica como área desmilitarizada; 5) banir o uso de todas as armas de destruição de massa.

Resumindo, cabe considerar em primeiro lugar que esses dois pólos não se caracterizam propriamente como dois blocos, representados e delimitados espacialmente (ainda que de forma esquemática) pelo "Norte" e pelo "Sul"; hoje expressam dois conjuntos de forças que sustentam pontos de vista em sua maior parte divergentes no encaminhamento das grandes questões que ocupam a agenda internacional e que estão guiados por uma versão majoritária da segurança ambiental como fator militar no sistema internacional. Albagli (1998: 47) observa que, sendo assim, "a direção que se imprimirá às negociações internacionais em curso não apenas terá impacto importante sobre essas relações, como também tais negociações serão certamente por ela influenciadas".

Em segundo lugar, a tendência antropocêntrica utilitarista tem relação direta com a abordagem da segurança ambiental.

Em terceiro lugar, a tendência ecocêntrica (ou biocêntrica, para alguns autores), além de focar um novo tipo de segurança, a segurança ecológica, desloca a função do homem-centro no papel decisório de intervenção da natureza, em todos os momentos de sua conveniência, buscando desmantelar a política como segurança nacional e fortalece a condição da teoria ecológica que dá reforço à complexidade dos ecossistemas como resistente aos impactos sucessivos. Isso lhe confere autonomia e diminui a influência salvadora da política nacional de intervenção pela abordagem da segurança ambiental, que é a majoritária nos trabalhos observados na própria ESG na exteriorização de sua doutrina, no Clube Militar, sua extensão e dos estagiários que absorvem a doutrina (monografias e outros).

Em quarto lugar, no Brasil o SIPAM/SIVAM poderá vir a ser um caso de eficácia militar brasileira de inteligência, reconhecimento, patrulhamento e vigilância como uma alternativa ao impacto causado pelo uso da força em ambientes de alta complexidade e valor ecológico (físico e humano).

Ora, o relatório Brundtland, publicado há 15 anos (WCED, 1987), faz referência às tensões ambientais como fontes de tensões políticas e de conflitos militares, ou seja, como uma questão de segurança e isso passou a ser a ordem do dia, mesmo que sem preparo, conhecimento e metodologia para abordar problemas ambientais. Acreditamos que

o Brasil entrou firmemente na idéia do SIPAM/SIVAM como uma boa proposta de defender sua autonomia e de reconhecimento político e da comunidade científica internacional quanto à Amazônia.

Já havíamos comentado que isso era um problema recorrente. Cunha (1998) revisa isso, ao mencionar que devido à escassez de recursos ambientais e à progressiva degradação de sua qualidade, a relação entre a gestão de problemas ambientais e a segurança nacional e internacional passa a ser aceita e o ambiente, a ser considerado como uma preocupação da segurança.

Clóvis Brigagão⁷², um dos pioneiros na busca entre a relação da segurança e os mecanismos de monitoramento no Brasil, desenvolveu um trabalho que enfocou segurança, meio ambiente e desenvolvimento. As atividades que se sucederam, segundo ele, teriam levado a acréscimos nas redefinições das concepções sobre ecossistema e segurança internacional, contextualizando, no Brasil, o que seria a nova concepção de segurança ambiental, que já se pode sentir publicamente. Sob o rótulo de segurança ecológica, ao SIVAM/SIPAM somam-se as iniciativas de monitoramento, manifestas nas políticas públicas do Projeto Calha Norte, de natureza militar, do Projeto Nossa Natureza, do Programa Pan-Amazônico, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de natureza científica e de cooperação internacional (Brigagão, 1996).

7.3. O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)

Em linhas gerais, o SIVAM veio como suporte para o SIPAM, que em setembro de 1990 foi aprovado com a finalidade de “dar suporte e zelar pela consolidação das ações de governo dirigidas para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, por meio da participação cooperativa de órgãos setoriais, implementação de infra-estrutura e utilização de conhecimentos organizados de modo a permitir a atuação coordenada e convergente das instituições políticas na Amazônia”. Brigagão (1996) afirma que quando o SIPAM buscou seu instrumento técnico e operacional, o SIVAM, este sofrera a síndrome da vigilância de natureza estritamente militar. No entanto, o SIPAM engloba

⁷²Pelo Projeto “Amazônia: Redefinições de Segurança e Mecanismos de Monitoramento”, 1994-1995. Permitiu a elaboração do Dossiê SIVAM, que segundo Clóvis Brigagão, “é uma completa documentação juntada com pareceres, relatórios, auditorias, alguns reservados, cotejando opiniões, comparando dados, e avaliações técnicas de todas fontes envolvidas com o SIVAM, de 1994-1996”. Op cit, p. 9. Atualmente, Brigagão é pesquisador no Centro Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

outros aspectos ainda essenciais, como o zoneamento econômico-ecológico, os impactos ambientais, a atuação integrada e cooperativa. Brigagão escreveu: “Na verdade, o que existe é o SIPAM. O SIVAM não é nada mais que o instrumento operacional do sistema de proteção da Amazônia”(Brigagão, 1996: 45-46). O monitoramento da região sugere o desenvolvimento de um sistema de informações que é nutrido pelos vários tipos de atividades e de organizações, governamentais ou não, relacionadas à Amazônia. Entre as suas ações gerais, apresentadas pela Raytheon, a empresa contratada sediada nos EUA e com representações no Brasil, estão a proteção ambiental, o controle do uso e a ocupação de terras, o zoneamento econômico-ecológico e a atualização de mapas.⁷³

No Brasil, apesar de grande esforço da comunidade científica, o SIVAM não recebeu a efetiva participação, no sentido orientador e crítico, de instituições de notável prestígio nacional como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Sociedade Brasileira de Física, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Brigagão, 1996), Universidades Federais e a Fundação Oswaldo Cruz, redundando em resultados, segundo o engenheiro Câmara (1996)⁷⁴ do INPE, comprometedores para a vigilância ambiental e para a coordenação de todo o sistema.

Câmara (1996) explica que a vigilância ambiental, do ponto de vista do SIVAM, fragmenta-se em grupos para a realização de diversos levantamentos: (1) Grupo de Funções Ecossistemas, com mapas de cobertura vegetal e índice de vegetação, mapas de ocorrência de fauna e flora, de impacto ambiental causado por poluentes, de análises de alterações no desflorestamento, Relatórios de ocorrências de incêndios; (2) Grupo de Funções Hidrologia, com monitoração e análises de enchentes e relatórios de qualidade de águas; (3) Grupo de Funções Monitoração Atmosférica, com relatórios de qualidade do ar e (4) Grupo de Funções de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável, com análises de alterações na ocupação do solo, análises do crescimento urbano, análises para planejamento regional, análises de auxílio à monitoração do ZEE, alterações no uso e aptidão agrícola, mapas de focos e propagação de epidemias e mapas de atividades de extração mineral .

⁷³ Ver *site* da Raytheon, <http://www.raytheon.com>, em sua apresentação geral do “SIVAM Project”, de três folhas, em português.

⁷⁴ Página pessoal na web: <http://www.dpi.inpe/gilberto/>

Enfatizando, em sua análise dessas grandes categorias, a crítica da pouca participação da ciência brasileira no projeto, Câmara explica que no Grupo (1) enquadram-se os assuntos “monitoramento do desflorestamento” e “ocorrência de queimadas”. Tais aplicações já estariam implantadas operacionalmente no País. Esclarece que os dados de desflorestamento da Amazônia produzidos pelo INPE são considerados a referência internacional no assunto por instituições como a FAO e o *International Panel on Climate Change* (IPCC). Comenta que não haveria justificativa técnica de duplicar este trabalho no SIVAM. No Grupo (2), são incluídas todas as funções ditas de apoio ao desenvolvimento sustentável e ainda temas como mapas de cobertura vegetal e relatórios de qualidade de água e ar. Os produtos a serem gerados nesse grupo de funções seriam encontrados em superposição com as atividades principais de órgãos como o IBGE, o DNPM, a CPRM e o Ministério da Saúde, que têm atribuições específicas nessas áreas. Aponta que tais órgãos comporiam equipes de especialistas formadas através de um esforço prolongado e, evidentemente, o SIVAM não teria a possibilidade de duplicar tais competências.

Câmara (1996) segue explicando que os dados do Projeto RADAM representam ainda a melhor fonte (em muitos casos, a única) de informações sobre as características geográficas da Amazônia (incluindo mapas de geologia, geomorfologia, cobertura vegetal e pedologia) e, ainda, analisando o desempenho dessas grandes categorias funcionais, comenta que o expresso pelo SIVAM é mais um conjunto de desejos do que os requisitos consolidados e sólidos para as operações. Outra questão que Câmara levanta refere-se aos componentes humanos e qualitativos do projeto, mostrando que a incongruência se agrava quando verifica que o projeto SIVAM, na área ambiental, baseia-se quase integralmente no processamento de imagens (obtidas por satélite ou aviões) e de mapas (geoprocessamento). Tal abordagem supõe implicitamente que existem metodologias estabelecidas que podem ser convertidas em procedimentos computacionais, a serem executados de forma automática ou semi-automática nos Centros Regionais de Vigilância (CRVs) a ser implantados pelo SIVAM em Manaus, Belém e Porto Velho.

Embrionário, mas parecendo ambicioso em suas propostas de controle total sobre o território e seus habitantes, o SIVAM inclui o SIPAM, que é o Sistema de Proteção da Amazônia. Recentemente, foi lançado no *site* oficial o artigo de Oliveira (2002),

coordenador do núcleo de estudos estratégicos da UNICAMP, que expressa sua opinião sobre os programas, apontando-os como necessários e já dotados de legitimidade, pela longa jornada até a sua aprovação. Seu registro reforça a intenção do projeto quanto à sua natureza de defesa de território e do controle das gentes, até pela coordenação do programa valer-se de um intelectual de estudos estratégico-militares para chamar a atenção, buscando legitimidade pública. Do importante registro da opinião de Oliveira está a chamada para a maior interferência científica no Projeto:

“O Sivam tem um grau elevado de legitimidade: ele corresponde a uma necessidade do país e submete-se ao controle do Congresso e do TCU; levou oito anos para chegar à ativação e produzirá efeitos imediatos e de médio e longo prazos. Cabe agora fomentar a participação da comunidade científica que, por razões não esclarecidas, não ocorreu em suas etapas anteriores. Essa participação deveria estender-se ao Programa Calha Norte, que marca a presença do Estado nos rincões mais afastados da Amazônia. Deverá incidir eficazmente nas atividades voltadas ao bem-estar da população, no desenvolvimento da indústria aeronáutica e na segurança do transporte aéreo. Políticas públicas serão beneficiadas, inclusive a segurança pública. Ele contribuirá igualmente para as relações diplomáticas e militares com nossos vizinhos no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica. A propósito, o país precisa tomar consciência da grave situação militar na fronteira com a Colômbia, que poderá complicar-se de momento para outro. O processo de desestabilização deste país está sendo acompanhado da internacionalização da questão amazônica, como se vê no Plano Colômbia. O crime organizado, em particular o narcotráfico, gozou até aqui da ausência de um controle nacional efetivo sobre o espaço amazônico. O SIVAM veio para suprir tal lacuna, contribuindo ainda, através do SIPAM, para a proteção da vida humana e do meio ambiente”⁷⁵.

Por outro lado, dando uma conotação crítica ao SIVAM/SIPAM quanto à sua funcionalidade, Gilberto Câmara⁷⁶, do INPE, mostra as vulnerabilidades do projeto

⁷⁵ Eliézer Rizzo de Oliveira. “SIVAM: projeto estratégico”. Artigo publicado no jornal Correio Brasiliense, edição do dia 1º de agosto de 2002, seção Opinião.

⁷⁶ Gilberto Câmara, 40, é engenheiro eletrônico (ITA, 1979), doutor em Computação (INPE, 1995). Trabalha na pesquisa e desenvolvimento de software para Tratamento de Imagens de Satélite e Geoprocessamento desde 1979. Coordenador da equipe que desenvolveu os sistemas SITIM/SIGI e SPRING, que são utilizados em mais de 100 laboratórios de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento

amparado pela teoria sistêmica, que é desenvolvido pela inovação tecnológica e por engenheiros, apresentando pouca base epistemológica ambiental, com carga objetiva e subjetiva, para enfrentar as duras realidades territoriais, ambientais e sociais da Amazônia, dizendo que a visão instrumental ali aplicada para a execução de projetos, embora adequada para problemas de engenharia, como a construção de um satélite ou de um sistema de controle de tráfego aéreo, falha inapelavelmente quando aplicada à área ambiental. Assim, um estudo ambiental (como a obtenção de um mapa de distribuição de flora e fauna da Amazônia) dificilmente poderia ser reduzido a um problema de engenharia, com *inputs* bem definidos e *outputs* mensuráveis. A mesma realidade poderia dar margem a interpretações conflitantes, e só a contínua participação de cientistas e especialistas das diversas áreas pode assegurar um resultado de qualidade. Resumindo, Câmara considera que a concepção ambiental do projeto SIVAM decorre de uma visão inadequada da questão ambiental como um todo e de um conjunto de crenças (*Weltanschauung*) inadequadas aos problemas ambientais. Estas limitações seriam reflexos observados por ele no comportamento das equipes proponentes do SIVAM, tanto brasileiras como as da Raytheon (Câmara, 1996).

As atividades de vigilância podem ser organizadas de forma a não atender ao que o projeto declara-se propor a aplicar. As propostas que a Raytheon declara executar não ficam explícitas em seu site disponível na web, tampouco no do próprio SIVAM/SIPAM. O monitoramento pode servir de instrumento para intervenções militares, prioritariamente, haja vista que o próprio perfil da empresa é o da segurança e defesa, com vários produtos lançados para essa ênfase. É contra essa face obscura, com baixa carga de revisão crítica por parte do Brasil para levantar os zoneamentos econômico-ecológicos e que despreza a capacidade instalada brasileira no sensoriamento remoto, que se levantam cientistas como Câmara, motivado a ponto de publicar um artigo para afirmar à comunidade científica brasileira⁷⁷ que não havia espaço para a ciência brasileira no

no Brasil. Gerente técnico do desenvolvimento do software METVIEW. É autor e co-autor de mais de 50 trabalhos sobre o assunto e do livro "Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica".

⁷⁷Há uma ressalva sobre isso. Em uma interessante crítica, Machado, C. (1999) fala sobre a comunidade científica e sua heterogeneidade, afirmando que pode não fazer sentido qualificar e vincular cientistas comumente às organizações aonde trabalham. Suas atitudes, comportamentos e pretensões podem ser muito diferentes. Quando esteve observando o modo de organização dos pesquisadores do INPA decidiu

SIVAM. Essa conclusão se aprofundaria quando circulam informações de que o segmento de Vigilância Ambiental do SIVAM será desenvolvido nos EUA, em Dallas, com a equipe da ‘*E-Systems*’. Essa empresa é especializada no tratamento computacional de imagens obtidas por satélites espiões, sem nenhuma experiência anterior em aplicações ambientais. Para o autor desse artigo que trabalha há quase 20 anos no desenvolvimento de software de Processamento de Imagens e Geoprocessamento, há uma substancial diferença entre técnicas de detecção de alvos inimigos e metodologias para apoio ao zoneamento ecológico-econômico.

Sobre alvos inimigos, o pensamento militar sustenta que a intenção americana com a Amazônia é explicitamente militar no sentido da segurança ambiental e se, observarmos o cordão de bases americanas⁷⁸ ao largo do *hearthland* amazônico, percebe-se a sua preocupação com uma nova ordem de batalha do Brasil para rechaçar ou dissuadir a ameaça externa que foi observada pelos planos do exército e nos documentos do Clube Militar e ESG, já comentados. Assim, o SIVAM se prestaria também ao monitoramento e avaliação desta ordem de batalha estrangeira de influência dos EUA (mapa 1).

considerá-los uma “coletividade heterogênea de cientistas” Op cit, p.595.

⁷⁸Bertha Becker durante a comunicação pessoal havia comentado da preocupação dos militares com essas bases americanas localizadas ao redor da faixa de fronteira com o Brasil.

Mapa 1 – Guarnições dos EUA na Amazônia Ocidental



Fonte: Jornal Zero Hora, Porto Alegre, 25/03/2001

Se antes a Doutrina de Segurança Nacional se fundamentava na visão de segurança hemisférica que sustentava os EUA em sua política de América para os Americanos, hoje, a globalização é vista por vários subsegmentos militares, como causadora da perda no intercâmbio doutrinário e da transferência de recursos dos EUA para o Brasil. A globalização, para vários militares, é encabeçada pelos EUA, visto atualmente como vilão e principal artífice de diminuição do prestígio da Instituição militar no Brasil. A crítica ao processo de globalização da economia e da cultura esteve presente nas manifestações públicas de oficiais militares, tanto individuais como através de manifestos assinados por grupos militares articulados, basicamente, nos dois casos, com os oficiais pertencentes aos quadros da reserva das FFAA, como é observado por Gaio:

“militares brasileiros apontam os EUA como centro produtor e implementador do processo de globalização, não reconhecendo, portanto, que tal processo seja destituído de implicações geopolíticas, de uma origem e de objetivos preestabelecidos e cuja dinâmica tende a reproduzir, a partir de novos parâmetros, a hegemonia norte-americana no antigo terceiro mundo” (Gaio, 1999: 55).

Segundo Becker (1990), a consciência ativa de grupos sociais que toma lugar a partir do rompimento da cortina de ferro e fim da guerra fria ganhara guarida em entidades não governamentais, em governos estrangeiros, no Banco Mundial, dentre cientistas e associações, trazendo uma discussão entre as categorias⁷⁹ em relação `a

⁷⁹ No geral, a preservação dá manifestação a duas grandes vertentes interpretativas e tendências. (1) a que se confunde com conservação no sentido *lato* e outra (2) que no sentido mais estrito, se traduz na manutenção ou conservação do ambiente natural como ele é, sem mudança ou extração de recursos, ao contrário de uma abordagem mais utilitária de uso múltiplo da terra. Essa preservação radical, algumas vezes chamada de preservação ética, é um conceito quase exclusivamente americano; seus defensores são chamados de preservacionistas. Em termos econômicos, com o preservacionismo busca-se preservar evitando desenvolver. Enfoca a visão de contenção dos parques e pode ser motivado para manter os lugares aprazíveis e como ponto de reverência, da apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Dessa forma, entra em contraste com o conservacionismo, que é uma tendência derivada mais branda que busca preservar para melhor e mais prolongadamente desenvolver, prolongando o benefício, e ainda mais, com o ecocentrismo, que procura centrar-se na proteção da biodiversidade sem considerar seu valor de uso ou importância para os humanos. Ver Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais, pp. 122, 425, São Paulo: UNESP & Melhoramentos, 2001.

profundidade da intervenção no manejo da Amazônia, mas com a consonância de metas, ao final. O governo brasileiro acabaria por absorver o ideário sofisticado da transformação de metas preservacionistas e diálogos entre comunidades e organizações como pauta de reuniões para o consenso em torno do desenvolvimento sustentável, permitindo a consolidação dos vetores e em 1996, o governo entraria firme na proposta pela criação do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7) e mediante a iniciativa conjunta dos G-7, do Banco Mundial, das ONGs com atuação na Amazônia.

A ação governamental, desde há muito sob a influência de mecanismos autoritários de governança, ainda se vale de regimentos e de procedimentos que, mesmo em ambientes legalmente democráticos, não facilita o entendimento entre as partes para o que seja o tratamento de temas sensíveis e que comprometam globalmente aos sentidos da Nação. São desafios para os planejadores militares à moda da ESG a incerteza e imprevisibilidade que se verifica na região porque o pluralismo pressiona o Estado a conceber novos arranjos e alternativas ao desenvolvimentismo predatório.

Instruídos que são, do ponto de vista metodológico, para elucubrações no tocante às hipóteses de conflitos mais prováveis no território, militares entendem a ameaça de um inimigo assim hipotético, que faz e refaz o estado de alerta. A tendência é olhar com desconfiança para as inovações sob o cunho da biodiversidade, da proteção do território indígena, das áreas de conservação ou dos corredores ecológicos, pois todos relatam uma permeabilidade do controle total do planejador da ação política em todos os campos do poder. Tal controle é reflexo do método preconizado pela Escola, onde o planejador está instruído para o desenvolvimento e para o progresso. Posturas retroativas, como as exigências sócio-políticas dos amazônidas ou de seus procuradores, prejudicam o fluxo e a marcha inexorável.

Assim, olha-se com desconfiança para os grupos em emancipação. A primeira colônia militar instalada na área é bem anterior à marcha para oeste, refletindo a instalação militar prematura na área e a intensificação de estratégias de “ocupação de vazios demográficos”, sinalizadas por Becker e preconizadas pela Doutrina da Escola Superior de Guerra. Os militares evitariam a perda da ponta do processo de colonização

na área e o não cumprimento da missão constitucional de defesa do território (Becker, comunicação pessoal).

Já constatamos que as etnias que habitam na Amazônia e conquistaram seu espaço social, até por ingerência externa e de várias ONGs, não são bem aceitas pelo pensamento militar, pela proximidade com o ideário estrangeiro e alienígena. Na visão predominante do segmento militar, o território não deve ser de propriedade étnica, mas da União, sugerindo o abandono da tentativa de formação de novos Estados-Nação na Amazônia, a partir das nações indígenas. Tampouco, a maioria do segmento militar, segundo nossos resultados, é favorável ao arquipélago das nações indígenas em vigor no Brasil. Ainda menos, com as grandes unidades de conservação criadas em congruência com os espaços sociais conquistados em seus territórios.

Quanto à defesa do território e a ação militar, Gaio (1999) observara que alguns discursos de militares apresentam indignação e agressividade contra os EUA e que podem revelar um nacionalismo de insurgência contra a dilapidação e autofagia militares. Afirma que o nacionalismo, a defesa da soberania nacional, da cultura brasileira e da integridade territorial, abandonados e defendidos pelas elites civis e militares, obrigaram os oficiais que discordaram da incúria e da acomodação que caracterizaram aqueles que hoje têm alguma parcela de poder à manifestação, contundentemente, como opositores impenitentes da globalização do Brasil.

Em tempos de globalização, Cepik (2001) mostra tal preocupação quando busca a definição do que seja a Segurança Nacional para antes e depois do democrático no Brasil:

“(....)Em particular, a recorrente utilização da noção de segurança nacional como um princípio autoritário de justificação de práticas políticas, torna questionável a compatibilidade entre segurança nacional e uma concepção democrática de governo e de resolução de conflitos nas sociedades contemporâneas.”(Cepik, 2001: 1).

Quando se pensa em segurança, no mundo contemporâneo, o papel militar está implícito e definido de forma intuitiva. Mas, a noção de segurança nacional e individual, principalmente em ambientes democráticos, envolve o comprometimento dos atores da política em geral e não somente de tais agentes típicos, conforme aponta Cepik:

“(…) Por segurança nacional, entende-se aqui uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia. Nesse sentido, o termo refere-se a uma dimensão vital da existência no contexto moderno de sociedades complexas, delimitadas por estados nacionais de base territorial. No limite, estar seguro nesse contexto significa viver num estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais através da negociação, da obtenção de informações sobre capacidades e intenções, do uso de medidas extraordinárias e do leque e opções relativas ao emprego de meios de força. A dupla face dessas ameaças, interna e externa, implica algum grau de complementaridade e de integração entre as políticas externa, de defesa e de provimento da ordem pública.” (Cepik, 2001: 3).

Partindo-se dessa noção, que vai ao encontro do preconizado pela doutrina de Segurança Nacional, que é pela proteção total de tudo contra e/ou todos e de forte cunho psicológico, mas indesejável enquanto pretensão totalitária de controle sobre variáveis contextuais e sobre a atuação dos atores, verifica-se a impropriedade do termo segurança ser aplicada como conceito de segurança ecológica. A doutrina de segurança nacional está presente no conjunto de forças políticas que, utilizando-se de jargões ecológicos e de representantes dos segmentos econômicos, militares e políticos, requalificam o espaço (e o amazônico é o mais evidente), com fins exploratórios de nível estratégico e com menor ênfase de proteção à biodiversidade e ao equilíbrio de forças de todo gênero que compõem os cenários da problemática ambiental. Ora, isso se refere à segurança ambiental e não à segurança ecológica.

Já se percebe, quanto ao segmento militar e seu comprometimento, movimentos e articulações para levar ao ordenamento ambiental na Amazônia, no tocante ao emprego de tropas do Exército contra o desmatamento e incêndios, na assistência médica aos ribeirinhos, pela ocupação de faixas de fronteira ainda não desenvolvidas ou demonstração de poder de fogo ou de combate aproximado com táticas de guerrilha, ao exercitarem-se, na fronteira ocidental, unidades militares de Brigadas de Infantaria de Selva, dentre outros elementos de elite do Exército. A Força Aérea, principal defensora do SIVAM, está profundamente interessada em justificar sua existência em tempos de escassez operacional de seus esquadrões. O Projeto Calha Norte, montado na visão estratégica de ocupação de vazios demográficos (“integrar para não entregar”) foi

emancipado pelo SIVAM/SIPAM, que ainda passa por questionamentos em função de pesar sobremaneira para o lado do segmento militar e para a militarização da área. No momento, esse é o panorama que desponta o estágio de comprometimento militar brasileiro com a problemática ambiental.

*CONSIDERAÇÕES FINAIS e ATIVIDADES MILITARES EM
ANDAMENTO*

Para as condições de soberania absoluta proposta pelos militares brasileiros, o conjunto de documentos analisados até aqui revelam a sua fragilidade e contradição. Mas, se utilizarmos a potencialidade do SIVAM/SIPAM de monitorar e implementar as possibilidades não somente para a Amazônia legal mas para a Amazônia global, modificando aspectos do Tratado de Cooperação Amazônica e incluindo os países do Pacto Amazônico como parceiros em uma visão de soberania compartilhada pelos americanos do Sul, o Brasil se fortaleceria mais ainda no continente e diante do dispositivo de batalha formado pelo cinturão das bases americanas ao redor da fronteira e mostraria sua capacidade original de organizar e efetivar ações múltiplas. Para isso, torna-se relevante haver uma mudança de paradigmas no pensamento militar brasileiro, que melhor capacitará o segmento militar a abranger a complexidade exigida pelos temas ecológicos em suas intervenções. Tais questionamentos podem ajudar a refletir sobre o valorizar de ações profissionais militares e do conseqüente desvalorizar aspectos ambientais, sendo justificativa para que o comportamento militar seja acompanhado por estudiosos.

Sobre os militares

A subjetividade dos indivíduos em uma coletividade militar sustenta a fisionomia carrancuda, séria, lacônica e estática da instituição, no seu papel de manutenção do *status quo*. Assim, é paradoxal a idéia da socialização militar passar por mecanismos de formação sistemática de massa crítica. Essa é uma grande crítica a um programa ético de educação ambiental nas Forças Armadas.

A guerra trata de destruição e isso também é forte barreira à preservação da natureza como prática profissional. Uma boa alternativa seria a composição de unidades militares voltadas para a conservação ou preservação ambientais.

Outro fator, o cartesianismo, ainda tratará de mascarar mais os potenciais individuais de militares, com prejuízo para o sucesso de qualquer programa de educação ambiental, cuja motivação parta de baixo para cima. Os indivíduos de tal coletividade ainda não demonstram a flexibilidade demandada para o trato ambiental, pois não recebem argumentos nessa direção em seus currículos, nem incentivos profissionais para isso. Sabemos que existem militares sensibilizados por conta própria quanto às questões

ambientais, mas infelizmente essa sensibilidade relatada anteriormente conflituava-se com os interesses profissionais, que ao final tendem a prevalecer.

A profissão militar é cercada de preconceitos por parte dos de fora. Há um desconhecimento geral das lides militares e de sua especificidade, de sorte que as nebulosidades tornam-se sobremaneira interessantes aos pesquisadores, os quais podem observar um espectro bem característico de influência militar quanto ao meio ambiente e conhecer os limites das parcerias com tais organizações subjacentes.

A aplicação da força armada é de natureza legal e tem seus limites. A extensão da diplomacia, hoje em dia, conta com estudos internacionais que permitem identificar até onde e como um exército deve ser empregado para evitar maiores impactos ambientais e uma maratona de intermináveis acordos que não façam esquecer a biota. Assim, as questões ambientais, já tão normatizadas, carecem de habilitados militares e de seus outros tantos conselheiros. Se houver cuidado, ganhamos todos, pois o sentido de preservação do patrimônio, um dos exemplares valores militares, tem mantido em fronteiras de caserna, e em boa guarda, uma parte da Mata Atlântica remanescente no Brasil.

Outra condição de relevo que se pode apontar ainda é a de que evitemos a guerra e suas reflexões recorrentes, pela desgraça que é acompanhar a reconstrução nacional de um pós-guerra e as conseqüências geradas às ordens social, política, econômica e ambiental como um todo, mas isso foge os limites deste trabalho.

Esclarece-se que não é contra a ação de intervenção militar que se escreve, se ela é imperativa, mas para o esforço de corroborar na agregação de uma contracultura capaz de eufemizar o seu impacto sobre nossa gente e nosso mundo. Foi reservado um capítulo para tratar de experiências que vivenciamos, já como subsídios para um planejamento educacional ambiental para militares. Para nós, a idéia de autonomia moral e intelectual presente na proposta de educação ambiental e assentada na regra da reciprocidade, se colocada em prática, poderia atenuar em muito o efeito do espírito de subordinação que é arraigado na personalidade do militar e que o torna profundamente dependente e pouco capaz de manifestar reações de iniciativa extremamente saudáveis e necessárias a uma vida plena, além de serem valorizadas no soldado de hoje, em todo o mundo.

É também em função dessa busca que se procura alcançar ainda mais os elementos subjetivos do pensamento militar através de sua cultura organizacional e do entendimento que Goffman (1992) apresenta de que a organização militar é uma instituição total, representando indícios que não podem ser esquecidos no tocante ao rigor do treinamento e do condicionamento.

Esse rigor, nós não imaginamos totalmente estranho à nossa pesquisa. Pelo contrário, ele serve como indicador de procedimentos colaterais ambientais, pelo emprego da tropa na progressão tática no “terreno” levar em conta o cuidado dela não ser detectada pelo inimigo e que é potencialmente um comportamento também favorável à preservação. Outro exemplo dessa colateralidade é a abundância de “esportes da natureza” praticada no meio militar, usados para aprimoramento da forma física e do condicionamento militar.

Sobre o Clube Militar

Apesar da condição de menor papel de importância em termos de participação política nas discussões nacionais que a ESG, já dissemos que o Clube Militar representa um ator sócio-político considerável na expressão do segmento militar brasileiro, podendo usar o tema da Amazônia como grande barganha.

Quando constatamos isso, procuramos verificar, valendo-nos do Clube Militar como fonte, até onde os militares “viam” a Amazônia como planejadores e como fatores de contenção da devastação, mas também em relação à preparação dos indivíduos que nela servem e que efetivamente devem servir, em segunda ordem, ao país, como cidadãos públicos e atuando no território amazônico como interlocutores que conhecem, com juízo de valor, o ambiente a zelar em seu significado mais abrangente.

Pesquisando por dados pertinentes a essas questões, encontramos as revistas do Clube Militar, mas também uma curiosa “simpatia” do Clube Militar pela *Executive Intelligence Review*, com sede nos EUA e com representação no Brasil⁸⁰, ao vermos uma grande quantidade de suas publicações à disposição de visitantes e freqüentadores de sua biblioteca.

Pela propagação dos editores da revista, a *Executive Intelligence Review* (EIR) é a expressão de um movimento político encabeçado por Lyndon Larouche que se esforça

⁸⁰ Revista *Executive Intelligence Review* no Brasil. Rua México, 31- S. 202 . CEP 20031-144 Telefax: (021) 2524-0360. E-mail: ocomplo@terra.com.br

para combater mundialmente o projeto das oligarquias de “submergir o mundo”, aprestando-se a denunciar o verdadeiro caráter e as intenções do nascente movimento ambientalista pela década de 70.

Segundo um dos livros publicados por essa revista, a “Máfia Verde⁸¹”, desde 1989, a EIR e o Movimento de Solidariedade Ibero-americana têm denunciado “as maquinações ambientalistas anglo-americanas no país” (na introdução dessa publicação, p.4).

Esse livro tenta provar seus argumentos através de uma carga imensa de dados, nem sempre bem referenciados e por vezes preconceituosos e agressivos. Faz denúncias seríssimas aos procedimentos salientes no sentido pró-estrangeirização de algumas autoridades brasileiras do cenário ambiental como Lutzenberger e Goldemberg (pp. 155-162); enfatiza que o Estado de Roraima é sede do processo de internacionalização da Amazônia (p. 191) e que existe uma notável rede de ONGs atuantes no território brasileiro sob auspícios de países desenvolvidos, sendo os mais citados o da Coroa Britânica e dos EUA (pp. 98-125).

Esclarecemos que foi bastante possível observar a inserção de vários dados e afirmações dessa “revista” nos impressos do Clube Militar.

Sobre a Escola Superior de Guerra e as escolas de altos estudos militares

A tendência do oficial brasileiro é a de olhar com desconfiança para as inovações sob o cunho da biodiversidade, da proteção do território indígena, das áreas de conservação ou dos corredores ecológicos, pois todos relatam uma permeabilidade do controle total, que é coerente com sua formação.

Se o ensino de certas matérias ocorre para que seja adquirida uma cosmovisão ordenada, a matemática ensinada aos cadetes encontra-se impregnada da inversão idealista que supõe ser o real determinado pela razão, o formalismo e a tautologia dessa disciplina tendem a reforçar a concepção de ordem, a física aprendida pelos alunos é predominantemente a clássica, as matérias são apresentadas aos alunos de forma pronta e acabada, como verdades inquestionáveis, separadas dos conflitos e contradições

⁸¹ EIR. *A Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*: Editora EIR: Rio de Janeiro, 2001. Escrito por uma equipe de investigadores da revista. Coordenação editorial: Lorenzo Carrasco. A revista considera o seu trabalho como fruto de um rigoroso trabalho de “inteligência” da organização Lyndon La Rouche.

existentes no seio da sociedade e da comunidade científica e a história é transmitida a eles como uma sucessão concatenada de causas e efeitos, cujos acontecimentos fortuitos são tachados de irrelevantes, cabe perguntar se incluir as ciências ambientais nos currículos não destituirá os arcabouços das FFAA, programáveis e defensoras da ordem. Mas, estamos convencidos de que noções ambientais são fundamentais para um mundo reducionista e mais ainda para quem modela o uso da força.

Um problema do reducionismo nos currículos militares é que a noção de desterritorializar, por exemplo, para o segmento militar é a mesma da que a globalização pode impor e é interpretada por Santos (2001)⁸². É o entendimento de que as etnias que na Amazônia conquistaram seu espaço social, até por ingerência externa, não são bem vistas pela proximidade com o ideário estrangeiro e alienígena. Além disso, o tom de “indignação” e agressividade (Gaio, 1999) parece concentrar-se no ressentimento contra os EUA na roupagem de um nacionalismo de insurgência contra a dilapidação e autofagia militares⁸³, onde crêem nadar solitários diante da apatia da sociedade civil. Nisso parece repousar majoritariamente a expressão do pensamento militar.

Ora, a racionalidade ambiental evidencia princípios materiais e axiológicos do discurso ambientalista que são interessantes para contracenarem com os movimentos que reincorporam os valores da natureza e da democracia participativa na organização militar. Valores e direitos estão sendo legitimados pela teoria, o que é motivo suficiente para que medidas normativas e comportamentais sejam incentivadas internamente na organização, com buscas da eficácia e fuga de sanções.

Leff nos indica isso quando afirma o conceito de racionalidade como um sistema de valores, normas, ações e relações de meios e fins, que permite analisar a coerência de

⁸² “Hoje, o que é federativo ao nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação, mas de competição; tudo isso exigindo um rígido esquema de organização, que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói. Nessas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união. Defina-se o lugar como a extensão do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial; outra é a norma, a organização, os regimes de regulação”. Op cit, p. 196.

⁸³ Gaio diz que: “O nacionalismo, a defesa da soberania nacional, da cultura brasileira e da integridade territorial, abandonados e defendidos pelas elites civis e militares, obrigaram os oficiais que discordam da incúria e da acomodação que caracterizaram aqueles que hoje têm alguma parcela de poder a manifestarem-se, contundentemente, como opositores impenitentes da globalização do Brasil”. Op. Cit, pp. 55-56. Entretanto, essa é a expressão de subsegmentos, haja vista que a expressão de oficiais da ativa está ainda mais próxima de sanções, pela menor mobilidade, pelo maior controle que sofrem e pelo Regulamento Disciplinar do Exército, arcaico, que pune por manifestação em matéria de política. Ora, se o Clube Militar não mais permite tal flexibilidade de discussão, quem o permite? As associações de sargentos já estão reivindicando seus direitos civis contra tais arbitrariedades.

um conjunto de processos sociais que se abrem para a construção de uma teoria da produção e da organização social fundada nos princípios de ecodesenvolvimento, da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável (Leff, 2001).

Se assim é, a questão ambiental, dentro dos portões da “Escola”, pode estar fortemente racionalizada às políticas públicas que pouco acentuam a construção do ideário de preservação ambiental na dimensão das ciências sociais, mas que podem valorizar o da conservação ambiental, uma vez que acentuam a missão de manter o patrimônio e a integridade do território.

Já sugerimos incluir temas interdisciplinares a partir das ciências sociais, naturais e militares que levam a pensar e que indagam para a consciência ecológica como: os direitos e deveres previstos em lei; que outros direitos e deveres se fazem necessários em situações novas; como novos direitos e deveres são construídos; o que é meio ambiente; como é o meu meio ambiente imediato (onde vivo); como os elementos do meio ambiente se transformam; como o meio ambiente reage às nossas ações, reflexos ambientais do treinamento e das operações militares e possibilidades das armas quanto ao impacto ambiental.

Sobre as Forças Armadas e o meio ambiente

Considerando que a lei de educação ambiental é recente e que a sua aplicação está acompanhada da dificuldade em implementar-se os parâmetros curriculares nacionais, pensamos com que dificuldade as FFAA poderiam, malgrado não existir a inserção de fundamentos de ciências ambientais em seus currículos, agir como críticos e comparsas de outras organizações políticas, científicas e sociais com tarefas na Amazônia.

E isso não pode ser desprezado. Por exemplo, o Exército Brasileiro aproxima-se de um contingente de 200.000 indivíduos e da democracia. Apesar do sucateamento de prestígio e de fundamentação que é justificado pelos seus argumentos, o Exército e as demais forças que operam na região amazônica (a Marinha ali possui um grande comando naval) estão mais qualificados para atender ao planejamento estratégico que o desafio da Amazônia aponta. Seus esforços para aprimorarem a logística e o treinamento são mais do que justos, em tal propósito e isso já tem sido desenvolvido em vários estudos (Oliveira, 1987; Huntington, 1993; Proença Jr. *et alii*, 1998, Myamoto, 1999; Gaio, 1999).

A questão fundamental é que os militares que operarão nas missões não somente devem dispor de instrumental técnico, bélico e de treinamento para as tarefas. Necessitarão de atenção especial quanto à educação no sentido da aquisição de competências para o monitoramento e o manejo ambiental e isso ainda não está sistematizado como um todo e nesse sentido isso também é matéria para os estudos estratégicos, dando grande trabalho para a Escola Superior de Guerra e para os estrategistas, pela originalidade da proposta.⁸⁴

Curiosamente, através dos documentos da ESG, notamos que o grupo de estagiários civis, em termos gerais, enfatiza propostas concretas e o grupo de estagiários militares tende a justificar as anteriores ou a abordar a questão ambiental de forma contrária às intervenções de qualquer ordem ao projeto de ocupação e aproveitamento dos recursos naturais. Tal evidência pode estar esclarece os limites das competências militares para atuar em assuntos ambientais. Se os civis acabam por evidenciar atitudes pró-ativas (positivas) no sentido da defesa ambiental e os militares evidenciam atitudes profissionalmente reativas (negativas) nesse sentido, já está desenhado um pêndulo que aumentará em muito a resistência para que ambos trabalhem em conjunto. Sabemos que na escola militar essa dicotomia entre militares e civis já é preconceituosa. Precisaremos de novas iniciativas como um grande projeto em que trabalhem juntos, para que ambos se reconheçam e mantenham as guardas em baixa. Esforços de socialização para ambos os grupos em uma escala mais específica, como os guerreiros de selva e alunos de ciências biológicas, se faz premente na abordagem da complexidade de temas ambientais.

Sobre a inserção de temas ambientais ou afins levantados na legislação do Exército

Foram levantados os documentos seguintes relacionados aos temas ambientais:

1. Portaria 117-EME, de 23 de setembro de 1971, aprovando o manual técnico T 42-285, “Controle Sanitário das Organizações do Exército”;
2. Portaria 008 EME, de 05 de fevereiro de 1997, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-1, “Operações na Selva”;

⁸⁴ Domicio Proença Jr. diz que “em termos específicos, os estudos estratégicos têm um objeto central que os caracteriza e distingue. A questão da segurança, expressa na avaliação, projeto, gerência e aperfeiçoamento de sistemas integrados de pessoas, equipamentos, materiais, procedimentos e ambiente para o preparo, emprego e aperfeiçoamento dos meios de força como instrumentos políticos em nível local, regional, nacional, internacional e, mesmo planetário” Op cit, p. 23.

3. Portaria 007, de 13 de fevereiro de 1997, que aprova as “normas para apoio de saúde às operações de ação cívico-social”;
4. Portaria 054-RES, de 18 de julho de 1997, Instruções Provisórias IP 100-3 “Bases para a modernização da doutrina de emprego da força terrestre na Amazônia (Doutrina Gama)” Primeira Edição, 1997;
5. Lei 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, Sistema de Ensino do Exército;
6. Portaria 078-EME, de 09 de setembro de 1999, que aprova as Instruções Provisórias IP 21-80, “Sobrevivência na Selva”, segunda Edição, 1999;
7. Portaria 570, de 06 de novembro de 2001, aprovando a “Política de Gestão Ambiental do Exército”;
8. Portaria 035-EME-Res, de 24 de maio de 2002, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-2, “O Combate de Resistência” e
9. Portaria 714, de 06 de dezembro de 2002, aprovando a “Diretriz para a Participação do Exército na Ativação do Sistema de Proteção da Amazônia”.

A Portaria 008 EME, de 05 de fevereiro de 1997, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-1, “Operações na Selva” é um manual de uso dos combatentes de Selva. Explicita esquemas de manobras e procedimentos táticos no ambiente da selva. Divide-se estruturalmente por capítulos que prescrevem informações relativas às características físicas da região amazônica, quanto à atuação das forças singulares no contexto das operações militares na Amazônia, quanto às operações ofensivas, defensivas e ribeirinhas e quanto ao apoio logístico na área de conflito.

A Portaria 007, de 13 de fevereiro de 1997, que aprova as “normas para apoio de saúde às operações de ação cívico-social”, constitui um plano de cooperação do exército com as secretarias estaduais e municipais de saúde, no qual o exército deslocaria recursos humanos (médicos, dentistas, farmacêuticos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas e auxiliares de enfermagem de seu quadro) e materiais (com uma relação anexa ao documento de medicamentos a serem utilizados nas operações).

A Portaria 054-Res de 18 de julho de 1997, Instruções Provisórias IP 100-3, “Bases para a modernização da doutrina de emprego da força terrestre na Amazônia (Doutrina Gama)” primeira edição, 1997, estabelece os fundamentos do emprego do

exército na Amazônia, orientando sobre os combates na região que, apesar da predominância de operações de selva, envolverá, também, o combate em localidades, operações no campo e ações de defesa em determinados trechos do litoral.

A Portaria 078-EME, de 09 de setembro de 1999, que aprova as Instruções Provisórias IP 21-80, “Sobrevivência na Selva”, segunda edição, 1999, é um dos principais documentos do aluno do Curso de Operações na Selva que orienta sobre as peculiaridades físicas da floresta úmida; sobre a conservação da saúde e primeiros socorros; sobre as características dos animais peçonhentos e venenos encontrados na região amazônica; sobre como estar orientado e navegar em ambiente de selva; sobre como “proteger-se no ambiente”; sobre como buscar alimentos e um pequeno guia para tratar com os indígenas em geral.

A Portaria 570, de 06 de novembro de 2001, aprovando a “Política de Gestão Ambiental do Exército”, está inserindo o exército na Política Nacional de Meio Ambiente, fortalecendo a ligação do Ministério da Defesa e do Meio Ambiente. Pretende implementar e desenvolver a gestão ambiental no exército e na cooperação com exércitos de nações amigas. Menciona promover a educação ambiental valendo-se do seu sistema de ensino, conforme o regulamento da lei de ensino do exército e do sistema de instrução militar do Exército Brasileiro e “praticar” a preservação ambiental, além de recuperar áreas degradadas sob jurisdição do exército.

No tocante à educação ambiental, já mencionamos que o Exército havia normatizado a inserção de temas ambientais em algumas de suas escolas e unidades militares. Entretanto, não descobrimos evidências de que a normatização tivesse um efeito sistêmico. Isso está ainda somente no papel.

Na época da publicação dessa citada portaria, na mesma ocasião das proximidades de um dos seminários de educação ambiental que coordenamos no Instituto Militar de Engenharia, conhecemos um projeto de educação ambiental elaborado pela Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) do Exército Brasileiro que abrangia os jovens alistados para o serviço militar. Curiosamente, nesse projeto deixou-se de observar outra parceria que não com o IBAMA. Estranhamos isso, porque tantas ONGs estavam dispostas e capacitadas para atuar em todo o território nacional com o pressuposto do alistamento militar.

Outra evidência que descobrimos é que a atual lei de ensino do exército (Lei 9.786, de 08 de fevereiro de 1999, tratando do sistema de ensino do exército) permite o uso transversal de temas ambientais nas escolas militares e chegou-se a constatar no Centro de Estudos de Pessoal do Exército, uma escola em nível de especialização, que algumas provas mais elaboradas cujo conteúdo era mais abstrato, apresentavam situações-problema criadas a partir de problemas ambientais. Ainda que isolada, trata-se de uma experiência importante.

Nos colégios militares, tal orientação também apresenta postura variada e pouco eficaz tecnicamente, que regula segundo a peculiaridade da proposta pedagógica de cada estabelecimento, onde estão considerados os estímulos geográfico-espaciais locais para isso.

Quanto às demais unidades militares de tropa, a formação de recursos humanos não é focada e no máximo obedece a procedimentos: (1) de conservação das áreas aquarteladas ou campos de instrução ou de tiro, (2) mediante suporte logístico em convênios para aplicações pontuais de recuperação de áreas degradadas, (3) de reflorestamento; (4) de paisagismo; ou de (5) palestras na rede escolar e comunitária.

A Portaria 035-EME-Res, de 24 de maio de 2002, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-2, “O Combate de Resistência” é um manual que organiza procedimentos estratégicos ao considerar a presença militar estrangeira na Amazônia como força invasora de poder militar incontestavelmente superior e que poderá efetivar-se em decorrência de resolução de organismos internacionais ou de decisão de potência militar com ou sem aval desses organismos internacionais. Explicita que tal força poderá originar-se de um único país ou constituir-se como força interaliada ou multinacional. A estratégia militar tem a finalidade de “anular a vontade do invasor de prosseguir combatendo em um conflito prolongado e desgastante, obrigando-o a retirar-se do território nacional” (capítulo 4, p.1) e como experiência dissuasória ao público estrangeiro levaria a apresentar a enormidade de doenças tropicais que viriam a contrair e os prejuízos ambientais decorrentes das operações militares na região (capítulo 5, p.13).

A Portaria 714, de 06 de dezembro de 2002, aprovando a “Diretriz para a Participação do Exército na Ativação do Sistema de Proteção da Amazônia” regula a participação do exército nos cargos de assessoria de inteligência e gerência de vigilância integrada, de

vigilância territorial, de vigilância do espectro eletromagnético de informações gerais, de sensoriamento remoto, de banco de dados, onde prevê a disposição de 12 oficiais e 9 praças para cada Centro Regional de Vigilância (CRV), considerando um total de três CRVs, sediados em Manaus, Belém e Porto Velho.

Sobre os convênios, protocolos e projetos do Exército que tenham relação com temas ambientais

Foram encontrados 9 (nove) protocolos e convênios, assinados pelo Exército com instituições públicas e privadas de pesquisa da Amazônia:

1. Protocolo de intenções entre o Ministério do Exército e o Ministério da Saúde para ações de mútua cooperação na área de saúde, 31 Set 91;
2. Protocolo de intenções entre a Secretaria de Tecnologia da Informação com o Centro Universitário Luterano, objetivando a cooperação técnico-científica nos campos da geodésia e cartografia, recursos naturais, meio ambiente, geografia, telecomunicações e topografia;
3. Convênio 200008300⁸⁵, entre a Secretaria de Tecnologia da Informação e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, objetivando serviços de levantamento topográfico para a demarcação de parcelas para fins de assentamento de populações rurais;
4. Convênio 200014300, entre o Departamento Geral de Serviços e a Universidade Federal do Pará, objetivando a realização de estágios de caráter não militar e organizações militares de saúde;
5. Convênio 200006900, entre o Comando Militar da Amazônia e a Fundação Universidade do Amazonas, objetivando a cooperação técnico-científica nos campos da Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Zootecnia, Veterinária, Morfologia Humana, Conservação da Biodiversidade e Botânica;
6. Convênio 200008700, entre o Departamento de Engenharia de Construção e o Comando da Aeronáutica, objetivando a construção de radar na Base Aérea de Porto Velho (RO);

⁸⁵ Os quatro primeiros algarismos indicam o ano de sua celebração, segundo a classificação do Exército.

7. Convênio 9805800, entre o então Departamento Geral de Serviços e o Centro de Pesquisas Leônidas e Maria Deane da Fundação Oswaldo Cruz, objetivando desenvolver atividades no campo do ensino e tecnologia em Saúde;
8. Convênio 9903900, entre o Comando Militar da Amazônia e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, objetivando a fiscalização da fauna e flora e dos recursos hídricos e minerais, buscando a melhoria da qualidade de vida das populações da região amazônica e o
9. Convênio 9912700, entre o Comando de Operações Terrestres e o Ministério da Integração Nacional, objetivando a prevenção e o controle das queimadas e dos incêndios florestais na Amazônia Legal e Protocolo de Intenções 01/99 entre a Fundação Ricardo Franco/Instituto Militar de Engenharia e o Ministério da Ciência e Tecnologia, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

As justificativas das FFAA para as questões ambientais merecem mais cuidado por parte dos intelectuais brasileiros. Buscando justificar as atividades militares na esfera ambiental, Praciano (2001)⁸⁶ afirma em seu trabalho apresentado nos EUA que as FFAA estão conscientes do papel constitucional do Ministério do Meio Ambiente e do que lhes cabe, participando, há algum tempo, mesmo que de modo tênue, das complexas discussões relacionadas ao meio ambiente, por julgarem, acertadamente, que alguns temas são pertinentes à defesa e à segurança nacional.

Ademais, o funcionário do Ministério do Meio Ambiente (Praciano, 2001) ressalta que o País não possui, ainda, uma norma legal definindo as atribuições das forças singulares no contexto dos assuntos ambientais, razão pela qual se faz necessária a existência de tais medidas. Elas deveriam possibilitar uma clara e definida formulação e uma conseqüente implementação de políticas duais e específicas para o setor, imprescindíveis ao aprimoramento do que já existe na prática.

Ele ainda justifica isso citando Therezinha de Castro⁸⁷ que comentara que o planejamento do preparo das Forças Armadas estava seriamente prejudicado pela

⁸⁶ Membro da UNESCO. Representante da Secretaria de Recursos Hídricos e do Ministério do Meio Ambiente. Op cit.

⁸⁷ Therezinha de Castro, geógrafa que enfatizou a tendência geopolítica nas forças armadas. Foi professora de muitas gerações de alunos de altos estudos militares. Op. Cit.

inexistência de uma política de defesa definida e pela ausência de uma ameaça externa ostensiva à segurança do país, assim como, pela crônica escassez de recursos orçamentários distribuídos àquelas, que vinham se agravando a cada ano (Castro, 1997).

Nos EUA, Praciano ainda descreve os papéis de cada uma das FFAA na Amazônia, ressaltando que a Política Nacional para a Amazônia Legal, aprovada em 14 de julho de 1995, prevê encargos específicos para as forças armadas, tanto no que diz respeito à sua missão constitucional de segurança, quanto nas ações que visem o desenvolvimento sustentável, neste caso, em parceria com os governos de todos os níveis e com a sociedade, e preconiza, textualmente, que as forças armadas sempre estiveram presentes na Amazônia, desempenhando um papel essencial nas atividades sociais, prestando atendimento direto ou apoiando as organizações civis junto às comunidades ribeirinhas e indígenas, bem como nos núcleos populacionais mais isolados. Além de um destacado papel na educação ambiental, realizado em seus aquartelamentos e junto às comunidades civis, cada “Força Singular”, segundo as suas peculiaridades, contribuiria, intensamente, com atividades relacionadas ao meio ambiente (p.7).

O atendimento à população ribeirinha da Amazônia é um destacado papel das forças armadas brasileiras. No entanto, em nosso estudo não conseguimos constatar esse “destacado” papel de educação ambiental em relação às unidades militares e aos civis de forma sistemática no Brasil. Nota-se que as unidades militares são, via de regra, conservadas em bom estado e seus integrantes são instruídos quanto à higiene e o asseio próprio, até pela necessidade de manter a tropa em condições operacionais para qualquer eventualidade. No tocante à relação com os civis em atividades ambientais, por vezes depende do caráter discricionário de cada comandante envolvido, em que pese haver diretrizes para isso.

A Marinha do Brasil tem assento no Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), fóruns de debate de assuntos referentes à Amazônia, ao Pantanal, ao Gerenciamento Costeiro, monitorando o meio ambiente marinho para o controle dos impactos causados pelos usuários dos meios de navegação e ao Gerenciamento de Recursos Hídricos, interiores e marítimos.

Quanto à Aeronáutica, Praciano (2001) se põe a explicar que o Comando da Aeronáutica tem direcionado a sua participação na preservação do meio ambiente em três

campos de atividades: o do ensino, o da pesquisa e o operacional. A disciplina “Proteção do Meio Ambiente” estaria constando dos currículos dos programas de instrução de suas Escolas de Formação, e ainda, quanto ao ensino, participa, com o assessoramento de pessoal técnico, em Conselhos e Coordenadorias do Meio Ambiente em órgãos estaduais e municipais.

O problema ainda é de ordem prática e não de mera inserção em currículo. Sabemos dos impactos ambientais gerados pelas bases aéreas, pela infraestrutura aeronáutica e pelas aeronaves.

A mais arrojada proposta de que se tem conhecimento em termos de potencial de interferência ambiental nesses últimos anos, a partir das iniciativas do Exército, é a “Proposta para a participação do Exército na pesquisa, preservação e utilização da estratégia moderna para o desenvolvimento da Amazônia”, já referenciada em que o Exército procura assimilar tecnologias de seu interesse, capacitando e pesquisando “contra ameaças inéditas no campo biológico” e consideradas fundamentais à proteção dos efetivos militares e das populações nas áreas sujeitas a conflitos e atuando em cooperação no combate aos atos de bioterrorismo (transcrito do texto original).

O documento foi gerado a partir do Seminário Especial do Fórum Nacional, que abordou a Biodiversidade como Estratégia Moderna para o Desenvolvimento da Amazônia. Organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) e realizado em 2001 no Rio de Janeiro, enfocou como assunto principal o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM/AMAZÔNIA).

Outra iniciativa relevante como proposta de desenvolvimento sustentável para a Amazônia é o Programa CT-Amazônia, coordenado pelo Instituto Militar de Engenharia e com parceria com o CNPq. Esse tipo de proposta nos parece a mais completa participação da engenharia militar em relação à sustentabilidade. Depois de analisar a produção da ESG e do Clube Militar que apontam para o desenvolvimento sustentável, o Programa CT-Amazônia se configura como possibilidade alternativa a manter o desenvolvimentismo proposto pelos militares em uma esfera científica e notável por todos (inclusive pelos estrangeiros), porque o papel do IME é de digno representante da comunidade científica e não meramente de defensor das fronteiras nacionais. Assim,

parece realmente ser a mais viável e se caracteriza como um limite técnico e doutrinário da presença militar na Amazônia, porque enfatiza a conservação ambiental.

Atualmente, o Programa é desenvolvido por intermédio do Núcleo de Projetos e Pesquisas do IME em Tecnologias Amazônicas e Meio Ambiente (NPP-TAMA), em parceria com outras instituições e universidades no país e no exterior e é composto pelos projetos seguintes:

- (1) Gerenciamento de Recursos Hídricos na Região Amazônica;
- (2) Estudos Para Implantação de Portos Fluviais na Amazônia;
- (3) Água Potável na Amazônia - Departamento de Engenharia Química;
- (4) Meio Ambiente & Engenharia: Metodologia para Avaliação e Mitigação do Passivo Ambiental em Rodovias na Amazônia;
- (5) Navegabilidade dos Rios da Amazônia Ocidental;
- (6) Propagação de Sinais Radioelétricos na Região Amazônica;
- (7) Tecnologia Inteligente de Supervisão e Controle em Operações Fluviais na Amazônia;
- (8) Utilização de Fibras de Piaçava Como Reforço em Compósitos de Matriz Polimérica Reciclada para Aplicações Estruturais e
- (9) Desenvolvimento de Novos Catalisadores para Valorização do Gás Natural da Amazônia.

O Programa Institucional Científico-Tecnológico de Apoio à Defesa e ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CT-Amazônia) caracteriza-se por uma perspectiva de médio prazo, apoiando a realização de pesquisas e a formação de recursos humanos em áreas estratégicas para a Segurança e a Defesa do país.

Sobre uma política nacional de defesa e segurança do meio ambiente

Além de provocarem significativos impactos ambientais nos tempos de guerra, as atividades militares nos períodos sem guerra também são ambientalmente degradantes. Se os militares não estão lutando nas guerras, estão qualificando-se e adestrando-se para a próxima guerra. Teremos, ao aceitar a Força Armada, um estado de continuidade dos conflitos de baixa intensidade com impactos ambientais cumulativos, que incluem o uso e

a degradação da terra, a poluição e o uso do espaço aéreo, o uso da energia e recursos materiais e a geração de resíduos tóxicos.

Como vimos, os militares, em suas atividades específicas, algumas vezes podem trazer vantagens para a conservação e restauração ambientais. Algumas porções de terra sob jurisdição militar são mais bem cuidadas pela contenção do cinturão de isolamento como área militar do que pela devolução ao poder público quando não sensibilizado com as questões ambientais em seus procedimentos diários.

No caso do Brasil, a ocupação do território possui marcas da presença do Exército por toda a parte e em algumas localidades é o “quartel” o maior provedor de oportunidades diretas e indiretas, até hoje. Como não estamos em guerra, os efeitos nocivos observados pela longa permanência de unidades americanas no exterior, usando terras de outros países não se aplicaria ao Brasil e da mesma forma o impacto social recorrente a isso.

Outro aspecto da atividade militar é que acabará por obrigar o gasto do governo em programas de desenvolvimento social e de sustentabilidade ecológica, se as pastas da saúde e da educação não forem prioritárias. Também vimos que os militares de qualquer país, são provavelmente, a maior fonte institucional de degradação ambiental (Barnett, 2001).

Recomendando que as instituições militares tenham cuidado com seus próprios impactos ambientais, existem outros nichos de atuação para os militares. Os militares podem ajudar no reforço de atividades ambientais padronizadas, podem colaborar com suas agências de inteligência no monitoramento e na coleta de informações sobre degradação ambiental e podem ajudar em papéis não violentos de conservação e restauração. Sabemos que o problema de utilizar os militares nessa atividade é que isso possibilita que eles venham a “colonizar” sob o propósito de cooperação. Por outro lado, é potencialmente benigna a idéia de envolver militares e as suas agências de inteligência para monitorar e processar problemas ambientais.

Uma melhor formulação (e isso já de forma inicial acontece no Brasil através do SIVAM/SIPAM) é a de uma condição de responsabilidade coletiva e partilhada pela capacidade técnica e instalada da instituição militar em atuar com múltiplos propósitos na coordenação e na vigilância, monitorando sistemas complexos de natureza ambiental.

Como trabalhos desta forma poderiam integrar civis e militares (com comunicação, transporte, infra-estrutura viária e aérea) na comunidade local, pensa-se que os sinais de danos ambientais seriam mais eficazmente identificados e abordados.

Logo, acreditamos fortemente no envolvimento militar nas questões ambientais como estratégia, mas encorajando e sensibilizando os militares a participarem desta nova proposta, assim conduzida de forma moral e praticamente aceitável, o que significaria não somente dar um passo na direção da proteção e restauração ambiental, mas também de outro para a segurança ecológica e para a modificação estrutural dessas instituições totais modeladas na visão hegemônica da segurança nacional.

Ora, os EUA já têm a sua estratégia para as questões ambientais desde início dos anos 1990⁸⁸. Com a evolução da dinâmica de segurança nacional, os recursos naturais e sua proteção passam a ser de vital importância para os interesses americanos (p.2).

A visão estratégica americana é (a) a de dar prioridade imediata aos ajustes do Exército dos EUA ao direito ambiental; (b) ao mesmo tempo, continuar a restaurar áreas contaminadas por experiências militares ou de outra ordem, tão logo os recursos governamentais a isso fossem alocados; (c) a de focar trabalhos na redução da poluição ambiental ou de sua eliminação desde suas fontes e (d) a de conservar e preservar recursos naturais para uso das gerações vindouras (p.4).

Sua estratégia está fundada em quatro pilares básicos: redução, restauração, conservação e prevenção. Para atingir seus objetivos, o Exército americano tem as metas de sensibilizar os comandos acerca dessa importância, organizar-se para o sucesso da empreitada, espalhar pressupostos éticos pelos seus integrantes, treinar e educar os militares, dentre outras (p.6).

⁸⁸ Conforme o documento que obtivemos na *US Army Chemical School, Fort McClellan, Alabama*, que afirma que o original da Estratégia Ambiental dos EUA para o milênio (Séc XXI) (*US Army Environmental Strategy into the 21st Century*) é datado de 1992.

Como fundamentos dessa visão, o Secretário do Exército dos EUA, M.P.W. Stone, deliberou em 17 de Julho de 1990 a orientação-guia para a gestão ambiental do exército, marcando que todas as operações deveriam ser sustentadas, no sentido de que transcorressem sem o comprometimento da integridade ambiental para as gerações futuras; que as considerações ambientais estivessem integradas a todas as atividades do exército. Recursos e treinamento estariam sendo alocados para essas tarefas; que todas as instalações do Exército dos EUA estivessem de acordo com padrões ambientais (p. 9).

Em 2001, mais de 10 anos depois, o exército brasileiro elaborou uma diretriz para a sua gestão ambiental, que está muito distante dessa proposta dos EUA de adaptar unidades militares inteiras para padrões ambientais, até por que esse esforço do exército brasileiro é quase que somente normativo e no nível da preocupação de uma força singular, dentre as três forças armadas no Brasil no âmbito do Ministério da Defesa.

Sobre o cruzamento de fontes e triangulação de metodologias

O cruzamento de fontes permitiu estabelecer nexos importantes de partes distintas da literatura. A contribuição de Eckersley (1992) foi significativa para organizar o sentido da tendência do antropocentrismo para o ecocentrismo. Conseguimos evidenciar até uma posição medial que foi a postura antropocêntrica pactuada, entretanto a predominância nos artigos do Clube Militar foi da visão antropocêntrica utilitarista.

Quando vimos os documentos da ESG, observamos bem o arcabouço teórico que Barnett (2001) sugeria para considerar que a segurança ambiental estava muito relacionada à segurança nacional, na forma como os países a interpretaram a partir da proposta dos EUA, desde a guerra fria. Ora, se a Segurança Nacional que a ESG estava sustentando na doutrina era a mesma em proposta, Barnett estava nos ajudando a entender que isso estaria acompanhando o pensamento militar brasileiro pela ESG. Quando examinamos melhor os documentos do Clube Militar, já havíamos confirmado a influência da metodologia da ESG por ali.

Ao nos depararmos com os documentos da ESG, tivemos a chance de constatar que o discurso era fortemente marcado pela posição hegemônica da segurança reativa (segurança nacional) e negativa, na idéia que protege o que é para o segmento militar o de mais valioso no território: os recursos naturais, distanciando a possibilidade da validação quanto à prática institucional de conservação ambiental e aproximando a de conservação

dos bens naturais, em que pese determinadas propostas de desenvolvimento sustentável passarem a ser agregadas a partir da década de 90.

A correlação segurança ambiental/antropocentrismo e segurança ecológica/ecocentrismo pode ser acompanhada pelo cruzamento de três fontes (as dos estudos de caso) e pelas variações metodológicas que adotamos.

O Centro de Instrução de Guerra na Selva pode revelar o quanto é realmente a mais próxima unidade militar para relacionar militares e civis em atividades ambientais, que foi um de nossos pressupostos, mas a conservação ambiental irá até aonde a doutrina militar sustenta o seu emprego em caso de paz, porque na guerra, segundo um depoente daquela escola, “tudo será destruído, mesmo!”. Isso já havíamos mostrado pela literatura. As operações militares de conservação ambiental, em caso de paz, não serão continuadas em caso de guerra, por que a doutrina da guerra de resistência dos militares brasileiros aplica-se à Amazônia e isso será como condição dissuasória ao inimigo, em caso de ocupação, o que não torna o segmento militar na Amazônia confiável e favorável às ações ambientais mistas continuadas (civis e militares integrados), até porque há o argumento de que as forças armadas seriam desviadas de sua razão instrumental.

Termos escolhido o CIGS foi satisfatório. Confirma-se ali uma capacidade acima da média desses militares ali formados para enveredar pelos caminhos da mata e de relacionar-se com a floresta e com seus habitantes de forma peculiar, em relação aos habitantes de outras partes do Brasil, que é o caso da maioria dos brasileiros. Essa evidência formidável é a maior força da possibilidade do envolvimento de militares em operações de conservação e de preservação do meio ambiente, essa última como organizações militares encarregadas das unidades de conservação e de preservação da vida silvestre e dos ecossistemas em parques como o de Tumucumaque, postura que é, sem dúvida, criticada por muitos militares pelas razões que já expusemos. Mas, a falta de inclusão de assuntos ambientais em currículos de escolas militares traz dificuldades para que militares conheçam, interpretem e decidam acertadamente sobre aspectos ambientais dos seus papéis e lides profissionais.

Em um programa como esse não seria todo o segmento militar envolvido, obviamente, pois isso receberia as críticas do contrário à segurança nacional e dos negócios da guerra que já havíamos comentado. Seguramente, algumas organizações

militares que chamaríamos de unidades ambientais seriam extremamente úteis em atividades de dupla característica organizacional, voltadas tanto para o exercício da guerra como para a conservação dos bens naturais. Seus militares orgulhosos fugiriam da preconceituosa condição de membros da *gendarmerie* nacional, na exclusiva defesa das forças hegemônicas da sociedade brasileira e contribuiriam para a segurança ecológica.

Finalmente, reconhecemos as limitações deste trabalho que vão desde o próprio pesquisador em apreender os fenômenos, passando pela conduta metodológica que adotou, até as restrições de acesso às informações, justamente por se tratar de um processo de socialização, de exercício da pedagogia política na formação de integrantes de uma instituição total, normalmente de caráter hermético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADERALDO, V., 1978. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programas*, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ (mimeo).
- ALBAGLI, S., 1998. *Geopolítica da Biodiversidade*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis.
- ANDRADE JR., H., 1998. *Escola Superior de Guerra: Um Estudo Sobre o Pensamento Militar Diante da Questão Agrária*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFFRJ (mimeo).
- ANDRADE JR., H., 2000. Educação Ambiental: sensibilização populacional e desenvolvimento sustentável. In: Da Mata, Speranza *et alii*: *Educação ambiental: compromisso com a sociedade*. Rio de Janeiro: MZ editora.
- ANDRADE JR., H., 2001a. Matrizes Ideológicas Presentes no Segmento Militar Brasileiro: O Caso do Clube Militar. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Juiz de Fora: UFJF, ano 01/01, Disponível em (<http://www.csonline.ufjf.br>).
- ANDRADE JR., H., 2001b. Uma avaliação sobre o pensamento militar e a questão ambiental: tática, estratégia ou consciência ecológica?. In: *Seminário Anual de Pós-graduação da FIOCRUZ*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.
- ANDRADE JR., H.; SOUZA, M. A. & BROCHIER, J. I., 2004. Representação Social da Educação Ambiental e da Educação em Saúde em Universitários. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 43-50.
- ANDREOLLI, A., *et alii*, 1988. *A Problemática Ambiental no Brasil*, SEMA (?) (mimeo).
- ARBTOV, G., 2001. *Um mundo livre da ameaça nuclear?* In TERZIAN, Y.; BILSON, E. (orgs.). *O Universo de Carl Sagan*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ARENDT, H., 1991. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 5ª edição.
- ARIAS, F.; LÓPEZ, S. & RODRÍGUEZ, N., 1995. *Estudio de los efectos psicotóxicológicos: en un grupo de trabajadores agrícolas de la Colonia Tovar*. (6):295-301, (LILACS, 2696596).
- BALDWIN, D., 1997. *The Concept of Security*. *Review of International Studies*, Vol. 23, No. 1: 5-26.
- BANCHS, M. A., 2000. Aproximaciones procesuales y estructurales al estudio de las representaciones sociales. *Papers on Social Representations* . V. 9: 3.1-3.15.
- BARBIERI, J. C., 1997. *Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis, RJ. : Vozes.
- BARDIN, L., 1977. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARNABY, F., 1991. *The Environmental Impact of the Gulf War*. *Ecologist* 21.

- BARNETT, J., 2001. *The Meaning of Environmental Security*. Londres: Zed Books.
- BARROS, A. C., 1978. *The Brazilian Military: Professional socialization, political performance and State building*. University of Chicago. Tese de Doutorado.
- BECKER, B. K., 1982. *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BECKER, B. K., 1989. *Grandes Projetos e Produção de Espaço Transnacional: Uma Nova Estratégia do Estado na Amazônia*. Revista Brasileira de Geografia, IBGE: Rio de Janeiro, v.51, n.4.
- BECKER, B. K., 1990. *Significados da Defesa da Amazonia: Projeto Geopolítico Ou Fronteira Tecno(Eco)Logica Para O Século XXI?*. Antropologia e Indigenismo. UFRJ, n.1.
- BECKER, B. K., 1994. Estado, Nação e Região no Final do Século XX. In: *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém-PA, pp. 103-109, MPEG.
- BECKER, B. K., 1997. *Amazônia*. Série Princípios, São Paulo: Editora Ática, 5ª edição.
- BEYER, J. & TRICE, H., 1984. Studying Organizational Cultures through Rites and Cerimonials. In: *Academy of Management Review*. vol 9, n 4.
- BOURDIEU, P., 1983. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: Renato Ortiz (org). *BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais*. No. 39. São Paulo: Ática.
- BRIGAGÃO, C., 1978. *Brazil's Foreign Policy: The Last 15 years*. Institute of Latin American Studies (Mimeo): Estocolmo.
- BRIGAGÃO, C., 1985. *A Militarização da Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BRIGAGÃO, C., 1996. *Inteligência e Marketing: o caso SIVAM*. Rio de Janeiro: Record.
- BROCK, L., 1992. *Security Through Defending the Environment: An Illusion?* In E. Boulding (ed.), Boulder, Lynne Rienner. *New Agendas for Peace Research: Conflict and Security Reexamined*. 79-102.
- BROWN, L., 1977. *Redefining National Security*. Washington: Worldwatch Paper No. 14.
- BROWN, L.; RENNER, M. & FLAVIN, C., 1998. *Vital Signs 1998: The Environmental Trends That Are Shaping Our Future*. Londres e Nova Iorque: W. W. Norton and Company.
- BRÜGGER, P., 1994. *Educação ou Adestramento ambiental?* Letras Contemporâneas: Santa Catarina.
- BUZAN, B., 1991. *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf.

BYERS, B., 1991. *Ecoregions, State Sovereignty and Conflict*. Bulletin of Peace Proposals, Vol. 22, No. 1: 65-76.

CÂMARA, G., 1996. *O Projeto Sivam e a Biodiversidade Amazônica: Há Espaço para a Ciência Nacional?* 48 Reunião Anual da SBPC. São Paulo Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/palestras.htm/>

CAPRA, F., 1982. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix.

CAPRA, F & SPRETNAK, B., 1984. *Green Politics. The Global Promise*, E. P. Dulton: N. Y.

CARSON, R., 1962. *Silent Spring*. Boston: Houghton Mifflin.

CARVALHO, J. M., 1982. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In: A Revolução de 30. Seminário Internacional. Brasília: UNB editora.

CARVALHO, I., 1992. Ecologia e desenvolvimento e sociedade civil. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro: CEDI, 14 (261): 9-11.

CASTRO, C., 1990. *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CASTRO, T., 1997. *Política Internacional a partir de 1945*. Rio de Janeiro.

CAVAGNARI, G. L., 1976. Brasil: Introdução ao Estudo de uma potência média. In: OLIVEIRA, E. R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Vozes, Petrópolis, pp. 133-144.

CAVAGNARI, G. L., 1998. Notas sobre a geoestratégia na Eurásia. In: *PREMISSAS*. Caderno 17-18, maio de 1998, Campinas, SP: UNICAMP, Núcleo de Estudos Estratégicos, pp. 101-109.

CEPIK, M., 2001. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. *Security and Defense Studies Review*, Vol. 1.

CLINTON, W., 1998. *A National Security Strategy for a New Century*. Washington: The White House.

COELHO, E. C., 1978. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CONCA, K., 1994. *Rethinking the Ecology-Sovereignty Debate*. Millennium, Journal of International Studies, Vol. 23, No. 3: 701-711.

CORREA, L. B. C. G., 1996. *Comércio e Meio Ambiente: Atuação Diplomática em Relação ao Selo Verde*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

CRESPO, S. & LEITÃO, P., 1993. *O Que o Brasileiro Pensa da Ecologia*. Rio de Janeiro: Brasil América.

- CUNHA, L. V., 1998. Segurança ambiental e Gestão de Recursos Hídricos. 1998. In *O desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro*, Revista Nação e Defesa, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional série 2, pp. 27-50.
- DABELKO, G. & DABELKO, D., 1995. *Environmental Security: Issues of Conflict and Redefinition*. Environmental Change and Security Project Report, No. 1: 3-13.
- DABELKO, G & SIMMONS, P., 1997. *Environment and Security: Core Ideas and US Government Initiatives*. SAIS Review, Vol. 17, No. 1: 127-146.
- DALBY, S., 1990. *Creating the Second cold War: The Discourse of Politics*. Londres: Pinter.
- DALBY, S., 1998. *Ecological Metaphors of Security: World Politics in the Biosphere*. Alternatives: Social Transformation and Humane Governance, Vol. 23, No. 3: 291-319.
- DALBY, S., 2002. *Environmental Security*. Londres: University of Minnesota Press.
- DEAL, T. E. & KENNEDY, A. A., 1982. *Corporate cultures: The rites and rituals of Corporate Life*. Addison-Wesley Pub. Co. (Reading,Mass.)
- DEBERT, G. G., 1986. *A Política do Significado no início dos Anos 60: O Nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)*. Tese de Doutorado, São Paulo: IFCH/USP (mimeo).
- DEBRUN, M., 1976. Os dois níveis da ideologia militar. In: OLIVEIRA, E. R. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Vozes, Petrópolis, pp. 189-195.
- DEIBERT, R., 1996. *From Deep Black to Green? Demystifying the Military Monitoring of the Environment*. Environmental Change and Security Project Report, No. 2: 28-32.
- DEUDNEY, D., 1990. *The Case Against Linking Environmental Degradation and National Security*. Millennium, Journal of International Studies, Vol. 19, No. 3: 461-76.
- DEUDNEY, D., 1992. *The Mirage of Eco-War: The Weak Relationship Among Global Environmental Change, National Security and Interstate Violence*. In *Environmental Change and International Relations*. Macmillan, Londres: I. Rowlands and M. Greene, Global, , pp. 169-191.
- DEUDNEY, D. & MATTHEW, R., 1999. *Contested Grounds: Security and Conflict in the New Environmental Politics*. Nova Iorque: State University of New York Press.
- DIAS, G. F., 1998. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 5º ed., São Paulo: Global .
- DREIFUSS, R. A., 1981. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes.
- DUNNIGAN, J. F., 1993. *How to make war: a comprehensive guide to modern warfare for the post-Cold War era*, 3 ed.
- DYER, H., 1996. *Environmental Security as a Universal Value: Implications for International Theory*. In *The Environment in International Relations*. Routledge, Londres: J. Vogler e M. Imber.

- ECKERSLEY, R., 1992. *Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach*. Albany, Nova Iorque: State University of New York Press.
- EKINS, P. & JACOBS, M., 1993. *Environmental Sustainability and the Growth of GDP. Conditions for Compatibility*. World Institute for Development Economics Research (WIDER). Conference at Oxford, June 30-July 2.
- FENTRESS, J. & WICKHAM, C., 1990. *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- FERNANDES, F., 1977. *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o Estudo de Sua Formação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FINGER, M., 1991. *The Military, the Nation State and the Environment*. *The Ecologist*, Vol. 21, No. 5, p. 220-225.
- FLEURY, M. T. L. (Orgs), 1989. *et alii. Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: Atlas.
- FOLADORI, G. Tradução: Marise Manoel., 2001. *Limites do Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial.
- FOUCAULT, M., 1977. Org. Angèle Kremer-Marietti. *Introdução ao Pensamento de Michael Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FREIRE, P., 1993. Educação “bancária” e educação libertadora. In: PATTO, M.H.S. *Introdução à psicologia escolar*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz.
- FREITAS, C. M., 2003. Problemas Ambientais, Saúde Coletiva e Ciências Sociais. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: ABRASCO, vol.8 no. 1, pp. 137-150.
- FREITAS, M. E., 1991. *Cultura Organizacional: Formação, Tipologias e Impacto*. São Paulo: Makron, McGraw Hill.
- FURNIEL, A. C. M., 1993. *Amazônia, a Ocupação de um espaço: Internacionalização X Soberania Nacional (1960-1990)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC/RJ (mimeo).
- GAIO, A. M., 1997. *Em Busca da Remissão: a Mobilização Militar pela Democracia*. UEL Editora, Londrina.
- GAIO, A. M., 1999. Reações das instituições militares ao processo de globalização. In: DOWBER, Ladislau *et alii* (orgs) *Desafios da Globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Edição, pp.50-59.
- GIANSANTI, R., 1998. *O Desafio do Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Atual.
- GIDDENS, A., 1999. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- GOÉS MONTEIRO, P. A., 1934. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro, Adersen Editores.
- GOFFMAN, E., 1992. *Manicômios, Conventos e Prisões*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

- GOMES, C. A., 1994. *A educação em perspectiva sociológica*. 3. ed. São Paulo: EPU.
- GONÇALVES, C. W. P., 1989. *Os (des)Caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto.
- GORZ, A., 1978. *Ecologie et Politique*, Seuil: Paris.
- GRAY, C., 1996. *The Continued Primacy of Geography*. *Orbis: A Journal of World Affairs*, Vol 40, No. 2: 247-259.
- GREGORY, K L., 1983. *Native-View Paradigms: Multiple Cultures and Cultures Conflict in Organizations*. *Administrative Science Quarterly [ASQ]*, 28(??), 359 – 76.
- GRYNSZPAN, D., 1999. Educação em saúde e educação ambiental: uma experiência integradora. In: *Cadernos de Saúde Pública* , vol.15 (2).
- GUIMARÃES, M., 1995. *A Dimensão Ambiental na Educação*. São Paulo: Papirus.
- GUIMARÃES, R. P., 1988. Ecologia e Política na Formação Social. In: *Revista DADOS* , No 02, Vol 31.
- HARVEY, D., 1994. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HIRONAKA, A.; FRANK, D. & SCHOFER, E., 2000. *The Nation-State and the Natural Environment Over The Twentieth Century*. In *American Sociological Review*, Vol. 65, No. 1. Feb. pp. 96-116.
- HOLLING, C., 1973. *Resilience and Stability of Ecological Systems*. *Annual Review of Ecological Systems*, No. 4: 1-24.
- HOMER-DIXON, T., 1994. *Environmental Scarcities and Violent Conflict*. *International Security*, 19 (1).
- HUNTINGTON, S. P., 1996. Tradução: José Lívio Dantas. *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- JUNIOR, D. P.; DINIZ, E. & RAZA, S. G., 1999. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KAPLAN, R., 1994. *The Coming Anarchy*. *Atlantic Monthly*, 273 (2) February.
- LAYRARGUES, P. P., 1998. *A Cortina de Fumaça. O Discurso Empresarial Verde e a Ideologia da Racionalidade Econômica*. São Paulo: Annablume.
- LEFF, E. (Org)., 2000. *La Complejidad Ambiental*. México, D. F.: Siglo XXI Editores.
- LEFF, E., 2001. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez.
- LEIS, H. R., 1991. *Ecologia e Política Mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase.
- LEIS, H. R., 1992. Ética, religião e ambientalismo: uma visão evolutiva. *Comunicações do ISER*, 43(11) 28-40.

- LEVYGUARD, Y & ROZEMBERG, B., 2004. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de “nervos” no meio rural – uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.20. n.6, p. 1515-1524.
- LODGAARD, S., 1992. Environmental Security, World Order and Environmental Conflict Resolution. In: *Conversion and the Environment*. Oslo: International Peace Research Institute.
- LOVELOCK, J. E., 1987. *Gaia: Um Novo Olhar Sobre a Vida na Terra*. 2 ed. Lisboa: Edições 70.
- LUDWIG, A. C. W., 1998. *Democracia e Ensino Militar*. São Paulo: Cortez.
- MACHADO, C. J. S., 1999. *Formação e modo de organização de uma coletividade heterogênea de pesquisadores: o caso do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)*. *Revista de Estudos Políticos*, 1(3): 567-599.
- MACHADO, C. J. S., 2000. *A Questão Ambiental brasileira: uma análise sociológica do processo de formação do arcabouço jurídico-institucional*. *Revista de Estudos Ambientais*, v.2, n.2-3, 5-20.
- MACNAGHTEN, P. & URRY, J., 1998. *Contested Natures*. Londres: Sage Publications.
- MANWARING, M., 1966. *The military in Brazilian politics*. Tese de doutorado. Illinois, Univ. of Illinois.
- MARCUSE, H., 1982. *A ideologia da sociedade industrial-o homem unidimensional*. 6 Edição. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARCUSE, H., 1993. *La Ecología y la crítica de la sociedad moderna*. Icañda. Madri.
- MARIETTI, A. K. (org), 1977. *Introdução ao Pensamento de Michael Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARITAIN, J., 2003. Tradução: Paulo Luiz Rouanet. *A Filosofia da Natureza: Ensaio Crítico Sobre Suas Fronteiras e Seu Objeto*. São Paulo: Edições Loyola.
- MARTIN, W.; IMAI, R. & STEEG, H., 1996. *Maintaining Energy Security in a Global Context*. Nova York: The Trilateral Commission.
- MATTOS, C. M., 2002. *Geopolítica e Modernidade: Geopolítica Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MCCORMICK, J. S., 1992. *Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MCMICHAEL, A. J., 1993. *Planetary Overload: Global Environmental Change and the Health of the Human Species*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MEADOWS, D.; RANDERS, J. & BEHRENS, W., 1972. *The Limits to Growth*. Nova Iorque: Universe Books.

- MELLO FILHO, L. E. (org.), 1999. *Meio Ambiente & Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- MERCHÁN-HAMANN, E., 1999. Os ensinamentos da educação para a saúde na prevenção de HIV-Aids: subsídios teóricos para a construção de uma práxis integral. In: *Cadernos de Saúde Pública*, vol.15, supl.2.
- MINAYO, M. C. S., 1998. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5 Edição. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- MISCHE, P., 1989. Ecological Security and the Need to Reconceptualise Sovereignty. *Alternatives*, Vol. 14, No. 4: 389-427.
- MORAES, A. C., 1994. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Hucitec, 3ª. Edição.
- MORRISON, D., 2001. Impactos e Vida: Vivendo em um Sistema Planetário em Risco. In Yervant Terzian; Elisabeth Bilson (orgs). *O Universo de Carl Sagan*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 93-104.
- MOSCOVICI, S., 1975. *Sociedade contra a natureza*. Petrópolis: Vozes, 377p.
- MOTTA, J., 1998. *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944.*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.
- MIYAMOTO, S., 1995. *Geopolítica e Poder no Brasil*, Campinas, São Paulo: Papirus.
- MIYAMOTO, S., 1981. *O pensamento geopolítico Brasileiro (1920-1980)*, USP (Mimeo), São Paulo.
- MIYAMOTO, S., 1999. A Segurança Internacional no pós-guerra fria. In: DOWBER, Ladislau *et alii* (orgs) *Desafios da Globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 Edição, pp.276-284.
- MYERS, N., 1986. *The Environmental Dimension to Security Issues*. The Environmentalist, Vol. 6, No. 4, pp. 251-257.
- NAVARRO, M. B. M., 2002. *et alii*. Doenças Emergentes e Reemergentes, Saúde e Ambiente. In: *Anais do II Seminário Nacional de Saúde e Ambiente*, Rio de Janeiro, pp. 51-57.
- NEVES, L. A., 2000. Memória, História e Sujeitos: substratos da identidade. In : *Revista História Oral*, 3, p. 109-115.
- NOAL, F. O; REIGOTA, M & BARCELOS, V. H. L. (orgs)., 1998. *Tendências da Educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- O'RIORDAN, T. & RAYNER, S., 1991. *Risk Management for Global Environmental Change*. Global Environmental Change, Vol. 1, No. 2, pp. 91-108.
- OLIVEIRA, E. R., 1976. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.

OLIVEIRA, E. R., 1987. *Militares: Pensamento e Ação Política*. Campinas, São Paulo: Papirus.

OPSCHOOR, J. B., 1989. *North-South Trade, Resource Degradation and Economic Security*. Bulletin of Peace Proposals, 20 (2).

PAZ Y MIÑO, C.; BUSTAMANTE, G.; DÁVALOS, V.; BURGOS, R.; PÉREZ, J. C.; SÁNCHEZ, M. E. & LEONE, P. E., 2000. Monitoreo citogenético en población ecuatoriana expuesta ocupacionalmente a pesticidas. *Rev. Fac. Cienc. Méd.* (Quito);25 (1):15-21.

PEDERSEN, D. M., 1999. Dimensions of Environmental Competence. *Journal of Environmental Psychology*, Academic Press, 19 (303) (308).

PEIXOTO, A. C., 1980. O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964). In: Alain Rouquié (org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

PERES, Frederico, ROZEMBERG, B., MOREIRA, J., RABELLO, S., 2001. O Processo de Comunicação sobre agrotóxicos em área rural do estado do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: , v.35, n.6, p.21 - 37.

PETTIGREW, A. M., 1979. On studying organizational cultures. *Administrative Science Quarterly [ASQ]*, 24 (??), 570 – 581, 1979.

PETTIGREW, A. M., 1989. A cultura das organizações é administrável? In: Fleury, Maria T.L. e Fischer, Rosa M. *Cultura e Poder nas Organizações*, São Paulo, Atlas p.145-153, 1989.

PICHON-RIVIÈRE, E., 1991. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes.

PRACIANO, J. M., 2001. *As Forças Armadas Brasileiras e o Meio Ambiente: Um Novo diálogo com a sociedade*. Center For Hemispheric Defense Studies. Redes 2001. Research And Education In Defense And Security Studies. Washington D. C., 22-25 de Maio, 2001. Disponível em: <http://www3.ndu.edu/chds/REDES2001/Plenary.htm>

PROENÇA Jr., D. & DINIZ, E., 1998. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

RAMSEY, J., 1993. The Science educations reform movement: implications for social responsibility. *Science Education*. Pennsylvania: John Wiley & Sons, Inc., 77 (2): 235-258.

REIGOTA, M., 1990. *Les representations sociales de l'environnement et les pratiques pedagogiques quotidiene des professeurs de sciences à São Paulo, Brésil*. Tese de doutorado, Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

REIGOTA, M., 1994. *O que é Educação Ambiental?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

RENNER, M. 1991. *Assessing the Military's War on the Environment*. In *State of the Word 1991*. W. W. Norton, Nova Iorque: L. Brown, pp. 132-152.

- RIOTUR. *Copacabana, 1892/1992: subsídios para a sua história*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Prefeitura da Cidade, 1992.
- RODRIGUES, A. M., 1998. *Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana*. São Paulo: Hucitec.
- ROGERS, K., 1997. *Environmental Cooperation: Building a Theory of Peace*. Environmental Change and Security Project Report, No. 3, pp. 29-36.
- ROUQUIÉ, A., 1980. *Os Partidos Militares no Brasil*. Record Editora, Rio de Janeiro.
- ROZEMBERG, B., PERES, F., 2003. Reflexões sobre a Educação Relacionada aos Agrotóxicos em Comunidades Rurais In: *É veneno ou é Remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente*. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, v.17, p. 367-384.
- SACHS, I., 1982. *Ecodesarrollo. Desarrollo sin destrucción*. México, El Colégio de México.
- SACHS, I., 1993. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYB, M. (Org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, pp. 29 –56.
- SCHEIN, E., 1985. How Culture Forms, Develops and Changes. In: Kilmann *et alii*, *Gaining Control Of the Corporate Culture*, San Francisco, Jossey Bass.
- SHIVA, V., 1991. *Que Quiere Decidir “Sustentable”* Revista del Sur. Red del Tercer Mundo. n. 3:28-31.
- SIVARD, R., 1996. *World Military and Social Expenditures 1996*. Washington: World Priorities Inc.
- SMIL, V., 1997. *China’s Environment and Security: Simple Myths and Complex Realities*. SAIS Review, Vol. 17, No. 1: 107-126.
- SORRENTINO, M.; TRAJBER, R. & BRAGA, T. (Orgs.), 1995. *Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.
- SOUZA, I. Costa., 1996. *De Todas as Tribos: a Missão da Igreja e a Questão Indígena*. Viçosa, MG: Ultimato.
- SOUZA, R. S., 2000. *Entendendo a Questão Ambiental: Temas de Economia, Política e Gestão do Meio Ambiente*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- SPINK, M. J., 1995. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: *Textos em Representações Sociais*. GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) Petrópolis, RJ : Vozes.
- STEPAN, A., 1986. *Os militares: da abertura à nova república*. Paz e Terra Editora, Rio de Janeiro.
- TAVARES, M. G. P., 2002. *Cultura Organizacional: Uma Abordagem Antropológica da Mudança*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark.

- TAVOLARO, S. B. F., 2001. *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Annablume/FAPESP.
- TICKNER, J., 1992. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. Nova York: Columbia University Press.
- TREVISAN, L., 1987. *Instituição Militar e Estado Brasileiro*. São Paulo: Global Editora.
- TRIVIÑOS, A. N. S., 1987. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas.
- UCHOA, E.; ROZEMBERG B. & PORTO, M. S. F., 2000. Entre a fragmentação e a integração: saúde e qualidade de vida de grupos populacionais específicos. In: *Anais do I Seminário Nacional de Saúde e Ambiente no processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, I: 15-26.
- ULLAN, A. M., 1995. Art and reality: the construction of meaning. *Papers on Social Representations: threads of discussion*, 4(2), p. 1-14.
- ULLMAN, R., 1983. *Redefining Security*. *International Security*, Vol. 8, No. 1: 129-153.
- UNCED (United Nations Conference on Environment and Development). 1993. *Report of the United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992*. Nova Iorque: United Nations.
- VALLA, V. 1999. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cadernos de Saúde Pública* . vol.15 suppl.2.
- VASCONCELOS, E. M. 1998. Educação popular como instrumento de reorientação das estratégias de controle das doenças infecciosas e parasitárias. *Cadernos de Saúde Pública* . vol.14 suppl.2.
- VIANA, G.; SILVA, M. & DINIZ, N. (orgs.), 2001. *O Desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- VIEIRA, P. F. *et alli* (orgs.), 1998. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre : Palloti: Florianópolis: APED.
- VIEZZER, M. L.; OVALLES, O. (Orgs.), 1995. *Manual Latino Americano de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia.
- VIOLA, E. & LEIS, H. R., 1995. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGA, D. J. & VIEIRA, P. F. (orgs.). *Dilemas Socioambientais e desenvolvimento*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- VIOLA, E.; 1987. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986) do ambientalismo à ecopolítica In PÁDUA, J. A.(org); *Ecologia e Política no Brasil, Espaço e Tempo*, R.J, 1987.
- VIOLA, E., 1995. *alii* (Eds.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez.

WALTZ, K., 1979. *Theory of International Politics*, Addison-Wesley Publishing Company.

WCED. 1987. *Our Common Future*. Report by the World Commission on Environmental and Development. New York, Oxford University Press.

WEBER, M. 1981. A Burocracia. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, pp. 230-243 e pp. 257-277.

WESTING, A. 1989. *The Environmental Component of Comprehensive Security*. Bulletin of Peace Proposals, Vol. 20, No. 2: 129-134.

Bibliografia

ABRIC, J., 1996. Specific processes of social representations. *Papers on social representations* . v. 5 (1): 77-80.

ANDRADE JR., H. & SILVEIRA, G. R. M., 2002. A cultura do hospital militar vivenciada por profissionais de saúde. *R. Enferm. UERJ. RJ*, v.10, n.1, 72.

ARON, R., 2000. Tradução: Sérgio Bath. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.

ARRUDA, Â., 1993. Ecologia e desenvolvimento: representações de especialistas em formação. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Editora Brasiliense.

ASSIS, M., 2002. *Promoção da Saúde e Envelhecimento: Avaliação de uma experiência com idosos na UnATI/UERJ*. Projeto de Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública.

BECKER, B. K., 1997. *Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. 1 ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, v.1.

BELOCH, I. & ABREU, A. A., 1984. *Dicionário histórico –biográfico brasileiro (1930/1983)*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/ CPDOC/Finep, 4 volumes.

BOTELHO, C. L., 1993. *A Filosofia e o Processo Evolutivo da Geografia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

BRANCO, S. M., 1989. *Uma Abordagem Integrada dos Problemas do Meio Ambiente*. São Paulo: Edgard Bliicher LTDA.

CAMARGO, S., 1982. *Militares e Geopolítica no Brasil*. Rio de Janeiro: IRI-PUC (mimeo).

- CAPRA, F., 1996. *A Teia da Vida* (N. R. Eichenberg, Trad.). São Paulo: Cultrix.
- CARDOSO, E. et alii, 1986. *Copacabana, história dos bairros*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia, Editora Index.
- CASTRO, T., 1986. *Retrato do Brasil: Atlas – Texto de Geopolítica*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- CRULS, G., 1965. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, . v.1.
- DECUADRA, D., 1991. *Geopolítica, Política Externa e Pensamento Militar Brasileiros em relação ao Atlântico Sul (1964-1990)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC/RJ (mimeo).
- DEJOURS, C., 2000. *A Banalização da Indústria Social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora - 3ª. Edição.
- FERNANDES, F., 1977. *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o Estudo de Sua Formação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FOUCAULT, M., 1991. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 8ª ed.
- GONÇALVES, W. S., 1984. *O pensamento estratégico brasileiro: o discurso de Golbery*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PUC/RJ (mimeo).
- GUATARRI, F., 1991. *As três ecologias*. São Paulo: Papirus.
- GUTIÉRREZ, F., 1999. *Ecopedagogia e cidadania planetária/ Francisco Gutiérrez, Cruz Prado; trad. Sandra Trabucco Valenzuela*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. Título original: *Ecopedagogía y ciudadanía planetaria*.
- HARVEY, D., 1994. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- HOGA, D. J. & VIEIRA, P. F. (orgs.), 1995. *Dilemas Socioambientais e desenvolvimento*, 2 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, (Coleção Momento).
- HUNTINGTON, S. P., 1997. *O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Trad. de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva.
- JODELET, D., 1984. *Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie*. In S. Moscovici (Ed.) *Psychologie Sociale* (357 – 378). Paris: Presses Universitaires de France.

- LE GOFF, J., 1996. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp.
- MARITAIN, J., 2003. Tradução: Paulo Luiz Rouanet. *A Filosofia da Natureza: Ensaio Crítico Sobre Suas Fronteiras e Seu Objeto*. São Paulo: Edições Loyola.
- MEDINA, N. M. & SANTOS, E., 1999. *Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- MINAYO, M. C. S., 1991. *Interdisciplinaridade: uma questão que atravessa o saber, o poder e o mundo vivido*. Medicina, Ribeirão Preto, v.24,n.2, pp.70-77.
- OLIVEIRA, R. M., 1998. A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde. In: *Cadernos de Saúde Pública*, vol.14 suppl.2.
- PASSARINHO, J. G., 1987 . *Liderança Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- PENTEADO, H. D., 2000 . *Meio Ambiente e Formação de Professores*. São Paulo: Cortez Editora.
- PINKER, S., 1998. Tradução: Laura Teixeira Motta. *Como a Mente Funciona*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REIGOTA, M., 1995. *Meio Ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez.
- ROSE, D.; Efraim, D. Gervais, M. Joffe; Jovchelovitch, S. & Morant, N., 1995. Questioning consensus in social representations theory. In: *Papers on Social Representations* . Vol. 4. pp. 1-36.
- SENNA, P., 1993a. *Impacto Ambiental causado por eventos comemorativos na escarpa rochosa do Morro do Leme, Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Albertoa. 3 (15).
- SENNA, P., 1993b. *Ocupação humana, alteração ambiental e conservação da natureza no bairro do Leme*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente. Monografia de curso de especialização (mimeo).
- SODRÉ, N. W.,1967. *Memórias de Um Soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TELLES, F. P. *et alii*, s/d. *Coleta de dados que subsidiem a avaliação dos projetos de reflorestamento para o bairro do Leme, RJ, visando a possibilidade de sua ampliação* (mimeo), 35 p.
- TOSTA, O., 1984. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- VALA, J., 1993. Representações sociais: uma psicologia social do pensamento social. In: J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (351 – 384). Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fontes

(1) Documentos do Clube Militar

AQUINO, Tasso Villar de. *O Pranto do seringueiro*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 58, n. 266. p. 26-27. set/out 1984.

AQUINO, Tasso Villar de. *Pacto Amazônico: vias de transporte na Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 56, n. 252. p. 27-29. mai/jun 1982.

AQUINO, Tasso Villar de. *Pacto Amazônico: vias de transporte na Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 56, n. 253. p. 13-17. jul/ago 1982.

ARNT, Ricardo. *Água, reserva estratégica*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 364, p.6, out 1999.

BENCHIMOL, Samuel. *Estatuto do Amazonida*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 303, p. 17, jan/fev1992.

BENTO, Cláudio Moreira. *A História militar crítica da Amazônia uma necessidade I*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 371, p. 26, mai 2000.

BENTO, Cláudio Moreira. *A História militar crítica da Amazônia uma necessidade III*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 373, p. 8-9, jul 2000.

BETHLEM, Fernando B. *O Exército na Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 60, n. 274. p. 2-5. jan/abr 1986.

BOUTEUX, Ruyter Demaria. *A Amazônia IX: o problema ético-social dos Ianomâmis*. Rio de Janeiro, v. 66, n. 304, p. 7-9, mar/abr 1992.

BRASIL, Altino Berthier. *A Amazônia (Saga de uma eterna cobiça)*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 71, n. 343. p. 5-8. jan 1998.

BRASIL, Altino Berthier. *A Amazônia Poética*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 70, n. 340. p. 23-24. out 1997.

CAMBESES JUNIOR, Manuel. *A Amazônia clama por socorro*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 366, p.10-11, dez 1999.

CAMBESES JUNIOR, Manuel. *A Defesa Aeroespacial da Amazônia*. Revista do Clube Militar, v. 71, n 350, p. 9, ago 1998.

CAMBESES JUNIOR, Manuel. *Militares e a defesa da Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 357, p. 18-19, mar 1999.

CARNEIRO, Rufino Rodrigues. *Floresta Amazônica*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 70, n. 331. p. 14. dez 1996.

CARVALHO, Ferdinando de. *A Panorama Histórico do desenvolvimento da Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 59, n. 271. p. 34-46. Jul/Ago 1985.

CARVALHO, Ferdinando de. *Considerações sobre o problema da ocupação da Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 53, n. 243. p. 9-12. nov/dez 1980.

CASTRO, Luis Guilherme Bastos Sodré de. *Para que Exército?: Rex Communis*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302, p. 33-34, nov/dez 1991.

CASTRO, Luiz G. B. Sodré. *Carta aos Senadores*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 363, p.8-9, set 1999.

CHAGAS, Carlos. *Nova investida sobre a Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 69, n. 329. p. 9. out 1996.

CHAGAS, Carlos. *Os Sete ricos do novo bote sobre a Amazônia*. Revista do Clube Militar, v. 73, n 367, p. 6-7, jan 2000.

CORREA, Paulo Henrique da Rocha. *Amazônia: Pressões externas, ingenuidade interna*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302. p. 21-24. nov/dez 1991.

COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia ainda Brasileira, Pressões externas-II*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 369, p. 6-7, mar 2000.

COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia ainda Brasileira, Pressões externas-III*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 370, p. 25-27, abr 2000.

COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia Ainda Brasileira*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 368, p. 6-7, fev 2000.

EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia I: o fato*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302, p. 7-9, nov/dez 1991.

EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia II: a nação Ianomâmi*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302, p. 10, nov/dez 1991.

EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia III: diretrizes Brasil: diretrizes do conselho Mundial de Igrejas Cristãs para a Amazônia brasileira*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302, p. 11-12, nov/dez 1991.

EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia IV: estratégia para a Amazônia, 1990/2000: a década vital*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302, p. 13-16, nov/dez 1991.

EDITORIAL, Clube militar. *A Amazônia não!* Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 302. p. 3. nov/dez 1991.

EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia VIII: fronteira em perigo*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 66, n. 304, p. 4-6, mar/abr 1992.

EDITORIAL, Clube Militar. *Amazônia-Cobiça-Invasão*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 362, p. 2-3, ago 1999.

EDITORIAL, Clube Militar. *Comandante militar diz temer invasão da Amazônia Brasileira*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 362, p. 4, ago 1999.

EDITORIAL, Clube Militar. *Pequena cronologia da história amazônica*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 53, n. 241. p. 21. jul/ago 1982.

EDITORIAL, Clube Militar. *Palavras do Presidente do Clube Militar*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, n. 397, p. 1 Jul/Ago 2002.

EDITORIAL, Clube Militar. *Palestra do General Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 365, p.4-7, nov 1999.

EDUARDO, Ítalo Peace. *Reflexões sobre a Defesa Nacional(I)*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, s/d.

GUIMARÃES, Nilton de Freitas. *A Defesa*. Revista do Clube Militar, v. 72, n 356, p. 10, fev 1999.

HENRIQUES, Elber de Mello. *A Reserva dos Ianomamis*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 66, n.304.p.11-13.

JACQUES, Carlos Alberto. *Ianomâmi, Estado de alerta*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, s/d.

LIMA, Hélio Ibiapina. *A Amazônia:seu valor para o Brasil e as ameaças*. Rio de Janeiro, v. 70, n. 342, p. 3, dez 1997.

LIMA, Hélio Ibiapina. *E a nossa Soberania, Presidente?*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 371, p. 9, mai 2000.

LIMA, Pedro Frazão de Medeiros. *A Amazônia: segurança e desenvolvimento*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 59, n. 273, p. 7-15, nov/dez 1985.

MAGALHÃES, Francisco José Fonseca de. *A Os militares em face da defesa da Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 374. p. 18-19. Ago 2000.

MATTOS, Carlos de Meira. *A Amazônia e a dissuasão estratégica*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 363, p.10-11, set 1999.

MIRAPALHETA, Ricardo Ferreira. *Ecologia e Egologia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 364, p.14, out 1999.

NETO, José Apolônio da F. R. *O cerrado, as ONGs e as Hidrovias*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 361, p. 16-18, jul 1999.

NUNES, Miguel Rodrigues. *A Cenários sócio-econômicos e as necessidades de energia elétrica para a Amazônia (1988-2010)*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 63, n. 386. p. 33-35. jan/fev 1989.

OLIVEIRA, Ney Coe de. *A Amazônia VI: mitos sobre a Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 66, n. 303, p. 8-9, jan/fev 1992.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *Ameaças atuais à integridade territorial do Brasil e à nossa soberania plena sobre a Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 69, n. 325. p. 5-11. jan/fev 1996.

PAES, Armando Amaral. *A Prioridade Postergada e o Descompromisso das Elites*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 65, n. 301. p. 12-14. Set/Out 1991.

PASQUALI, Sergio Mario. *Integrar para não entregar: a Amazônia e as universidades e o projeto Rondon..* Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 70, n. 338. p. 5-6. ago 1997.

PASSARINHO, Jarbas G. *A demarcação da terra ianomâni*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 66, n. 311, p. 15-16, mai/jun 1993.

PASSARINHO, Jarbas. *A Amazônia e Soberania*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 372, p. 16-17, jun 2000.

REBELO, Darino Castro Rebelo. *A participação do Exército na Ocupação e desenvolvimento da Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 71, n. 350. p. 10-12. ago 1998.

REBELO, Dario Castro. *A Participação do Exército na ocupação e desenvolvimento da Amazônia*. Revista do Clube Militar, v. 71, n 350, p. 10-12, ago 1998.

REIS, Taunay Drummond Coelho. *Carta aberta ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça sobre Reservas Indígenas*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 69, n. 325. p. 22. jan/fev 1996.

RIBEIRO, Deise. *Reminiscências amazônicas*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 374. p. 23. Ago 2000.

ROCHA, João Evangelista Mendes da. *Internacionalizar a Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 66, n. 305. p. 4-5. mai/jun 1992.

RODRIGUES NETO, José Apolônio da Fontoura. *A Amazônia: Internacionalização*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 71, n. 352. p. 6. out 1998.

SAMPAIO, Mario O. R. Egito e a Amazônia. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 72, n. 363, p.21, set 1999.

SAMPAIO, Mario O. Ribeiro. *Um dia na Floresta*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 73, n. 368, p. 22, fev 2000.

SARAHYBA, Jose Luiz Gameiro. *O Projeto Calha Norte: uma esperança*. Rio de Janeiro, v. 66, n. 313, p. 6-9, set/out 1993.

SENA, Davis Ribeiro de. *Amazônia: patrimônio do Forte Presépio, 1616*. Rio de Janeiro, v. 66, n. 313, p. 28, set/out 1993.

SERRA, Joaquim de Almeida. *A Amazônia XI: o Clube Militar e a Amazônia*. Rio de Janeiro, v. 66, n. 305, p. 6, mai/jun 1992.

SERRA, Joaquim de Almeida. *O Clube Militar e a Amazônia*. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro, v. 66, n. 305. p. 6. mai/jun 1992.

SILVA, Aimar Baptista da. *O Fogo da Flórida*. Revista do Clube Militar, v. 71, n 352, p. 18, out 1998.

(2) Documentos da Escola Superior de Guerra e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

SALATI, Enéas. *A Amazônia: seu destino econômico e o meio ambiente*. Rio de Janeiro, ESG Doc M03871, 10 p., Amazônia – Valorização, SG000126599. CE-I/80 T.3., 1980.

OLIVEIRA, Nerces Lemos de. *Um comando combinado na Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG Doc M08913, 46 f., Nota especial: Campo militar. Bibliografia: f. 45-46. TE-80/C.Mil.T.153., 1980.

GUEDES, Edison Boscacci. *A Ocupação Racional da Amazônia e os Empreendimentos Privados Nacionais e Multinacionais*. Rio de Janeiro: ESG. Doc M08860-3/3, 1 v. (várias paginações), Nota especial: Campo econômico, Inclui bibliografia. TE-80/C.Econ.T.35., 1980.

CORRÊA, Jorge Ernani; FONSECA, José Inácio; MEDEIROS, Norberto de Franco. *Potencial de Recursos Estratégicos e Seu Aproveitamento nas Regiões Amazônica, Centro-oeste e Nordeste*. Rio de Janeiro: ESG, doc. (Trabalho Especial) TE-81/C.Econ. Gr 9., 1981.

ENES, Carlos Joel Lopes. *Estratégia para a Amazônia em Face da Penetração Comunista no norte da América do Sul*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-82/C.Mil.T.7 Gr.4B, 1982.

PAULA, Omar Sabino de. *Fundamentos de Políticas e Estratégias Consideradas Indispensáveis ao Desenvolvimento e a Segurança da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-85/C.Pol.T.2., 1985.

BASTOS, Jose Belfort dos Santos. *Uma Política Mineral para Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. SP9-85/T.4 Gr.A1 An., 1985.

URURAHY, Jose Claudio Cardoso. *Ocupação da Amazônia – Contribuição a Política Para Manejo, Exploração e Conservação dos Recursos Florestais*. Rio de Janeiro: ESG, Doc. TE-85/C.A.Esp.T.108, 1985.

GARRONE, . *Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. SM3/85, SG000171489, 1985.

GARRONE, . *Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. SP9-85/Gr.B-1, 1985.

MATTOS, Carlos Meira. *A Importância Geopolítica da Amazônia Brasileira - conferência realizada na Escola Superior de Guerra no dia 3 de setembro*. Rio de Janeiro: ESG, doc. T505-86, 1986.

MACHADO, Ornelio da Costa. *Os transportes na Amazônia: seu papel na ocupação, integração, desenvolvimento e segurança da área*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-86/C.A. Esp.T.298, 1986.

SILVA, Telmo Carvalho Alves da. *Alguns Aspectos da Questão Ambiental no Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-86/C.Econ.T.82^A, 1986.

MIGUEL, José Neves dos Santos. *Ação da Guerrilha nos Países da Região Amazônica – Apoio de Cuba e Reflexos para o Brasil*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-86/C.Mil.T.252, 1986.

FREGAPANI, Gélío Augusto Barbosa. *A Problemática da Ocupação e Desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-87/C.A. Esp. T.47, 1987.

LINS, Ruy Alberto Costa. *Institucionalização do Conceito de Amazônia Ocidental: Políticas e Estratégias para a sua Ocupação e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-87/C.A.Esp. T.205, 1987.

SOUZA, Carlos Roberto de Faria e. *Formulação de uma Política Energética para a Amazônia: Estratégia de Adequação dos Recursos Disponíveis as Necessidades do Mercado Regional a Curto, Médio e Longo Prazo*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-87/C.Econ. T.232, 1987.

GUARANYNS, Mauricio Benevides dos. *Os aproveitamentos hidrelétricos na Amazônia: seu papel na ocupação, integração, desenvolvimento, segurança e efeitos ambientais*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-87/E.Econ. T.233, 1987.

GONÇALVES, Leônidas Pires. *Amazônia: Ecologia e Soberania*. Rio de Janeiro: ESG, doc. [s.l.: s.n., T809-89, 1989.

COSTA, Madson Antônio Brandão da. *Atuação da SUDAM Superintendência do Desenvolvimento Regional: Análise das Políticas e Estratégias no Planejamento e Ocupação da Amazônia, no Setor Agrícola, Florestal, Agropecuário, Industrial e Social*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-89/C.Econ./T.191, 1989.

CAVALCANTE, Alcione. *Conciliação do desenvolvimento com a conservação do meio ambiente: política e estratégia para a Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, TE-90/C.Psicos./T.66, 1990.

FARIAS, Antonio Carlos da Silva. *A Amazônia e a Questão Ambiental: Impacto Ambiental na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-90/ C.Psicos./T.68, 1990.

SILVA, Heitor Lyra da. *A Amazônia e a Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-90/C.Psicos./T.68, 1990.

BENCHIMOL, Samuel. *Desequilíbrios regionais com Ênfase na Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. T327-90, 1990.

SALLES, Paulo Beninca de. *Extrativismo Vegetal: Ecodesenvolvimento da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-90/ C.Econ./T.258, 1990.

BRUNI, Sérgio. *Considerações Básicas Sobre Meio Ambiente com Ênfase na Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. CEI-90/Bruni, 1990.

OLIVEIRA, Zorando Moreira de. *Aquacultura na Amazônia: Alternativa da Subsistência e o Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-91/C.C.Tec./T.203, 1991.

RECH, Arby Ilgo. *Programa Calha Norte: sua contribuição na segurança e no desenvolvimento da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-91/CMDO/T.216, 1991.

LIMA, Paulo Batista. *Política e Estratégia Nacionais para o Desenvolvimento da Amazônia uma Questão de Soberania*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-91/CMDO/T.36, 1991.

PANDOLFO, Maria Lúcia. *A Conservação do Meio Ambiente e a Estratégia do Desenvolvimento – O Caso da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE92/C. Psicos/TE 56, 1992

GUERRA, Francisco das Chagas Uchoa. *A conservação do meio ambiente e a estratégia para o desenvolvimento da Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-92/C.Psicos./T.201, 1992.

MATTAR, Eudes de Oliveira. *A Amazônia e a questão ambiental*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-92/C.Psicos./T.58, 1992.

OLIVA, Oswaldo Muniz. *Amazônia: Política e Estratégias de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ESG, doc. E321-93, 1993.

FIGUEIREDO, Gilberto Barbosa de. *A Amazônia e a questão ambiental/ Gen Bda Gilberto Barbosa de Figueiredo*. – Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-93/CMDO/T.70, R18613, 1993.

VASCONCELLOS, Amílcar do Nascimento e. *A Amazônia e a Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-93/C.Psicos./T.070 R18326, 1993.

MAGALHAES, Anderson Antonio. *Os reflexos da questão ambiental e a defesa da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-95/C.Mil/T.E-19, 1995.

GARNER, Lydia M. *Amazônia e a Evolução da Jurisprudência de Soberania Nacional: da Lei das Gentes e das Nações a Lei Internacional*. Rio de Janeiro: ESG, doc. 918.1, G234a, 1996.

COSTA, Marco Antonio Nepomuceno da. *Reflexos da questão ambiental e a defesa da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, TE-96/C.Mil./T.M-20, R18995, 1996.

LOPES, Aldemar Vidinho Ferreira Lopes. *Estratégias para controlar pressões antropicas sobre ecossistemas amazônicos: os impactos das hidrelétricas*. Rio de Janeiro: ESG, doc. Te-96/c.C.Tec./C-05, R19052, 1996.

AGUIAR, Gilson de. *Ocupação, Conservação e Segurança da Amazônia – Papel das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-96/C.. Mil. /T. M-01 DAM, 1996.

SILVEIRA, Alfredo Bezerra, da. *Desenvolvimento Sustentável da Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-96/C.C.Tec./T.C-06, R19053, 1996.

CUNHA, Eloynil Jose Passos da. *Mecanismos de Mudança da Atividade Garimpeira na Amazônia*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-97/C.C.Tec./T-08, R19067, 1997.

JÚNIOR, Aláudio de Oliveira Mello. *Considerações sobre o Meio Ambiente e o Crédito de Fomento na Região Amazônica*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-97/C. Econ. /TE 03 DAE, 1997.

SAMPAIO, Carlos Alberto Borges de. *Pressões Internacionais Junto a Órgãos Financiadores Quanto a Projetos na Região Amazônica, Identificados Como Agressivos ao Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ESG, doc. TE-97/C.A.Int./T.I-13, R18917, 1997.

PORTELA, João Alfredo Vieira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: ESG, doc. MO-96/C. A. Int. /T. 03 DAInt, 1998.

GOMES, Eliany Maria de Souza. *Políticas para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Ocidental*. Rio de Janeiro: ESG, doc. MO-2000/C. DAE/T. E. – 14, 2000.

GUERRA, Escola Superior de. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1993.

GUERRA, Escola Superior de. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 1980.

GUERRA, Escola Superior de. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 1997.

GUERRA, Escola Superior de. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 1998.

GUERRA, Escola Superior de. *Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 1999.

HECK, Gustavo A. T.; FILHO, Adalberto de Souza. *O Método de Planejamento Estratégico*. ESG: Rio de Janeiro, 2002.

RODRIGUES, Azambuja Contreiras. *A Modernização do Ensino no Exército Brasileiro (1994-1999)*. Monografia de final de curso (*mimeo*). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2001.

(3) Documentos do Exército

BRASIL, Exército do. *Portaria 117-EME, de 23 de setembro de 1971*, aprovando o manual técnico T 42-285, “Controle Sanitário das Organizações do Exército”.

BRASIL, Exército do. *Portaria 008- EME, de 05 de fevereiro de 1997*, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-1, “Operações na Selva”.

BRASIL, Exército do. *Portaria 007, de 13 de fevereiro de 1997*, que aprova as “normas para apoio de saúde às operações de ação cívico-social”.

BRASIL, Exército do. *Portaria 054-RES, de 18 de julho de 1997*, Instruções Provisórias IP 100-3 “Bases para a modernização da doutrina de emprego da força terrestre na Amazônia (Doutrina Gama)” Primeira Edição, 1997.

BRASIL, Exército do. *Lei 9.786, de 08 de fevereiro de 1999*, Sistema de Ensino do Exército.

BRASIL, Exército do. *Portaria 078-EME, de 09 de setembro de 1999*, que aprova as Instruções Provisórias IP 21-80, “Sobrevivência na Selva”, segunda Edição, 1999.

BRASIL, Exército do. *Portaria 570, de 06 de novembro de 2001*, aprovando a “Política de Gestão Ambiental do Exército”.

BRASIL, Exército do. *Portaria 035-EME-Res, de 24 de maio de 2002*, que aprova as Instruções Provisórias IP 72-2, “O Combate de Resistência”.

BRASIL, Exército do. *Portaria 714, de 06 de dezembro de 2002*, aprovando a “Diretriz para a Participação do Exército na Ativação do Sistema de Proteção da Amazônia”.

(4) Outras Fontes

CEP: Centro de Estudos de Pessoal do Exército. *Ementa das Origens do Forte Duque de Caxias (1708-1990)*. Rio de Janeiro: Memoteca, 1990. 28p.

COMMISSION ON DEVELOPMENT AND ENVIRONMENT FOR AMAZONIA. *Amazonia Without Myths*. Nova Iorque: UNDP, 1992.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Programa Calha Norte*. Brasília, 2001.

MMA. Ministério do Meio Ambiente- Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental (1999). Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/SDI/ea/>

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *Perfil Do Pnuma*. Kenya: Nações Unidas, 1990.

EIR. *A Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*: Rio de Janeiro: Editora EIR, 2001.

US ARMY. *Environmental Strategy into the 21st Century*, Washington, DC, 1992.

Páginas virtuais visitadas

SIPAM/SIVAM, disponível em <http://www.sivam.gov.br>

RAYTHEON, disponível em <http://www.raytheon.com>

CIGS, disponível em <http://www.cigs.com.br>

CLUBE MILITAR, disponível em <http://www.clubemilitar.com.br>

INPA, disponível em <http://www.inpa.br>

MMA, disponível em <http://www.mma.gov.br>

CEP, disponível em. <http://www.cep.ensino.eb.br>

DGP, disponível em <http://www.dgp.eb.mil.br>

EXÉRCITO, disponível em <http://www.exercito.gov.br>

MD, disponível em <http://www.defesa.gov.br>

O FAROL, disponível em <http://www.faroleletrônico.com.br>, onde foram registradas oito incidências do tema da Amazônia, que ali recebe destaque. O jornal é editado por uma associação de militares da reserva.

ANEXO I

SINOPSE⁸⁹ DOS ARTIGOS DA REVISTA DO CLUBE MILITAR QUE TRATAM DA AMAZÔNIA

1. COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia Ainda Brasileira*. AU

O general diz que o jornal Zero Hora publicou um artigo⁹⁰ em que o governo brasileiro estaria pensando em reviver o Projeto Calha Norte. No texto desse artigo o tema elaborado em sigilo teria o nome de Política de Defesa Nacional estaria sendo escrito pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, órgão ligado diretamente ao Presidente da República. O objetivo, questiona o coronel, seria o de “tornar o país menos vulnerável a ameaças externas e internas, ampliando o controle nas fronteiras a aumentando a capacidade das Forças Armadas?” (p. 7). Acrescenta que “passamos a assistir a uma involução no resguardo da Soberania Nacional, passando nosso governo a uma atitude de verdadeira complacência e, até, podemos deduzir, de aprovação às tentativas estrangeiras de ingerência na Amazônia e eis que a segurança de uma nação depende fundamentalmente do poderio da força armada de que disponha” (*idem*).

2. MEDEIROS LIMA, Pedro Frazão de Medeiros. *A Amazônia segurança e desenvolvimento*. AU

O brigadeiro entende que os recursos naturais da Amazônia devem ser aproveitados pelo homem, conservando-os, poupando-os, cultivando-os conforme as necessidades. O homem só deve ampliar a sua densidade populacional em uma área geográfica até o ponto em que a natureza possa mantê-lo plenamente, sustentando a sua capacidade de renovação. Propõe o início de um novo projeto de aproveitamento racional dos recursos no tempo e no espaço que estaria evitando o desastre total da região e não ampliando ainda mais os danos a ela cometidos em termos econômicos, ecológicos e ambientais.

⁸⁹Inclui ao lado do título do artigo a classificação adotada de antropocentrismo utilitarista (AU), antropocentrismo pactuado (AP) ou ecocentrismo (E)

⁹⁰ Trata-se de artigo intitulado *Militar: Governo prepara Plano de defesa Nacional*, Jornal Zero Hora, de 05 Out 1996.

Mais do que em qualquer outro aspecto, para o autor, reside na preservação a segurança da Amazônia, no sentido de fonte de recursos extraordinários para manter o desenvolvimento contínuo da nação brasileira.

3. EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia I: o fato*. AU

Aponta que nos últimos decênios (a referência é o ano de 1991), grupos, organizações ou governos de países mais desenvolvidos vêm demonstrando, de várias formas, um crescente interesse pela Amazônia. Declara que, em 1981, o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs elaborou um documento com o objetivo declarado de criar nações na Amazônia, escorando-se no princípio de soberania limitada. Em outubro de 1991, o governo inglês faz uma reclamação formal ao Ministro da justiça brasileiro pela demora na demarcação. Algumas ONGS estavam pressionando o governo brasileiro para que fosse demarcada a reserva ianomâmi, com ameaças sobre a demora da demarcação sob pena de boicote da reunião de 12 Dez 1991 em Paris, onde seria discutida a pré-pauta da Rio-92 (Eco-92).

Explica que a reação militar e civil ao episódio se deu da seguinte forma:

- a imprensa européia cedeu largos espaços e manchetes generosas à criação da Reserva Ianomâmi;
- a imprensa nacional noticiou que os ministros militares e o Secretário de Assuntos Estratégicos eram contrários à demarcação, preferindo que a faixa de fronteira não fosse destinada aos índios;
- O general Euclides Figueiredo declarou que a reserva não atende aos interesses brasileiros e ameaça a soberania nacional na região porque, no mínimo, é incompleta;
- O general Santa Cruz, atual comandante militar da Amazônia, queria saber quem defenderia a integridade e a segurança das terras. Para ele, havia um estranho interesse em relação aos Ianomâmis;
- Os governadores dos Estados do Amazonas e de Roraima consideraram que a área era exageradamente grande e que teria havido pressão do Grupo dos Sete.

4. EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia II: a nação Ianomâmi*. AU

Transcrição do editorial do Jornal O globo, de 19 Nov 1991.

O governo do Brasil, por portaria do Ministério da Justiça, assegurou à nação Ianomâmi a posse permanente de uma área na fronteira com a Venezuela e a Guiana, abrangendo a extensão de 9,4 milhões de hectares. A Venezuela também tomou essa providência destinando outros 8,3 milhões de hectares e reconhecendo tal área como Patrimônio da Humanidade. A soma dessas áreas configura a Terra Indígena Ianomâmi, com uma população que no Brasil atinge cerca de 12.000 índios.

Em função do risco de que essa unidade territorial possa justificar futuras intervenções estrangeiras para mantê-la, o Exército sugeriu que, na faixa limítrofe que a Constituição Federal considera fundamental para a defesa da soberania nacional, fossem tomadas medidas cautelares que se concilhassem com a preservação das atividades indígenas e, inclusive, possam lhes dar mais segurança. Essa sugestão foi recusada e reafirmada pelo Presidente François Mitterrand que teria declarado, em 1989, que a soberania não pode servir de pretexto para agressões ecológicas.

“Cabe ainda lembrar que o Exército na sua atuação em territórios ocupados por populações indígenas, durante toda a sua história, jamais representou qualquer ameaça à sua preservação. Enquanto isso, o passado das nações desenvolvidas lhes retira autoridade para nos dar lições de manutenção de florestas ou de respeito aos povos nativos que foram alvo de colonização. O Brasil é que tem alguma coisa a lhes ensinar, na figura do Marechal Rondon”.

5. EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia III: diretrizes Brasil: diretrizes do conselho Mundial de Igrejas Cristãs para a Amazônia brasileira*. AU

É uma suposta transcrição das Diretrizes do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs para a Amazônia. Dentre as principais orientações, está a ênfase de que (1) a Amazônia é patrimônio da humanidade e não dos países que a ocupam; (2) é dever do Conselho independer, por restrição de soberania, as áreas ocupadas pelos indígenas e prover reuniões das nações indígenas em reuniões de nações e (3) é dever garantir a preservação do território da Amazônia para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias.

6. EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia IV: estratégia para a Amazônia, 1990/2000: a década vital*. AU

Para a Escola Superior de Guerra, as pressões internacionais querem a preservação radical da cultura indígena e seu “enquistamento” no espaço nacional. Essas ações externas

perturbam a paz social e para a sua eliminação será preciso aceitar a evolução da questão conflituosa para o estado de guerra. O objetivo principal para reverter esse quadro é o de integrar o espaço amazônico ao núcleo do poder nacional do Brasil, revelando que os objetivos gerais desse plano para a década são os de :

- Promover a sinergia dos empreendimentos naturais da região com o apoio dos amazônidas e do restante da nação;
- Maximização das ações de desenvolvimento, tendo em conta os levantamentos regionais existentes: hídricos, geológicos e cobertura vegetal;
- Adaptação às ações de fora da Amazônia à cultura e vocações regionais;
- Consolidação dos núcleos urbanos para apoio às periferias rurais e como bases logísticas de apoio aos povoados distantes;
- Ocupação seletiva de áreas-chave, indispensáveis à consolidação dos eixos principais da articulação ecológica da Amazônia
- Garantia de operacionalidade das hidrovias, vias terrestres e vias aéreas indispensáveis às movimentações necessárias à logística dos núcleos e áreas-chave principais.

Para cumprir com tais metas foram previstas 24 estratégias:

- (1) Modelar o esforço amazônico maximizando a satisfação da grande maioria de amazônidas e prover apoio logístico natural aos núcleos de povoamento que a Segurança Nacional exija;
- (2) Aproveitar as idéias tecnológicas locais nos programas e projetos de desenvolvimento;
- (3) Cristalizar em torno da liderança brasileira os signatários do Pacto Amazônico
- (4) Perseverar no Programa Espacial Calha Norte e em providências que tenham por escopo a vivificação da linha de fronteira
- (5) Indicar universidades e centros de pesquisa da própria região como membros na formulação e supervisão de projetos governamentais
- (6) Pesquisar na ênfase acima novas potencialidades vegetais e animais;
- (7) Explorar o potencial hidrelétrico;
- (8) Considerar o aproveitamento local dos energéticos locais;

- (9) Preservar a reserva biológica, a diversidade e a “virgindade” genética das espécies da fauna e flora da região;
- (10) Incentivar as culturas existentes (quanto ao cultivo);
- (11) Apoiar o turismo local;
- (12) Satelizar a Zona Franca de Manaus;
- (13) Demonstrar à Comunidade Internacional a firme vontade nacional de expandir a soberania em todos os rincões da Amazônia brasileira;
- (14) Fortalecer os eixos ecopolíticos existentes (Belém-Santarém, Manaus-Tefé-Tabatinga, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul, Brasília-Belém-São Luís, Porto Velho-Manaus-Boavista);
- (15) Aparelhar os portos existentes;
- (16) Remover obstáculos à navegação;
- (17) Construir eclusas também nas barragens já existentes;
- (18) Utilizar a linha seca da ligação da Amazônia Sul-Occidental, onde corre a BR-364 para lançar trilhos de ferrovias paralela à Rodovia, para massificação do transporte;
- (19) Transformar Rondônia em área preferencial de alimentos para toda a Amazônia, utilizando Porto Velho como entroncamento rodo-ferro-hidroviário, entreposto e depósito;
- (20) Irradiar, a partir de Porto Velho, a exportação de produtos industrializados derivados de madeira e minérios;
- (21) Especializar alguns centros de pesquisa em doenças tropicais;
- (22) Estimular a implantação da Aquacultura;
- (23) Impedir quaisquer isolamentos raciais ou étnicos, tendo em conta que o Brasil é um país de povo miscigenado, todavia sem destruir os valores indígenas e
- (24) Dialogar com as ONGs, a nível governamental, constituindo um fórum sob controle deste para as ONGs debaterem sobre a Amazônia.

7. CASTRO, Luis Guilherme Bastos Sodré de. *Para que Exército?: Rex Communis*. AU O coronel argumenta que a ação estratégica internacional para a Amazônia prevê que a opinião pública seja preparada para a internacionalização da região, que o Exército sai

enfraquecido pela penúria orçamentária, criando condições para a ocupação internacional ou administração mundial e como reações práticas propõe a aceleração do Projeto Calha Norte, reexaminando a estratégia e a doutrina e revendo a ordem de batalha do Exército.

8. OLIVEIRA, Ney Coe de. *A Amazônia VI: mitos sobre a Amazônia*. AU

Alguns dos mitos criticados pelo autor:

A Amazônia é responsável pela sobrevivência da espécie humana (Debate no Senado Americano, 1989)

A devastação da Amazônia é inacreditável e constitui a maior tragédia da História (*Time International*, 18/09/89)

O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais (Mikhail Gorbachov, 1989)

O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia (François Mitterrand, 1989)

Cerca de 25% da floresta amazônica já foi derrubada até 1988 (Dennis Mahar, economista do Banco Mundial, 1988)

Comenta que a história da humanidade se confunde com a tentativa de controle e uso de forças e virtudes da natureza e que, dentre outros comentários, a ecologia como ciência multidisciplinar ainda está no começo, requerendo muito mais estudos para a avaliação da complexidade e diversidade da natureza.

9. BENCHIMOL, Samuel. *Estatuto do Amazonida*. AP

Foi registrada nos documentos militares a presença do “Estatuto do Amazonida”, na forma (esta conta com 10 pontos de direitos ou deveres do habitante) como teria sido proposto pelo Prof. Benchimol para apreciação e debate dos participantes brasileiros e estrangeiros da Rio 92 (ECO-92).

10. EDITORIAL, Clube Militar. *A Amazônia VIII: fronteira em perigo*. AU

Nesse artigo, o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES, criado em 23 jul 81) critica a imprensa com que o Ministério da Justiça do Brasil, na Portaria 580, de 15 Nov 91 delimita e demarca as terras indígenas ocupadas por Ianomâmis. Esclarece que isso fere a CF no Art 20 e também desconhece as ações do Conselho de Defesa Nacional e também ao STF na guarda da CF.

Comenta que o confronto de idéias inconstitucionais que se trava é acompanhado de muitas tentativas de internacionalização da hileia, onde “busca-se enclaves como este sob rótulos pós-modernos de preservação ecológico-ambiental das florestas tropicais, do combate ao narcotráfico, preservação dos direitos humanos e proteção de tribos indígenas”. Tudo isso fortalecido pelo Direito de Ingerência criado pelos países desenvolvidos e que orienta uma nova forma de colonização.

11. BOITEUX, Ruyter Demaria. *A Amazônia IX: o problema ético-social dos Ianomâmis*. AU

O autor é médico e está representando o Clube Positivista (localizado na Av. 13 de Maio, 13 gr. 1201/03, Rio de Janeiro). Dentre as idéias sustentadas da entidade para o problema estão:

- Maior preparo de militares que servem na Amazônia;
- Delimitar exatamente a área indígena, segundo a compatibilização do nomadismo ou sedentarismo indígenas;
- Proibição de queimadas;
- Vigilância ativa sobre espécies, em especial as em extinção;
- Instituição de cursos móveis para militares, seus familiares e civis no tocante às culturas indígenas;
- Dispor às organizações militares da Amazônia a autoridade de cooperação físico-cultural dos silvícolas, lembrando do magistral exemplo histórico do Mal Rondon.

12. HENRIQUES, Elber de Mello. *A Amazônia VII: a Reserva dos Ianomâmis*. AU

O coronel diz-se membro do Instituto Geográfico e de História Militar do Brasil e sócio-fundador do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES) e quanto à demarcação de terras indígenas, explica que a não tiveram o cuidado de nomear Reserva Brasileira dos Ianomâmis e enfatiza que “todos os brasileiros aplaudem a criação das reservas indígenas, mas a maioria discorda de sua demasiada extensão (o pretexto de que os Ianomâmis são nômades é muito frágil). Da mesma forma, para a abertura de grande brecha na fronteira (o pretexto de que a Tribo ocupa os dois lados é mais frágil ainda). Por essa brecha, mais dia, menos dia, penetrarão as mortíferas bactérias dos interesses econômicos e dos traficantes de cocaína, de ópio, de morfina e de heroína”. Para ele, houve excesso de complacência no processo. Além disso, procura explicar que a lógica é

o povo Ianomâmi clamar por independência, buscando ajuda externa ao Brasil para isso, que segundo o autor, “chegará por ar muito mais rapidamente do que ao Governo Brasileiro e muito mais bem aparelhada e especializada”.

13. ROCHA, João Evangelista Mendes da Rocha. *Internacionalizar a Amazônia?* AU O autor, que é coronel do exército, é também formado em Administração Pública/FGV e critica as “teses esdrúxulas e inaceitáveis” da Internacionalização da Amazônia, do dever de ingerência e outras, que estariam escondendo os grandes e não confessáveis interesses econômicos alienígenas. Estimula mais movimentos do tipo “A Amazônia é nossa”(p.5)

14. SERRA, Joaquim de Almeida. *A Amazônia XI: o Clube Militar e a Amazônia*. AU O autor é diplomata de carreira e afirma que o Ministro da Justiça no caso Ianomâmi, com a passividade de autoridades federais, desde a mais alta até aquela imediatamente superior ao Presidente da Funai, “baixou portaria que atropelou Constituição, decretos e decretos-leis e entregou de mão beijada, à cobiça estrangeira, grande parte do território nacional” Cita o estudo da Escola Superior de Guerra publicado na imprensa (s.d.) aonde aponta que resta ao brasileiro entrar em guerra, mas critica até o seu início, pois o Brasil seria “massacrado” (p.6).

15. SARAHYBA, Jose Luiz Gameiro. *O Projeto Calha Norte: uma esperança*. AU O general, que foi diretor de transportes do exército, enfatiza que devem ser buscadas soluções para não ensejar questionamentos futuros sobre a criação de nações indígenas e a discussão sobre a autodeterminação das mais diversificadas etnias em território brasileiro e demonstrar através de quadros como é a composição militar do Projeto Calha Norte. Argumenta que a relação entre o militar do exército e os indígenas é extremamente próxima, recebendo-os nos pelotões de fronteira como alistados, atendendo às suas famílias nos Hospitais e evacuando-os pela Força Aérea, quando necessário. É bastante otimista com o Projeto SIVAM/SIPAM, que deverá ser uma vitória na consolidação do controle da região.

16. SENA, Davis Ribeiro de. *Amazônia: patrimônio do Forte Presépio, 1616*. AU O coronel também é editor da Revista Exército Brasileiro. Em um texto confuso, procura valorizar o papel dos Fortes de Guerra na defesa da Amazônia, tentando relacionar tal missão com a de manter baluartes para conter a colonização e a apropriação do território por não amazônidas. Enfatiza que esses têm guardado “uma imagem muito positiva do

Exército e em especial as unidades militares de fronteira e de Engenharia, que contribuem como fator de integração social com as populações locais”. (p. 28)

17. LIMA, Hélio Ibiapina. *A Amazônia: seu valor para o Brasil e as ameaças*. AU

O autor, que é general, critica veementemente que nossos recursos naturais na Amazônia e que nosso território possa ser diminuído a partir de uma orquestração internacional de usufruto das vantagens deles decorrentes.

18. CAMBESES JUNIOR, Manuel. *A Defesa Aeroespacial da Amazônia*. AU

O autor, que é coronel aviador, acredita em muitas estimativas exageradas em relação à extensão das queimadas, afirmações de extermínio de índios, problema de garimpo, poluição dos rios, narcotráfico e militarização da região amazônica, as quais passaram a fazer parte de um noticiário inteligentemente bem orquestrado e respaldado pela ONU. Diz que “foi criada uma campanha de utilização da política ambientalista para institucionalizar conceitos de soberania limitada ou restrita, chamada de dever de ingerência sobre países em desenvolvimento, particularmente, aqueles que, como o Brasil, por seu ‘Poder Latente’, são detentores de grandes reservas de matérias primas” (p.9).

19. REBELO, Dario Castro. *A Participação do Exército na ocupação e desenvolvimento da Amazônia*. AU

O coronel mostra a estrutura organizacional e a disposição das unidades militares no território amazônico com um trunfo conquistado pelos militares ao longo de muitos anos, que ganhou um corpo todo especial com o advento do Calha Norte que segundo ele foi uma grande contribuição à Amazônia Brasileira, entendendo que as forças armadas são zelosas da soberania.

20. SILVA, Aimar Baptista da. *O Fogo da Flórida*. AU

Critica que o exército tenha sido injustiçado na questão do incêndio em Roraima, “não sendo corpo de bombeiros” e tendo acusado de não se valer de ajuda internacional para debelá-lo. Além disso, faz paralelos com o incêndio que “consumiu a Flórida em 1998 e que nenhum general brasileiro tenha sugerido uma eventual intervenção das forças armadas brasileiras na Flórida, a fim de preservar o ambiente”. Ao final do artigo, brada: “Acorda, Brasil! Não se esqueça jamais que a Amazônia é nossa, muito nossa!” (p.8).

21. GUIMARÃES, Nilton de Freitas. *A Defesa*. AU

O coronel diz que o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs infiltra missionários na floresta para influir na delimitação das áreas indígenas, denominando-as patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países que dizem ser seus proprietários. Acrescenta também que há uma tentativa de conscientizar a população mundial de que é indiscutível a alegação de que nosso país não tem capacidade para cuidar da Amazônia e de suas riquezas, incluindo o meio ambiente. O objetivo, na realidade, é o da “exploração de recursos naturais ali depositados pela natureza, principalmente no tocante à biodiversidade e aos abundantes minerais ali existentes, alguns considerados de natureza estratégica pela tecnologia espacial” (p.10).

22. CHAGAS, Carlos. *Os Sete ricos do novo bote sobre a Amazônia*. AU

O jornalista é favorável à tese da cobiça internacional da Amazônia e fortalece o papel militar brasileiro de contra intervenção.

23. SAMPAIO, Mario O. Ribeiro. *Um dia na Floresta*. AP

O general foi comandante militar da Amazônia, já tendo publicado um outro poema na Revista do Clube Militar. Serve de incentivo e de demonstração de sua paixão pela Amazônia. Mostra em seu trabalho o olhar do homem descrevendo a natureza na Amazônia em várias espécies que se intercalam e em suas peculiaridades diárias.

24. COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia ainda Brasileira, Pressões externas-II*. AU

Diz que estudos realizados pela ADESG constataram que os estrangeiros nem ligam para os índios que vivem em condições de miséria e abandono em outras regiões do país. Cita Carlos Chagas⁹¹ no tocante à programação subliminar da televisão que planta imagens de que os brasileiros não podem ser os únicos responsáveis pela preservação do verde (p. 7)

25. COUTO, Ruy de Paula. *A Amazônia ainda Brasileira, Pressões externas-III*. AU

Novamente cita Carlos Chagas⁹² e repassa que o pressuposto ecológico é a partida para a ingerência estrangeira.

26. LIMA, Hélio Ibiapina. *E a nossa Soberania, Presidente?*. Revista do Clube Militar. AU

⁹¹ Jornalista Carlos Chagas, na Tribuna da Imprensa de 18 Ago 1995, sob o título: “Recomenda-se aos militares que vejam muita televisão”.

⁹² Jornalista Carlos Chagas, na revista Manchete de 17 Ago 1996, sob o título: “Nova Investida sobre a Amazônia”.

Criticou as autoridades brasileiras quanto à chegada no Brasil do barco *AMAZON Guardian*, da frota da ONG *Greenpeace* e que estará assegurando a presença da ONG até nas áreas remotas da Amazônia, em qualquer parte do ano.

27. BENTO, Cláudio Moreira. *A História militar crítica da Amazônia uma necessidade I*. AU

Enfatiza o incremento de volume de estudos históricos sobre a Amazônia para melhor fundamentar os argumentos militares brasileiros.

28. PASSARINHO, Jarbas. *A Amazônia e Soberania*. AU

Quanto à floresta Amazônica, diz que há exageradas publicações sobre o seu desmatamento e efeito estufa e a “adesão dos países desenvolvidos ao Protocolo de Kyoto é decepcionante. Estamos diante de um fato concreto que é o novo conceito de soberania nacional e o direito de ingerência, que nos devem levar a pensar na Amazônia, no trato da floresta e no convívio com os índios” (p.17).

29. BENTO, Cláudio Moreira. *A História militar crítica da Amazônia uma necessidade III*. AU

Sustenta que “a estratégia da lassidão, do fraco contra o forte, valendo-se de alguns fatores em seu favor, deve ser a aplicável no caso da Amazônia. Enfraquece-se o adversário, evitando o confronto e atingindo sua vontade de combater e visa-se a obter da opinião pública do inimigo a suspensão das ações armadas” (p.9).

30. MAGALHÃES, Francisco José Fonseca de. *A Os militares em face da defesa da Amazônia*. AU

“O Brasil deve demonstrar ao mundo que a segurança do seu território e espaço aéreo sobrejacente da Amazônia é perfeitamente compatível com a proteção do meio ambiente e o respeito às áreas indígenas”.

31. RIBEIRO, Deise. *Reminiscências amazônicas*. AP

A autora é biomédica e incentiva a visita e a vivência de estudantes brasileiros à Amazônia para apreciar suas maravilhas. Propõe a retomada do Projeto Rondon.

32. CARVALHO, Ferdinando de. *A Panorama Histórico do desenvolvimento da Amazônia*. AP

O general mostra a sua preocupação com a problemática amazônica que segundo ele sintetiza-se em três grandes necessidades interdependentes: ocupação, integração e

desenvolvimento. O requisito de ocupação estaria relacionado ao grande vazio demográfico contrastante com as demais regiões brasileiras e que a expõe à inconveniência das flutuações migratórias a ao perigo de penetrações alienígenas disfarçadas ou ostensivas. O requisito de integração objetivaria ao estabelecimento de ligações de transporte e comunicações que atinjam os mais longínquos recantos do território. O requisito de desenvolvimento é a exigência para haja a consecução de condições econômicas e sociais compatíveis com os extraordinários recursos amazônicos e capazes de proporcionar as bases para uma ocupação permanente.

Criticou projetos amazônicos e entende que todos têm em comum o desconhecimento da influência de fatores naturais ou do surgimento de condições imperfeitamente avaliadas no tocante à exploração de seus recursos. Cita o projeto da grande cultura da borracha que redundou na destruição das plantações pela praga e seu abandono por Henry Ford (Fordlândia e Berterra).

Mais recentemente, cita o Projeto Jari que trouxe grandes preocupações e controvérsias, relacionadas à imensa área destinada a ele, pelo isolamento e ausência de controle oficial na região de implantação e pelo vulto de capitais empregados.

Os demais projetos criticados foram o de (1) Integração Nacional que interpreta como abandonado pelo governo em seus objetivos principais (1974), que englobava a abertura de rodovias e de colonização de terras marginais; Hidrelétrica de Tucuruí, aonde existe um impacto ambiental ainda desconhecido, apesar da geração de 8 milhões de Kw que a tornariam ainda mais cara que a Usina de Itaipu, custando mais de US\$ 7.5 bilhões (1985); (2) Projeto Grande Carajás, que embora seja a maior contribuição de reserva mineral ao parque industrial e de exportação brasileiras, o seu transporte fluvial estará em prejuízo em função de que o projeto não contempla a construção de eclusas no Rio Tocantins. “Além disso, fazendas de 5000 hectares que se comporão à margem da malha viária não são segurança de investimentos”.

No geral, comenta que tais projetos representam inconveniências para o desenvolvimento no tocante ao: (1) predomínio exagerado do extrativismo; (2) caráter predatório da exploração; (3) Dependência externa de recursos; (4) Instabilidade econômica; (5) Necessidade de grandes financiamentos; (6) Dificuldades para colocação dos produtos em centros consumidores; (7) Escassez de mão de obra; (8) Problemas Sociais, representados

também pelo afluxo de aventureiros, exploradores, subversivos e criminosos; (9) Problemas agrícolas, onde há falta de solos agriculturáveis, ainda que a cultura de várzea seja considerada em função de sua potencialidade ater-se aos seis meses do ano; (10) Problemas de vias de transporte e (11) ecológicos, com alterações do ciclo hidrológico, da destruição acentuada da floresta, da modificação prejudicial das características do solo, do aparecimento de pragas e doenças e dos reflexos ambientais desconhecidos de grandes áreas represadas em suas águas pelas Barragens, Usinas e Eclusas.

33. PAES, Armando Amaral. *A Prioridade Postergada e o Descompromisso das Elites*. AU

O coronel afirma que a grande tragédia nacional é incapacidade das elites brasileiras, que “vão se inclinando para o primeiro mundo, enquanto que o povo brasileiro vai às profundezas do fim do mundo”. Comenta que uma série sucessiva de mitos dará aparência da fatalidade inexorável a uma evolução planejada no exterior para que a região amazônica acabe, ao fim de poucas décadas, sob absoluto controle econômico de potências estrangeiras.

Os mitos que sustenta que foram implantados pelas potências estrangeiras, em seu argumento (Segundo ele, esses mitos são mutualmente dependentes na ordem em que aparecem no texto, ou seja, o segundo mito se implanta a partir do primeiro e assim por diante): (1) Amazônia, pulmão do mundo; (2) É desejo desinteressado a preservação da floresta; (3) O Brasil, por si só, não tem condições de preservar a Amazônia; (4) Os estrangeiros estarão preservando a Amazônia para o Brasil, em nome da humanidade e (5) O Brasil só prejudica; os núcleos são conduzidos a sentirem compulsão pela liberdade política e autodeterminação.

34. EDITORIAL, Clube militar. *A Amazônia não!* AP

Esclarece que o Clube Militar não é contrário à criação de áreas compatíveis que garantam a sobrevivência de grupos indígenas. São contrários: (1) a dar a 8.000 índios uma área duas vezes equivalente ao estado do Rio de Janeiro; (2) a reconhecer uma nação dentro da nação brasileira, depois de tantas conquistas de unificação da base física e cultural do Brasil e (3) dar qualquer pedaço de terra herdado de antepassados, a duras penas, à sanha de poderosos interesses estrangeiros (quanto à demarcação de terras indígenas que foi formalizada no governo Collor de Melo e seu Secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger)

35. PASSARINHO, Jarbas G. *A demarcação da terra ianomâni*. AU

O autor foi Ministro da Justiça e quando escreveu o artigo era Senador. Sua relação com o Clube Militar, além de articulista, foi a de ter sido Presidente do Clube nos anos de 1954 e 1955.

Passarinho declara que, quanto ao processo de demarcação da terra indígena Ianomâni, e a decisão não resultou de aqodamento, que deveriam ter sido ouvidos o Conselho de Defesa Nacional em caso de utilização da área e não quanto à superfície da mesma e o Congresso Nacional da mesma forma, pois o parágrafo terceiro do Art 231 da CF determina que o aproveitamento dos recursos naturais das terras indígenas “só pode ser efetivado com a autorização do Congresso Nacional”. Respondendo ao CEBRES, diz que não haveria o comprometimento da soberania nacional por estar a terra indígena na faixa de fronteira, porque a União os cerca. Essa “cerca”, no caso dos índios, é a demarcação. Como há superposição com a faixa de fronteira, a União é duplamente proprietária. Ela exerce a sua soberania tanto para os índios quanto para garantir a nossa fronteira, assegurando plenamente a integridade do território brasileiro, embora um reduzido número de índios estaria de fato ocupando a área demarcada. Mas, citando a Antropóloga Isa Maria Rogedo sustenta que “a ocupação de fato depende sobretudo de como a sociedade indígena se organiza socialmente e da maneira como se relaciona com a natureza para obter a sobrevivência”. Logo, o número de índios não define a ocupação de território indígena.

“Pensando em evitar o equívoco em que incorreu o CEBRES, chegamos a cogitar de isolar uma faixa de 20 Km a partir da linha de fronteira, baseados em artigo do senador Sarney, na Folha de São Paulo, que dizia não haver malocas nessa faixa. O levantamento

preciso feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (INPE) mostrou, sem sombra de dúvida, que induziram o ex-presidente a erro, pois 41% das malocas Ianomâmi estão na faixa de fronteira de 20 Km em Roraima e 66 % no Amazonas. Ora, a sua remoção violaria a norma constitucional no Art 231, parágrafo quinto: ‘é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de epidemia ou catástrofe que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco’.(p. 16)

“Somos um país com expressão internacional e não serão pressões de grupos radicais estrangeiros que desmembrarão o nosso território” (p.17)

36. CAMBESES JUNIOR, Manuel. *Militares e a defesa da Amazônia*. Revista do Clube Militar. AU

O coronel procura fazer relações da redução drástica do efetivo das forças armadas com o seu papel. Não concorda com tal insuficiência, uma vez que “a presença de tropas internacionais na Amazônia sob pretexto de proteção a grupos indígenas é plenamente possível, caso a ‘penúria’ não se reverta”. Diz que a demarcação da área Ianomâmi imposta ao Presidente Collor, após a negociação com o FMI “causa até hoje grande indignação no meio militar” (p.18). Enfatiza que diversos grupos de antropólogos, etnólogos, ecologistas e indigenistas buscam incentivar a idéia-força de fragmentação dos Estados, vulnerabilizando riquezas nacionais.

37. NETO, José Apolônio da F. R. *O cerrado, as ONGs e as Hidrovias*. Revista do Clube Militar. AU

O general diz que é importante vencer as ONGs na Amazônia. Por pressões delas, diz que o BID suspendeu o financiamento da BR-364, de grande importância para a ligação do Acre ao Peru e que permitiria o acesso aos portos peruanos no Oceano Pacífico. Critica que várias delas tenham dito que os corretivos agrícolas para o cerrado são comprometedores da biodiversidade e se indigna com isso pois, para ele, trata-se de manobras para minar as nossas regiões geo-econômicas e seus canais de escoamento.

38. EDITORIAL, Clube Militar. *Amazônia-Cobiça-Invasão*. AU

“É dever inalienável de todos os brasileiros defender o Patrimônio que nos foi legado por nossos antepassados” (p. 2)

Relaciona a perda do potencial militar na região com a criação do Ministério da Defesa. Comenta que o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, segundo a exposição 03/81 pregou que “os habitantes da Amazônia não são cidadãos dos países em cujo território vivem,mas patrimônio da humanidade” (p. 3).

39. EDITORIAL, Clube Militar. *Comandante militar diz temer invasão da Amazônia Brasileira*. Revista do Clube Militar. AU

O Comandante Militar da Amazônia declarou que a defesa da Amazônia pode ser utilizada como pretexto para intervenção armada no Brasil, por parte de países desenvolvidos. Segundo ele, a intervenção militar motivada pela proteção ao meio ambiente é “tendência da próxima década” (p. 4) “Queira Deus que no futuro não tenhamos que lutar para reincorporar a Amazônia ao território brasileiro” (*idem*).

40. CASTRO, Luiz G. B. Sodré. *Carta aos Senadores*. Revista do Clube Militar. AU É preciso reviver o Projeto Calha Norte, ampliar efetivos, adquirir e fabricar equipamentos e armamentos; alocar mais recursos para adestramento e sobretudo conduzir uma vigorosa campanha nacional para despertar a Nação. “Se perdermos a Amazônia, não vamos recuperá-la mais” (p.9) .

41. MATTOS, Carlos de Meira. *A Amazônia e a dissuasão estratégica*. Revista do Clube Militar. AU

O general, que escreveu várias obras sobre geopolítica, afirma que a doutrina de dissuasão estratégica enquadra-se “hoje” (1999), na necessidade do Brasil de estabelecer um projeto militar para enfrentar as ameaças suscitadas pelas perspectivas do mundo de após a queda do Muro de Berlim.

“A estratégia da dissuasão, com este nome, ocupa hoje as áreas de confronto não nuclear, no campo militar convencional, na guerrilha e nos entre choques políticos, tratando-se de evitar o choque, a ruptura, impondo uma ameaça cujo preço o adversário saiba, a priori, o que terá de pagar.” (p.10)

42. SAMPAIO, Mario O. R. *Egito e a Amazônia*. AP

Poema que compara a beleza natural da Amazônia com a exuberância do Nilo e relacionada como o patrimônio muito cobiçado como riqueza do futuro.

43. ARNT, Ricardo. *Água, reserva estratégica*. AP

Filho de um general, o geólogo escreve sobre o desperdício brasileiro em relação ao consumo de água, citando que a água poderia ser um bem muito comercializado pelo Brasil, quando da escassez de recursos hídricos.

44. MIRAPALHETA, Ricardo Ferreira. *Ecologia e Egologia*. E

O professor aborda em um espaço de apenas meia página que nossa vontade egoísta submete a natureza e ainda está longe de integrá-la ou de integrar-se a ela.

45. EDITORIAL, Clube Militar. *Palestra do General Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa*. Revista do Clube Militar. AU

Principais idéias repassadas aos ouvintes que estavam no Clube Militar (generais, coronéis e convidados) que normalmente são repassadas às escolas militares como campanha de adesão:

2. A globalização é cruel para com os países em desenvolvimento;
3. As intervenções armadas crescerão e se não houver concordância com a ONU, os EUA intervirão de qualquer forma e a nova versão do manual de Operações do EUA, o FM 105 demonstrou uma preocupação muito grande com o meio ambiente;
4. A idéia da Amazônia, patrimônio da humanidade diz que os brasileiros não mandam nela;
5. Houve a proposta dos EUA de troca da dívida externa por território;
6. A questão indígena vai da idéia de integrar ou segregar. Qual deverá ser a extensão das terras indígenas? Explorar ou não as riquezas das reservas? Podem sobrar poucos recursos para o Estado exercer suas atividades econômicas;
7. Os corredores ecológicos atendem ao interesse nacional? Os cinco corredores da Amazônia aumentam a área preservada e não disponível comercialmente em 30 %;
8. Muitas das reservas minerais estão enquadradas nessas áreas ambientais restritas.

46. CAMBESES JUNIOR, Manuel. *A Amazônia clama por socorro*. Revista do Clube Militar. AU

A precariedade do estado operacional das forças armadas brasileiras compromete a defesa da Amazônia, havendo uma tendência de países do primeiro mundo de as transformar em milícias, guarda costeira e aviação sem força.

47. AQUINO, Tasso Villar de. *Pacto Amazônico: vias de transporte na Amazônia I*. AP/E

48. AQUINO, Tasso Villar de. *Pacto Amazônico: vias de transporte na Amazônia II*. Revista do Clube Militar. AP/E

Procura enfatizar a malha aquaviária provável a partir das condições geográficas da Amazônia. Debruça-se sobre ao Pacto Amazônico firmado entre aos países amazônicos em 03 Jul 1978, considerado pelo autor como o firme instrumento de transformação de estímulos geográficos em estímulos geopolíticos sob competência exclusiva dos países da região. Em sua visão, com o pacto, elimina-se a ameaça sempre presente da interferência das poderosas nações não amazônicas nos assuntos regionais.

49. EDITORIAL, Clube Militar. *Pequena cronologia da história amazônica*. AU

Um quadro que apresenta a linha do tempo das intervenções e expedições na Amazônia sob o ângulo da exploração.

50. CARVALHO, Ferdinando de. *Considerações sobre o problema da ocupação da Amazônia*. AU

Comenta da aparente desorientação, vacilação na elaboração e consecução de planos de ocupação da Amazônia, refletindo sobre a “desarmonia homem-natureza”. A questão da ocupação da Amazônia tem importantes conotações internacionais que , além de interessar a oito países sul-americanos, é uma área pouco explorada e de grandes possibilidades geo-econômicas.e que merece uma estratégia de colonização firme e duradoura.

51. OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *Ameaças atuais à integridade territorial do Brasil e à nossa soberania plena sobre a Amazônia*. AU

O autor é coronel e foi chefe da agência do SNI em Manaus, AM.

Defende que há uma ameaça declarada à nossa soberania plena e que urgentemente e em altíssima prioridade devam ser tomadas medidas para a ocupação acelerada e o desenvolvimento sustentado da Amazônia. Enfatiza que o projeto Calha Norte e o SIVAM sejam de alta prioridade e que seja suspensa sua relação com a *Raytheon*, uma vez que é suspeita por ser de confiança do governo norte-americano, sendo que projetos dessa natureza e tais assuntos devem ser muito mais acompanhados pelos chefes militares.

52. REIS, Taunay Drummond Coelho. *Carta aberta ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça sobre Reservas Indígenas*. AU

O general critica pesadamente a demarcação de terras indígenas brasileiras, mas não é muito convincente quanto aos dados que apresenta: “muita terra para pouco índio: crime de lesa-pátria”.

53. CHAGAS, Carlos. *Nova investida sobre a Amazônia*. Revista do Clube Militar. AU

Carlos Chagas publicou o artigo na Revista Manchete, de 17 Ago 1996 e ele foi transcrito.

Preocupado com o futuro do território amazônico, o autor lembra os esforços de ilustres diplomatas como Barão do Rio Branco. Acredita que não se pode aceitar operações internacionais de combate ao narcotráfico sob o comando norte-americano. Sugere que estejamos mais preparados com nossas forças armadas para a defesa e o trato com essas questões estratégicas que atingem os nossos vizinhos. Crê firmemente nos reflexos da cobiça internacional sobre a área, comentando que “na área demarcada da Reserva Ianomâmi estão presentes 90% das reservas mundiais de Nióbio”, metal nobre utilizado em ligas espaciais (p. 9).

54. CARNEIRO, Rufino Rodrigues. *Floresta Amazônica*. Revista do Clube Militar. AU

O major que afirma ter vivido na Amazônia diz que “índio é camuflagem, dissimulação para a presença estrangeira”, criticando abertamente os missionários estrangeiros, sem distinção, que são “na verdade, geólogos ou engenheiros de minas” (p. 14). Comenta que os garimpeiros são úteis pela sua aproximação com os indígenas, que poderão “juntos ajudar a defender a Amazônia em caso de invasão” (idem).

55. PASQUALI, Sergio Mario. *Integrar para não entregar: a Amazônia e as universidades e o projeto Rondon*. AU

Mostra a validade do Projeto Rondon para interiorizar através do intercâmbio com as universidades, possibilitando o aumento de conhecimento da área, diante de tantas opiniões e diversidades sobre debate amazônico. O jovem do Projeto Rondon conheceu a riqueza, imensidão e sentiu o Brasil. “Percebe melhor que é preciso integrar para não entregar”.

56. NUNES, Miguel Rodrigues. *A Cenários sócio-econômicos e as necessidades de energia elétrica para a Amazônia (1988-2010)*. AU

Foi presidente da Eletronorte, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

Considerando a trajetória mais provável de crise no plano internacional, estabeleceu quatro cenários para o Brasil:

- De Instabilidade e Prolongamento, com uma crise de governabilidade sem precedentes, com dilapidação da força de trabalho e da estrutura produtiva;
- De Retomada do Crescimento, com uma política forte de ajustamento econômico que acentuará as desigualdades sociais;
- Reformista, acelerando o desenvolvimento por curto tempo para prover o ajustamento do crescimento de forma sustentada e permanente;
- Social-Democrata, com a modernização do Estado e da economia, com embasamento social forte.

Explica que, assumir essas variáveis exógenas na projeção de cenários significa admitir que a Amazônia conservará a sua característica de região de fronteira, onde estarão presentes os atores externos (empresas, agentes financeiros) e internos (intelectuais, ONG ambientais e da Cultura Indígena, Igreja e latifundiário). Considerou a confluência de atores nessa projeção de cenários até 2010, acreditando que a preocupação ecológica tende a crescer e a condicionar o processo de desenvolvimento.

57. AQUINO, Tasso Villar de. *O Pranto do seringueiro*. AP

Uma evocação à elite brasileira no tocante a uma ação construtiva que conduza ao aproveitamento racional dos recursos naturais da região amazônica, em termos hídricos, minerais, vegetais e animais. Propõe a diminuição das queimadas para implantação de fazendas, evitar a agricultura extensiva, a mineração com danos irreparáveis ao ambiente, o manejo de espécies florestais alienígenas que as condições ambientais da Amazônia repelem e a ação predatória das serrarias.

58. EDUARDO, Ítalo Peace. *A Reflexões sobre a Defesa Nacional(I)*. AP

O autor assume ser especialista em relações internacionais e membro do *U.S. Naval Institute*. Considera que quando não há a possibilidade de se configurar hipóteses de guerra específicas (uma ameaça militar ostensiva e concreta), o planejamento da defesa deve basear-se em dois princípios: (1) identificação das vulnerabilidades estratégicas e (2)

identificação dos interesses nacionais legítimos. Dentre as vulnerabilidades estratégicas do Brasil destaca a (1) condição de importador de energia; (2) a extensão das fronteiras marítimas e terrestres; (3) as riquezas minerais do território e (4) a posse de imensas reservas florestais e de água doce. Assim, incentiva a ocupação de vazios existentes no território e utilizar mais racionalmente os recursos naturais. Recomenda intensificar ações do Projeto Calha Norte e SIVAM

59. JACQUES, Carlos Alberto. *Ianomâmi, Estado de alerta*. AU

O autor é coronel aviador e além de ressaltar as imensas propriedades geológicas da Amazônia, com minerais nobres situados nos limites na Reserva Indígena, critica o governo brasileiro na demarcação, alegando corrupção no processo e atentando para o papel aglutinador de “Salvar a Humanidade” do ecologista José Lutzenberger, que foi o assessor de Collor na empreitada. Afirma que a ONG religiosa Movimento para Evangelização da Amazônia (MEVA) tem a meta de preservar a Amazônia para os europeus e que a CPI da Internacionalização da Amazônia detectou a presença de 21 missões estrangeiras em áreas indígenas, apontando que 03 delas apresentariam fortes indícios de irregularidades: MEVA, Asas de Socorro e Novas Tribos do Brasil. O Coronel afirma que as organizações têm grande envolvimento com a mineração, a evasão de dólares e o contrabando de pedras preciosas. Enfatiza aplicar com rigor os mecanismos de proteção existentes e aprimorá-los: Projeto Calha Norte, SIVAM/SIPAM com atuação das Forças Armadas e Polícia Federal.

60. BETHLEM, Fernando B. *O Exército na Amazônia*. AU.

Foi Comandante Militar da Amazônia e interpreta a questão como fórmula de conquista. A formação das fronteiras brasileiras não seria resultado somente do processo exploratório local, mas de um trabalho científico de gabinete que teria sido transformado em fiscalização política. As fronteiras amazônicas eram imensas e despovoadas e dependiam de postos avançados de ocupação, seguindo ordens de Lisboa.

Entende que o papel estratégico brasileiro de ocupação militar do território tem sido bem cumprido pelas unidades militares de fronteira do Comando Militar da Amazônia e que desenvolveria uma política realista, ao procurar adensar economicamente e demograficamente a região, como favorável expressão geopolítica.

61. BRASIL, Altino Berthier. *A Amazônia (Saga de uma eterna cobiça)*. Revista do Clube Militar. AU

O coronel professor faz uma breve sinopse da linha do tempo e das ocorrências geopolíticas focadas na Amazônia (desde meados do Séc XVII até 1996). No ano de 1991, faz uma parada mais demorada, explicando que a confusão governamental brasileira no tocante ao caso Ianomâmi levou ao enfraquecimento do Projeto Calha Norte e que encoraja o seu retorno. Diz: “É PRECISO TOMAR POSSE DA TERRA”. E cita Euclides da Cunha: “se as nossas autoridades não se preocuparem com a Amazônia, mais cedo ou mais tarde, ela se destacará do Brasil, natural e irresistivelmente, como se despreja uma nebulosa de seu núcleo, pela expansão centrífuga de seu próprio movimento” (Cunha, Euclides. *Contrastes e Confrontos*. Livraria Lelo & Irmãos. Lisboa, 8 ed., p. 163).

62. FORTUNA, Hernani. *Marinha Mercante e Amazônia*. AU

O autor foi Contra-Almirante e Comandante do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha. Apresenta resultados da conferência produzida no Curso de Altos Estudos Amazônicos, Rio de Janeiro, 30 Nov 1982.

Argumenta que a rede hidroviária e a comunicação com o mar são chaves para as linhas de comunicações e a possibilidade de definitiva de integração da região ao restante do país. A navegação de cabotagem contribuiria, para o autor, como fator importante no abastecimento da região, vindo das regiões leste e sul. A navegação interior é fundamental na sustentação do processo de desenvolvimento. A demanda de energia implica na ampliação da infra-estrutura de vias navegáveis já existentes na região. Propõe criação de barragem e eclusas facilitando a inserção da Marinha Mercante na região. Não traça paralelo com o impacto ambiental recorrente.

ANEXO II

FICHAMENTO DAS MONOGRAFIAS DE ESTAGIÁRIOS DA ESG OU DOCUMENTOS SELECIONADOS PRODUZIDOS NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA QUE TRATAM DA AMAZÔNIA

Trabalho 01 (T-01). Os resultados apresentados para a Amazônia foram: “desenvolver projetos que visem ao aproveitamento de suas enormes riquezas mínero-energéticas, respeitando as características regionais, particularmente com vistas ao equilíbrio ecológico; reduzir nossa dependência quanto ao setor mineral, procurando melhorar o abastecimento interno, diminuir a necessidade de importações e aumentar as possibilidades de exportação de minerais estratégicos; procurar, na definição dos projetos minerais a serem executados, determinar a área de atuação das empresas estatais, privadas, nacionais ou estrangeiras e multinacionais, recomendando regras estáveis concernentes à atração e à aplicação do capital estrangeiro; dirigir a atividade mineral sem desprezar os cuidados na preservação do meio ambiente, de forma que a produção mineral não se faça predatória, nem represente deterioração da qualidade de vida e realizar estudos do impacto econômico e ecológico da construção de usinas hidrelétricas” (pp. 6-8).

Trabalho 02 (T-02). Alega que as missões religiosas muito fizeram pela Amazônia e acredita que as forças armadas e a diplomacia devam ser fortalecidas nas faixas de fronteira. Propõe diretrizes estratégicas seguintes, dentre as quais destacamos: devolver à SUDAM as prerrogativas de coordenação do projeto Grande Carajás e Albrás-Alunorte; complementar e aprofundar permanentemente os estudos de natureza “global, espacial e setorial em áreas da Amazônia” (p.58); promover a implantação e ampliação de atividades econômicas voltadas para os mercados interno e externo, através do racional aproveitamento dos recursos regionais, tais como os florestais, minerais, hídricos, pesqueiros; possibilitar ao Exército e à Marinha, condições de aumentar o contingente ao longo da faixa de fronteira e dotar o Exército, Marinha e Aeronáutica de meios de transporte eficazes e adequados para as regiões de mais difícil acesso na Amazônia.

Trabalho 03 (T-03). Discute aspectos físicos e humanos da Amazônia, tentando destacar as conseqüências graves que podem advir do uso intenso ou extenso daqueles solos, através de sistemas de manejo descompassados e predatórios ao frágil equilíbrio dos ecossistemas regionais. Aborda também os impactos ambientais das usinas hidrelétricas, pelos riscos de assoreamento de reservatórios por transporte de material do solo erodido, tendo apontado diretrizes para uma Política Nacional de Meio Ambiente nos seguintes termos: os interesses de Segurança Nacional se relacionam com a Política Nacional do Meio Ambiente, com vistas à manutenção da qualidade de vida e proteção dos recursos ambientais, como Objetivos Nacionais Atuais; a participação ativa da comunidade na defesa do meio ambiente é considerada direito de cidadania; a educação ambiental é considerada instrumento essencial para a formação da consciência ecológica; o uso racional dos recursos naturais deve ter presente que as formas de gestão ambiental variam de região para região do país; o planejamento das ações ambientais deve considerar a proteção dos ecossistemas ainda não atingidos, a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a recuperação de áreas degradadas e o “acompanhamento da qualidade da água, solo, subsolo, flora, fauna, assim como da qualidade dos assentamentos humanos devem ser realizados pelo Poder Público e deve considerar os interesses comunitários” (p.44).

Trabalho 04 (T-04). Com a absorção da tecnologia de uso do gás natural, entende que as empresas brasileiras serão beneficiadas com a exportação aos países vizinhos, “mediante a troca por bens e serviços, sendo, para ele, essa principal resposta de energia para a integração latino-americana (países do pacto amazônico)” (pp.26-27).

Trabalho 05 (T-05). Realça a importância do extrativismo vegetal, principalmente o da borracha na história econômica do país, fazendo uma apresentação dos modelos de desenvolvimento econômico e os danos ecológicos decorrentes destas atividades que teriam sido mal sucedidas do ponto de vista econômico e ambiental, por desconsiderarem as populações locais e as potencialidades da região. Ressalta que tais populações deveriam ser mantidas em suas atividades produtivas nas áreas criadas para tais fins pelo

governo e que este deveria considerar a contribuição daqueles para a política de Segurança Nacional, a julgar pela história de luta e de movimento de justiça social.

Trabalho 06 (T-06). Baseia-se em um modelo de desenvolvimento regional que concilia e compatibiliza a conservação do meio ambiente com o crescimento econômico e a elevação da qualidade de vida do amazônida, a partir da institucionalização de um zoneamento ecológico e econômico visando a “disciplinar” o uso da terra (p. 37). A estratégia do autor, a ser usada para compatibilizar a conservação do meio ambiente com o desenvolvimento regional foi lacônica e de três ordens: (1) criar um sistema de colonização florestal; (2) transformar a colonização agrícola em agroflorestal; (3) controlar as minerações.

Trabalho 07 (T-07). Considera que o interesse brasileiro na Questão Amazônica está comprometido pela ingerência de várias entidades na região, sendo alguma reversão possível se o governo brasileiro articulasse posicionamento político semelhante à Doutrina Monroe (a América para os americanos). Nas páginas de 08 a 11, de um total de aproximadamente 40 páginas, disserta que, geralmente, os vários modos de intromissão de organizações estrangeiras na região amazônica, estão escudados em interpretações que diminuem a validade da lei das nações através de modificações que chamam aos países mais desenvolvidos a liderança dos assuntos mundiais, determinam as agendas e, imperceptivelmente se apoderam da agenda nacional. Para ela, o destino da Amazônia estaria sendo decidido no âmbito internacional e o para o Brasil não restaria muito a fazer para reverter isso. ONGs internacionais têm contato contínuo com as organizações locais e acionam, com brevidade, qualquer oposição a projetos que não mereçam aprovação e que tem o poder de desbancar o plano de financiamento do Banco Mundial. O entrelaçamento entre essas organizações, as locais, os especialistas estrangeiros na Amazônia já teria chegado a tal ponto que o Brasil já não tem mais soberania perfeita sobre a Amazônia.

Trabalho 08 (T-08). O autor propõe nas páginas 53 e 54 algumas estratégias para efetivar políticas adequadas ao Poder Militar, buscando desdobrar unidades militares em regiões

indicadas pelo esforço nacional e que conduzem à desconcentração do desenvolvimento; criar um comando combinado desde o tempo de paz, como fator de dissuasão estratégica e facilitador do emprego coordenado das forças armadas e dar prioridade ao reequipamento e à modernização das forças armadas desdobradas na área ou que tenham previsão de emprego na área.

Trabalho 09 (T-09). A estratégia espacial, para o autor, estaria definindo os critérios para a localização das ações, dentro de uma ordenação prioritária para a convergência dos esforços de desenvolvimento regional. Na página 42, afirma que atenderia aos seguintes objetivos de integração e articulação do sub-espaco funcional intra-regional com a vinculação econômica e social das diferentes sub-regiões dispersas e fragmentadas; redefinição do papel da Amazônia na divisão inter-regional do trabalho, consolidando a integração regional, mas alterando os padrões de sua integração com a economia nacional; integração sócio-econômica rural-urbana na Amazônia, com a interiorização do desenvolvimento e a constituição de uma malha urbana integrada ao conjunto da economia regional e desconcentração e difusão das atividades econômicas e dos benefícios do crescimento econômico no conjunto do espaço amazônico.

Trabalho 10 (T-10). Transposto para o corpo do texto

Trabalho 11 (T-11). Propõe cinco políticas para (1) dinamizar as instituições e para incentivar a cooperação, (2) políticas sócio-educacionais, (3) econômicas e de infraestrutura, (4) ambientais e de (5) ocupação de defesa para a Amazônia (pp. 70-78), que contribuiriam para colocar a Amazônia no rumo do desenvolvimento sustentável.

Trabalho 12 (T-12). Diz que a região é um vazio demográfico de grande valor pela abundância de recursos naturais e que despertou a atenção de numerosas potências estrangeiras, implicando em um programa de “segurança progressiva que responda às necessidades de uma área tão peculiar” (p. 3). Oliveira, na página 06, enfatiza: (...) “ No mundo em que vivemos, não basta que se finque uma bandeira no solo e se brade aos quatro ventos: ‘eu sou o dono’. É preciso que se tenha autoridade e poder para se fazer

respeitar os direitos e posse e autodeterminação. Esse é o verdadeiro e eficiente respaldo que a Segurança pode contribuir no desenvolvimento da Amazônia”.

Trabalho 13 (T-13). Transposto para o corpo do texto

Trabalho 14 (T-14). Enfatiza que as tentativas de conquista da Amazônia têm se caracterizado historicamente pelo desenvolvimento de modelos descontínuos pela sua aplicabilidade e contínuos na dependência dos mercados externos (ciclos extrativos) os quais determinaram a ascensão e declínio das atividades econômicas regionais, com reflexos abrangentes em todos os aspectos da vida social: “(...) Modernamente, a Amazônia ficou dependente do Governo federal, pela sua incapacidade de se relacionar adequadamente aos mercados externos e como efeito da abertura de estradas e da aplicação de uma legislação de incentivos especiais acaba por sofrer um processo de desmembramento sócio-econômico com várias unidades constituindo-se em pólos autônomos que adquirem características vocacionais peculiares” (p. 47).

Trabalho 15 (T-15). Faz uma descrição geopolítica da área da seguinte forma:

“A posição brasileira nessa enorme calha fluvial ecologicamente uniforme é privilegiada. Possuímos 69 % da área, somos recipientes de todas as águas e as levamos ao respiradouro de um amplo delta no Oceano Atlântico. Temos limites fronteiriços com todos os condôminos, menos o Equador. A topografia favorece ainda mais a nossa posição. Enquanto que as Amazônias venezuelana, colombiana, peruana, boliviana, equatoriana e guiana somente comunicam-se com seus litorais, transpondo, as cinco primeiras, as alturas da cordilheira andina, todas essas terras vizinhas alcançam o delta do grande rio em um movimento leve e contínuo de descida, sem contrariar a gravidade” (p. 34).

Sobre a Marcha para Oeste

“Durante 200 anos tentamos a conquista do nosso interior e particularmente da imensa Bacia Amazônica apoiados em estratégia essencialmente fluvial. Fracassamos porque a navegação fluvial é caprichosa; não nos leva onde queremos; a navegação dos rios amazônicos sofre a influência das estações de águas altas e águas baixas; há inúmeras

quedas e cachoeiras que interrompem a navegação da maioria dos cursos de água. Mudamos a estratégia nos anos 50, e começamos a implantá-la nos anos 60. A nova tentativa seria a conquista do Planalto Central, onde se encontra o *divortium aquarum* entre as três maiores bacias brasileiras – do Prata, do Amazonas e do São Francisco; montados nesse divisor (instalação de Brasília) tentaríamos baixar à planície amazônica pelos grandes espigões que separam as águas dos afluentes da margem sul do ‘grande rio’. E assim o fizemos (p. 147-148).

[...] A primeira descida foi a rota da Belém-Brasília. Em seguida veio Cuiabá-Porto Belo-Manaus e, finalmente, a Cuiabá-Santarém [...] Uma grande roçada, a Transamazônica, une transversalmente essas três longitudinais, permitindo melhor articulação do sistema” (p.153).

Trabalho 16 (T-16). Transposto para o texto

Trabalho 17 (T-17). Transposto para o texto

Trabalho 18 (T-18). Manobra geopolítica de três fases de integração do espaço geográfico nacional, que segundo o autor “sempre contou com a participação do Exército”:

- (1) “ primeira fase: ligar o núcleo central (coração do Brasil) ao nordeste do país, efetivado nas décadas de 40 e 50, com as BR-116, ligação ferroviária com o sul e interligação da rede ferroviária do nordeste;
- (2) segunda fase: avançar para o meio-oeste a partir do núcleo central, efetivado nas décadas de 60 e 70, com a construção de Brasília, da BR-267 (São Paulo –Mato Grosso), da BR-040, da ferrovia Bauru-Corumbá e da ligação de Brasília à rede ferroviária do núcleo central (Brasília- Pires do Rio);
- (3) terceira fase: ligar a Ilha Amazônica às regiões mais vivificadas.

São marcas dessa atuação as rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Porto Velho-Manaus, Cuiabá-Santarém, Transamazônica” (pp. 15-16).

Trabalho 19 (T-19). Rech sugeriu como política que (1) a população fosse integrada ao desenvolvimento, (2) fosse estimulada a imigração e a migração interna, (3) o desenvolvimento tivesse uma forma descentralizada nos casos nas áreas carentes e marginais, (4) fossem incentivadas as instituições responsáveis pelo apoio ao

desenvolvimento regional, (5) que se controlasse a alienação de terras a estrangeiros, (6) a preservação do meio ambiente, (7) que melhorassem as relações com os países vizinhos, (8) que houvesse o incremento da demarcação de terras indígenas (pp. 57-59).

Trabalho 21 (T-21). O Projeto Calha Norte, em sua concepção, “jamais se propôs a militarizar a Amazônia. Se houve maior velocidade na implementação dos ‘projetos especiais’⁹³ militares, a solução seria a de buscar o motivo do atraso dos outros para que se pudesse impulsioná-los, mas nunca parar tudo. O Presidente José Sarney, responsável pela aprovação do Projeto Calha Norte afirma que com muita propriedade que o mesmo ‘nada tem de militarização da Amazônia’. Ele é um braço do Projeto de Desenvolvimento Sustentado da Amazônia, comandado pelo Brasil” (pp. 42-43).

Trabalho 22 (T-22). Discorre sobre o cenário amazônico desde a sua conquista, estabelecendo comparações com outras regiões do planeta em diversos aspectos (pelos portugueses, com o Tratado de Madrid, 1750). Segundo ele, na tentativa de melhor tratar o problema poderiam resultar controvérsias catalizadoras de delicadas questões internacionais: “Não querendo esgotar a discussão, há ainda outras conceituações atualmente em voga no País que retratam, subliminarmente, a exacerbação da polêmica. São as conceituações advindas da mídia internacional, com fortes ecos no Brasil, que objetivam enfraquecer a integração nacional: a de “povos da floresta” para denominar os brasileiros que vivem do extrativismo na Amazônia (em particular os seringueiros de Xapuri), bem como a de “nações indígenas” para designar os grupos indígenas. Sem dúvida, trata-se de uma denominação de forte cunho ideológico, que poderão ter como consequência o entorpecimento da nação com relação a esses brasileiros, abrindo um campo para uma possível argumentação no sentido da autonomia, ou mesmo do autogoverno, das regiões seringueiras e indígenas sob a tutela de organismos internacionais que ferem os Objetivos Nacionais: Soberania e Patrimônio Nacional” (pp. 23-24)

⁹³ Para o incremento das relações bilaterais, da presença militar na área, das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes e ampliação da oferta de recursos sociais básicos (Projeto Calha Norte, 1985-1991, na parte sobre a faixa de fronteira).

Faz críticas profissionais aos ecologistas, apresentando-os através de uma classificação de seis categorias de engajados na conservação ou preservação da Amazônia: (1) os verdes naturalistas, convictos e sinceros, podendo-se observar alguns exagerados e fanáticos, nem sempre tão convictos a internar-se nas florestas em detrimento das benesses da vida urbana; (2) os verdes românticos, em geral artistas, jovens, estudantes e liberais que adotam a causa como um modismo no intuito de obter prestígio ou notoriedade; (3) os verdes oportunistas, que sem convicções e sinceridade defendem a preservação da natureza para uma possível platéia de eleitores ou para uma possível internacionalização; (4) os verdes dogmáticos, que estão encarando a ecologia como um dogma. São os órfãos do comunismo. As correntes que antes militavam em torno das esquerdas estão migrando para a ecologia; (5) os verdes profissionais que defendem os interesses das grandes corporações industriais e financeiras internacionais, visando a ter o acesso privilegiado aos recursos naturais da Amazônia ou mantê-los congelados para evitar a concorrência e assegurar a manipulação de preços no mercado internacional e (6) os verdes sensatos, naturalmente criteriosos o suficiente para condenar todos os abusos contra a natureza, sem que entretanto condenem o aproveitamento racional e controlado dos recursos naturais em prol do desenvolvimento” (pp. 25 e 26. O grifo é nosso).

Trabalho 23 (T-23). Afirma que “muito se tem falado sobre a Amazônia, trazendo para o primeiro plano a preservação da floresta e o índio amazônico. No primeiro caso, algumas preocupações se justificam, embora sejam exageradas; no segundo sabemos que na verdade o índio amazônico muito pouco representa no contexto mundial, servindo de pretexto nobre e humanitário para ingerência externa em assuntos brasileiros. (...) Pode-se citar os índios Caiapós, do Sul da Bahia que vivem à míngua sem qualquer assistência. Os Maxacalis, de Minas Gerais que morrem por falta de assistência de recursos. Poderíamos citar diversas situações de índios espalhados pelos Estados brasileiros que não os amazônicos, mas decerto esses não interessam às nações desenvolvidas. Por que? Observando os locais aonde as reservas Ianomâmis estão demarcadas, verificaremos uma notável coincidência com a ocorrência de minerais estratégicos, além, é claro, das madeiras nobres de alto valor comercial e da riqueza da fauna. Além disso, atuam na

região uma quantidade de missões e missionários que perambulam pela área com relativa liberdade ‘evangelizadora’, cujo ‘Deus’ é o capital⁹⁴” (pp. 10-12).

Trabalho 28 (T-28). Acrescenta que somente a pesquisa geológica em escala compatível com o espaço amazônico poderá proporcionar grandes descobertas minerais, principalmente nas regiões de escassos trabalhos básicos, definidas como áreas geologicamente mudas pelos geólogos. Assim, “não é difícil concluir que, com o atual nível de conhecimentos geológicos, apenas se manterá o *status quo* existente e provavelmente nenhuma descoberta importante se fará a não ser que se jogue, como certo, ao acaso”(anexo 1 desse documento, p. 2).

Faz críticas ao processo de ocupação “racional” e de aculturação indígena na Amazônia, ao reconhecer que: (1) o índio que ainda não conhece o “dinheiro” vive em estado natural, “sendo auto-suficiente, mantendo sua cultura e estado de vida inalterados, como ocorre, por exemplo, com a maioria dos Ianomâmis e dos Atroaris”; (2) a partir do momento em que o índio conhece o dinheiro, é desencadeado um processo galopante de consumismo `a ocidental, o qual é irreversível; (3) interromper esse elo depois de efetivamente estabelecido, não se discutindo aqui as suas causas, como tem sido feito com os índios Macuxis de Roraima, seria condená-los à fome, `a miséria e à extinção; (4) qualquer pessoa poderia constatar *in loco* o pauperismo e o alcoolismo que imperam no seio dos Macuxis, pois além de conhecerem o dinheiro e a cachaça, foram “evangelizados” pelos missionários, perdendo a sua identidade cultural, pois antes do contato quase todos os seus antigos ritos tinham conotação religiosa” (pp.2-7).

“Devemos, então, encarar o conceito de jazida com uma concentração potencial de minério que se nos afigura economicamente utilizável; (...) Preferimos dizer que , potencialmente e com base nas informações geológicas, o Amazonas possui características que levam ao um futuro promissor no manuseio de seus recursos minerais.” (pp. 1-2)

Quanto à produção e comercialização do ouro, destaca que a produção oficial em 1981, no Estado do Amazonas, tenha sido de apenas 54 kg, enquanto que a estimativa

⁹⁴ Acha que os evangelizadores são geólogos, engenheiros, sociólogos e outros especialistas que tem outros propósitos que os não puramente à profissão de fé.

feita pelo DNPM dá conta de pelo menos 400 Kg de ouro produzidos no afluxo de garimpagem, o que representa cerca de 13% da produção estimada. Diz que a sonegação é evidente, pois a fiscalização das frentes de trabalho é quase inexistente, sugerindo postos volantes da Caixa Econômica Federal para tentar captar do garimpeiro a informação de sua produção real e vendê-la a um preço mais justo (p. 7)

Solicitando recursos ao governo para a prospecção e o maior conhecimento da realidade geológica da área, enfatiza que se deve reconhecer que o setor mineral brasileiro é altamente sensível a quaisquer investimentos, citando o exemplo da (a) cassiterita que com um pequeno de esforço investigativo teve a sua produção duplicada em três anos e do (b) petróleo, que as novas pesquisas aumentaram a produção e as reservas, contribuindo para dar grande estímulo no combate aos efeitos perversos da crise mundial do petróleo (anexo 1 do documento, p. 5).

Quanto à demarcação de terras indígenas, questiona alguns pontos: “no legítimo afã de preservar os povos indígenas, os sertanistas e fotógrafos (a maior reserva indígena do país e da América Latina foi delimitada por uma fotógrafa suíça) que propuseram essas reservas estavam carentes de mapas de distribuição das malocas e até mesmo de elementares mapas planimétricos e tentaram ampliá-las ao máximo, para que todos os índios ali fossem abrangidos; dois pólos minerais foram perdidos pelo tempo para comprovação da presença indígena nas áreas, como é o exemplo na “mina do Pitinga” que erroneamente era considerada como pertencente à Reserva Uaimiri-Atroari, apesar de sobrevôos e expedições constatarem a inexistência absoluta de índios em toda a bacia do rio Pitinga; urge que os limites das grandes reservas sejam reestudados à luz das informações hoje disponíveis como fotografias aéreas, imagens de satélites, mapas de disposição de malocas, pois enquanto ocorrem longos tratos de terra totalmente desabitados por indígenas, existem malocas situadas fora das reservas” (pp. 5-6).

Trabalho 29 (T-29). Considerando esse impacto para a imensa área que constitui a Amazônia Legal e pela perspectiva que apresenta de tornar-se um espaço geográfico economicamente ativo, com capacidade de produção em grande escala de alimentos e bens industriais, “desde que os seus recursos naturais disponíveis sejam aproveitados de forma racional e integrada, a sua ocupação será, inclusive por medida de segurança nacional, a curto prazo, objeto de atenção prioritária dos poderes governamentais” (p.5).

Diz que na Amazônia encontra-se a maior concentração nativa a ser estudada e assistida e os sistemas sócio-culturais estão em consonância com o meio: “Existe um equilíbrio que é mantido pelos ocupantes, o qual assegura a sobrevivência dos mesmos. Por isso, é incoerente transferir-se agrupamentos humanos de um meio para outro avesso ao seu contexto ambiental e cultural” (p. 23).

Argumenta que algumas sociedades indígenas estariam a ponto de desaparecer como grupo étnico devido à expansão das frentes extrativistas, pecuaristas ou de colonização que avançam em direção às terras indígenas e que “as comunidades indígenas que entraram em contato com essas frentes deletérias terão de reelaborar seus sistemas de acordo com o que restou, inclusive a sua tecnologia, para poderem continuar sobrevivendo como pessoas humanas” (p. 24).

A ocorrência de desmatamentos se daria a partir: da carência de aplicação de técnicas adequadas de manejo e bases sustentáveis; da fiscalização deficiente no acompanhamento dos empreendimentos; do sistema de posse da terra; dos baixos preços da terra, dando motivo à especulação; da pecuária extensiva e lavouras de caráter itinerante; da necessidade contínua de novas áreas agrícolas (p. 32)

Trabalho 30 (T-30). O autor afirmara que a crise do petróleo (1973) que atingiu o seu ápice em 1978 “influenciou e paralisou as obras e não colaborou para a não conservação das existentes, trazendo grande prejuízo até para a BR- 230 (Transamazônica)” (p. 28).

Trabalho 31 (T-31). As mais promissoras reservas e onde se concentrariam recursos de pesquisa eram até aquele momento:

“(…) gás natural na bacia do rio Juruá, a montante da cidade de Carauari; turfa na região de Manaus, em ambas as margens dos rios Solimões e Amazonas, com ocorrências desde o rio Madeira até o vale d'ório Trombetas; as de linhito, localizadas no extremo ocidental da região, na margem esquerda do rio Solimões; indícios de petróleo na região nordeste

de Roraima e na ilha de Marajó, na foz do Amazonas; e, mais recentemente, as reservas de Urucu, no município de Coari, às margens do rio Urucu que são as maiores e melhores localizadas até a presente data, uma vez que se estima mais de 100 bilhões de m² de gás, além de possuir óleo de excelente qualidade em quantidade ainda não dimensionada (...) Dentre as fontes alternativas de energia capazes de emprego imediato na Amazônia estão a biomassa, o biogás, a energia de velocidade dos cursos de água, a energia solar direta, a energia eólica e de maremotrizes. A utilização destas fontes alternativas para fins de geração de eletricidade somente é possível, na Amazônia, para pequenas potências e portanto para atendimento a pequenas localidades isoladas. Enquadra-se neste caso também a utilização de micro-usinas hidráulicas que por definição, são de reduzida capacidade” (pp. 2-3).

O autor afirma que houve denúncias de que uma verdadeira tragédia iria ocorrer quando da formação do lago. Que crianças morreriam, que senhoras abortariam; que o rio secaria, que ocorreria o apodrecimento da água, dentre outras. Como uma bola de neve, a campanha teria empolgado aos segmentos da sociedade mais desinformados. “Tais tragédias não ocorreram, embora tivessem ocorrido modificações nos ecossistemas” (p.28).

Esse autor descreve as medidas de controle implementadas e estudos para a formação do lago de Tucuruí, como os (1) sócio-econômicos; (2) dos recursos minerais para antecipar as interferências com o reservatório; (3) convênio com a FUNAI; (4) apoio ao Museu Emílio Goeldi para pesquisa arqueológica; (5) convênio com a SUCAM; (6) mapeamento geológico e hidrometeorológico; (7) convênio com o INCRA; (8) convênio com o GETAT para remoção da população atingida; (9) convênio com o IBDF e (10) implantação de 540 km de estradas vicinais; (11) convênio com a UNB para acompanhamento sismológico e (12) convênio com o INPA para estudo e acompanhamento dos problemas ambientais antes, durante e após o enchimento do reservatório que, levava para esse último convênio uma grande gama de produção de relatórios científicos que corroboraram para o incremento do estado da arte da biodiversidade (pp. 31-32).

Conclui enfatizando que a otimização do aproveitamento dos recursos hidrelétricos da Amazônia deverá considerar a perspectiva de complementar a demanda

de energia da região amazônica e que a sustentação do desenvolvimento parece indicar que não devem ser desprezados quaisquer outros recursos, particularmente os naturais, razão pela qual sustenta o imediato uso das imensas reservas de gás natural de Coari e propõe a elaboração de um novo modelo energético que considere, também, a utilização intensiva do gás natural da região (pp. 49 e 50).

Trabalho 32 (T-32). Afirmara que há carência de pesquisa para dar maior racionalidade ao sistema de exploração; que há primarismo no setor industrial de madeiras e imperfeição no processo de comercialização, aliado à pouca atenção do setor público a estes problemas que limitam o aproveitamento racional dos recursos florestais: “ Na Amazônia existem cerca de 1500 a 2000 serrarias, números que oscilam em virtude da abertura de novas indústrias e o encerramento da atividade de outras, assim como a maioria de pequenas serrarias clandestinas que operam sem registros. A origem das madeiras para a operação é 100% de florestas, sendo que a forma de propriedade da qual o suprimento é obtido, 30% são de áreas desconhecidas, 13 % de áreas devolutas e apenas 24 % próprias. Em função desse tipo de exploração em terras de proprietários desconhecidos e devolutas, é impossível em médio prazo o manejo adequado com reposição florestal das áreas já devastadas, constituindo-se uma ideologia os constantes planos de exploração ditos racionais. (...) Além disso, com relação aos grandes projetos minerais e agropecuários, observa-se uma grande perda de madeira, principalmente de espécies que tradicionalmente não são absorvidas pelos mercados consumidores. Tem-se informação de que apenas cerca de 100 espécies de madeira são utilizadas no mercado, onde apenas 40 % são aceitos no mercado nacional e em maior escala no mercado internacional”. (pp.17-18).

Destacamos ainda outros objetivos propostos pelo autor: “valorizar as culturas indígenas, impedindo a desarticulação de suas economias e autonomias tribais, assegurando-se os mecanismos de preservação, delimitação e demarcação de suas terras; aplicação racional dos instrumentos econômicos para a aceleração do desenvolvimento; instituição da Zona Franca de Manaus para viabilizar, sobretudo na Amazônia Ocidental, mais acelerado processo de captação; melhoria da infra-estrutura das forças armadas na região, do ponto de vista não somente estratégico-militar, mas de apoio à penetração humana e no sentido econômico do avanço da ocupação” (pp. 37-40).

Trabalho 33 (T-33). Observa-se acentuada preocupação com a preservação ambiental e com a utilização dos recursos naturais, para melhorar a qualidade de vida e garantir a sobrevivência. No momento em que escreve, o Brasil experimenta crescente discussão destas questões, sobressaindo em grau de importância a Amazônia e o tratamento que vem recebendo. Sob diferentes ângulos vem se processando o debate, onde a par de posicionamentos equilibrados e responsáveis, emergem manifestações de profundo desconhecimento técnico-científico e da realidade regional e, que pelo radicalismo da abordagem e pelo grau de receptividade que vem obtendo a nível interno e externo, considera como antagonismos aos Objetivos Nacionais Permanentes.

Abordando as bases teóricas dos modelos de desenvolvimento, a estagiária da ESG disserta que a primeira fase do crescimento econômico, até o início do século XX, o Brasil, como de resto toda a América Latina, constituía grande fronteira de recursos, como fornecedor de matéria-prima para os centros da Europa, mesmo acontecendo de forma particular com a Amazônia, em função da natureza de seus bens de produção, do vazio territorial e da falta de ligação física com o restante do país.

Na segunda fase de desenvolvimento, com base na industrialização, gera-se no país um novo centro (Sudeste), com o qual a Amazônia passa a relacionar-se, ainda que de forma débil, através do fornecimento de matérias-primas e importação de manufaturas. Assim, as relações se estabelecem segundo o modelo Centro-Periferia, o mesmo acontecendo com as demais regiões menos desenvolvidas nas relações de troca com o centro mais avançado.

A estagiária ainda disserta que: “Do ponto de vista da política ambiental em execução, podemos considerá-la como inconsistente e a rigor inexistente no caso específico da região amazônica. Por conseguinte, a sua avaliação é difícil, sendo mais facilmente identificados os resultados dessa omissão do Poder Público em suas diferentes esferas. Vão retratados pelos níveis de desmatamento, pela poluição, pela extinção das espécies vegetais e faunísticas; pela erosão e assoreamento dos rios amazônicos e pelo desperdício no aproveitamento dos recursos naturais (etc.)” (p. 53).

Trabalho 34 (T-34). Transposto para o texto

Trabalho 35 (T-35). Escreveu ainda que “o Ministério das Relações Exteriores, também envolvido na questão ambiental amazônica, no governo Sarney não havia sido suficientemente alimentado de informações nem orientado quanto à política do Brasil para a Amazônia, não tendo sido sequer incluído na Comissão Executiva do Programa *Nossa Natureza*. A participação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) na coordenação do Programa *Nossa Natureza* é contestada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e por várias organizações ambientalistas. A coordenação e a fiscalização dos projetos que interferem no meio-ambiente amazônico é conduzida por órgãos distintos. Exemplo disto é o projeto de ordenamento territorial da Amazônia, conduzido pela SAE, em desacordo com os técnicos do IBAMA” (p. 32).

Trabalho 36 (T-36). Transposto para o texto.

Trabalho 37 (T-37). O autor também citou o relato da comissão, dando o retrato nu de feridas graves ao meio ambiente: “ (...) que na África a crise ligada ao meio ambiente e ao desenvolvimento, desencadeada pela seca, atingiu o auge, pondo em risco 35 milhões de pessoas e matando aproximadamente um milhão; que em Bhopal, na Índia, um vazamento numa fábrica de pesticida matou mais de duas mil pessoas, deixando outras 200 mil cegas ou feridas; que na cidade do México, tanques de gás liquefeito explodiram, matando mil pessoas e deixando milhares desabrigadas; que em Tchernobil, a explosão de um reator nuclear espalhou radiação por toda a Europa, aumentando o risco de incidência de câncer humano; que na Suíça, durante o incêndio de um depósito, foram despejados no rio Reno produtos químicos agrícolas, solventes e mercúrio, matando milhões de peixes e ameaçando o abastecimento de água potável na República Federal da Alemanha e na Holanda” (p.22).

Trabalho 38 (T-38). Transposto para o texto

Trabalho 39 (T-39). Identifica quatro cenários alternativos para a região: “periferia exploradora, onde a exploração dos recursos naturais ocorre de forma intensa e pouco

internalizada, deixando pouco resultado em termos de riqueza e verticalização da produção; crescimento com internalização da renda, diversificando sua pauta de exportação e comércio com o resto do país e com o exterior, elevando a participação dos insumos básicos e semi-elaborados; desenvolvimento endógeno, que apresenta uma proposta de desenvolvimento fortemente orientado para as necessidades e potencialidades regionais, com tímida integração articulação econômica e comercial externa e internacionalização seletiva, onde intensifica sua articulação mundial, na base de grandes investimentos externos e elevada exportação de recursos naturais para os países desenvolvidos” (pp.58-59).

Trabalho 40 (T-40). Para melhorar a qualidade de vida da população da região amazônica, que é a sua maior preocupação, o autor propunha uma política de superação do estado de pobreza e de conservação ambiental e considerava, em seu planejamento, seis áreas de atuação: (1) política ambiental que permitirá uma gestão ambiental integrada através de (a) programas regionais de ordenamento dos solos e dos recursos ambientais; (b) de planos de gestão de bacias hidrográficas; (c) de projetos técnicos específicos que induzam o trabalhador coordenado de diferentes entidades governamentais e (d) capacitar técnicos visando examinar pedidos de financiamento para atividades modificadoras do meio ambiente; (2) matriz energética, (a) propondo a gestão racional de recursos energéticos; (b) atuando pela informação e educação voltadas a mudanças de comportamento no sentido do uso racional de energia; (c) revisar o plano diretor de meio ambiente do setor elétrico; (d) utilização de hidrovias, visando diminuir o consumo energético dos transportes de cargas e (e) incentivo à utilização de energéticos alternativos com menor potencial de poluição; (3) atividades urbanas, (a) promovendo ampla discussão de alternativas para os atuais modelos de desenvolvimento, aprofundando as reflexões sobre desenvolvimento, aprofundando as reflexões sobre desenvolvimento sustentável, tendo em vista a superação das profundas desigualdades sociais e a intensa degradação dos recursos naturais, (b) discutir a relação de dívida externa com a degradação ambiental e o significado de sua conversão em investimentos ambientais, avaliando as conseqüências de seus diferentes mecanismos, (c) criar de um fundo nacional para a defesa de meio ambiente e (d) rever as estratégias de

desenvolvimento urbano por meio do planejamento ambiental integrado; (4) atividades rurais, que considera uma das mais importantes e de difícil controle, aonde aplicaria (a) o zoneamento agro-ecológico, (b) a melhoria da capacidade produtiva e o estabelecimento de sistemas de aproveitamento “agrossilvo-pastoril”, considerando rotação de culturas e a vocação de florestal dos solos marginais, (c) abertura de linhas de crédito especiais para ações e recuperação e conservação do solo e (d) intensificar o controle da utilização de agrotóxicos, reforçando os mecanismos legais e incentivando o desenvolvimento de processos alternativos; (5) biotecnologia, criando o plano nacional de pesquisa em biodiversidade e (6) educação ambiental, para superar as desigualdades regionais e resgate da dívida social, incentivando programas de pesquisas destinados a explicitar a relação entre modelos de desenvolvimento e as teorias pedagógicas que fundamentam as práticas da educação ambiental e a inserção da mídia de uma posição firme a respeito da soberania brasileira quanto ao uso de seus recursos naturais na Amazônia e aos povos indígenas, contando com a formação de professores para atender a rede escolar nesses temas (pp. 33-42)

Trabalho 41 (T-41). O autor acredita que são importantes os investimentos a longo prazo no tocante aos benefícios ambientais das atitudes de preservação comunicados através de linguagem aplicada ao público brasileiro leigo (p. 34).

Citou políticas e estratégias de ação adotadas pela SUDAM (Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1994-1997) para minimizar os impactos ambientais acometidos pelas hidrelétricas na ênfase da conciliação do desenvolvimento com a conservação ambiental e propõe *programas*, aliando-os à melhoria das condições dos amazônidas, nos seguintes termos: “de Educação Ambiental, para desenvolver a consciência crítica nas comunidades amazônicas sobre a questão ambiental e para harmonização ser homem-natureza-desenvolvimento (...) ; de Manejo Florestal, para estimular a participação das comunidades rurais na exploração florestal, implantar um esquema empresarial, com a participação da comunidade, empresas madeireiras e os empreendedores para a extração e comercialização da madeira explorada, dentre outras propostas, de desenvolver técnica de manejo florestal sustentável na área para garantir a permanência adequada das reservas de germoplasmas (...); de Pesquisas, para estudos de controle de macrófitas aquáticas, para

estudos da fauna aquática, para estudos de fauna e flora, para estudos de recuperação de ecossistemas alterados, para monitoramento limnológico e de qualidade da água (...); para criação, implantação e gerenciamento de unidades de conservação (...); de apoio à população, afetada pela implantação de usinas hidrelétricas, gerando mecanismos para a melhoria da qualidade vida e do saneamento básico da população reassentada (...); de racionalização da atividade pesqueira (...); de apoio às comunidades indígenas, atenuando impactos que atinjam seus territórios, equilibrando mudanças negativas na ordem das relações inter-étnicas e de sua saúde (...); de saúde pública e educação em saúde, atuando no controle de dejetos, do lixo e abastecimento de água potável e em campanhas de sensibilização e (...) de estudos do patrimônio arqueológico, identificando e resgatando os sedimentos culturais na área a ser alagada pelo reservatório”. (pp. 41-72).

Trabalho 42 (T-42). Como estratégias para as suas políticas, objetiva: “formalizar convênios com os municípios para financiamento de projetos de infra-estrutura portuária, aeroportuária, estradas, feiras, galpões para a produção de móveis para o pequeno produtor e outros que fechem o elo da cadeia produtiva; criar um selo para os produtos naturais produzidos na Amazônia Ocidental; preparar campanha publicitária de divulgação desse selo como garantia de que o produto é natural e produzido na Amazônia; formular um acordo de cooperação em cada município com instituições, para um comprometimento com o projeto para pequenos produtores; instalar pólos moveleiros em vários municípios; elaborar um catálogo com modelos de móveis para fabricação, chamada grife amazônica; fabricar objetos de decoração aproveitando sobras de madeira e madeiras não aptas para móveis; construir um zoológico amazônico com todas as espécies de animais da região e conclusão do laboratório de biotecnologia (pp. 41 e 42).

ANEXO III

**ARTIGO DA QUALIFICAÇÃO DO PROJETO PUBLICADO EM REVISTA
CIENTÍFICA INDEXADA**

ANEXO IV

FRAGMENTOS DOS CURRÍCULOS DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO E DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA

1. Escolas de Formação de Oficiais

1.1 O currículo de 1810

Estendia-se por sete anos, tendo no *1º ano*: Aritmética Geometria, Trigonometria e Desenho; *2º ano*: Álgebra, Geometria, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria descritiva e Desenho; *3º ano*: Mecânica, Balística e Desenho; *4º ano*: Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho; *5º ano*: 1º semestre, Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de Campanha e Reconhecimento do terreno; 2º semestre, Química; *6º ano*: 1º semestre, Fortificação Regular e Irregular, Ataque e Defesa de Praças, Arquitetura Civil, Estradas, Portos e Canais. 2º semestre, Mineralogia e Desenho e *7º ano*: 1º semestre, Artilharia e Minas e 2º semestre, História Natural (Motta, 1998).

1.2 O currículo de 1874

O ensino teórico na Escola da Praia Vermelha passou a ter o seguinte currículo:

1. Curso Preparatório:

- 1º ano: Gramática Nacional, Geografia, Francês, Aritmética e Desenho Linear;
- 2º ano: Língua vernácula, Inglês, História antiga, Álgebra e Desenho linear;
- 3º ano: Língua Vernácula, Inglês, História (Idade Média, Moderna, Contemporânea e Pátria), Geometria e Trigonometria plana, Desenho linear e Geometria prática.

2. Curso de Infantaria e Cavalaria:

- 1º ano: 1ª cadeira: Álgebra Superior, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral; 2ª cadeira: Física Experimental, compreendendo elementos de telegrafia

elétrica militar, Química Inorgânica, Desenho Topográfico, Topografia e reconhecimento do terreno;

- 2º ano: 1ª cadeira: Tática, Estratégia, História Militar, Castrametação, Fortificação passageira e permanente, compreendendo o ataque e defesa dos entrenchamentos e das praças de guerra, e noções elementares de balística; 2ª cadeira: Direito Internacional aplicado às relações de guerra, noções de Direito Natural e Direito Público, Direito Militar, análise da Constituição do Império, Geometria Descritiva, planos cotados e sua aplicação no emprego tático das fortificações militares.

3. Curso de Artilharia:

- 1º e 2º anos: como os de Infantaria e Cavalaria;

- 3º ano: 1ª cadeira: Mecânica Racional e sua aplicação às máquinas, Balística; 2ª cadeira: Tecnologia Militar, compreendendo o desenvolvimento da telegrafia e iluminação elétrica da defesa das praças, noções de Mineralogia, Geologia e Botânica, Artilharia e Minas Militares, Desenho de Fortificação e das máquinas de guerra.

4. Curso de Estado-Maior:

- 1º, 2º e 3º anos: como o curso de Artilharia;

- 4º ano: 1ª cadeira: Trigonometria Esférica Ética, Astronomia, Geodésia; 2ª cadeira: Administração Militar, noções de Economia Política e de Direito Administrativo, Desenho geográfico, redução de cartas.

5. Curso de Engenharia Militar:

- 1º, 2º, 3º e 4º anos: como o curso de Estado Maior;

- 5º ano: 1ª cadeira: Construções civis e militares, Hidráulica, estradas ordinárias e vias férreas, principalmente em relação à arte da guerra; 2ª cadeira: Química Orgânica, mineralogia, Geologia e Botânica, noções de Arquitetura Civil e Militar, Desenho de Arquitetura e execução de projetos.

1.3 Currículo de 1960 (AMAN)

1º Ano: Geometria Analítica 100 - (Cem) Horas; Geometria Descritiva 75 - (Setenta e Cinco) Horas; Física 100 - (Cem) Horas; Português 90 - (Noventa) Horas

Química; 75 - (Setenta Cinco) Horas.

2º Ano: Cálculo 100 - (Cem) Horas; Física 100 - (Cem) Horas; Mecânica 75 - (Setenta e Cinco) Horas; Eletricidade 100 - (Cem) Horas; Topografia 75 - (Setenta e Cinco) Horas.

3º Ano: Geografia Política e Econômica 50 - (Cinquenta) Horas; História Militar 50 - (Cinquenta) Horas; Psicologia 50 - (Cinquenta) Horas; Direito 50 - (Cinquenta) Horas; Desenho Técnico 50 - (Cinquenta) Horas; Mecânica Técnica 50 - (Cinquenta) Horas

1.4 O currículo de 1980 (AMAN)

1º Ano: Geometria Descritiva 60 (Sessenta) H; Português 30 (Trinta) H; Física 150 (Cento e Cinquenta) H; Matemática 150 (Cento e Cinquenta) H; Inglês 45 (Quarenta e Cinco) H.

2º Ano: Estatística 60 (Sessenta) H; Mecânica 60 (Sessenta) H; Português 30 (Trinta) H; Topografia 60 (Sessenta) H; Informática 60 (Sessenta) H; Química 45 (Quarenta e Cinco) H; Inglês 45 (Quarenta e Cinco) H.

3º Ano: Economia e Finanças 45 (Quarenta e Cinco) H; Filosofia 60 (Sessenta) H; História Militar 75 (Setenta e Cinco) H; Psicologia 45 (Quarenta e Cinco) H; Redação e Estilística 30 (Trinta) H.

4º Ano: Direito 90 (Noventa) H; Geografia 30 (Trinta) H; História 45 (Quarenta e Cinco) H; Estudos de Problemas Brasileiros 60 (Sessenta) H; Redação e Estilística 30 (Trinta) H.

2. Centro de Instrução de Guerra na Selva

2.1 Missão e objetivos dos cursos

A missão do CIGS é a de (1) preparar oficiais e praças para operações na selva; (2) orientar e realizar adestramento de subunidade ou frações de tropa em operações na selva; (3) experimentar e propor adoção de material para emprego em operações na selva e (4) contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento dos preceitos doutrinários que regem a conduta das operações na selva.

O Curso de Operações na Selva (COS), para todas as categorias, divide-se em duas fases: (1) básica e de (2) operações. O curso “C” é para Praças, o “B” é para oficiais até Capitão (cursos básicos de operações na selva) e o “A” é preferencial para Oficiais Superiores (avançado de planejamento de operações na selva).

Os objetivos da *fase básica* dos cursos são os de: aplicar adequadamente as regras básicas, as técnicas e as práticas consagradas a serem obedecidas em ambiente de selva; descrever as medidas preventivas de acidentes mais comuns em ambiente de selva, particularmente quanto ao calor como fator predisponente dos mesmos; aplicar as regras de sobrevivência em ambiente de selva; utilizar, com o máximo de rendimento, o equipamento militar e os recursos naturais existentes em ambiente de selva; identificar os principais espécimes vegetais e animais da região amazônica utilizáveis como alimento pela tropa; aplicar as técnicas de tiro diurno e noturno, adaptando-as às peculiaridades do ambiente de selva; utilizar adequadamente o armamento individual e coletivo, considerando as limitações impostas pelo ambiente de selva; utilizar os meios de comunicações adequados ao ambiente de selva; identificar as peculiaridades das principais técnicas de manobra de força em ambiente de selva; empregar armadilhas anti-pessoal⁹⁵ improvisadas, confeccionadas a partir do armamento, equipamento e material disponível em ambiente de selva; utilizar meios improvisados de flutuação, botes ou pontes de cordas para transposição de cursos de água; reconhecer indícios da presença ou da utilização do terreno de selva pelo inimigo; utilizar as técnicas aeroterrestres, aeromóveis e fluviais necessárias ao planejamento e à condução das operações na selva; aplicar as técnicas aeroterrestres⁹⁶ e aeromóveis⁹⁷ necessárias ao transporte de tropa e suprimentos; utilizar embarcações militares e regionais necessárias às operações ribeirinhas; descrever as peculiaridades e limitações da orientação em ambiente de selva; navegar em ambiente de selva como integrante de uma equipe de navegação, utilizando-se, particularmente, do GPS, da bússola, da carta topográfica ou de “meios-de-fortuna”⁹⁸; definir os fatores condicionantes das operações em ambiente de selva; identificar a estrutura, o funcionamento, os conceitos básicos e as peculiaridades do apoio logístico nas operações na selva; identificar os princípios doutrinários do planejamento no escalão considerado; identificar os princípios doutrinários do combate de resistência (para os COS "A", "B" e "C"); identificar a organização geral das Unidades e Grandes Unidades de Selva (para o COS "A").

⁹⁵ Contra alvos humanos e não materiais.

⁹⁶ Com emprego de paraquedistas.

⁹⁷ Sem emprego de paraquedistas.

⁹⁸ Disponíveis naturalmente, sem manufatura.

A fase de operações do COS "A" tem os seguintes objetivos: analisar os fundamentos e os conceitos básicos das operações de combate, apoio ao combate e logística realizados em ambiente de selva; analisar a organização, as características, as possibilidades e as limitações dos Grandes Comandos, das Grandes Unidades e das Unidades destinadas a operar em área de selva; aplicar as técnicas de planejamento e da condução das operações na selva, como Comandante de Grande Unidade ou Unidade, membro do Estado-Maior de Grande Comando, Grande Unidade ou Unidade em operações; aplicar as técnicas de planejamento e execução do apoio logístico nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e Unidades nas operações na selva amazônica.

2.2 Planos de disciplinas dos cursos de operações na selva

Na Unidade Didática I, assunto 04, intitulado Sobrevivência, os alunos são levados a identificar as principais espécies vegetais da região com propriedades nutritivas e terapêuticas, conhecidas vulgarmente como a Embaúba, Envira preta, Marajá, Cipó d'água, Timbó, Xexuá, Jupatí, Breu, Bacaba, Ubim, Goiaba de Anta, Leiteira, Muruci, Pupunharana, Piquiá, Babaçu, Cipó Ambé, Sapucaia, Cajui e Cipó Cravo. Identificou-se uma determinação explícita para as equipes de sobrevivência no sentido de preparem latrina, fossa de detritos, ponto de banho e local de apanhar água. Além disso, os alunos são alertados a não abaterem felinos, preguiças, tamanduás-bandeira e mirim, anta tatu, macacos, gavião real e araras;

Na Unidade Didática II, assunto 03, intitulado Rastreamento de Pessoal, os alunos são instruídos a empregar as técnicas de rastreamento e de contra-rastreamento de pessoal, onde são informadas as qualidades de um bom rastreador, a interpretação dos indícios de passagem na selva, os preceitos de camuflagem, as medidas de segurança e até de insistência na procura de rastros que o levem até a informação mais precisa.

2.3 Palestras e envolvimento comunitário

Participa da iniciativa de desenvolvimento sustentável das comunidades carentes que vivem na área do campo de instrução do CIGS (regiões de São Francisco Mainá e

Jatuarana) como parceiro da Daimler-Chrysler e da Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas e inclui em seu programa regular de desmobilização de alunos após os cursos, duas horas de palestra sobre preservação ambiental, a cargo de uma tenente bióloga que ali serve ou um outro convidado.